

ALEXANDRE JOSÉ CARVALHO RAMOS

**DESFILIAÇÃO RELIGIOSA E ABUSO PSICOLÓGICO EM GRUPO NAS
TESTEMUNHAS DE JEOVÁ**

**Doutoramento em Psicologia
Trabalho efetuado sob orientação de:
Professor Doutor Luís Miguel Madeira Faisca**



UNIVERSIDADE DO ALGARVE
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

2021

Desfiliação religiosa e abuso psicológico em grupo nas Testemunhas de Jeová

Declaração de autoria do trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Copyright © 2021 by Alexandre José Carvalho Ramos. All rights reserved.

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Índice

Resumo.....	9
Abstract.....	11
Introdução.....	13
Conceitos de igreja, seita, denominação, culto, novo movimento religioso e religião étnica.....	15
As Testemunhas de Jeová.....	20
Objetivo geral da tese.....	21
Objetivos específicos da tese.....	22
Pertinência da tese.....	23
Notas.....	25
Bibliografia.....	32
Estudo 1. Prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos: Uma revisão sistemática.....	49
Resumo.....	49
Introdução.....	49
Métodos.....	52
Estratégia de busca e critérios de seleção.....	52
Extração de dados e avaliação da qualidade.....	53
Análise dos dados.....	53
Resultados.....	53
Discussão.....	56
Notas.....	59
Bibliografia.....	61
Apêndice.....	68
Estudo 2. Motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfilarem-se das Testemunhas de Jeová e quais foram as consequências dessa desfiliação.....	69

Resumo.....	69
Introdução.....	69
Metodologia.....	77
Participantes.....	77
Instrumentos.....	80
Procedimentos.....	82
<i>Design</i> de investigação e análise dos dados.....	82
Resultados.....	89
Discussão.....	96
Conclusões, limitações e recomendações.....	99
Notas.....	101
Bibliografia.....	103
Apêndice.....	110

Estudo 3. Versões portuguesas da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente.....	127
Resumo.....	127
Introdução.....	127
Metodologia.....	137
Participantes.....	137
Instrumentos.....	140
Procedimentos.....	142
<i>Design</i> de investigação e análise dos dados.....	143
Resultados.....	148
Discussão.....	165
Conclusões, limitações e recomendações.....	169
Notas.....	172
Bibliografia.....	177
Estudo 4. Abuso psicológico na congregação das Testemunhas de Jeová.....	197
Resumo.....	197
Introdução.....	197
Definição de abuso psicológico.....	198

Modelos de abuso psicológico em grupo.....	199
Técnicas de abuso psicológico em grupo.....	204
Etapas do abuso psicológico em grupo.....	209
Prevalência do abuso psicológico em grupo.....	212
Consequências do abuso psicológico em grupo.....	213
Objetivos do estudo.....	215
Metodologia.....	216
Participantes.....	216
Instrumentos.....	218
Procedimentos.....	222
<i>Design</i> de investigação e análise dos dados.....	223
Resultados.....	225
Discussão.....	240
Limitações e recomendações.....	243
Notas.....	244
Bibliografia.....	251
Considerações finais.....	263
Bibliografia.....	265
Anexos.....	267
Autorização para o uso dos instrumentos.....	269
Autorização para o uso da Group Psychological Abuse Scale.....	269
Autorização para o uso da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.....	270
Autorização para o uso do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.....	271
Group Psychological Abuse Scale – versão portuguesa.....	272
Psychological Abuse Experienced in Groups Scale – versão portuguesa.....	275
Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.....	278
Caraterísticas demográficas dos participantes.....	282
Caraterização das Testemunhas de Jeová.....	285
Introdução.....	285
Origem e líderes das Testemunhas de Jeová.....	286
Como se organizam as Testemunhas de Jeová em cada país.....	292
As Testemunhas de Jeová em Portugal.....	293

Cargos nas Testemunhas de Jeová.....	294
Doutrina das Testemunhas de Jeová.....	298
Código de conduta das Testemunhas de Jeová.....	301
Profecias das Testemunhas de Jeová.....	303
A saúde mental das Testemunhas de Jeová.....	308
Conclusão.....	309
Notas.....	310
Bibliografia.....	315

Resumo

Procurámos com esta tese contribuir para o conhecimento referente à desfiliação das Testemunhas de Jeová, e acerca da perceção de abuso psicológico cometido no seio deste grupo religioso. Realizámos em primeiro lugar uma revisão sistemática, com o objetivo de determinar a prevalência da perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos. Foram incluídos nesta revisão sistemática artigos publicados em língua inglesa e espanhola. Foi realizada uma busca sistemática da literatura em dez bases de dados eletrónicas para publicações anteriores a 2020. Foram encontrados apenas dois estudos, que reportaram uma elevada prevalência da perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos ($M = 88.0\%$). Foram discutidas diversas limitações desta revisão sistemática. Depois, realizámos três estudos empíricos. O primeiro destes estudos teve como objetivos: a) identificar os motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfilarem-se das Testemunhas de Jeová; b) descobrir quais foram as consequências da desfiliação religiosa na vida dessas pessoas; c) explorar associações entre esses motivos e consequências da desfiliação religiosa; d) explorar associações entre a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro e os motivos para a desfiliação; e e) avaliar o nível de depressão dos participantes e estudar a possibilidade da depressão ser uma consequência da desfiliação das Testemunhas de Jeová. A amostra foi constituída por 236 ex-Testemunhas de Jeová adultos de ambos os sexos (faixa etária: 16–66 anos), sendo na maioria brasileiros (62.7%) e portugueses (30.5%). Os principais motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: perda da fé na doutrina (26.8%), discordância ou desilusão com a liderança (14.9%) e discordância com alguns regulamentos e obrigações (11.0%). As três principais consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: ostracismo (30.9%), problemas de saúde (26.3%) e sentimentos negativos (13.4%). O segundo estudo empírico teve como finalidade traduzir para português e encontrar evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente das pontuações da Group Psychological Abuse Scale (GPA) e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS). Não foi encontrada evidência de que a perceção de abuso psicológico em grupo seja um construto multidimensional e invariante entre grupos, nem que os dois instrumentos avaliem o mesmo construto. O terceiro estudo empírico teve como propósitos: a) calcular a prevalência da perceção de abuso psicológico em grupo em ex-Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil; b) explorar diferenças relativamente ao nível de perceção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres, e entre portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová; c) analisar uma possível relação entre a perceção de abuso

psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e a sensação de pertencer a esse grupo quando era membro; e d) explorar uma possível relação entre a percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e o nível de depressão dos mesmos. A amostra foi a mesma do primeiro estudo empírico. Verificámos que a grande maioria dos participantes percecionou as Testemunhas de Jeová como um grupo religioso abusivo (97.5% – GPA; 89.4% – PAEGS). As médias das pontuações obtidas na GPA e na PAEGS foram significativamente mais elevadas nos brasileiros do que nos portugueses. No entanto, o tamanho do efeito foi pequeno e médio, respetivamente.

Palavras-chave: religião, culto, seita coercitiva, desfiliação religiosa, abuso psicológico em grupo, Testemunhas de Jeová

Abstract

With this thesis we tried to contribute to the knowledge regarding the disaffiliation of Jehovah's Witnesses, and about the perception of psychological abuse committed within this religious group. First, we carried out a systematic review with the objective of determining the prevalence of the perception of psychological abuse in group in former members of sects and cults. Articles published in English and Spanish were included in this systematic review. A systematic search of the literature was carried out in ten electronic databases for publications prior to 2020. Only two studies were found, which reported a high prevalence of the perception of psychological abuse in groups among former members of sects and cults ($M = 88.0\%$). Several limitations of this systematic review were discussed. Then, we carried out three empirical studies. The first of these studies aimed: a) to identify the reasons that led individuals from Portugal and Brazil to disband the Jehovah's Witnesses; b) to discover what were the consequences of religious disaffiliation in the lives of these people; c) to explore associations between these reasons and the consequences of religious disaffiliation; d) to explore associations between the feeling of belonging to Jehovah's Witnesses when they were members and the reasons for disaffiliation; and e) assessing the participants' level of depression and studying the possibility of depression being a consequence of Jehovah's Witnesses' disaffiliation. The sample consisted of 236 adult ex-Jehovah's Witnesses of both sexes (age range: 16–66 years), most of whom were Brazilian (62.7%) and Portuguese (30.5%). The main reasons for Jehovah's Witnesses' disaffiliation were: loss of faith in doctrine (26.8%), disagreement or disillusionment with the leadership (14.9%), and disagreement with some regulations and obligations (11.0%). The three main consequences of Jehovah's Witnesses' disaffiliation were: ostracism (30.9%), health problems (26.3%), and negative feelings (13.4%). The second empirical study aimed to translate into Portuguese and find evidence of validity based on internal structure and convergent evidence from the scores of the Group Psychological Abuse Scale (GPA) and Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS). No evidence was found that the perception of psychological abuse in a group is a multidimensional construct, nor that the two instruments evaluate the same construct. The third empirical study aimed: a) to calculate the prevalence of perceived psychological abuse in a group among former Jehovah's Witnesses in Portugal and Brazil; b) to explore differences regarding the level of perceived psychological abuse in a group between men and women, and between Portuguese and Brazilian ex-Jehovah's Witnesses; c) to analyse a possible relationship between the perception of psychological abuse in a group by ex-members of Jehovah's Witnesses in Portugal and Brazil and the feeling of belonging to that

group when they were members; and d) to explore a possible relationship between the perception of psychological abuse in a group by ex-members of Jehovah's Witnesses in Portugal and Brazil and their level of depression. The sample was the same as in the first empirical study. We found that the vast majority of participants perceived Jehovah's Witnesses as an abusive religious group (97.5% – GPA; 89.4% – PAEGS). The mean scores obtained in the GPA and PAEGS were significantly higher in Brazilians than in Portuguese. However, the effect size was small and medium, respectively.

Keywords: religion, cult, coercive sect, religious disaffiliation, group psychological abuse, Jehovah's Witnesses

Introdução

A religião¹ ocupa um importante espaço na vida das pessoas (Teixeira & Lefèvre, 2008), por isso é tão antiga quanto a humanidade (Behere et al., 2013). Podemos encontrar o fenômeno religioso em todos os povos, lugares e períodos históricos (Wilges, 2001). A religião parece ser uma necessidade psicológica para a humanidade. O homem primitivo tinha religiões primitivas e adorava os elementos da natureza como o sol, a terra, o ar, as nuvens, a água, etc. Os avanços na civilização levaram a religiões institucionalizadas. As características básicas de todas as religiões são semelhantes: há uma firme crença num poder controlador mais elevado e invisível (Behere et al., 2013) e uma crença na cura através da oração (Andrade & Radhakrishnan, 2009).

Apesar da tensão histórica e explícita entre ciências da saúde e religião, o interesse no papel da religiosidade e da espiritualidade na saúde aumentou significativamente nas últimas décadas (Freire et al., 2016).² Existem atualmente bases clínicas e de investigação para a crescente aceitação do papel potencialmente positivo da religião, da religiosidade e da espiritualidade na reabilitação e recuperação psiquiátrica (AbdAleati et al., 2016; Agorastos et al., 2014; FalLOT, 2001, 2007), no bem-estar subjetivo e na satisfação com a vida (A. F. da Silva et al., 2015). Verificou-se que a religiosidade/espiritualidade está inversamente correlacionada com a prevalência de qualquer perturbação mental e, em particular, tem um impacto positivo na depressão, pensamentos e comportamentos suicidas e dependência de álcool e abuso de drogas (Agorastos et al., 2014). Existem também algumas evidências de melhoria em perturbações relacionadas com o stresse e na demência (Bonelli & Koenig, 2013). Habitualmente, o impacto positivo do envolvimento religioso na saúde mental é mais intenso entre pessoas sob stresse (idosos, e aqueles com deficiências e doenças clínicas; Moreira-Almeida et al., 2006). Alguns estudos indicam que a religião e a espiritualidade podem promover a saúde mental por meio de estratégias de enfrentamento religiosas positivas (e.g., apoio espiritual, reformulação religiosa positiva de stressores e conexão espiritual), existência de suporte de uma comunidade religiosa e crenças positivas (Weber & Pargament, 2014). Para além disso, existem evidências de que a religião e a espiritualidade podem influenciar positivamente a saúde física das pessoas (Koenig, 2012). Por exemplo, há evidência de que a religião/espiritualidade pode reduzir significativamente o risco de doença cardíaca coronária (Hemmati et al., 2019).

Os sistemas religiosos também têm um impacto sobre o comportamento de saúde, incluindo higiene, dieta, padrões adequados de trabalho e recreação, sexualidade e uso de substâncias (Pietkiewicz, 2014). A religião ou crenças e práticas religiosas podem ser

determinantes do processo saúde-doença, na medida em que podem pregar a adoção de hábitos e comportamentos saudáveis que beneficiam quem quer que os pratique. Essas práticas podem gerar reflexões noutros membros da família e, assim, podem por vezes desempenhar um papel importante na prevenção de doenças (Bouso et al., 2011).

Existem igualmente dados para sugerir que o envolvimento com uma religião pode influenciar negativamente o bem-estar psicológico (Abu-Raiya, 2013). Por exemplo, a oração comunitária frequente correlaciona-se com um aumento da incidência de sintomas relacionados com a ansiedade (Bartkowski et al., 2017). Este declínio do estado de saúde mental pode estar relacionado com o descontentamento espiritual e o sentimento de que determinados episódios de vida resultaram de uma punição de Deus (Pargament et al., 2004). Por outro lado, uma nova categoria diagnóstica intitulada «problema religioso ou espiritual» foi incluída na quarta edição do *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais* (DSM-IV). Esta categoria abrange outras situações que podem ser foco de atenção médica. Exemplos incluem: experiências negativas que implicam perda ou questionamento da fé,³ problemas associados com conversão a uma nova religião, questões acerca dos valores espirituais que podem não estar necessariamente relacionados com uma igreja organizada ou instituição religiosa (American Psychiatric Association [APA], 1996), intensificação de crenças e práticas religiosas, e adesão ou envolvimento com um novo movimento religioso ou culto (Lukoff et al., 1996). Uma perturbação mental pode estar ou não relacionada com um destes problemas (APA, 1996).⁴ Assim, os profissionais de saúde mental frequentemente expressam preocupações sobre a função da espiritualidade e da religião na vida das pessoas diagnosticadas com perturbações mentais graves (Fallot, 2001).

Nas últimas décadas, novos movimentos religiosos têm-se multiplicado aos milhares. De uma maneira geral, trata-se de grupos que prometem a felicidade por meio de uma vida cheia de saúde e de êxito, como prémio pela fé em Jesus Cristo, como é o caso dos movimentos evangélicos fundamentalistas, ou por uma vida imersa em profunda meditação e ascese, como é o caso dos grupos religiosos de inspiração oriental. Porém, muitos adeptos desses grupos religiosos queixam-se profundamente da falta de liberdade vigente nos mesmos (das Neves, 1995) e da alienação das pessoas por pressão moral e condicionamento psicológico (Verette, 2002). O estudo científico das práticas de grupos religiosos considerados psicologicamente manipuladores emergiu particularmente por causa da ocorrência de eventos dramáticos, como assassinatos⁵ (Agsar, 2018; Álvarez et al., 2000; Bromley & Melton, 2004; Clarke, 2006; Dubrow-Marshall, 2010; Hughes, 1998; Introvigne, 2002; Lalich, 2009; Olson, 1999; Osmond, 2007; Raevskiy, 2014; Sauvayre, 2011; Taylor, 2004; Walliss, 2007) e suicídios coletivos,⁶

ocorridos principalmente próximo do ano 2000, que causaram perplexidade na opinião pública e motivaram a busca de explicações (Agsar, 2018; Almendros et al., 2009a, 2009b; Almendros et al., 2011a, 2011b; Álvarez et al., 2000; Aronoff et al., 2000; Baron, 2000; Bromley & Melton, 2004; Dein & Littlewood, 2005; Đorđević, 1999; Freckelton, 1998; Gallagher & Ashcraft, 2006; Introvigne, 2002; Lalich, 2009; Osmond, 2007; Rice, 1987; Rodríguez, 1989; Rodríguez-Carballeira, 2004; Sauvayre, 2011; Taylor, 2004; Walliss, 2007; Zablocki, 1997; Zeller, 2006). Contudo, já na década de 1970 o movimento anti-cultos⁷ mostrava preocupação com diversas questões, como o desmembramento das famílias; lavagem cerebral; finanças; a saúde física e mental dos convertidos; desvios sexuais; abuso infantil (emocional, físico e sexual); exploração e manipulação; intriga política; assassinato e/ou suicídio em massa (Barker, 2014).⁸

Na secção seguinte procurámos clarificar os conceitos de igreja, seita, denominação, culto, novo movimento religioso e religião étnica. A necessidade de compreender a distinção entre estes tipos de organização religiosa prende-se com o facto do chamado abuso psicológico em grupo estar relacionado apenas com um destes tipos: o culto.

Conceitos de igreja, seita, denominação, culto, novo movimento religioso e religião étnica

A tipologia sociológica clássica da organização religiosa faz a distinção entre igreja, seita, denominação e culto (Đorđević, 1999). Na história do cristianismo aparecem já desde o Novo Testamento dois modelos de movimentos religiosos: o de «Igreja»,⁹ para designar a comunidade, mais ou menos numerosa, que vivia em harmonia com a sociedade, não esperava nada de extraordinário dos seus membros e não buscava o martírio, mas procurava até evitá-lo, retirando-se para lugares escondidos, e o de «seita», «heresia» ou «cisma»,¹⁰ aplicado a outro tipo de organização, que existia paralelamente à Igreja, porém menos numeroso, radical, não disposto a fazer concessões ao mundo e pronto a aceitar o martírio como prova de fidelidade à fé (Galindo, 1994). É evidente que, do ponto de vista etimológico, o termo seita não expressa juízos de valor sobre agregações singulares e também pode ser usado para realidades não-religiosas (Consejo Episcopal Latinoamericano [CELAM], 2006).

As seitas atuais são estereotipicamente concebidas como pequenas, sem importância, fanáticas, exclusivas¹¹ e estranhas (Beckford, 1978). A maioria dos movimentos cristãos e seitas messiânicas existentes na atualidade nasceram no movimento protestante. Essas seitas vêm principalmente dos Estados Unidos da América (Menick & Simliwa, 2007). As consequências teóricas de uma orientação sectária incluem geralmente padrões comportamentais rígidos,

conversões absolutas,¹² resistência à mudança social, altos níveis de participação religiosa, e apelo a pessoas da classe social baixa e minorias étnicas (Iannaccone, 1988). As seitas recorrem frequentemente à manipulação da Palavra de Deus para apoiar a doutrina do movimento à custa de simplificações abusivas (e.g., levar a Bíblia a dizer em que data vai dar-se o fim do mundo). Outra tendência sectária consiste no fechar-se no grupo e nas suas conclusões quando ele pretende ser autossuficiente e quando é exigida a rutura com o meio social e a família nas relações que não sejam as destinadas a convertê-los. Outras vezes, existem objetivos prioritariamente financeiros, utilizando-se a religião como um produto que se vende bem, recorrendo-se muitas vezes a processos de marketing que raíam os limites da honestidade (Vernette, 1981, 2002).

A «denominação», por sua vez, pode ser definida como uma etapa intermédia entre seita e Igreja. Superada a sua primeira etapa de instabilidade provocada pela rutura com a Igreja, do fervor carismático, do monopólio da “verdade” religiosa e do caráter exclusivista, a seita do tipo conversionista começa a tornar-se mais estável, a institucionalizar-se, ou seja, a organizar-se de uma forma semelhante a uma Igreja e torna-se, assim, numa denominação. Foi o que aconteceu, por exemplo, numa primeira fase com o Calvinismo e o Metodismo (Rodrigues, 2008). Tipicamente, as denominações adaptam-se às crenças e valores da classe média (Marty, 1960; Niebuhr, 1922) e existem numa situação de pluralismo religioso. É uma igreja voluntária, um corpo que reconhece a autenticidade de outras igrejas, mesmo que reivindique a sua. A denominação é voluntária porque pressupõe uma condição de tolerância legal e liberdade religiosa, um ambiente no qual é possível entrar ou não de boa vontade e onde há espaço para existir (Richey, 2005).

Uma série de movimentos religiosos, popularmente chamados de «cultos» (Bromley, 1991; Introvigne, 2018; Richardson, 1993; Robbins & Anthony, 1982; Rosedale & Langone, 2015), surgiu no final dos anos 1960 e cresceu rapidamente durante a década de 1970 (Bromley, 1991; Parton, 1986). Os cultos também são conhecidos por seitas coercitivas ou destrutivas, entre outros nomes.¹³ Podem ser definidos como um grupo totalitário que usa técnicas de persuasão coercitiva (Rodríguez-Carballeira, 2004) ou influência indevida (Hassan & Shah, 2019; Plotkin et al., 2016) para converter as pessoas e submetê-las à dependência do grupo (Rodríguez-Carballeira, 2004). A chamada “cultura do narcisismo” introduzida nos anos 70 e incidentes como a tragédia de Jonestown com centenas de mortos,¹⁴ ocorrida a 18 de novembro de 1978, envolvendo Jim Jones e seu movimento do Templo do Povo, provocaram um decréscimo na vitalidade dos cultos. Os anos 80, no entanto, foram caracterizados por um novo ciclo de crescimento (Parton, 1986). A proteção da Primeira Emenda e o status de isenção de

impostos nos Estados Unidos da América e noutros países democráticos podem obviamente ajudar e estimular o aparecimento de cultos exploradores e terroristas (Olsson, 2007). Atualmente o número de cultos à escala mundial alcançou proporções epidémicas (Hassan, 2017).

Os cultos são iniciados por autoproclamados gurus, messias e “professores” que afirmam ter missões especiais e um conhecimento especial (Singer, 1996). A personalidade do líder é mais importante do que as crenças que ele prega. Os membros do culto prestam lealdade a essa pessoa, que é considerada infalível, e seguem os seus ditames sem questionamento (Coon & Mitterer, 2013). O líder do culto torna-se um pai/Deus/profeta (Olsson, 2007).

Os cultos são tipicamente grupos altamente coesos. Os membros compartilham muitas crenças, realizam as mesmas rotinas e rituais e, às vezes, até vestem as roupas semelhantes. As emoções geradas pela situação do culto e a natureza simplista de muitas doutrinas do culto tornam as crenças do culto tentadoramente simples e as pressões para mantê-las muito fortes (Taylor, 2017).

Os cultos foram associados principalmente a áreas urbanas, particularmente aquelas que estão a passar por mudanças rápidas (Campbell, 1978). O facto de os membros desses grupos serem predominantemente constituídos por jovens adultos da classe média e educados surpreendeu os cientistas sociais (Bromley, 1991).

Existem muitos tipos de cultos, incluindo políticos, pseudo-terapêuticos, pseudo-religiosos/espirituais, comerciais, de treino de consciencialização de grandes grupos, etc. (Hassan & Shah, 2019). Em termos de cultos religiosos, podem ser considerados três tipos: (1) um tipo que busca a iluminação misticamente orientada;¹⁵ (2) um tipo instrumental, em que a experiência interior é procurada pelos seus efeitos; e (3) um tipo orientado a serviços, que é focado na ajuda a outras pessoas (Campbell, 1978). Mas, embora existam diferentes tipos de cultos, geralmente têm uma premissa similar:” o mundo é mau, nós somos bons, vem fazer parte de nós” (Salande & Perkins, 2011). Os cultos religiosos concentram uma grande percentagem dos seus esforços no recrutamento de novos membros, no controlo da vida financeira, social, familiar e sexual ou agressiva dos seus membros – “Para seu próprio bem”. A captação de recursos é também uma alta prioridade do grupo. Esses cultos promovem o isolamento do membro relativamente às ideias dominantes na sociedade e na cultura em geral. Eles buscam ativamente alienar todos os seus membros de potenciais influências moderadoras encontradas em famílias saudáveis, comunidades e igrejas de origem. Na verdade, o próprio culto é frequentemente visto como a nova e, por implicação, “superior”, família do adepto (Olsson, 2007).

Os cultos geraram uma das mais intensas controvérsias religiosas da história recente, centrada em torno do eventual uso de técnicas de conversão que foram rotuladas como lavagem cerebral (Bromley, 1991; Robbins, 1984; Robbins & Anthony, 1978, 1979). No passado, o termo lavagem cerebral referia-se principalmente a técnicas para influenciar prisioneiros de guerra, presos políticos, reféns mantidos por terroristas e outros semelhantes.¹⁶ Recentemente, foi usado para descrever os métodos usados por líderes de cultos para recrutar, reter e explorar os seus membros (West, 1993). A teoria da lavagem cerebral quando aplicada a religiões, afirma que os convertidos a um culto foram programados para acreditar num conjunto de crenças que, de acordo com a família e os amigos, são diametralmente opostos àquilo em que o convertido acreditava anteriormente (E. A. Young, 2012).

Langone (2015) apresenta uma lista de padrões comportamentais sociopsicológicos e interpessoais, comumente encontrados nos cultos:

1. O grupo demonstra um compromisso excessivamente zeloso e inquestionável com o seu líder e (se ele está vivo ou morto) considera o seu sistema de crenças, ideologia e práticas como a Verdade, como lei;
2. Questionar, duvidar e discordar são desencorajados ou mesmo punidos;
3. Práticas de alteração da mente (como meditação, canto, falar em línguas, sessões de denúncia e rotinas de trabalho debilitantes) são usadas em excesso e servem para suprimir dúvidas sobre o grupo e o(s) seu(s) líder(es);
4. A liderança dita, às vezes em grande detalhe, como os membros devem pensar, agir e sentir (por exemplo, os membros devem obter permissão para namorar, mudar de emprego, casar – ou os líderes prescrevem que tipos de roupas usar, onde morar, se ou não ter filhos, como disciplinar crianças e assim por diante);
5. O grupo é elitista, reivindicando um status especial e exaltado para si mesmo, para o(s) seu(s) líder(es) e seus membros (por exemplo, o líder é considerado o Messias, um ser especial, um avatar – ou o grupo e/ou o líder está numa missão especial para salvar a humanidade);
6. O grupo tem uma mentalidade polarizada de nós contra eles, que pode causar conflitos com a sociedade em geral;

7. O líder não é responsável perante nenhuma autoridade (ao contrário, por exemplo, de professores, comandantes militares ou ministros, padres, monges e rabinos de denominações religiosas tradicionais);
8. O grupo ensina ou implica que os seus fins supostamente exaltados justificam qualquer meio que julgue necessário. Isso pode resultar em que membros participam de comportamentos ou atividades que considerariam repreensíveis ou antiéticos antes de ingressarem no grupo (por exemplo, mentir para a família ou amigos, ou colecionar dinheiro para instituições de caridade falsas);
9. A liderança induz sentimentos de vergonha e/ou culpa, a fim de influenciar e/ou controlar os membros. Muitas vezes, isso é feito através da pressão dos colegas e de formas sutis de persuasão;
10. A subserviência ao líder ou grupo exige que os membros cortem os laços com a família e os amigos e que alterem radicalmente os objetivos e atividades pessoais que tinham antes de se juntarem ao grupo;
11. O grupo está preocupado em conseguir novos membros;
12. O grupo está preocupado em ganhar dinheiro;
13. Espera-se que os membros dediquem uma quantidade excessiva de tempo ao grupo e às atividades relacionadas ao grupo;
14. Os membros são encorajados ou obrigados a viver e/ou socializar apenas com outros membros do grupo;
15. Os membros mais leais (os “verdadeiros crentes”) sentem que não pode haver vida fora do contexto do grupo. Eles acreditam que não há outra maneira de ser e muitas vezes temem represálias para si mesmos ou para os outros se abandonarem (ou até mesmo considerarem abandonar) o grupo.

Quanto ao termo «novas religiões» ou «novos movimentos religiosos» (NRMs), entrou em uso geral na década de 1970 como um substituto do termo antigo «culto» (Melton, 2003). Este termo não tem a conotação negativa do termo culto; contudo, é um pouco impreciso, dado que algumas dessas «novas religiões» reivindicam heranças com séculos de idade (Richardson, 2006). “Novos” significa apenas que se apresentam com novas formas e novos modelos ideológicos e simbólicos que se afastam do sistema socioreligioso instituído (Jorge, 1991). O aparecimento de novos movimentos tem sido um fenómeno recorrente no contexto das culturas cristãs no Ocidente. A maioria desses movimentos – ridicularizados, perseguidos ou suprimidos – estava destinada a desaparecer num tempo relativamente curto; alguns, no entanto, persistiram até que deixaram de ser “novos” (Wilson, 1979). Os novos movimentos religiosos e novas formas de espiritualidade diferem de certas formas de religião moderna. Por exemplo, eles podem permitir a múltipla filiação, reconhecendo que as respostas a determinadas questões podem não ser necessariamente encontradas numa única organização religiosa, Os novos movimentos religiosos estão até preparados para aceitar que as respostas podem não ser necessariamente encontradas em organizações ou instituições rotuladas como religiosas e, assim, deixar em aberto a possibilidade de serem descobertas em interesses e atividades seculares, incluindo filosofia, arte e música (Clark, 2006).

Um outro tipo importante de grupo religioso que podemos encontrar no Ocidente moderno é aquele chamado de «religião étnica». Trata-se de um grupo religioso definido pela sua operação quase inteiramente dentro de um grupo étnico minoritário que existe dentro da sociedade anfitriã maior. Essas religiões geralmente foram “importadas” de outro país para servir uma comunidade de imigrantes (geralmente um imigrante continua a usar a sua língua nativa), dentro de um determinado país ocidental. Em geral, esses grupos limitam as suas atividades a um único grupo étnico/linguístico, mesmo depois da maioria do grupo ter adotado o idioma da nação anfitriã. Grupos religiosos baseados em etnias incluem as organizações budistas japonesas (como as igrejas budistas na América), os templos hindus asiáticos e as muitas mesquitas que servem a vários grupos de pessoas provenientes do Oriente Médio e do Sul da Ásia (Melton, 2007).

As Testemunhas de Jeová

Pelo fim do século XIX e começo do século XX surgiram algumas dissidências dentro do protestantismo: os Adventistas do Sétimo Dia (ou sabatistas), as Testemunhas de Jeová e a Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (ou Mórmons), que hoje não são

reconhecidos como membros da família protestante. São por isso chamadas igrejas cristãs marginais, paracristãs (Galindo, 1994), semicristãs (Nieto, 1992), protestantes marginais ou paraprotestantes (de Mola, 2001). Apoiam-se na Bíblia, interpretada a partir de uma revelação privada ao fundador da seita (Prieto, 1994). Esses movimentos religiosos e outros análogos, muito difundidos atualmente, têm como traço comum da sua doutrina o “milénarismo”, ou seja, a crença, apoiada nalgumas passagens do livro do Apocalipse (Revelação), de que o fim do mundo está próximo, e que a ele precederá ou se seguirá um período de mil anos durante o qual Jesus Cristo reinará com os seus eleitos, os mártires (Galindo, 1994), antes do Julgamento Final de toda a humanidade. O milénio assim instalado foi chamado «A Era Dourada» ou o «Céu Terrestre» (Clarke, 2006). Assim, a preocupação destes movimentos religiosos milenaristas não era com a redenção da ordem social, mas com a oferta de uma perspetiva de salvação para o indivíduo (Wilson, 1999). O interesse pela literatura apocalíptica normalmente cresce em tempos de crise, como aconteceu após a Primeira Guerra Mundial, no século XX, assim como no século I da Era Cristã (sob o domínio do Império Romano), e também na época macabaica da história de Israel (século II a.C.; Soares, 2008). Por isso, estas religiões que se expressam como sendo cristãs são consideradas “cultos de crise” (CELAM, 2006).

A religião das Testemunhas de Jeová, fundada em 1872 pelo americano Charles Taze Russell (1852-1916) durante o movimento adventista em Pittsburgh (cidade no oeste da Pensilvânia), é uma organização internacional, cujos seguidores acreditam que a Bíblia é a verdadeira palavra de Deus. Em 1931, a organização tornou-se oficialmente conhecida como “Testemunhas de Jeová”. Eles são politicamente neutros, não saúdam bandeiras, recusam-se a cumprir o serviço militar e não votam nas eleições públicas. Também não celebram nem o Natal nem os aniversários e devem cumprir um requisito mínimo de tempo mensal para o seu ministério (Chand et al., 2014).

Nos anexos desta tese encontra-se informação detalhada sobre as Testemunhas de Jeová.

Objetivo geral da tese

O objetivo geral desta tese foi analisar a perceção¹⁷ de abuso psicológico em grupo em ex-Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil, bem como os motivos para a desfiliação desse grupo religioso em Portugal e no Brasil, as possíveis consequências dessa desfiliação e a eventual relação entre estas variáveis.

Para alcançar a consecução deste objetivo foram realizados quatro estudos, sendo um deles uma revisão sistemática (Zedeck, 2014) e os restantes estudos empíricos (American

Psychological Association [APA], 2020). A revisão sistemática procurou determinar a prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos, por forma a existir um termo de comparação com a nossa amostra. Também houve a necessidade de adaptar para a população de ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil, instrumentos para avaliar a percepção de abuso psicológico em grupo. Desta forma, foi adotado o modelo de tese de doutoramento com estudos múltiplos e interligados (da Costa et al., 2019).

Objetivos específicos da tese

Cada objetivo específico da tese consiste no objetivo geral de cada um dos estudos desenvolvidos (da Costa et al., 2019). Assim, os objetivos específicos desta tese foram os seguintes:

Estudo 1: determinar a prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos.

Estudo 2: a) identificar os motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfilarem-se das Testemunhas de Jeová; b) descobrir quais foram as consequências da desfiliação religiosa na vida dessas pessoas; c) explorar associações entre esses motivos e consequências da desfiliação religiosa; d) explorar associações entre a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro e os motivos para a desfiliação; e e) avaliar o nível de depressão dos participantes e estudar a possibilidade da depressão ser uma consequência da desfiliação das Testemunhas de Jeová.

Estudo 3: traduzir para português e encontrar evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente das pontuações da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Estudo 4: a) calcular a prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil; b) explorar diferenças relativamente ao nível de percepção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres, e entre portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová; c) analisar uma possível relação entre a percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e a sensação de pertencer a esse grupo quando era membro; e d) explorar uma possível relação

entre a percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e o nível de depressão dos mesmos.

Pertinência da tese

Muitas ex-Testemunhas de Jeová (e.g., Madaleno, 2020) denunciam que essa organização religiosa recorre à manipulação psicológica dos seus membros, incluindo controlo da informação e práticas coercitivas (Muramoto, 1998), podendo ser considerada uma seita destrutiva (Đorđević, 1999). Contudo, ainda não uma evidência científica sólida desse facto. Apenas Humpl (2002) encontrou alguns componentes de manipulação psicológica em entrevistas realizadas a 101 indivíduos (48 mulheres, 53 homens), que tinham sido membros das Testemunhas de Jeová na República Checa. Encontrar a resposta a essa questão pode ser importante por dois motivos. Em primeiro lugar, ex-membros de grupos abusivos podem apresentar uma série de perturbações mentais e psicossociais (ver Tops et al., 2018), sendo muitas vezes necessária uma intervenção psicológica profissional para ajudar a que os ex-membros consigam uma reabilitação psicossocial satisfatória (Álvarez et al., 2000). Em segundo lugar, não há consenso na comunidade científica sobre a própria existência de abuso psicológico em grupos religiosos. Durante a década de 1980, estudiosos e profissionais que estudavam cultos e novos movimentos religiosos dividiram-se em dois grupos, comumente chamados de “pro-cultistas” e “anti-cultistas” (Langone, 2000). Nesta “guerra dos cultos”, os psicólogos clínicos frequentemente consideraram os cultos como perigosos e os sociólogos em geral mostraram-se céticos (Introvigne, 2014) e reagiram contra as alegações de “lavagem cerebral”, “roubo da mente” ou “sequestro psicológico”,¹⁸ considerando que não se baseiam em nenhuma evidência científica sólida (ver Anthony, 1999; Anthony & Robbins, 1992; Coleman, 1984; Introvigne, 2002; James, 1986; Kilbourne, 1983; Kilbourne & Richardson, 1986; Lewis, 1989; Moore, 1980; Parton, 1986; Passantino & Passantino, 1994; Reichert et al., 2015; Richardson, 1991, 2014; Richardson & Introvigne, 2001; Robbins, 2001; Robbins & Anthony, 1978, 1979, 1980a, 1980b, 1982; Shupe et al., 1977; Ungerleider & Wellisch, 1979; E. A. Young, 2012; J. L. Young & Griffith, 1989, 1992; Zablocki, 1997, 1998). A teoria da “lavagem cerebral” estaria a ser usada como um argumento pseudocientífico para negar a liberdade religiosa a grupos impopulares rotulados como “cultos” (Introvigne, 2002). A teoria da lavagem cerebral seria baseada unicamente em místicas de possessão espiritual (Robbins & Anthony, 1980b) ou demoníaca (Shupe et al., 1977), exorcismo e roubo de corpos, que permeiam a cultura popular (Robbins & Anthony, 1980b). Porém, existe uma crença generalizada entre os

anti-cultistas de que os membros de novos movimentos religiosos ou cultos eram mentalmente perturbados antes da conversão ao grupo, ou ficaram perturbados durante a permanência no mesmo e/ou após a desfiliação (Kilbourne & Richardson, 1986). A American Psychiatric Association (APA, 2013), por exemplo, considera a existência de uma perturbação da identidade devido a persuasão coercitiva prolongada e intensa. Indivíduos sujeitos a persuasão coercitiva intensa (e.g., lavagem cerebral, reforma de pensamentos, doutrinação em cativeiro, tortura, prisão política prolongada, recrutamento por seitas/cultos ou organizações terroristas) podem apresentar mudanças prolongadas na sua identidade, ou questionamento consciente da mesma. Outros investigadores defendem que os adeptos dos cultos contraem uma nova doença, chamada “doença da informação” (Coleman, 1984; Kilbourne, 1983).¹⁹ A doença não é fisiológica por natureza; não danifica ou destrói a maquinaria biológica robusta do cérebro. No entanto, representa uma alteração física da complexa organização do cérebro. Experiências novas e intensas podem provocar uma reorganização de microestruturas sinápticas de longa data; noutras pessoas, novos padrões de pensamento e sentimento podem simplesmente ser superpostos aos mais antigos. Ex-membros de cultos queixaram-se de desorientação e de “flutuação” dentro e fora de estados alterados, de pesadelos recorrentes, alucinações e delírios. Em antigos membros de grupos religiosos conhecidos pelos seus intensos rituais repetitivos, observou-se também uma incapacidade em romper os ritmos mentais de cantar, meditar ou falar em línguas (Conway & Siegelman, 1978, 1982).

Apesar da maioria dos membros de cultos acabarem por abandonar o grupo (Ross, 2014), a desfiliação ou deserção religiosa é um aspeto do comportamento religioso que tem recebido pouca atenção, tanto na literatura científica quanto no discurso público (Brinkerhoff & Burke, 1980; Cardano & Pannofino, 2018). Em Portugal, milhares de membros das Testemunhas de Jeová estão a abandonar a sua religião. Como evidência disso, podemos citar a criação na Internet do Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal (<http://testemunhasdejeova.forumeiros.com/>) e do Desperta! (<https://www.facebook.com/comunidade.extj/>), assim como da Associação Portuguesa de Vítimas de Preconceito Religioso (APVIPRE; <https://www.facebook.com/Apvipre-133213206826799/>), nascida no seio do Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal. Para além disso, muitas ex-Testemunhas de Jeová portuguesas estão registadas num fórum brasileiro, denominado Fórum Ex-Testemunhas de Jeová (<http://extestemunhasdejeova.net/forum/>). Apesar disso, até hoje não foram aplicados questionários sobre os motivos da desfiliação das Testemunhas de Jeová a grandes amostras, existindo apenas dados de entrevistas a amostras muito reduzidas (ver Holden, 2002; Hookway & Habibis, 2015).

Quando uma pessoa é desassociada (expulsa) das Testemunhas de Jeová ou pede a dissociação,²⁰ os membros que lá permanecem devem afastar-se e evitar o contacto com essa pessoa para o resto da sua vida, ou até que o ex-membro se submeta a um processo de “reintegração” (Weishaupt & Stensland, 1997). Essa é uma consequência já conhecida a priori, pois faz parte das normas dessa organização religiosa, mas nada sabemos sobre as possíveis repercussões que essa desfiliação pode ter a nível físico e psicológico.

É sabido que nas Testemunhas de Jeová a mulher deve aceitar a liderança do seu marido (Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados [ATVBT], 2016) e certos cargos na congregação só podem ser ocupados por homens (e.g., servo ministerial e ancião; Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania & Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados [WTBTSP & ATVBT], 2017), daí a pertinência de comparar a perceção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres.

A justificação para a comparação da perceção de abuso psicológico em grupo entre portugueses e brasileiros está relacionada com o facto de terem sido identificadas diferenças culturais entre estas duas populações (ver Goulart et al., 2015).

A inexistência até à data de instrumentos standardizados (i.e., escalas²¹) para avaliação da perceção de abuso psicológico em grupo na nossa língua impossibilitou a realização de estudos sobre este tema. Seria importante, portanto, que a comunidade científica falante de português dispusesse de versões portuguesas da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Notas

¹ Os termos espiritualidade e religião são frequentemente usados de forma intercambiável, mas são conceitos distintos para muitos autores (e.g., Brasileiro et al., 2017; Hill et al., 2000; Tanyi, 2002). A espiritualidade envolve a busca das pessoas por significado na vida, enquanto a religião envolve uma entidade organizada com rituais e práticas que visam a conexão com um poder superior ou Deus. A espiritualidade pode estar relacionada com a religião para certos indivíduos, mas para outros, como um ateu, pode não estar (Tanyi, 2002). Contudo, Streib e Hood (2011) defendem que: (1) a “espiritualidade” autoidentificada é (nada mais do que) religião; (2) essa “espiritualidade” faz parte da religião; e (3) “espiritualidade” é religião privatizada, orientada para a experiência. “Espiritualidade” é religião mística. Assim, não faz sentido investir tempo e energia na concetualização de “espiritualidade”.

² Podemos também encontrar uma ligação entre a religião e as neurociências. O campo conhecido como neuroteologia explora a relação entre espiritualidade, experiências espirituais e processos neurológicos (Baetz & Toews, 2009). Desde os anos 70 do século XX, estudos de casos de pacientes com epilepsia do lobo temporal ofereceram *insights* sobre a religiosidade e despertaram interesse na busca de correlatos neurológicos para a religiosidade (Cooke & Elcoro, 2013). Verificou-se que as convulsões epiléticas podem aumentar, alterar ou diminuir a experiência religiosa, especialmente num pequeno grupo de pacientes com epilepsia do lobo temporal. Assim, pensa-se que a experiência religiosa extática pode estar predominantemente localizada na região temporal do hemisfério cerebral direito (Devinsky & Lai, 2008).

³ Ter fé significa confiar na palavra de outra pessoa; não significa apenas acreditar em algo como o Pai Natal. Fé significa aceitar, acreditar e confiar – sem provas concretas e irrefutáveis – em algo que por nós mesmos não poderíamos conhecer ou entender (Trigilio & Brighenti, 2008).

⁴ Os problemas religiosos ou espirituais podem estar relacionados com as perturbações mentais numa das seguintes formas: (1) o problema é o foco de diagnóstico ou tratamento e o sujeito não tem perturbação mental; (2) o indivíduo tem uma perturbação mental que não está relacionada com o problema, devendo nesse caso ambos ser codificados; e (3) o sujeito tem uma perturbação mental que está relacionada com o problema, mas este tem uma gravidade que justifica atenção médica separadamente (APA, 1996).

⁵ No dia 20 de março de 1995, membros do culto Aum Shinrikyo entraram no sistema de metro de Tóquio (capital do Japão) e libertaram gaz Sarin, um agente nervoso mortal. Este ataque do metro foi o mais mortal de uma contínua campanha de terror levada a cabo por esse culto misterioso (Olson, 1999).

⁶ Na opinião de Rodríguez-Carballeira (2004), esses “suicídios coletivos” deveriam ser chamados de assassinatos múltiplos, porque são mortes promovidas e induzidas pelos líderes desses grupos.

⁷ Nos séculos anteriores, religiões não-ortodoxas eram geralmente silenciadas como resultado da perseguição e dominação por religiões estabelecidas, mas hoje em dia novos movimentos religiosos (NRMs) estão a surgir continuamente e estão a difundir-se para diferentes partes do mundo. O surgimento destes NRMs levou à criação de vários movimentos anti-cultos na América do Norte, Europa e noutras partes do mundo (Ibrahim, 2013). O movimento anti-cultos americano (ACM), corporificado mais proeminentemente em organizações de movimentos sociais como a American Family Foundation e a Cult Awareness Network, originou-se nos Estados Unidos em 1971. Começou como uma campanha de base

descentralizada contra uma diversidade de grupos religiosos que os estudiosos classificaram como novos movimentos religiosos (Bromley & Shupe, 1995). A teoria da lavagem cerebral é especialmente atrativa para pais preocupados (J. A. da Silva, 1995). Do ponto de vista do ACM, os NRMs são “cultos”, grupos pseudo-religiosos que se envolvem em práticas de “controle mental destrutivo” que subvertem a unidade familiar e a autonomia individual. O ACM é composto principalmente por grupos familiares cuja preocupação principal é com as conversões de membros da família aos NRMs (Bromley & Shupe, 1995). O uso da palavra «culto» pelo ACM contribuiu significativamente para o uso agora popular do termo, que tem estereotipado os novos movimentos religiosos como perigosos grupos pseudo-religiosos, desviantes, inconformes e sem sentido (E. A. Young, 2012). De particular interesse para os estudiosos da controvérsia dos “cultos” são os movimentos anticatólicos e anti-mórmons que surgiram nos Estados Unidos durante o século XIX. Ambos os movimentos produziram extensos corpos de literatura que mostram paralelos com a literatura anti-cultos (Lewis, 1989). O fator mais provável responsável pelo atual sentimento anti-cultos é a controvérsia sobre a desprogramação. Embora a questão da desprogramação seja tratada com alguma extensão, no início foi considerada uma espécie de “Watergate religioso” na medida em que serviu como trampolim para os oponentes dos cultos investigarem e “exporem” outras alegadas práticas questionáveis (Moore, 1980).

⁸ Por essa razão, Introvigne (2018) introduziu um novo tipo de organização religiosa, designado por «movimentos religiosos criminosos», que incluiria grupos que consistentemente praticam e/ou justificam crimes comuns como terrorismo, abuso infantil, violação, violência física, homicídio e crimes económicos graves.

⁹ A palavra igreja significa «convocação». Designa as assembleias do povo, em geral de carácter religioso. O termo *Kyriaké*, de onde derivou *church*, *Kirche*, significa «aquela que pertence ao Senhor». Na linguagem cristã, a palavra «Igreja» designa a assembleia litúrgica, mas também a comunidade local ou toda a comunidade universal dos crentes (*Catecismo da Igreja Católica*, 1993).

¹⁰ Etimologicamente, a palavra seita pode significar «secção», aquilo que foi cortado de outra realidade. Viria do verbo latino *seco*, cujo significado é «cortar». Seita seria, portanto, algo que seccionado de uma igreja, um grupo maior e original (Prieto, 1994).

¹¹ Estes movimentos caracterizam-se hoje pelo exclusivismo e pelo sistema de monopólio da salvação. Para eles, somente o seu grupo está certo e somente eles praticam a vontade de Deus. Na sua mentalidade, só tem a salvação ou só há de adquiri-la quem pertencer ao seu grupo (E. S. da Silva, 1991).

¹² As seitas são por natureza conversionistas, pois, para subsistir, são obrigadas a recrutar o maior número possível de adeptos; ou seja, têm como uma das suas principais características o forte proselitismo. Contudo, são mais exclusivistas, isto é, os critérios de admissão são rígidos, só aceitando pessoas consideradas aptas, com base nas suas qualidades religiosas e morais (Rodrigues, 2008).

¹³ A palavra «culto» vem do latim *colere*, que significa “tender (a fazer algo)” ou “lavar”, e é a palavra raiz para “cultura”, “cultivar” e “respeitar”. Por derivação também significa cuidar de um deus ou deusa através de rituais e atos de devoção e, assim, honrar, reverenciar e adorar as divindades. Somente em tempos relativamente recentes a palavra adquiriu uma conotação amplamente negativa. No discurso teológico ocidental, a palavra «culto» (*cultus* em latim) tradicionalmente refere-se a uma forma específica e estruturada de adoração ou ritual dentro de uma tradição religiosa, por exemplo, o culto de santos cristãos na Idade Média ou o culto da Deusa Mãe no antigo Oriente Próximo (Saliba, 2003). Os cultos são referidos na literatura científica por muitos outros nomes, tais como: cultos destrutivos (Hassan, 1988, 2017; Hassan & Shah, 2019; Introvigne, 2018), cultos de alta exigência (Kent & Willey, 2013), grupos “religiosos” desviantes (Coates, 2016; E. A. Young, 2012), seitas ou cultos desviantes (Robbins & Anthony, 1978, 1979), pseudoreligiões (Robbins & Anthony, 1978, 1979), grupos religiosos não convencionais (J. L. Young & Griffith, 1989), movimentos religiosos impopulares (J. L. Young & Griffith, 1992), seitas coercitivas (Rodríguez, 2000; Rodríguez-Carballeira, 2004), grupos de manipulação psicológica (Almendros et al., 2009a, 2009b; Almendros et al., 2011a, 2011b; González-Bueso et al., 2016), grupos carismáticos (Ayella, 1990; Coates, 2010, 2011; Galanter, 1990), cultos carismáticos (Dayan, 2018; Miller, 1984), seitas carismáticas (Galanter, 1982; Galanter et al., 1979; Rodríguez, 2000), grupos que rejeitam o mundo (Ayella, 1990), religiões extremistas (Introvigne, 2018), cultos extremistas (Ash, 1985), religiões fundamentalistas (Ness & Wintrob, 1980), grupos abusivos (Barranquero, 2016; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, & Almendros, 2018; Saldaña et al., 2017; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Guilera, 2018; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Nishida, 2018; Tops et al., 2018), grupos de alta exigência (Kent & Swanson, 2017), grupos manipulativos (Rodríguez-Carballeira et al., 2005), grupos de alto controlo (Gutgsell, 2017) ou seitas destrutivas (Álvarez et al., 2000; Rodríguez, 1989, 2000; Rodríguez-Carballeira, 2004).

¹⁴ Em novembro de 1978, quase todo o mundo ocidental acordou para o “problema dos cultos”. O congressista do Partido Democrata norte-americano Leo Joseph Ryan Jr., o correspondente da NBC News Don Harris, o operador cinematográfico da NBC News Bob

Brown e o fotógrafo do San Francisco Examiner Greg Robinson foram mortos a tiro num aeroporto na selva após uma visita investigativa a Jonestown, uma comunidade na Guiana construída por membros do Templo do Povo, um grupo religioso fundado em 1953 e liderado por um ministro ordenado dos Discípulos de Cristo, o reverendo Jim Jones. Poucas horas após o assassinato de Ryan e dos seus companheiros, Jones e mais de 900 dos seus seguidores suicidaram-se (Barker, 1986; Conway & Siegelman, 1978, 1982).

Os cultos apocalípticos são uma forma exclusivamente maligna de culto destrutivo. Um elemento sinistro entrelaçado no âmago da sua ideologia de culto, doutrinas e comportamento habitual é o cenário apocalíptico de morte em grupo. O líder apresenta repetidamente e com ousadia a nobre e gradualmente valorizada fantasia de morrer juntos, assassinar juntos ou ser preso pela “Causa”. O evento de suicídio ou homicídio em grupo é ensaiado em sermões, palestras ou conversas informais confiantes, vividamente descritivas e inspiradoras do líder. Este segredo do grupo permite um protesto ou uma batalha contra a injustiça ou o mal do inimigo externo. O cenário apocalíptico da morte em grupo não é um comando repentino e impulsivo de um líder em pânico num momento de crise. A morte em grupo ou homicídio em grupo está presente nas palestras do dia a dia do líder. O suicídio ou homicídio em grupo é retratado como uma partida para o céu ou um lugar espiritual melhor e cheio de ricas recompensas espirituais ou uma existência melhor (Olsson, 2007).

¹⁵ A igreja é uma instituição da graça (divina) e medeia a salvação para todos, sejam quais forem as suas qualificações religiosas. Assim, a igreja tende a negligenciar, por um lado, a busca evangélica pela perfeição ética e, por outro lado, o cultivo da experiência religiosa pessoal. Esta negligência dá origem a duas formas de protesto: a seita e o misticismo. O misticismo cristão surge quando o elemento da intimidade individual com Deus em Jesus é enfatizado. O misticismo pode ser localizado nos escritos de S. Paulo e no Quarto Evangelho (Evangelho segundo S. João), da mesma forma que os ideais da seita podem ser encontrados no Sermão da Montanha e nas suas elevadas exigências éticas, enquanto que a igreja assenta no universalismo do Evangelho (Steeman, 1975).

¹⁶ A teoria da lavagem cerebral tem as suas raízes na experimentação militar da Segunda Guerra Mundial, tanto nos Estados Unidos da América quanto na Alemanha, e na década de 1950 foi usada como ferramenta de propaganda para descrever a suposta conversão ao comunismo dos prisioneiros de guerra americanos na China (E. A. Young, 2012). Em setembro de 1950, aproximadamente três meses após o início da Guerra da Coreia, o jornal norte-americano Miami News publicou um artigo de Edward Hunter intitulado “ ‘Brain-Washing’ Tactics Force Chinese into Ranks of Communist Party”. Hunter, jornalista apoiado pela Central

Intelligence Agency (CIA) e eventual editor do jornal de guerra psicológica *Tactics*, publicaria dois livros sobre o assunto: *Brain-Washing in Red China: The Calculated Destruction of Men's Minds* (1951) e *Brainwashing: The Story of Men Who Defied It* (1956; Melley, 2008). A teoria foi então apropriada pelo emergente movimento anti-cultos na década de 1970 (E. A. Young, 2012). Segundo Hunter (1956), a lavagem cerebral consiste numa estratégia política de expansão e controlo composta por dois processos. Um é o processo de condicionamento, ou amolecimento, principalmente para fins de controlo. O outro é um processo de doutrinação ou persuasão para fins de conversão. Ambos podem ser conduzidos simultaneamente, ou um deles pode preceder o outro. Todavia, podemos encontrar na literatura outras definições de lavagem cerebral. Por exemplo, Malim e Birch (1998) dizem que a lavagem cerebral se refere simplesmente a técnicas de persuasão que envolvem a reformulação total da mentalidade de um indivíduo. Weeks (2014) refere que a lavagem cerebral diz respeito à aceitação de uma ideia que se repete constantemente. Essa lavagem cerebral torna-se especialmente eficaz se as crenças forem apresentadas como factos indiscutíveis e outros pontos de vista forem censurados. Já Coon e Mitterer (2013), definem lavagem cerebral como uma mudança de atitude planeada ou forçada envolvendo um público cativo. Anunciantes, políticos, educadores, organizações religiosas e outros procuram ativamente alterar atitudes e opiniões. Até certo ponto, os seus esforços persuasivos assemelham-se à lavagem cerebral, mas há uma diferença importante: a lavagem cerebral, ou mudança de atitude forçada, requer um público cativo. Se você se sentir ofendido com um anúncio de televisão, pode desligá-la. Os prisioneiros nos campos de prisioneiros de guerra estão completamente à mercê dos seus captores. O controlo total sobre o ambiente permite um grau de manipulação psicológica que seria impossível num ambiente normal. Por último, VandenBos (2015) define lavagem cerebral como uma ampla classe de táticas intensas e frequentemente coercitivas destinadas a produzir mudanças profundas em atitudes, crenças e emoções. Os alvos dessas táticas geralmente são prisioneiros de guerra e membros de cultos religiosos.

¹⁷ A percepção é o processo ou resultado de tornar-se consciente de objetos, relacionamentos e eventos por meio dos sentidos, que inclui atividades como reconhecer, observar e discriminar (VandenBos, 2015). A percepção pode ser descrita como um processo aproximadamente hierárquico no qual a informação sensorial é sucessivamente transformada em representações que formam a base para a ação (Zacks et al., 2007). A percepção do evento é o conjunto de mecanismos pelos quais um organismo representa a atividade na qual está imerso (Zacks, 2020).

¹⁸ Sequestro psicológico é a privação de uma pessoa do livre funcionamento da sua personalidade. O termo às vezes é usado para descrever o controlo psicológico da mente atribuído a cultos (VandenBos, 2015).

¹⁹ Conway e Siegelman (1978, 1982) estudaram as técnicas de comunicação que alguns dos líderes de cultos da América usam para obter controlo sobre a mente das pessoas. Concluíram que a maioria recorre ao uso e abuso de informações, a uma linguagem enganosa e distorcida, a uma sugestão artisticamente elaborada e de uma intensa experiência emocional, e táticas incapacitantes, agravadas pelo esgotamento físico e pelo isolamento. Estes autores propuseram primeiro o termo “snapping” (*snap* é uma palavra inglesa que significa romper, quebrar) para indicar qualquer alteração súbita e drástica da personalidade. Quando o “snapping” se transforma em doença da informação, representa uma alteração duradoura da consciência humana, da perceção, da memória e de outras capacidades básicas de processamento da informação. A existência desta doença da informação é, no entanto, contestada por outros autores. Lewis e Bromley (1987) propuseram uma explicação alternativa baseada na teoria do papel sociológico, que sugere que a fonte primária de qualquer turbulência emocional em ex-membros de novos grupos religiosos resultaria da dinâmica do processo de saída. Dados recolhidos em 154 membros de grupos religiosos controversos foram usados para explorar essa explicação alternativa. Nenhuma relação foi encontrada entre os preditores da doença da informação de Conway e Siegelman e os sintomas que eles identificaram. Em contraste, foi encontrada uma forte relação entre o modo de saída e esses sintomas. Os dados sugerem, portanto, que o processo de saída, e não as experiências de grupo, é a fonte dos tipos de turbulência emocional supostamente rotulados de doença da informação.

²⁰ O termo “dissociação” aplica-se à ação tomada por um membro batizado da congregação que, de livre e espontânea vontade, rejeita a sua posição como cristão. Ele faz isso por declarar que não quer mais ser reconhecido como Testemunha de Jeová. Quando é necessário desassociar um transgressor não arrependido, é feito este breve anúncio: “[Nome da pessoa] não é mais Testemunha de Jeová.” Não é preciso dizer mais do que isso. Esse anúncio servirá de alerta aos membros fiéis da congregação para que deixem de se associar com aquela pessoa. Esse anúncio deve ser aprovado pelo coordenador do corpo de anciãos (WTBTSP & ATVBT, 2017).

²¹ O fenómeno ou construto subjacente que uma escala pretende medir é frequentemente chamado de variável latente. Exatamente o que é uma variável latente? O seu nome revela duas características principais. Primeiro, o construto é latente ao invés de manifesto (e.g., as aspirações dos pais para o desempenho dos seus filhos não são diretamente observáveis). Além

disso, o construto é variável em vez de constante – ou seja, algum aspeto dele, como a sua força ou magnitude, muda (DeVellis, 2017).

A análise de rede é considerada como um novo método que desafia os modelos de variáveis latentes na dedução de atributos psicológicos. Com a análise de rede, os atributos psicológicos são derivados de um sistema complexo de componentes sem a necessidade de chamar quaisquer variáveis latentes (ver Cramer et al., 2010; Guyon et al., 2017).

Bibliografia

- AbdAleati, N. S., Zaharim, N. M., & Mydin, Y. O. (2016). Religiousness and mental health: Systematic review study. *Journal of Religion and Health, 55*(6), 1929–1937. <https://doi.org/10.1007/s10943-014-9896-1>
- Abu-Raiya, H. (2013). On the links between religion, mental health and inter-religious conflict: A brief summary of empirical research. *Israel Journal of Psychiatry and Related Sciences, 50*(2), 130–139. http://doctoronly.co.il/wp-content/uploads/2013/10/10_On-the-Links-between.pdf
- Agorastos, A., Demiralay, C., & Huber, C. G. (2014). Influence of religious aspects and personal beliefs on psychological behavior: Focus on anxiety disorders. *Psychology Research and Behavior Management, 7*, 93–101. <https://doi.org/10.2147/PRBM.S43666>
- Agsar, W. J. B. (2018). *Cults that kill: Shocking true stories of horror from psychopathic leaders, doomsday prophets, brainwashed followers, human sacrifices, mass suicides and grisly murders*. Ulysses Press.
- Almendros, C., Carroble, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., & Gámez-Guadix, M. (2009a). Reasons for leaving: Psychological abuse and distress reported by former members of cultic groups. *Cultic Studies Review, 8*(2), 111–138. <https://www.icsahome.com/articles/reasons-for-leaving-psychological-abuse-and-distress-reported-by-former-members-of-cultic-groups>
- Almendros, C., Carroble, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., & Gámez-Guadix, M. (2009b). Abandono y malestar psicológico en ex-miembros de grupos sectarios. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual, 17*(2), 181–201. https://www.behavioralpsycho.com/wp-content/uploads/2020/04/01.Almendros_17-2oa.pdf
- Almendros, C., Gámez-Guadix, M., Carroble, J. A., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2011a). Abuso psicológico en grupos manipuladores. *Behavioral Psychology/Psicología*

- Conductual*, 19(1), 157–182. https://www.behavioralpsycho.com/wp-content/uploads/2019/08/08.Almendros_19-1r.pdf
- Almendros, C., Gámez-Guadix, M., Carrobles, J. A., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2011b). Assessment of psychological abuse in manipulative groups. *International Journal of Cultic Studies*, 2, 61–76. <https://www.icsahome.com/articles/assessment-of-psychological-abuse-almendros-ijcs-2011>
- Álvarez, J. L. G., Peinado, J. I., & Rodríguez, A. M. M. (2000). Introducción al estudio de las sectas. *Papeles del Psicólogo*, 76, 51–56. <https://www.redalyc.org/pdf/778/77807608.pdf>
- American Psychiatric Association. (1996). *Manual de diagnóstico e estatística das perturbações mentais* (4th ed.). Climepsi Editores.
- American Psychiatric Association. (2013). *Diagnostic and statistical manual of mental disorders* (5th ed.). <https://doi.org/10.1176/appi.books.9780890425596>
- American Psychological Association. (2020). *Publication manual of the American Psychological Association* (7th ed.). <https://doi.org/10.1037/0000165-000>
- Andrade, C., & Radhakrishnan, R. (2009). Prayer and healing: A medical and scientific perspective on randomized controlled trials. *Indian Journal of Psychiatry*, 51(4), 247–253. <https://doi.org/10.4103/0019-5545.58288>
- Anthony, D. (1999). Pseudoscience and minority religions: An evaluation of the brainwashing theories of Jean-Marie Abgrall. *Social Justice Research*, 12(4), 421–456. <https://doi.org/10.1023/A:1022081411463>
- Anthony, D., & Robbins, T. (1992). Law, social science and the “brainwashing” exception to the First Amendment. *Behavioral Sciences & the Law*, 10(1), 5–29. <https://doi.org/10.1002/bsl.2370100103>
- Aronoff, J., Lynn, S. J., & Malinoski, P. (2000). Are cultic environments psychologically harmful? *Clinical Psychology Review*, 20(1), 91–111. [https://doi.org/10.1016/S0272-7358\(98\)00093-2](https://doi.org/10.1016/S0272-7358(98)00093-2)
- Ash, S. M. (1985). Cult-induced psychopathology, Part 1: Clinical picture. *Cultic Studies Journal*, 2(1), 31–90. <https://www.icsahome.com/articles/cult-induced-psychopathology-ash-csj-2-1-1985>
- Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. (2016). *O que a Bíblia realmente ensina*.
- Ayella, M. (1990). “They must be crazy”: Some of the difficulties in researching “cults.” *American Behavioral Scientist*, 33(5), 562–577. <https://doi.org/10.1177/0002764290033005005>

- Baetz, M., & Toews, J. (2009). Clinical implications of research on religion, spirituality, and mental health. *The Canadian Journal of Psychiatry*, *54*(5), 292–301. <https://doi.org/10.1177/070674370905400503>
- Barker, E. (1986). Religious movements: Cult and anticult since Jonestown. *Annual Review of Sociology*, *12*, 329–346. <https://doi.org/10.1146/annurev.so.12.080186.001553>
- Barker, E. (2014). The not-so-new religious movements: Changes in ‘the cult scene’ over the past forty years. *Temenos – Nordic Journal of Comparative Religion*, *50*(2), 235–256. <https://journal.fi/temenos/article/view/48461>
- Baron, R. S. (2000). Arousal, capacity, and intense indoctrination. *Personality and Social Psychology Review*, *4*(3), 238–254. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0403_3
- Barranquero, J. M. C. (2016). *Evaluación de persuasión coercitiva en contextos grupales* [Doctoral dissertation, Universidad de Málaga]. Universidad de Málaga Digital Archive. <https://riuma.uma.es/xmlui/handle/10630/11454>
- Bartkowski, J. P., Acevedo, G. A., & Van Loggerenberg, H. (2017). Prayer, meditation, and anxiety: Durkheim revisited. *Religions*, *8*(9), Article 191. <https://doi.org/10.3390/rel8090191>
- Beckford, J. A. (1978). Sociological stereotypes of the religious sect. *The Sociological Review*, *26*(1), 109–123. <https://doi.org/10.1111/j.1467-954X.1978.tb00126.x>
- Behere, P. B., Das, A., Yadav, R., & Behere, A. P. (2013). Religion and mental health. *Indian Journal of Psychiatry*, *55*(Suppl. 2), S187–S194. <https://doi.org/10.4103/0019-5545.105526>
- Bonelli, R. M., & Koenig, H. G. (2013). Mental disorders, religion and spirituality 1990 to 2010: A systematic evidence-based review. *Journal of Religion and Health*, *52*(2), 657–673. <https://doi.org/10.1007/s10943-013-9691-4>
- Bouso, R. S., Poles, K., Serafim, T. S., & de Miranda, M. G. (2011). Crenças religiosas, doença e morte: Perspectiva da família na experiência de doença. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, *45*(2), 397–403. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200014>
- Brasileiro, T. O. Z., Souza, V. H. S., Prado, A. A. O., Lima, R. S., Nogueira, D. A., & Chaves, E. C. L. (2017). Bem-estar espiritual e coping religioso/espiritual em pessoas com insuficiência renal crônica. *Avances en Enfermería*, *35*(2), 159–170. <https://doi.org/10.15446/av.enferm.v35n2.60359>
- Brinkerhoff, M. B., & Burke, K. L. (1980). Disaffiliation: Some notes on “falling from the faith”. *Sociological Analysis*, *41*(1), 41–54. <https://doi.org/10.2307/3709857>

- Bromley, D. G. (1991). Unraveling religious disaffiliation: The meaning and significance of falling from the faith in contemporary society. *Counseling and Values, 35*(3), 164–185. <https://doi.org/10.1002/j.2161-007X.1991.tb00989.x>
- Bromley, D. G., & Melton, J. G. (2004). Violence and religion in perspective. In D. G. Bromley & J. G. Melton (Eds.), *Cults, religion, and violence* (pp. 1–10). Cambridge University Press.
- Bromley, D. G., & Shupe, A. (1995). Anti-cultism in the United States: Origins, ideology and organizational development. *Social Compass, 42*(2), 221–236. <https://doi.org/10.1177/003776895042002006>
- Campbell, B. (1978). A typology of cults. *Sociological Analysis, 39*(3), 228–240. <https://doi.org/10.2307/3710443>
- Cardano, M., & Pannofino, N. (2018). Taking leave of Damanhur: Deconversion from a magico-esoteric community. *Social Compass, 65*(3), 433–450. <https://doi.org/10.1177/0037768618772683>
- Catecismo da Igreja Católica*. (1993). Gráfica de Coimbra.
- Chand, N. K., Subramanya, H. B., & Rao, G. V. (2014). Management of patients who refuse blood transfusion. *Indian Journal of Anaesthesia, 58*(5), 658–664. <https://doi.org/10.4103/0019-5049.144680>
- Clarke, P. B. (2006). *New religions in global perspective: A study of religious change in the modern world*. Routledge.
- Coates, D. D. (2010). Post-involvement difficulties experienced by former members of charismatic groups. *Journal of Religion and Health, 49*(3), 296–310. <https://doi.org/10.1007/s10943-009-9251-0>
- Coates, D. D. (2011). Counselling former members of charismatic groups: Considering pre-involvement variables, reasons for joining the group and corresponding values. *Mental Health, Religion & Culture, 14*(3), 191–207. <https://doi.org/10.1080/13674670903443404>
- Coates, D. D. (2016). Life inside a deviant “religious” group: Conformity and commitment as ensured through ‘brainwashing’ or as the result of normal processes of socialisation. *International Journal of Law, Crime and Justice, 44*, 103–121. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcj.2015.06.002>
- Coleman, L. (1984). New religions and the myth of mind control. *American Journal of Orthopsychiatry, 54*(2), 322–325. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1984.tb01499.x>

- Consejo Episcopal Latinoamericano. (2006). *Sectas y nuevos movimientos religiosos: Elementos para ampliar nuestra interpretación y pastoral*.
- Conway, F., & Siegelman, J. (1978). *Snapping: America's epidemic of sudden personality change*. Dell Publishing.
- Conway, F., & Siegelman, J. (1982, January). Information disease: Have cults created a new mental illness? *Science Digest*, 90, 86–92.
- Cooke, P., & Elcoro, M. (2013). Neurotheology: Neuroscience of the soul. *Journal of Young Investigators*, 25(3), 1–6. <https://static1.squarespace.com/static/5443d7c7e4b06e8b47de9a55/t/59b009e4cd39c3ef80081c95/1504709092801/March-2013-Neurotheology-of-the-Soul.pdf>
- Coon, D., & Mitterer, J. O. (2013). *Introduction to psychology: Gateways to mind and behavior* (13th ed.). Wadsworth.
- Cramer, A. O. J., Waldorp, L. J., van der Maas, H. L. J., & Borsboom, D. (2010). Comorbidity: A network perspective. *Behavioral and Brain Sciences*, 33(2–3), 137–193. <https://doi.org/10.1017/S0140525X09991567>
- da Costa, P. R., Ramos, H. R., & Pedron, C. D. (2019). Proposição de estrutura alternativa para tese de doutorado a partir de estudos múltiplos. *Revista Ibero-Americana de Estratégia*, 18(2), 155–170. <https://doi.org/10.5585/ijsm.v18i2.2783>
- da Silva, A. F., Ferreira, A. G. C., Melo, R. M., Lins, H. L. C. C., Feitosa, U. N. S., Neto, E. A. A., Rocha, S. S., & Neto, M. L. R. (2015). The influence of religiosity/spirituality on mental health. *International Archives of Medicine*, 8(116), 1–4. <https://doi.org/10.3823/1715>
- da Silva, E. S. (1991). *Testemunhas de Jeová: Comentário exegético e explicativo*. ETEQS – Escola de Educação Teológica “Pr. Elyseu Queiroz de Souza”.
- da Silva, J. A. (1995). Novos movimentos religiosos: Elementos para a sua compreensão. *Revista Portuguesa de Filosofia*, 51(1), 137–156. <http://www.jstor.org/stable/40337119>
- das Neves, J. C. (1995). O panorama actual das seitas. *Communio*, 8(4), 293–308. <http://www.revistacommunio.com/artigoDetalhe.php?id=406>
- Dayan, H. (2018). Sexual abuse and charismatic cults. *Aggression and Violent Behavior*, 41, 25–31. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2018.04.004>
- Dein, S., & Littlewood, R. (2005). Apocalyptic suicide: From a pathological to an eschatological interpretation. *International Journal of Social Psychiatry*, 51(3), 198–210. <https://doi.org/10.1177/0020764005056762>

- de Mola, P. F. L. (2001). Diversidad y especificidad de los protestantes. *Alteridades*, 11(22), 75–92. <https://www.redalyc.org/pdf/747/74702207.pdf>
- DeVellis, R. F. (2017). *Scale development: Theory and applications* (4th ed.). SAGE Publications.
- Devinsky, O., & Lai, G. (2008). Spirituality and religion in epilepsy. *Epilepsy & Behavior*, 12(4), 636–643. <https://doi.org/10.1016/j.yebeh.2007.11.011>
- Đorđević, D. B. (1999). Anti-cult movement: A possible expression of religious intolerance. *The scientific journal FACTA UNIVERSITATIS*, 2(6), 257–270. <http://facta.junis.ni.ac.rs/pas/pas99spec/pas99s-13.pdf>
- Dubrow-Marshall, R. (2010). The influence continuum—the good, the dubious, and the harmful: Evidence and implications for policy and practice in the 21st century. *International Journal of Cultic Studies*, 1(1), 1–12. <https://www.icsahome.com/articles/the-influence-continuum-dubrow-marshall-ijcs-2010>
- Fallot, R. D. (2001). Spirituality and religion in psychiatric rehabilitation and recovery from mental illness. *International Review of Psychiatry*, 13(2), 110–116. <https://doi.org/10.1080/09540260120037344>
- Fallot, R. D. (2007). Spirituality and religion in recovery: Some current issues. *Psychiatric Rehabilitation Journal*, 30(4), 261–270. <https://doi.org/10.2975/30.4.2007.261.270>
- Freckelton, I. (1998). “Cults”, calamities and psychological consequences. *Psychiatry, Psychology and Law*, 5(1), 1–46. <https://doi.org/10.1080/13218719809524918>
- Freire, J., Moleiro, C., & Rosmarin, D. H. (2016). Calling for awareness and knowledge: Perspectives on religiosity, spirituality and mental health in a religious sample from Portugal (a mixed-methods study). *Open Theology*, 2(1), 681–699. <https://doi.org/10.1515/opth-2016-0053>
- Galanter, M. (1982). Charismatic religious sects and psychiatry: An overview. *The American Journal of Psychiatry*, 139(12), 1539–1548. <https://doi.org/10.1176/ajp.139.12.1539>
- Galanter, M. (1990). Cults and zealous self-help movements: A psychiatric perspective. *The American Journal of Psychiatry*, 147(5), 543–551. <https://doi.org/10.1176/ajp.147.5.543>
- Galanter, M., Rabkin, R., Rabkin, J., & Deutsch, A. (1979). The “Moonies”: A psychological study of conversion and membership in a contemporary religious sect. *The American Journal of Psychiatry*, 136(2), 165–170. <https://doi.org/10.1176/ajp.136.2.165>
- Galindo, F. (1994). *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Petrópolis, Brasil: Editora Vozes.

- Gallagher, E. V., & Ashcraft, W. M. (2006). Introduction. In E. V. Gallagher & W. M. Ashcraft (Eds.), *Introduction to new and alternative religions in America* (Vols. 1–5, pp. ix–xv). Greenwood Press.
- González-Bueso, V., Santamaría, J. J., Merino, L., Montero, E., & Vega, M. C. (2016). Trastorno de dependencia grupal en un grupo de manipulación psicológica o secta coercitiva: A propósito de un caso. *Cuadernos de Medicina Psicosomática y Psiquiatría de Enlace*, *117*, 84–92. <http://www.editorialmedica.com/download.php?idart=733>
- Goulart, I. B., Reis, M. Â. C., & Caputo, U. (2015). Cultura portuguesa e cultura brasileira: A interinfluência de traços de colonizador e colonizado nas organizações. *Revista Jurídica Luso-Brasileira*, *1*(2), 989–1019. https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2015/2/2015_02_0989_1019.pdf
- Gutgsell, J. (2017). 'A loving provision'? *How former Jehovah's Witnesses experience shunning practices* [Master's thesis, Vrije Universiteit Brussel]. http://www.hjelpkilden.no/uploads/1/3/1/6/13166795/shunning_and_disfellowshipping_in_jw.pdf
- Guyon, H., Falissard, B., & Kop, J.-L. (2017). Modeling psychological attributes in psychology – An epistemological discussion: Network analysis vs. latent variables. *Frontiers in Psychology*, *8*, Article 798. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.00798>
- Hassan, S. (1988). *Combatting cult mind control*. Park Street Press.
- Hassan, S. (2017, July). Brainwashing young people into violent extremist cults. *Freedom from Fear*, *13*, 18–22. <https://doi.org/10.18356/d37f4d01-en>
- Hassan, S. A., & Shah, M. J. (2019). The anatomy of undue influence used by terrorist cults and traffickers to induce helplessness and trauma, so creating false identities. *Ethics, Medicine and Public Health*, *8*, 97–107. <https://doi.org/10.1016/j.jemep.2019.03.002>
- Hemmati, R., Bidel, Z., Nazarzadeh, M., Valadi, M., Berenji, S., Erami, E., Al Zaben, F., Koenig, H. G., Sanjari Moghaddam, A., Teymoori, F., Sabour, S., Ghanbarizadeh, S. R., & Seghatoleslam, T. (2019). Religion, spirituality and risk of coronary heart disease: A matched case–control study and meta-analysis. *Journal of Religion and Health*, *58*(4), 1203–1216. <https://doi.org/10.1007/s10943-018-0722-z>
- Hill, P. C., Pargament, K. I., Hood, R. W., Jr., McCullough, M. E., Swyers, J. P., Larson, D. B., & Zinnbauer, B. J. (2000). Conceptualizing religion and spirituality: Points of commonality, points of departure. *Journal for the Theory of Social Behaviour*, *30*(1), 51–77. <https://doi.org/10.1111/1468-5914.00119>
- Holden, A. (2002). *Jehovah's Witnesses: Portrait of a contemporary religious movement*. Routledge.

- Hookway, N. S., & Habibis, D. (2015). 'Losing my religion': Managing identity in a post-Jehovah's Witness world. *Journal of Sociology*, 51(4), 843–856. <https://doi.org/10.1177/1440783313476981>
- Hughes, C. W. (1998) Japan's Aum Shinrikyo, the changing nature of terrorism, and the post-cold war security agenda. *Global Change, Peace & Security*, 10(1), 39–60. <https://doi.org/10.1080/14781159808412846>
- Humpl, L. (2002). The Jehovah's Witnesses: Psychological aspects of membership and leaving the group. *Československá Psychologie: Časopis Pro Psychologickou Teorii a Praxi*, 46(4), 323–339. <http://cspych.psu.cas.cz/archiv.html>
- Hunter, E. (1956). *Brainwashing: The story of men who defied it*. Pyramid Books.
- Iannaccone, L. R. (1988). A formal model of church and sect. *American Journal of Sociology*, 94(Suppl.), S241–S268. <http://www.jstor.org/stable/2780248>
- Ibrahim, M. (2013). The rise and proliferation of new religious movements (NRMs) in Nigeria. *International Journal of Humanities and Social Science*, 3(15), 181–190. http://www.ijhssnet.com/journals/Vol_3_No_15_August_2013/21.pdf
- Introvigne, M. (2002). "There is no place for us to go but up": New religious movements and violence. *Social Compass*, 49(2), 213–224. <https://doi.org/10.1177/0037768602049002006>
- Introvigne, M. (2014). Advocacy, brainwashing theories, and new religious movements. *Religion*, 44(2), 303–319. <https://doi.org/10.1080/0048721X.2014.888021>
- Introvigne, M. (2018). Xie jiao as "criminal religious movements": A new look at cult controversies in China and around the world. *The Journal of CESNUR*, 2(1), 13–32. <https://doi.org/10.26338/tjoc.2018.2.1.2>
- James, G. G. (1986). Brainwashing: The myth and the actuality. *Thought: Fordham University Quarterly*, 61(241), 241–257. <https://doi.org/10.5840/thought19866125>
- Jorge, J. D. C. (1991). Aspectos psicológicos dos novos movimentos religiosos. *Communio*, 8(4), 348–361. <http://www.revistacommunio.com/artigoDetalhe.php?id=411>
- Kent, S. A., & Swanson, K. (2017). The history of credibility attacks against former cult members. *International Journal of Cultic Studies*, 8(2), 1–35. <https://www.icsahome.com/articles/the-history-of-credibility-attacks-against-former-cult-members-docx>
- Kent, S. A., & Willey, R. D. (2013). Sects, cults, and the attack on jurisprudence. *Rutgers Journal of Law & Religion*, 14, 306–360. <https://lawandreligion.com/sites/law-religion/files/Sects-Cults-Kent-Willey.pdf>

- Kilbourne, B. K. (1983). The Conway and Siegelman claims against religious cults: An assessment of their data. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 22(4), 380–385. <https://doi.org/10.2307/1385775>
- Kilbourne, B. K., & Richardson, J. T. (1986). Cultphobia. *Thought: Fordham University Quarterly*, 61(241), 258–266. <https://doi.org/10.5840/thought19866126>
- Koenig, H. G. (2012). Religion, spirituality, and health: The research and clinical implications. *ISRN Psychiatry*, 2012, Article 278730. <https://doi.org/10.5402/2012/278730>
- Lalich, J. (2009). The violent outcomes of ideological extremism: What have we learned since Jonestown? *Cultic Studies Review*, 8(3), 281–302. <https://www.icsahome.com/articles/the-violent-outcomes-of-ideological-extremism-what-have-we-learned-since-jonestown>
- Langone, M. D. (2000). The two “camps” of cultic studies: Time for a dialogue. *Cultic Studies Journal*, 17, 79–100. <https://www.icsahome.com/articles/the-two-camps-of-cultic-studies-langone>
- Langone, M. D. (2015). Characteristics associated with cultic groups – Revised. *ICSA Today*, 6(3), 10. <https://www.spiritualabuseresources.com/articles/characteristics-associated-with-cultic-groups>
- Lewis, J. R. (1989). Apostates and the legitimization of repression: Some historical and empirical perspectives on the cult controversy. *Sociological Analysis*, 49(4), 386–396. <https://doi.org/10.2307/3711224>
- Lewis, J. R., & Bromley, D. G. (1987). The cult withdrawal syndrome: A case of misattribution of cause? *Journal for the Scientific Study of Religion*, 26(4), 508–522. <https://doi.org/10.2307/1387101>
- Lukoff, D., Lu, F. G., & Turner, R. (1996). Diagnosis: A transpersonal clinical approach to religious and spiritual problems. In B. W. Scotton, A. B. Chinen, & J. R. Battista (Eds.), *Textbook of transpersonal psychiatry and psychology* (pp. 231–249). Basic Books.
- Madaleno, A. (2020). *Apóstata!—Porque abandonei as Testemunhas de Jeová*. Arena.
- Malim, T., & Birch, A. (1998). *Introductory psychology*. Palgrave.
- Marty, M. E. (1960). Sects and cults. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 332(1), 125–134. <https://doi.org/10.1177/000271626033200113>
- Melley, T. (2008). Brainwashed! Conspiracy theory and ideology in the postwar United States. *New German Critique* 103, 35(1), 145–164. <https://doi.org/10.1215/0094033X-2007-023>
- Melton, J. G. (2003). Introduction: New religious movements. In J. A. Saliba, *Understanding new religious movements* (2nd ed., pp. xi–xvi). AltaMira Press.

- Melton, J. G. (2007). Introducing and defining the concept of a new religion. In D. G. Bromley (Ed.), *Teaching new religious movements* (pp. 29–40). Oxford University Press.
- Menick, D. M., & Simliwa, D. K. (2007). Nouvelles religiosités en Afrique: Des croyants à l'épreuve de la folie. *Perspectives Psy*, 46(4), 387–404. <https://doi.org/10.1051/ppsy/2007464387>
- Miller, M. (1984). The treatment of a borderline patient complicated by involvement with a charismatic religious cult: A case report. *Jefferson Journal of Psychiatry*, 2(1), Article 9, 25–31. <https://doi.org/10.29046/JJP.002.1.005>
- Moore, J. P. (1980). Piercing the religious veil of the so-called cults. *Pepperdine Law Review*, 7(3), 655–710. <https://digitalcommons.pepperdine.edu/cgi/viewcontent.cgi?referer=https://www.google.com/&httpsredir=1&article=2063&context=plr>
- Moreira-Almeida, A., Neto, F. L., & Koenig, H. G. (2006). Religiousness and mental health: A review. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 28(3), 242–250. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462006005000006>
- Muramoto, O. (1998). Bioethics of the refusal of blood by Jehovah's Witnesses: Part 1. Should bioethical deliberation consider dissidents' views? *Journal of Medical Ethics*, 24(4), 223–230. <https://jme.bmj.com/content/medethics/24/4/223.full.pdf>
- Ness, R. C., & Wintrob, R. M. (1980). The emotional impact of fundamentalist religious participation: An empirical study of intragroup variation. *American Journal of Orthopsychiatry*, 50(2), 302–315. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.1980.tb03292.x>
- Niebuhr, H. R. (1992). *The social sources of denominationalism*. Meridian Books.
- Nieto, F. S. (1992). *Sectas y otras doctrinas en la actualidad* (2nd ed.). Consejo Episcopal Latinoamericano.
- Olson, K. B. (1999). Aum Shinrikyo: Once and future threat? *Emerging Infectious Diseases*, 5(4), 513–516. <https://doi.org/10.3201/eid0504.990409>
- Olsson, P. A. (2007, Winter). Group death myths and terror cult groups. *The Journal of Psychohistory*, 34(3), 241–254. <http://primal-page.com/olsson.htm>
- Osmond, A. (2007). Fear and pride in ideographic identification. *Cultic Studies Review*, 6(1), 44–76. <https://www.icsahome.com/articles/fear-and-pride-in-ideographic-identification>
- Pargament, K. I., Koenig, H. G., Tarakeshwar, N., & Hahn, J. (2004). Religious coping methods as predictors of psychological, physical and spiritual outcomes among medically ill elderly patients: A two-year longitudinal study. *Journal of Health Psychology*, 9(6), 713–730. <https://doi.org/10.1177/1359105304045366>

- Parton, C. A. (1986). When courts come knocking at the cult's door: Religious cults and the first amendment. *Hastings Communications and Entertainment Law Journal*, 9(2), 279–305. https://repository.uchastings.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1193&context=hastings_comm_ent_law_journal
- Passantino, R., & Passantino, G. (1994). Overcoming the bondage of victimization: A critical evaluation of cult mind-control theories. *Cornerstone*, 22(102–103), 31–42. http://www.answers.org/cultsandreligions/mind_control.html
- Plotkin, D. A., Spar, J. E., & Horwitz, H. L. (2016). Assessing undue influence. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 44(3), 344–351. <http://jaapl.org/content/jaapl/44/3/344.full.pdf>
- Prieto, A. A. (1994). *As seitas e os cristãos*. Edições São Paulo.
- Raevskiy, A. E. (2014). Psychological aspects of the Aum Shinrikyo affair. *Psychology in Russia: State of the Art*, 7(1), 34–39. <https://doi.org/10.11621/pir.2014.0104>
- Reichert, J., Richardson, J. T., & Thomas, R. (2015). “Brainwashing”: Diffusion of a questionable concept in legal systems. *International Journal for the Study of New Religions*, 6(1), 3–26. <https://doi.org/10.1558/ijnsr.v6i1.22186>
- Rice, R. M. (1987). Destructive cults: A legal dilemma. *Journal of Contemporary Criminal Justice*, 3(3), 10–18. <https://doi.org/10.1177/104398628700300303>
- Richardson, J. T. (1991). Cult/brainwashing cases and freedom of religion. *Journal of Church and State*, 33(1), 55–74. <https://doi.org/10.1093/jcs/33.1.55>
- Richardson, J. T. (1993). Definitions of cult: From sociological-technical to popular-negative. *Review of Religious Research*, 34(4), 348–356. <https://doi.org/10.2307/3511972>
- Richardson, J. T. (2006). Cult and new religions. In P. B. Clarke (Ed.), *Encyclopedia of new religious movements* (pp. 144–147). Routledge.
- Richardson, J. T. (2014). Brainwashing’ as forensic evidence. In S. J. Morewitz & M. L. Goldstein (Eds.), *Handbook of forensic sociology and psychology* (pp. 77–85). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4614-7178-3>
- Richardson, J. T., & Introvigne, M. (2001). “Brainwashing” theories in European parliamentary and administrative reports on “cults” and “sects”. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 40(2), 143–168. <https://doi.org/10.1111/0021-8294.00046>
- Richey, R. E. (2005, Winter). Denominations and denominationalism: Past, present, and future. *Word & World*, 25(1), 15–22. https://wordandworld.luthersem.edu/content/pdfs/25-1_Denominations/25-1_Richey.pdf

- Robbins, T. (1984). Constructing cultist “mind control”. *Sociological Analysis*, 45(3), 241–256. <https://doi.org/10.2307/3711480>
- Robbins, T. (2001). Combating “cults” and “brainwashing” in the United States and Western Europe: A comment on Richardson and Introvigne’s report. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 40(2), 169–175. <https://doi.org/10.1111/0021-8294.00047>
- Robbins, T., & Anthony, D. (1978). New religions, families and brainwashing. *Society*, 15(4), 77–83. <https://doi.org/10.1007/BF02694718>
- Robbins, T., & Anthony, D. (1979). Cults, brainwashing, and counter-subversion. *The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science*, 446(1), 78–90. <https://doi.org/10.1177/000271627944600108>
- Robbins, T., & Anthony, D. (1980a). Brainwashing and the persecution of “cults”. *Journal of Religion and Health*, 19(1), 66–69. <https://doi.org/10.1007/BF00996781>
- Robbins, T., & Anthony, D. (1980b). The limits of “coercive persuasion” as an explanation for conversion to authoritarian sects. *Political Psychology*, 2(2), 22–37. <https://doi.org/10.2307/3790815>
- Robbins, T., & Anthony, D. (1982). Deprogramming, brainwashing and the medicalization of deviant religious groups. *Social Problems*, 29(3), 283–297. <https://doi.org/10.2307/800160>
- Rodrigues, D. (2008). Novos movimentos religiosos: Realidade e perspectiva sociológica. *Revista ANTHROPOLÓGICAS*, 19(1), 17–42. <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaanthropologicas/article/viewFile/23660/19316>
- Rodríguez, P. (1989). *El poder de las sectas*. Ediciones B.
- Rodríguez, P. (2000). *Adicción a sectas: Pautas para el análisis, prevención y tratamiento*. Ediciones B.
- Rodríguez-Carballeira, Á. (2004). La actuación de las sectas coercitivas. *Eguzkilore*, 18, 247–268. <https://www.ehu.eus/documents/1736829/2174326/17Rodriguez.pdf>
- Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., Escartín, J., Porrúa, C., Martín-Peña, J., Javaloy, F., & Carroble, J. A. (2005). Un estudio comparativo de las estrategias de abuso psicológico: En pareja, en el lugar de trabajo y en grupos manipulativos. *Anuario de Psicología*, 36(3), 299–314. <https://revistes.ub.edu/index.php/Anuario-psicologia/article/view/8594/10666>
- Rodríguez-Carballeira, Á., Saldaña, O., Almendros, C., Martín-Peña, J., Escartín, J., & Porrúa-García, C. (2015). Group psychological abuse: Taxonomy and severity of its components.

- The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 7(1), 31–39. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2014.11.001>
- Rosedale, H. L., & Langone, M. D. (2015). On using the term cult. *ICSA Today*, 6(3), 4–6. <https://www.spiritualabuseresources.com/articles/on-using-the-term-cult>
- Ross, R. A. (2014). *Cults inside out: How people get in and can get out*. CreateSpace Independent Publishing Platform.
- Salande, J. D., & Perkins, D. R. (2011). An object relations approach to cult membership. *American Journal of Psychotherapy*, 65(4), 381–391. <https://doi.org/10.1176/appi.psychotherapy.2011.65.4.381>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C. (2018). The Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Psychometric properties of the Spanish version. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, 26(3), 421–436. https://www.behavioralpsychology.com/wp-content/uploads/2018/12/02._Saldana_26-3oa.pdf
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Guilera, G. (2018). Group psychological abuse and psychopathological symptoms: The mediating role of psychological stress. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–22. <https://doi.org/10.1177/0886260518815710>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Nishida, K. (2018). Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Psychometric properties of the Japanese version. *Japanese Psychological Research*, 60(1), 13–24. <https://doi.org/10.1111/jpr.12166>
- Saliba, J. A. (2003). *Understanding new religious movements* (2nd ed.). AltaMira Press.
- Sauvayre, R. (2011). Le changement de croyances extrêmes: Du cadre cognitif aux conflits de valeurs. *Revue européenne des sciences sociales*, 49(1), 61–82. <https://doi.org/10.4000/ress.830>
- Shupe, A. D., Jr., Spielmann, R., & Stigall, S. (1977). Deprogramming: The new exorcism. *The American Behavioral Scientist*, 20(6), 941–956. <https://doi.org/10.1177/000276427702000609>
- Singer, M. T. (1996). Therapy, thought reform, and cults. *Transactional Analysis Journal*, 26(1), 15–22. <https://doi.org/10.1177/036215379602600105>
- Soares, D. O. (2008). A literatura apocalíptica: O gênero como expressão. *Horizonte*, 7(13), 99–113. <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/viewFile/425/835>
- Steeman, T. M. (1975). Church, sect, mysticism, denomination: Periodological aspects of Troeltsch's types. *Sociological Analysis*, 36(3), 181–204. <https://doi.org/10.2307/3710365>

- Streib, H., & Hood, R. W. (2011). "Spirituality" as privatized experience-oriented religion: Empirical and conceptual perspectives. *Implicit Religion, 14*(4), 433–453. <https://doi.org/10.1558/imre.v14i4.433>
- Tanyi, R. A. (2002). Towards clarification of the meaning of spirituality. *Journal of Advanced Nursing, 39*(5), 500–509. <https://doi.org/10.1046/j.1365-2648.2002.02315.x>
- Taylor, K. (2004). *Brainwashing: The science of thought control*. Oxford University Press.
- Taylor, K. (2017). *Brainwashing: The science of thought control* (2nd ed.). Oxford University Press.
- Teixeira, J. J. V., & Lefèvre, F. (2008). Significado da intervenção médica e da fé religiosa para o paciente idoso com câncer. *Ciência & Saúde Coletiva, 13*(4), 1247–1256. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232008000400021>
- Tops, O. S., Antelo, E., Rodríguez-Carballeira, Á., & Rodríguez, C. A. (2018). Taxonomy of psychological and social disturbances in survivors of group psychological abuse. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma, 27*(9), 1003–1021. <https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1405315>
- Trigilio, J., Jr., & Brighenti, K. (2008). *Catolicismo para dummies*. Wiley Publishing.
- Ungerleider, J. T., & Wellisch, D. K. (1979). Coercive persuasion (brainwashing), religious cults, and deprogramming. *The American Journal of Psychiatry, 136*(3), 279–282. <https://doi.org/10.1176/ajp.136.3.279>
- VandenBos, G. R. (Ed.). (2015). *APA dictionary of psychology* (2nd ed.). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14646-000>
- Vernette, J. (1981). Le foisonnement des sectes: Question posée à la pastorale. *Nouvelle Revue Théologique, 103*(5), 641–663. <https://www.nrt.be/en/articles/le-foisonnement-des-sectes-question-posee-a-la-pastorale-983>
- Vernette, J. (2002). *Seitas: Que dizer? Que fazer?* Temas e Debates.
- Walliss, J. (2007). Understanding contemporary millenarian violence. *Religion Compass, 1*(4), 498–511. <https://doi.org/10.1111/j.1749-8171.2007.00030.x>
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, & Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. (2017). *Organizados para fazer a vontade de Jeová*. Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados.
- Weber, S. R., & Pargament, K. I. (2014, September). The role of religion and spirituality in mental health. *Current Opinion in Psychiatry, 27*(5), 358–363. <https://doi.org/10.1097/YCO.0000000000000080>
- Weeks, M. (2014). *Heads up: Psychology*. DK Publishing.

- Weishaupt, K. J., & Stensland, M. D. (1997). Wifely subjection: Mental health issues in Jehovah's Witness women. *Cultic Studies Journal*, 14(1), 106–144. <https://www.icsahome.com/articles/wifely-subjection--mental-health-issues-in-jw-women-csj-14-1>
- West, L. J. (1993). A psychiatric overview of cult-related phenomena. *Journal of The American Academy of Psychoanalysis*, 21(1), 1–19. <https://doi.org/10.1521/jaap.1.1993.21.1.1>
- Wilges, I. (2001). *Cultura religiosa: As religiões no mundo* (12th ed.). Editora Vozes.
- Wilson, B. R. (1979). The new religions: Some preliminary considerations. *Japanese Journal of Religious Studies*, 6(1–2), 193–216. <https://www.jstor.org/stable/30233198>
- Wilson, B. (1999). Introduction. In B. Wilson & J. Cresswell (Eds.), *New religious movements: Challenge and response* (pp. 1–11). Routledge.
- Young, E. A. (2012). The use of the »brainwashing« theory by the anti-cult movement in the United States of America, pre-1996. *Zeitschrift für junge Religionswissenschaft*, 7, 1–13. <https://doi.org/10.4000/zjr.387>
- Young, J. L., & Griffith, E. E. H. (1989). Expert testimony in cult-related litigation. *Bulletin of the American Academy of Psychiatry and the Law*, 17(3), 257–267. <http://jaapl.org/content/jaapl/17/3/257.full.pdf>
- Young, J. L., & Griffith, E. E. H. (1992). A critical evaluation of coercive persuasion as used in the assessment of cults. *Behavioral Sciences and the Law*, 10(1), 89–101. <https://doi.org/10.1002/bsl.2370100109>
- Zablocki, B. (1997). The blacklisting of a concept: The strange history of the brainwashing conjecture in the sociology of religion. *Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions*, 1(1), 96–121. <https://doi.org/10.1525/nr.1997.1.1.96>
- Zablocki, B. D. (1998). Exit cost analysis: A new approach to the scientific study of brainwashing. *Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions*, 1(2), 216–249. <https://doi.org/10.1525/nr.1998.1.2.216>
- Zacks, J. M. (2020). Event perception and memory. *Annual Review of Psychology*, 71, 165–191. <https://doi.org/10.1146/annurev-psych-010419-051101>
- Zacks, J. M., Speer, N. K., Swallow, K. M., Braver, T. S., & Reynolds, J. R. (2007). Event perception: A mind-brain perspective. *Psychological Bulletin*, 133(2), 273–293. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.133.2.273>
- Zedeck, S. (Ed.). (2014). *APA dictionary of statistics and research methods*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14336-000>

Zeller, B. E. (2006). Scaling Heaven's Gate: Individualism and salvation in a new religious movement. *Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions*, 10(2), 75–102. <https://doi.org/10.1525/nr.2006.10.2.75>

Estudo 1. Prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos: Uma revisão sistemática

Resumo

O abuso psicológico em grupo refere-se a situações em que técnicas de persuasão, controlo, pressão, manipulação e coerção são usadas continuamente para alcançar a submissão das pessoas ao grupo, com o objetivo de explorá-las e/ou maltratá-las. Neste estudo, realizámos uma revisão sistemática com o objetivo de determinar a prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos. Foram incluídos nesta revisão sistemática artigos publicados em língua inglesa e espanhola. Foi realizada uma busca sistemática da literatura nas seguintes bases de dados eletrónicas: Web of Science, ScienceDirect, APA PsycArticles®, Taylor & Francis Online, SAGE journals, JSTOR, Wiley Online Library, APA PsycInfo®, PubMed.gov e também no sítio Google Académico. Foram consultados os registos desde o primeiro ano disponível até 28 de dezembro de 2019. Foram encontrados apenas dois estudos, um realizado em Espanha e outro nos Estados Unidos da América, que reportaram uma elevada prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos ($M = 88.0\%$). Foram discutidas diversas limitações desta revisão sistemática.

Palavras-chave: abuso psicológico em grupo, seitas, cultos, prevalência, revisão sistemática

Introdução

Diversos estudos mostraram que ex-membros de grupos de manipulação psicológica (GMP) de âmbito religioso,¹ designados por cultos nos países anglo-saxónicos, descrevem a sua experiência nos seus antigos ambientes grupais em termos de abuso psicológico percebido (e.g., Adams, 1998; Chambers et al., 1994). Vários termos foram propostos para tentar definir o que acontece nesses grupos religiosos: práticas indutoras de dependência (Coates, 2016), influência indevida (Hassan, 2017; Hassan & Shah, 2019), doutrinação intensa (Baron, 2000), doutrinação vigorosa (Group for the Advancement of Psychiatry [GAP], 1957), reeducação, reforma do pensamento (Lifton, 1961/1989), lavagem cerebral (Hunter, 1951, 1956),² persuasão coercitiva (Schein, 1960; Schein et al., 1961), persuasão exploradora (Singer & Addis, 1992), persuasão organizada (Singer & Lalich, 1995), controlo da mente (Hassan, 1988), influência social não-ética, manipulação psicológica (Almendros et al., 2011a, 2011b),

programas coordenados de influência coercitiva e controlo de comportamento (Ofshe & Singer, 1986), abuso psiquiátrico (Freckelton, 1998) e abuso psicológico (Langone, 1992). O abuso psicológico em grupo refere-se a situações em que técnicas de persuasão, controlo, pressão, manipulação e coerção são usadas continuamente para alcançar a submissão das pessoas ao grupo, com o objetivo de explorá-las e/ou maltratá-las (Langone, 1992; Rodríguez-Carballeira et al., 2015). Esta definição de abuso psicológico em grupo concentra-se na ação abusiva em si, sem mencionar as suas possíveis consequências para as pessoas afetadas (Rodríguez-Carballeira et al., 2015).³ Porém, o abuso psicológico em grupo não é exclusivo do campo religioso; pode igualmente ocorrer no seio de famílias, escolas, fraternidades, tribunais, esquadras de polícia, no local de trabalho, num contexto psicoterapêutico, etc. É de realçar, também, que o abuso psicológico em grupo pode variar em grau, de leve a grave, podendo as formas mais leves englobar o assédio psicológico e o desdém (Langone, 1992). No caso de grupos religiosos, no outro extremo do continuum estaria o chamado «terrorismo espiritual», caracterizado pela interpretação teológica literal, enfatizando, por exemplo, no caso de religiões cristãs, uma forte ênfase na condenação eterna no fogo do inferno (Purcell, 1998a, 1998b).

No campo religioso ou espiritual, o abuso psicológico é muitas vezes designado por «abuso espiritual» (ver Matthews & Snow, 2017; Oakley & Kinmond, 2014; Purcell, 1998a, 1998b; Ward, 2011). Determinados líderes religiosos podem estar a abusar psicologicamente das pessoas para conseguir obter um grande número de convertidos, o que pode aumentar o seu poder, a fama, a riqueza, etc. (Purcell, 1998b).⁴ Como justificação, o(s) líder(es) ou outro(s) membro(s) em cargos de chefia podem até dizer que estão a falar em nome de Deus, citar escrituras sagradas ou citar líderes/fundadores da fé, a fim de satisfazer as suas próprias necessidades, transformando o que deveria ser um refúgio num lugar inseguro. Os líderes religiosos abusivos também podem desvalorizar e desrespeitar os membros, tanto em público quanto em privado, assim como envergonhar e desacreditar abertamente os membros das suas congregações. O abuso também pode incluir gritar, ameaçar, mentir e fazer com que as pessoas façam coisas que normalmente não fariam, como favores sexuais ou financeiros. Os líderes abusivos tendem a promover o não questionamento da autoridade, afirmar que têm todas as respostas, exigir lealdade à sua organização religiosa e/ou divindade, usar um jargão específico à sua religião ou congregação, cultivar dependência do líder e culpar os membros se estes se sentirem assediados ou vitimizados (Matthews & Snow, 2017).

Segundo Singer e Ofshe (1990), um programa de reforma do pensamento (ou abuso psicológico em grupo) é em essência uma tecnologia de mudança ideológica e comportamental, aplicada sob determinadas condições. Distingue-se de outras formas de aprendizagem social

precisamente pelas condições sob as quais é conduzida e pelas técnicas de manipulação ambiental e interpessoal empregadas para reprimir comportamentos específicos e estimular outros. Seis condições estão presentes simultaneamente num programa de reforma do pensamento: (1) obtenção de controlo substancial sobre o tempo e sobre o conteúdo do pensamento da pessoa, geralmente ganhando controlo sobre os principais elementos do ambiente social e físico da pessoa; (2) criando sistematicamente um sentimento de impotência na pessoa; (3) manipulando um sistema de recompensas, punição e experiências, de maneira a promover uma nova aprendizagem de uma ideologia ou sistema de crenças preconizado pela liderança da organização; (4) manipulando um sistema de recompensas, punições e experiências, de modo a inibir o comportamento observável que reflete os valores e rotinas da organização da vida que o indivíduo exibia antes do contacto com o grupo; (5) mantendo um sistema fechado de lógica e uma estrutura autoritária na organização; e (6) mantendo o indivíduo desinformado acerca de determinados assuntos.

Em Epidemiologia, a prevalência refere-se ao número total ou percentagem de casos (novos e velhos; e.g., de uma doença ou perturbação) encontrados numa população definida num determinado ponto no tempo (Bonita et al., 2010; VandenBos, 2015). Algumas vezes é mais conveniente utilizar em vez desta taxa de prevalência pontual, a taxa de prevalência no período, calculada como o número total de pessoas que tiveram a doença num determinado período de tempo, dividido pela população em risco de ter a doença durante esse período. As medidas de prevalência são úteis na avaliação de necessidades em saúde (curativas ou preventivas) e no planeamento dos serviços de saúde (Bonita et al., 2010). Por extensão, podemos também falar em prevalência de stresse no trabalho, absentismo, violência no local de trabalho (Schaufeli, 2004), prevalência de abuso psicológico por parceiros íntimos (Heise et al., 2019), prevalência da experiência de abuso grupal percebido (Almendros et al., 2012), etc., e não apenas de doenças.

O objetivo desta revisão sistemática foi determinar a prevalência da perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos. O estudo está em conformidade com a recomendação Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses (PRISMA; ver Liberati et al., 2009; Moher et al., 2015).

Métodos

Estratégia de busca e critérios de seleção

Foram incluídos nesta revisão sistemática estudos reportados em língua inglesa e espanhola,⁵ de acordo com os seguintes critérios a priori: (1) tipo de estudo: todos os estudos quantitativos publicados em revistas científicas; (2) participantes: pessoas que tinham sido ou ainda eram membros de seitas ou cultos, de todas as faixas etárias; (3) intervenção: não aplicável a este estudo; (4) comparador: não aplicável a este estudo; (5) medidas de resultado: os estudos tiveram de incluir: a) uma ou mais medidas objetivas e estandardizadas de abuso psicológico em grupo, como a Group Psychological Abuse Scale (Chambers et al., 1994), a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (Saldaña et al., 2017), a Scale of Detection of Coercive Persuasion in Group Contexts (Barranquero, 2016), o Spiritual Abuse Questionnaire (Keller, 2016), o Individual Cult Experience Index (Winocur et al., 1997), a Across Groups Psychological Abuse and Control Scale (Wolfson, 2002) e o questionário Social Intervention and Control in a Religious Group (Yolkin, 2018);⁶ e b) apresentar resultados da prevalência (pontual) da perceção de abuso psicológico em grupos religiosos do tipo seita ou culto.

Foram excluídos desta revisão sistemática estudos reportados em livros, monografias, teses, dissertações, atas de congressos, anais de conferências, revisões (narrativas, sistemáticas, etc.), editoriais, obituários, cartas, artigos de opinião, relatos de casos e estudos qualitativos. Também excluimos estudos que apresentavam análises repetidas dos dados já disponíveis nos estudos incluídos (e.g., traduções de inglês para espanhol ou vice-versa).

Foi realizada uma busca sistemática da literatura nas seguintes bases de dados eletrónicas: Web of Science, ScienceDirect, APA PsycArticles®, Taylor & Francis Online, SAGE journals, JSTOR, Wiley Online Library, APA PsycInfo®, PubMed.gov e também no sítio Google Académico. Foram consultados os registos desde o primeiro ano disponível até 28 de dezembro de 2019.

A estratégia de busca foi desenvolvida para as primeiras oito bases de dados eletrónicas, usando a combinação dos seguintes termos (ou palavras) entre aspas: “Group Psychological Abuse Scale”, “Psychological Abuse Experienced in Groups Scale”, “Scale of Detection of Coercive Persuasion in Group Contexts”, “Spiritual Abuse Questionnaire”, “Individual Cult Experience Index”, “Social Intervention and Control in a Religious Group” e “Across Groups Psychological Abuse and Control Scale”. Na PubMed.gov foi introduzida apenas a combinação

“group psychological abuse”. Finalmente, no Google Académico foi introduzido apenas o termo “Group Psychological Abuse Scale”, pois sendo este o instrumento mais antigo, é geralmente citado em todos os estudos que usaram medidas objetivas e estandardizadas para avaliar o nível de percepção de abuso psicológico em grupo.⁷ Por fim, foram inspecionadas as listas de referências bibliográficas dos artigos selecionados.

Extração de dados e avaliação da qualidade

Os dados foram extraídos pelo autor deste estudo. Foram extraídas três categorias principais de dados em cada artigo científico: características das amostras, características metodológicas de cada estudo e estimativas de prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo.

A avaliação da qualidade dos estudos elegíveis foi realizada com recurso à JBI Critical Appraisal Checklist for Studies Reporting Prevalence Data (Joanna Briggs Institute [JBI], 2017; Munn et al., 2014). Esse instrumento é constituído por nove perguntas, que podem ser respondidas com: «sim», «não», «pouco claro», ou «não aplicável». A decisão final será a de «incluir», «excluir», ou «procurar mais informações». A tradução do instrumento para português foi realizada pelo autor deste estudo e por dois professores de inglês de uma escola de línguas (ver Apêndice).

Análise dos dados

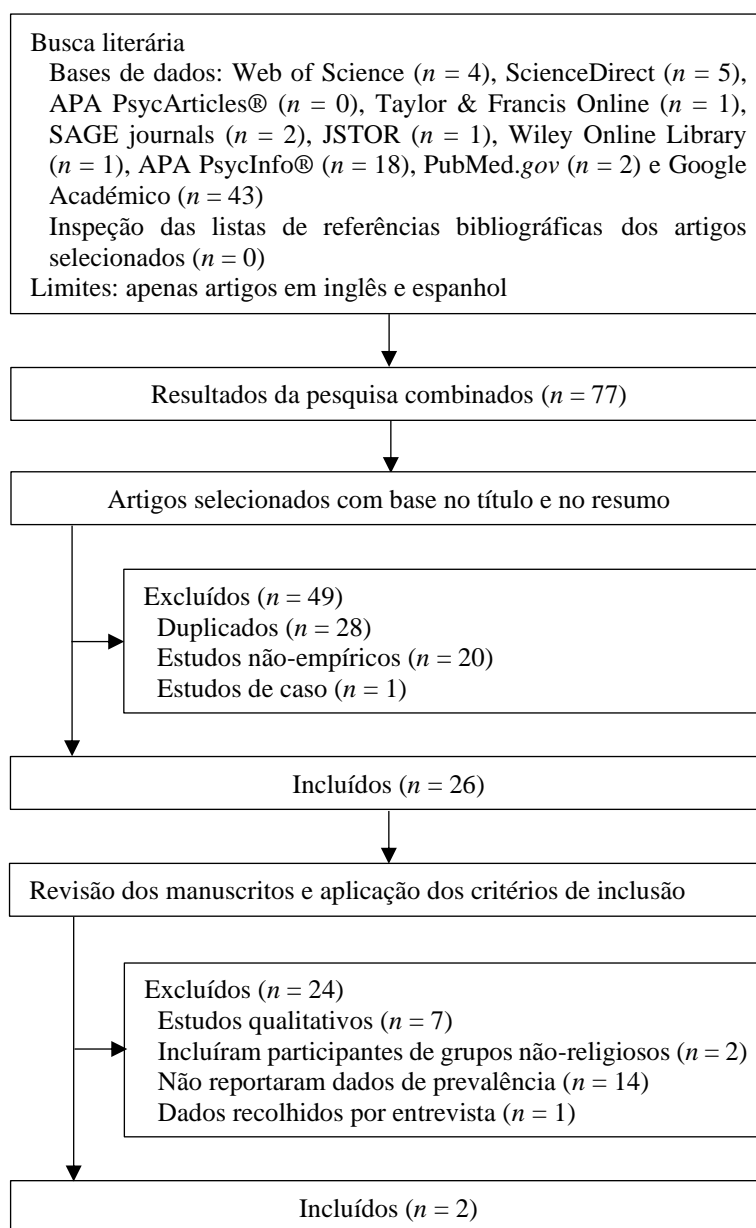
Os resultados dos estudos incluídos na revisão sistemática, tal como em estudos similares (ver Saha et al., 2005), foram sintetizados através do cálculo da mediana, média e desvio padrão das estimativas de prevalência, usando o programa de *software* estatístico IBM® SPSS® Statistics (Versão 25).

Resultados

O fluxograma da seleção dos estudos é apresentado na Figura 1.

Figura 1

Fluxograma da Seleção dos Estudos



Como podemos verificar pela análise da Figura 1, foram identificados e incluídos na revisão sistemática apenas dois estudos, um realizado em Espanha (ver Almendros et al., 2012) e outro nos Estados Unidos da América (ver Winocur et al., 1997). A busca nas bases de dados Web of Science, ScienceDirect, APA PsycArticles®, Taylor & Francis Online, SAGE journals, JSTOR, Wiley Online Library e APA PsycInfo® e PubMed.gov forneceu 34 estudos, e a busca no sítio do Google Académico forneceu 43, sendo o total 77. A inspeção dos títulos e resumos dos artigos levou à exclusão de 49, por serem duplicados de artigos encontrados noutras bases de dados, serem estudos não-empíricos ou estudos de caso. Os restantes 26 foram então

analisados em texto completo, tendo sido excluídos 24. As razões foram as seguintes: sete eram estudos qualitativos, 14 eram estudos quantitativos, mas não reportaram dados de prevalência de percepção de abuso psicológico em grupo, um apresentava essa prevalência, mas os dados foram recolhidos por entrevista e outros dois também reportaram essa prevalência, mas as amostras foram também constituídas por ex-membros de grupos não-religiosos.

Na Tabela 1 são apresentados as características e os resultados dos estudos incluídos na revisão sistemática.

Tabela 1

Caraterísticas e Resultados dos Estudos Incluídos na Revisão Sistemática

Autor(es)	Amostra			Método de amostragem	Critérios de inclusão na amostra	Escala	Prevalência obtida (%)
	<i>n</i>	Sexo	Idade (anos)				
Almendros et al. (2012)	101	46 mulheres 55 homens	<i>M</i> = 43.47	Conveniência	Ex-membros de GMP	GPA	92.0
Winocur et al. (1997)	76	42 mulheres 34 homens	<i>M</i> = 36.30	Conveniência	Ex-membros de cultos	ICE Index	84.0

Nota. *M* = média; GMP = grupos de manipulação psicológica; GPA = Group Psychological Abuse Scale; ICE Index = Individual Cult Experience Index.

Pela análise da Tabela 1, podemos verificar que os dois estudos incluídos na revisão sistemática são muito semelhantes, com exceção da escala que foi usada para recolher os dados sobre a percepção de abuso psicológico em grupo.

A aplicação da JBI Critical Appraisal Checklist for Studies Reporting Prevalence Data (JBI, 2017) aos dois estudos selecionados revelou algumas deficiências nos mesmos. O tamanho das amostras foi pequeno em comparação com o de outros estudos. Por exemplo, numa revisão sistemática sobre a prevalência de abuso de idosos em ambientes comunitários, Yon et al. (2017), encontraram tamanhos de amostras até 6 748. Relativamente à taxa de resposta, os autores dos estudos não indicaram as razões porque determinados sujeitos não preencheram os questionários. No entanto, a principal deficiência detetada em ambos os estudos foi a ausência do recurso a um método de amostragem aleatória. As amostras de conveniência usadas nos dois estudos não são consideradas amostras representativas da população-alvo (JBI, 2017). Infelizmente, verdadeiras amostras aleatórias costumam ser difíceis de obter. Muitas vezes, o investigador não tem acesso a todos os sujeitos de interesse. Obter listas precisas de todos os candidatos à participação no estudo pode ser difícil ou impossível. É difícil obter acesso a todos os indivíduos, mesmo que a sua identidade seja conhecida. Consequentemente, embora as técnicas de amostragem não aleatória sejam cientificamente menos válidas, elas são o tipo mais

frequentemente usado nos estudos com seres humanos (Panacek & Thompson, 2007; Polit & Beck, 2010). Assim, apesar das deficiências encontradas, a decisão final foi a de incluir ambos os estudos na revisão sistemática.

Na Tabela 2 encontra-se a mediana, a média e o desvio padrão da prevalência (pontual) da percepção de abuso psicológico em grupo reportada nos estudos incluídos na revisão.

Tabela 2

Mediana, Média e Desvio Padrão da Prevalência da Percepção de Abuso Psicológico em Grupo Reportada nos Estudos Incluídos na Revisão

Prevalência	Número de estudos	<i>Mdn</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>
Prevalência pontual	2	88.0%	88.0%	5.7%

Nota. *Mdn* = mediana; *M* = média; *SD* = desvio padrão.

Constatou-se que em cada 100 ex-membros de cultos e seitas, 88 perceberam que foram psicologicamente abusados nos seus antigos ambientes grupais.

Discussão

A prevalência pontual da percepção de abuso psicológico em seitas e cultos, por parte de ex-membros, é ainda praticamente desconhecida à escala mundial. Há ainda poucos estudos que recorreram ao uso de escalas de avaliação do abuso psicológico em grupo, ou utilizaram essas escalas, mas não calcularam a prevalência do abuso, limitando-se a apresentar a média das pontuações obtidas nas escalas e subescalas (e.g., Chambers et al., 1994; Saldaña et al., 2017). Neste estudo de revisão sistemática foram encontrados apenas dois estudos, um realizado em Espanha (ver Almendros et al., 2012) e outro nos Estados Unidos da América (ver Winocur et al., 1997), que reportaram uma elevada prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos ($M = 88.0\%$).

Os participantes do estudo de Almendros et al. (2012) foram 101 espanhóis (46 mulheres, 55 homens) que se identificaram como ex-membros de 27 grupos de manipulação psicológica. Não foi reportado que tipo de grupos eram, nem os seus nomes. A idade dos sujeitos em média era 43.47 anos ($SD = 12.22$ anos), quando se juntaram ao grupo tinham em média 26.75 anos ($SD = 12.26$ anos), o tempo médio de participação no grupo foi 9.83 anos ($SD = 9.55$ anos) e um tempo médio de 6.35 anos ($SD = 6.68$ anos) havia decorrido desde a sua saída do grupo. Os participantes responderam à versão espanhola da Group Psychological

Abuse Scale (GPA-S), que é constituída por 28 itens distribuídos por três subescalas: Submissão (itens: 4, 7, 8, 10, 14, 18, 19, 23, 27 e 28), Controlo Mental (itens: 1, 9, 11, 15, 16, 21, 22, 24, 25 e 26) e Exploração (itens: 2, 3, 5, 6, 12, 13, 17 e 20). A resposta a cada item é assinalada numa escala do tipo Likert de cinco pontos (1 = *nada caraterístico* e 5 = *totalmente caraterístico*). Um ponto de corte de 81 foi estabelecido para a GPA-S, de modo que as pontuações acima de 80 na escala global indicam que o grupo é percebido como abusivo. Este ponto de corte foi obtido através da análise de curvas ROC (Receiver Operating Characteristic), muito usadas em Medicina para avaliar a precisão diagnóstica de um teste, bem como a sua capacidade discriminativa (i.e., distinguir entre pessoas sãs e doentes). A curva ROC representa os pares (1 - especificidade, sensibilidade⁸) obtidos quando são considerados todos os pontos de corte possíveis do teste. Os estudos que avaliam a precisão diagnóstica de um teste seguem, na sua maioria, um *design* transversal, no qual o mesmo sujeito é avaliado concomitantemente por meio do teste diagnóstico e de outro teste considerado um padrão-ouro (Cerdeira & Cifuentes, 2012). No estudo de Almendros et al. (2012), como os participantes não foram avaliados num padrão-ouro, o desempenho neste foi substituído pelo abuso ou não-abuso psicológico informado. Ou seja, para além da amostra de 101 ex-membros de grupos de manipulação psicológica, foi constituído um grupo de controlo composto por 38 espanhóis ex-membros de grupos não-manipuladores. Houve que decidir entre dois pontos de corte: 81 e 84. Com o ponto de corte 81, a sensibilidade da GPA-S seria 92.1% e a especificidade 100%; com o ponto de corte 84, a sensibilidade seria 91.1% e a especificidade 100%, pelo que foi escolhido o ponto 81. Dos 101 ex-membros de grupos de manipulação psicológica, 93 (92.0%) obtiveram uma pontuação maior ou igual a este ponto de corte.

Os participantes do estudo de Winocur et al. (1997) foram 76 (42 mulheres, 34 homens) ex-membros de cultos que na altura estavam ativos em grupos de apoio a outros ex-membros de cultos. Os nomes destes cultos não foram reportados. Os participantes tinham em média uma idade de 36.3 anos, tinham entrado para o culto aos 23.9 anos em média ($SD = 8.1$ anos), permaneceram no grupo durante 6.6 anos em média ($SD = 6.3$ anos) e tinham-se desfilado do culto há 7.5 anos em média ($SD = 5.7$ anos). Os participantes responderam ao Individual Cult Experience Index (ICE Index), instrumento constituído por 47 itens, divididos em quatro secções. A primeira secção é constituída por perguntas sobre elementos da doutrina e práticas do grupo. Na segunda, encontramos perguntas sobre os comportamentos e ações dos líderes do grupo ou de outros membros, realizados sob a direção dos líderes. Na terceira, perguntas sobre ações e experiências do entrevistado, realizadas sob a direção do grupo. A quarta e última, é constituída por perguntas sobre o conhecimento dos entrevistados acerca de abuso grave sofrido

por outros membros do culto. Os itens são pontuados dicotomicamente (sim/não). A pontuação total no ICE Index representa a extensão da exposição a experiências de culto pelo entrevistado. Usando um ponto de corte de 15 para discriminar entre abuso e não-abuso psicológico em grupo, o ICE Index identificou 84% dos 76 ex-membros de cultos como tendo sido vítimas de abuso psicológico em grupo.

É de salientar que, a amostra não foi bem caracterizada em ambos os estudos incluídos na revisão sistemática. No estudo de Almendros et al. (2012) não é referido se todos esses grupos de manipulação psicológica eram de natureza religiosa, nem que grupos eram concretamente. Na investigação de Winocur et al. (1997), não há dúvida que os participantes eram ex-membros de cultos, mas também não foi reportado o nome desses grupos. As diferentes prevalências de percepção de abuso psicológico em grupo encontradas nos estudos podem estar relacionadas com diferenças amostrais, mas também com o facto de terem sido usados instrumentos diferentes para a recolha de dados. O ICE Index tem muito mais itens do que a GPA-S e a escala de resposta não é igual. Porém, a diferença maior não é no instrumento em si, mas no critério que foi estabelecido para considerar que a pessoa percecionou o grupo a que pertenceu como psicologicamente abusivo. Winocur et al. não explicaram como foi obtido o ponto de corte para considerar o grupo como abusivo, enquanto Almendros et al. disseram que foi através de curvas ROC e que o ponto de corte escolhido foi 81 porque correspondia a uma sensibilidade de 92.1% e a uma especificidade de 100%. Todavia, segundo Cerda e Cifuentes (2012), esse procedimento tem uma limitação: o ponto de corte escolhido não determina necessariamente a sensibilidade ou a especificidade mais elevada que o teste poderia alcançar; geralmente a sensibilidade mais elevada é determinada por um ponto de corte, enquanto a mais alta especificidade é determinada por outro. De facto, no estudo de Almendros et al. a sensibilidade mais elevada (98%) seria atingida com outros eventuais pontos de corte (61 e 64).

A principal limitação deste estudo foi a sua realização por apenas uma pessoa, pois após a realização de pesquisas nas diferentes fontes de informação, pelo menos dois revisores deverão proceder independentemente para seleccionar referências dos títulos e resumos para pré-seleccionar referências potencialmente relevantes de acordo com os critérios de inclusão especificados no protocolo (Perestelo-Pérez, 2013).

O viés de publicação (i.e., a publicação ou não publicação dos resultados de uma investigação, dependendo da natureza e direcção dos resultados), é claramente uma grande ameaça à validade de qualquer tipo de revisão (Egger et al., 2001). A não publicação dos resultados dos estudos pode ser devida à decisão do próprio autor ou do financiador da investigação, que não submetem para publicação os resultados desfavoráveis, ou ainda dos

editores de revistas científicas, que podem não ter interesse em divulgar resultados negativos, isto é, sem significância estatística. A presença de viés de publicação nas revisões sistemáticas pode ser identificada por meio de um gráfico de funil e de testes estatísticos. No entanto, a utilização dessas técnicas é recomendada apenas para revisões com 10 estudos ou mais (Pereira & Galvão, 2014).

Outro fenómeno que pode ter afetado os resultados desta investigação é o chamado viés de idioma. É concebível que os autores dos estudos tenham maior probabilidade de os publicar em inglês numa revista científica internacional se os resultados forem positivos, enquanto os resultados negativos são publicados em revistas locais. Temos de considerar também a possibilidade de ter existido viés de relatório de resultados, pois geralmente são relatados apenas os resultados mais favoráveis ao interesse do próprio investigador (Egger et al., 2001). Estas duas situações estão fora do controlo dos autores de revisões sistemáticas.

O número de bases de dados às quais tivemos acesso pode ter constituído também uma limitação do estudo, já que quando uma revisão sistemática é realizada, a pesquisa deve ser ampla o suficiente para garantir que as informações mais relevantes sejam encontradas (Yuan & Hunt, 2009).

É de referir também que os dados dos estudos selecionados são relativos a ex-membros de seitas e cultos, pessoas que eventualmente podem ter sido expulsas desses grupos e, portanto, podem ter querido “castigá-los” assinalando as pontuações máximas nas questões das escalas. Nesse caso, é de admitir que os resultados desses estudos possam estar enviesados.

Notas

¹ Os grupos de manipulação psicológica não são apenas de tipo religioso. Podem ser, por exemplo, grupos esotéricos, grupos terapêuticos de inspiração religiosa católica (e.g., grupos de ajuda para toxicodependentes), grupos terapêuticos de tradição oriental, grupos filosóficos e grupos políticos (Pascual & Meza, 2005).

² A atenção do público americano à chamada “lavagem cerebral” deveu-se ao facto de que alguns prisioneiros de guerra americanos desertaram para o inimigo depois da Guerra da Coreia. Os prisioneiros de guerra americanos e os prisioneiros da polícia secreta soviética eram mal alimentados e privados de sono. A sua condição física estava também enfraquecida, muitas vezes devido a exigências físicas excessivas, e sabe-se que um organismo fatigado está mais sujeito à influência, à colaboração e à mudança de ideologia (Bauer, 1957). Vários nomes foram propostos para o resultado da lavagem cerebral: síndrome DDD (debilidade, dependência e

pavor; Farber et al., 1957), doença da informação (Conway & Siegelman, 1978, 1982), perturbação de dependência grupal (González-Bueso et al., 2016; Perlado, 2003) e adição a seitas ou seita dependência (Rodríguez, 2000).

³ Podemos encontrar na literatura outro tipo de definições de abuso psicológico, englobando as consequências das ações abusivas. Por exemplo, O'Hagan (1995) define abuso psicológico infantil como um comportamento sustentado e repetitivo que prejudica ou impede o desenvolvimento de importantes faculdades mentais (particularmente cognitivas), tais como, inteligência, percepção, atenção, reconhecimento e memória.

⁴ Determinadas autoridades religiosas do passado (e.g., a Inquisição Espanhola) torturaram pessoas até a morte, acreditando que estavam a salvar as suas almas (Purcell, 1998b). Por isso, podemos especular que o(s) líder(es) de alguns cultos tenham criado programas de manipulação psicológica, acreditando piamente que estão a salvar os seus adeptos deste “mundo diabólico”.

⁵ Numa pré-consulta das bases de dados verificámos que não existiam artigos escritos em português. Apenas foram encontrados artigos escritos em inglês, espanhol e noutras línguas que não são compreensíveis para nós (e.g., russo, chinês). Também constatámos que os artigos em espanhol apresentam sempre um resumo e palavras-chave em inglês. Desta forma, decidimos fazer a busca nas bases de dados apenas em inglês.

⁶ Oluwole (2016) refere a existência de um outro instrumento para avaliar o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, designado por Spiritual Abuse Index, desenvolvido por Ogundayo em 2007, no âmbito da sua tese de doutoramento, apresentada na Universidade de Ibadã, na Nigéria. Todavia, não foi possível encontrá-la online.

⁷ As estratégias de pesquisa precisam de ser planeadas para equilibrar a sensibilidade (i.e., a capacidade de identificar o maior número possível de artigos científicos relevantes) com a precisão (i.e., a capacidade de excluir o maior número possível de artigos irrelevantes). O uso das aspas para pesquisa por frase (e.g., “obesity surgery”) pode ser útil, embora também possa tornar a pesquisa muito precisa, com a consequente perda de informação relevante (Donato & Donato, 2019). Fizemos várias experiências e verificámos que quando não eram usadas aspas, eram encontrados milhões de resultados, tornando a revisão sistemática num processo demasiado moroso para ser realizado por apenas uma pessoa. Para além disso, verificámos que havia diferenças na base de dados JSTOR, se colocássemos os nomes dos instrumentos em simultâneo, separados pelo operador booleano OR (“Group Psychological Abuse Scale” OR “Psychological Abuse Experienced in Groups Scale” OR “Scale of Detection of Coercive

Persuasion in Group Contexts”, etc.), ou se fizéssemos a busca introduzindo o nome dos instrumentos entre aspas um a um. Desta forma, optámos por esta segunda opção.

⁸ Em Medicina, a sensibilidade é a proporção de indivíduos que têm a doença, corretamente identificados pelo teste (apresentam teste positivo), isto é, sensibilidade = $a / (a + c)$, sendo a os indivíduos portadores da doença que apresentam resultados de teste positivos (positivos verdadeiros) e c os indivíduos portadores da doença que têm resultados de teste negativos (negativos falsos). A especificidade é a proporção de indivíduos que não têm a doença, corretamente identificados pelo teste (apresentam teste negativo), ou seja, especificidade = $d / (b + d)$, sendo d os indivíduos que não sofrem da doença que apresentam resultados de teste negativos (negativos verdadeiros) e b os indivíduos que não sofrem da doença que têm resultados de teste positivos (positivos falsos; Ferreira & Patino, 2017; Petrie & Sabin, 2001).

Bibliografia

- Adams, D. L. (1998). Brief report: Perceived psychological abuse and the Cincinnati Church of Christ. *Cultic Studies Journal*, 15(1), 87–88. <https://www.icsahome.com/articles/brief-report-perceived-psych-abuse-cincinnati-coc-csj-15-1>
- Almendros, C., Carroble, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., Gámez-Guadix, M., Saldaña, O., García-Sánchez, R., & Salazar, N. (2012). Fiabilidad test-retest y validez diagnóstica de la Escala de Abuso Psicológico en Grupo (GPA-S). *International Journal of Cultic Studies*, 3, 35–48. <https://www.icsahome.com/articles/fiabilidad-test-retest-y-validez-diagnostica-almendros-ijcs-2012>
- Almendros, C., Gámez-Guadix, M., Carroble, J. A., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2011a). Abuso psicológico en grupos manipuladores. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, 19(1), 157–182. https://www.behavioralpsycho.com/wp-content/uploads/2019/08/08.Almendros_19-1r.pdf
- Almendros, C., Gámez-Guadix, M., Carroble, J. A., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2011b). Assessment of psychological abuse in manipulative groups. *International Journal of Cultic Studies*, 2, 61–76. <https://www.icsahome.com/articles/assessment-of-psychological-abuse-almendros-ijcs-2011>
- Baron, R. S. (2000). Arousal, capacity, and intense indoctrination. *Personality and Social Psychology Review*, 4(3), 238–254. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0403_3

- Barranquero, J. M. C. (2016). *Evaluación de persuasión coercitiva en contextos grupales* [Doctoral dissertation, Universidad de Málaga]. Universidad de Málaga Digital Archive. <https://riuma.uma.es/xmlui/handle/10630/11454>
- Bauer, R. A. (1957). Brainwashing: Psychology or demonology? *Journal of Social Issues*, 13(3), 41–47. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.1957.tb02269.x>
- Beckford, J. A. (1978). Accounting for conversion. *The British Journal of Sociology*, 29(2), 249–262. <https://doi.org/10.2307/589892>
- Bonita, R., Beaglehole, R., & Kjellström, T. (2010). *Epidemiologia básica* (2nd ed.). Livraria Santos Editora Comércio e Importação.
- Cerda, J., & Cifuentes, L. (2012). Uso de curvas ROC en investigación clínica: Aspectos teórico-prácticos. *Revista Chilena de Infectología*, 29(2), 138–141. <https://doi.org/10.4067/S0716-10182012000200003>
- Chambers, W. V., Langone, M. D., Dole, A. A., & Grice, J. W. (1994). The Group Psychological Abuse Scale: A measure of the varieties of cultic abuse. *Cultic Studies Journal*, 11(1), 88–117. <https://www.icsahome.com/articles/the-group-psychological-abuse-scale-csj-11-1-1994>
- Coates, D. D. (2016). Life inside a deviant “religious” group: Conformity and commitment as ensured through ‘brainwashing’ or as the result of normal processes of socialisation. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 44, 103–121. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcj.2015.06.002>
- Conway, F., & Siegelman, J. (1978). *Snapping: America’s epidemic of sudden personality change*. Dell Publishing.
- Conway, F., & Siegelman, J. (1982, January). Information disease: Have cults created a new mental illness? *Science Digest*, 90, 86–92.
- Donato, H., & Donato, M. (2019). Etapas na condução de uma revisão sistemática. *Acta Médica Portuguesa*, 32(3), 227–235. <https://doi.org/10.20344/amp.11923>
- Egger, M., Dickersin, K., & Smith, G. D. (2001). Problems and limitations in conducting systematic reviews. In M. Egger, G. D. Smith, & D. G. Altman (Eds.), *Systematic reviews in health care: Meta-analysis in context* (2nd ed., pp. 43–68). BMJ Publishing Group.
- Farber, I. E., Harlow, H. F., & West, L. J. (1957). Brainwashing, conditioning, and DDD (debility, dependency, and dread). *Sociometry*, 20(4), 271–285. <https://doi.org/10.2307/2785980>

- Ferreira, J. C., & Patino, C. M. (2017). Entendendo os testes diagnósticos: Parte 1. *Jornal Brasileiro de Pneumologia*, 43(5), 330. <https://doi.org/10.1590/S1806-37562017000000330>
- Freckelton, I. (1998). “Cults”, calamities and psychological consequences. *Psychiatry, Psychology and Law*, 5(1), 1–46. <https://doi.org/10.1080/13218719809524918>
- González-Bueso, V., Santamaría, J. J., Merino, L., Montero, E., & Vega, M. C. (2016). Trastorno de dependencia grupal en un grupo de manipulación psicológica o secta coercitiva: A propósito de un caso. *Cuadernos de Medicina Psicosomática y Psiquiatría de Enlace*, 117, 84–92. <http://www.editorialmedica.com/download.php?idart=733>
- Group for the Advancement of Psychiatry. (1957). *Methods of forceful indoctrination: Observations and interviews*. GAP Publications Office.
- Hassan, S. (1988). *Combatting cult mind control*. Park Street Press.
- Hassan, S. (2017, July). Brainwashing young people into violent extremist cults. *Freedom from Fear*, 13, 18–22. <https://doi.org/10.18356/d37f4d01-en>
- Hassan, S. A., & Shah, M. J. (2019). The anatomy of undue influence used by terrorist cults and traffickers to induce helplessness and trauma, so creating false identities. *Ethics, Medicine and Public Health*, 8, 97–107. <https://doi.org/10.1016/j.jemep.2019.03.002>
- Heise, L., Pallitto, C., García-Moreno, C., & Clark, C. J. (2019). Measuring psychological abuse by intimate partners: Constructing a cross-cultural indicator for the Sustainable Development Goals. *SSM - Population Health*, 9, Article 100377. <https://doi.org/10.1016/j.ssmph.2019.100377>
- Hunter, E. (1951). *Brain-washing in Red China*. The Vanguard Press.
- Hunter, E. (1956). *Brainwashing: The story of men who defied it*. Pyramid Books.
- Jacobs, J. (2007). Abuse in new religious movements: Challenges for the sociology of religion. In D. G. Bromley (Ed.), *Teaching new religious movements* (pp. 231–244). Oxford University Press.
- Joanna Briggs Institute. (2017). *The Joanna Briggs Institute critical appraisal tools for use in JBI systematic reviews: Checklist for prevalence studies*. https://joannabriggs.org/sites/default/files/2019-05/JBI_Critical_Appraisal-Checklist_for_Prevalence_Studies2017_0.pdf
- Keller, K. H. (2016). *Development of a spiritual abuse questionnaire* [Doctoral dissertation, Graduate School of the Texas Woman’s University]. Texas Woman’s University Digital Archive. <https://twu-ir.tdl.org/bitstream/handle/11274/8760/2016KellerOCR.pdf?sequence=8&isAllowed=y>

- Langone, M. D. (1992). Psychological abuse. *Cultic Studies Journal*, 9(2), 206–218. <https://www.icsahome.com/articles/psychological-abuse-langone-csj-9-2-1992>
- Liberati, A., Altman, D. G., Tetzlaff, J., Mulrow, C., Gøtzsche, P. C., Ioannidis, J. P. A., Clarke, M., Devereaux, P. J., Kleijnen, J., & Moher, D. (2009). The PRISMA statement for reporting systematic reviews and meta-analyses of studies that evaluate health care interventions: Explanation and elaboration. *BMJ*, 339, Article b2700. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2700>
- Lifton, R. J. (1961/1989). *Thought reform and the psychology of totalism: A study of "brainwashing"*. The University of North Carolina Press.
- Matthews, C., & Snow, K. C. (2017, Summer). The dangers of spiritual abuse: Clinical implications and best practices. *Interaction*, 17(4), 8–9. <http://www.aservic.org/wp-content/uploads/2017/08/Interaction-Summer-2017.pdf>
- Moher, D., Liberati, A., Tetzlaff, J., & Altman, D. G. (2015). Principais itens para relatar revisões sistemáticas e meta-análises: A recomendação PRISMA. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 24(2), 335–342. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742015000200017>
- Munn, Z., Moola, S., Riitano, D., & Lisy, K. (2014). The development of a critical appraisal tool for use in systematic reviews addressing questions of prevalence. *International Journal of Health Policy and Management*, 3(3), 123–128. <https://doi.org/10.15171/ijhpm.2014.71>
- Oakley, L. R., & Kinmond, K. S. (2014). Developing safeguarding policy and practice for spiritual abuse. *The Journal of Adult Protection*, 16(2), 87–95. <https://doi.org/10.1108/JAP-07-2013-0033>
- Ofshe, R., & Singer, M. T. (1986). Attacks on peripheral versus central elements of self and the impact of thought reforming techniques. *Cultic Studies Journal*, 3(1), 3–24. <https://www.icsahome.com/articles/attacks-on-peripheral-vs-central-elements-of-self-csj-3-1>
- O'Hagan, K. P. (1995). Emotional and psychological abuse: Problems of definition. *Child Abuse & Neglect*, 19(4), 449–461. [https://doi.org/10.1016/0145-2134\(95\)00006-T](https://doi.org/10.1016/0145-2134(95)00006-T)
- Oluwole, A. D. (2016). Effectiveness of dialectical behaviour and acceptance_commitment therapies in enhancing social competence of spiritually-abused adolescents in Ibadan metropolis, Nigeria. *Ethiopian International Journal of Multidisciplinary Research*, 3(3), 7–21. https://www.academia.edu/33794217/Effectiveness_Of_Dialectical_Behaviour_And_Acceptance_Commitment_Therapies_In_Enhancing_Social_Competence_Of_Spiritually-Abused_Adolescents_In_Ibadan_Metropolis_Nigeria

- Panacek, E. A., & Thompson, C. B. (2007). Sampling methods: Selecting your subjects. *Air Medical Journal*, 26(2), 75–78. <https://doi.org/10.1016/j.amj.2007.01.001>
- Pascual, J., & Meza, E. V. (2005). *Grupos de manipulación psicológica en Cataluña: Situación y conceptos*. AIS. <https://docplayer.es/17445810-Grupos-de-manipulacion-psicologica-en-cataluna-situacion-y-conceptos.html>
- Pereira, M. G., & Galvão, T. F. (2014). Heterogeneidade e viés de publicação em revisões sistemáticas. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, 23(4), 775–778. <https://doi.org/10.5123/S1679-49742014000400021>
- Perestelo-Pérez, L. (2013). Standards on how to develop and report systematic reviews in psychology and health. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 13(1), 49–57. [https://doi.org/10.1016/S1697-2600\(13\)70007-3](https://doi.org/10.1016/S1697-2600(13)70007-3)
- Perlado, M. (2003). Clinical and diagnostic issues of cultism: Group dependence disorder. *Cultic Studies Review*, 2(2), 90–97. <https://www.icsahome.com/articles/clinical-and-diagnostic-issues-of-cultism-group-dependence-disorder>
- Petrie, A., & Sabin, C. (2001). *Compêndio de estatística médica*. Instituto Piaget.
- Polit, D. F., & Beck, C. T. (2010). Generalization in quantitative and qualitative research: Myths and strategies. *International Journal of Nursing Studies*, 47(11), 1451–1458. <https://doi.org/10.1016/j.ijnurstu.2010.06.004>
- Purcell, B. C. (1998a). Spiritual terrorism. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine®*, 15(3), 167–173. <https://doi.org/10.1177/104990919801500312>
- Purcell, B. C. (1998b). Spiritual abuse. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine®*, 15(4), 227–231. <https://doi.org/10.1177/104990919801500409>
- Rodríguez, P. (2000). *Adicción a sectas: Pautas para el análisis, prevención y tratamiento*. Ediciones B.
- Rodríguez-Carballeira, Á., Saldaña, O., Almendros, C., Martín-Peña, J., Escartín, J., & Porrúa-García, C. (2015). Group psychological abuse: Taxonomy and severity of its components. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 7(1), 31–39. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2014.11.001>
- Saha, S., Chant, D., Welham, J., & McGrath, J. (2005). A systematic review of the prevalence of schizophrenia. *PLoS Medicine*, 2(5), Article e141. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.0020141>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Escartín, J. (2017). Development and validation of the Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. *The European*

- Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 9(2), 57–64. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2017.01.002>
- Schaufeli, W. B. (2004). The future of occupational health psychology. *Applied Psychology: An International Review*, 53(4), 502–517. <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.2004.00184.x>
- Schein, E. H. (1960). *Brainwashing*. Massachusetts Institute of Technology, Center for International Studies.
- Schein, E. H., Schneier, I., & Barker, C. H. (1961). *Coercive persuasion: A socio-psychological analysis of the “brainwashing” of American civilian prisoners by the Chinese communists*. W. W. Norton.
- Singer, M. T., & Addis, M. E. (1992). Cults, coercion, and contumely. In A. Kales, C. M. Pierce, & M. Greenblatt (Eds.), *The mosaic of contemporary psychiatry in perspective* (pp. 130–142). Springer-Verlag.
- Singer, M. T., & Lalich, J. (1995). *Cults in our midst: The hidden menace in our everyday lives*. Jossey-Bass.
- Singer, M. T., & Ofshe, R. (1990, April). Thought reform programs and the production of psychiatric casualties. *Psychiatric Annals*, 20(4), 188–193. <https://doi.org/10.3928/0048-5713-19900401-06>
- VandenBos, G. R. (Ed.). (2015). *APA dictionary of psychology* (2nd ed.). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14646-000>
- Ward, D. J. (2011). The lived experience of spiritual abuse. *Mental Health, Religion & Culture*, 14(9), 899–915. <https://doi.org/10.1080/13674676.2010.536206>
- Winocur, N., Whitney, J., Sorenson, C., Vaughn, P., & Foy, D. (1997). The Individual Cult Experience Index: The assessment of cult involvement and its relationship to postcult distress. *Cultic Studies Journal*, 14(2), 290–306. <https://www.icsahome.com/articles/the-individual-cult-experience-index--csj-14-2>
- Wolfson, L. B. (2002). *A study of the factors of psychological abuse and control in two relationships: Domestic violence and cultic systems* (Publication No. 3062106) [Doctoral dissertation, University of Connecticut]. ProQuest Dissertations and Theses Global.
- Yolkin, V. (2018). Creation of the questionnaire “Social Intervention and Control (SIC)” for researching static components of totalitarianism in religious groups. *Sotsial’naia psikhologiya i obshchestvo*, 9(3), 146–165. <https://doi.org/10.17759/sps.2018090315>

- Yon, Y., Mikton, C. R., Gassoumis, Z. D., & Wilber, K. H. (2017). Elder abuse prevalence in community settings: A systematic review and meta-analysis. *Lancet Global Health*, *5*(2), e147–e156. [https://doi.org/10.1016/S2214-109X\(17\)30006-2](https://doi.org/10.1016/S2214-109X(17)30006-2)
- Yuan, Y., & Hunt, R. H. (2009). Systematic reviews: The good, the bad, and the ugly. *The American Journal of Gastroenterology*, *104*(5), 1086–1092. <https://doi.org/10.1038/ajg.2009.118>

Apêndice

JBI Critical Appraisal Checklist for Studies Reporting Prevalence Data (JBI, 2017)

1. O quadro de amostragem foi apropriado para representar a população-alvo?
2. Os participantes do estudo foram selecionados de uma maneira apropriada?
3. O tamanho da amostra foi adequado?
4. Os sujeitos e o ambiente do estudo foram descritos com detalhe?
5. A análise dos dados é realizada com cobertura suficiente da amostra identificada?
6. Foram utilizados métodos válidos para a identificação da condição?
7. A condição foi medida de maneira padrão e confiável para todos os participantes?
8. Houve análise estatística apropriada?
9. A taxa de resposta foi adequada e, se não, a baixa taxa de resposta foi gerida adequadamente?

Estudo 2. Motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfilarem-se das Testemunhas de Jeová e quais foram as consequências dessa desfiliação

Resumo

As seitas e cultos tentam angariar adeptos e retê-los, recorrendo frequentemente a táticas de manipulação psicológica. No entanto, muitos membros acabam inevitavelmente por abandonar o grupo. Essa saída, porém, não é fácil. Existem muitos relatos na literatura que revelam que a saída dum grupo religioso pode ter consequências a vários níveis, consequências essas que podem perdurar por longos anos. As finalidades deste estudo foram: a) identificar os motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfilarem-se das Testemunhas de Jeová; b) descobrir quais foram as consequências da desfiliação religiosa na vida dessas pessoas; c) explorar associações entre esses motivos e consequências da desfiliação religiosa; d) explorar associações entre a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro e os motivos para a desfiliação; e e) avaliar o nível de depressão dos participantes e estudar a possibilidade da depressão ser uma consequência da desfiliação das Testemunhas de Jeová. A amostra foi constituída por 236 (129 mulheres e 107 homens, $M_{idade} = 38.96$ anos, faixa etária: 16–66 anos) ex-Testemunhas de Jeová, que participaram voluntariamente, sendo na maioria brasileiros (62.7%) e portugueses (30.5%). Os principais motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: perda da fé na doutrina (26.8%), discordância ou desilusão com a liderança (14.9%) e discordância com alguns regulamentos e obrigações (11.0%). As três principais consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: ostracismo (30.9%), problemas de saúde (26.3%) e sentimentos negativos (13.4%).

Palavras-chave: desfiliação religiosa, motivos para a desfiliação, consequências da desfiliação, Testemunhas de Jeová

Introdução

A conversão tem sido um foco proeminente de teorização e investigação em Psicologia da Religião desde os seus primórdios. O mesmo não se poderá dizer relativamente ao fenómeno que tem sido designado por apostasia, deserção, desconversão, desfiliação, queda da fé, saída, etc. Existe até alguma confusão terminológica, pois a desfiliação não é sinónimo de desconversão, mas sim a etapa final desta (Streib & Keller, 2004). Os estudiosos que conduzem investigações sobre desfiliação religiosa definem com mais frequência a desfiliação em termos de mudança na atividade individual relacionada ao papel (término da associação organizacional

ou cessação do envolvimento ativo na atividade organizacional) ou na conexão simbólica individual (desidentificação com um grupo religioso específico ou com o seu sistema de crenças; Bromley, 1991).

Bromley (1998a, 1998b) especificou três tipos de organizações na sociedade americana contemporânea, com base no nível de tensão com o ambiente ao redor – tipo I (leal), tipo II (concorrente) e tipo III (subversiva) – e três correspondentes tipos de saída característicos dessas formas organizacionais – trãnsfuga ou desertor, denunciante e apóstata. As organizações do tipo I (leais) são aquelas cujos interesses coincidem em alto grau com outras organizações nos seus ambientes; portanto, a maioria das organizações externas está posicionada como neutra ou aliada. As organizações do tipo II (concorrentes) têm um nível moderado de coincidência de interesses e, correspondentemente, um nível moderado de tensão com outras organizações nos seus ambientes. As organizações do tipo III (subversivas) têm uma coincidência de interesses extremamente baixa com outras organizações no seu ambiente. De facto, “subversivo” é um rótulo empregado pelos oponentes especificamente para desacreditar essas organizações. As organizações denominadas subversivas são confrontadas por uma ampla gama de oponentes e poucos aliados. O resultado é um nível muito alto de tensão entre a organização e o ambiente externo e a existência de esforço conjunto dos oponentes para rotular a organização como perigosa e patológica. Estes três tipos de organização supracitados devem ser vistos como formas ideais. É de esperar que variações em torno destas características tipológicas constituam a regra e não a exceção. O termo “desertor” tem sido tradicionalmente aplicado à saída em vários contextos institucionais – familiares, militares, religiosos – nos quais as pessoas que desempenham determinados papéis têm um forte compromisso e responsabilidade com a organização e o seu *status* (posição) dentro dele. O papel de desertor pode ser definido como aquele em que o participante organizacional negocia a saída principalmente com as autoridades organizacionais, que concedem permissão para a renúncia ao papel, controlam o processo de saída e facilitam a transição de papéis. A narrativa construída em conjunto com a organização atribui a responsabilidade moral primária pelos problemas de desempenho do papel ao membro que parte e interpreta a permissão organizacional como compromisso com padrões morais extraordinários e preservação da confiança do público. Quanto ao termo “denunciante”, é adotado a partir do seu uso comum em instituições económicas e políticas. A função de denunciante é definida como aquela em que um membro da organização forma uma aliança com uma entidade reguladora externa, oferecendo testemunho pessoal sobre práticas organizacionais específicas e contestadas, que são depois usadas para sancionar a organização. A narrativa construída em conjunto pelo denunciante e pela entidade reguladora é aquela que

descreve o denunciante como motivado pela consciência pessoal e a organização pela defesa do interesse público. Já o termo “apóstata” tem sido historicamente aplicado às saídas de organizações religiosas em geral, bem como às partidas de oposição. A regra apóstata é, assim, definida como aquela que ocorre numa situação altamente polarizada na qual um membro da organização realiza uma mudança total de lealdades, aliando-se a um ou mais elementos de uma organização de oposição sem o consentimento ou controlo da organização da qual saiu. A narrativa documenta a essência essencialmente maligna da antiga organização do apóstata, através da descrição da experiência pessoal do apóstata da captura e posterior fuga/resgate. Ocasionalmente, os apóstatas misturam atividades apóstatas e denunciantes, participando em processos civis contra os novos movimentos religiosos a que pertenceram.

De acordo com Introvigne (1999), estes três tipos ideais de papéis de saída, a que chama desertores, despedidos comuns e apóstatas, podem coexistir entre ex-membros da mesma organização. Esses tipos identificam a experiência de um ex-membro num dado momento da sua história pessoal (um despedido comum pode eventualmente tornar-se apóstata e vice-versa) e corresponde a papéis socialmente construídos. Ainda segundo este autor, uma distinção pode ser estabelecida entre ex-membros visíveis e invisíveis. A maioria dos ex-membros é invisível na medida em que não deseja discutir a sua antiga afiliação. De facto, a sua própria existência muitas vezes só pode ser descoberta por meio de investigações quantitativas capazes de ter acesso aos registros de associação de um grupo. É menos provável que estejam disponíveis para a investigação qualitativa, embora isso não deva ser totalmente descartado. Os ex-membros visíveis são principalmente apóstatas, e as organizações de oposição às quais eles se juntaram fazem todos os esforços para garantir a sua visibilidade. Numa proporção muito menor, os desertores também podem tornar-se visíveis e, ocasionalmente, podem ser mobilizados pelas organizações atacadas pelos apóstatas. Eles também podem sair espontaneamente do seu “armário” social para defender a sua organização anterior, considerando que está a ser injustamente criticada ou deturpada. Isso significa que, embora apóstatas (e desertores) possam constituir apenas uma minoria de ex-membros de várias organizações, por mais controverso que seja, eles podem constituir a maioria dos ex-membros visíveis. Uma narrativa de saída resulta da interação dinâmica entre a experiência psicológica e social da pessoa que sai de uma organização e o meio ambiente. Este último, é o contexto social em que o ex-membro da organização está situado e pelo qual ele é solicitado (com maior ou menor pressão) a prestar contas da sua antiga afiliação. Não existe uma narrativa “pura”, “fotográfica” de um processo de saída. Todas essas narrativas são construídas socialmente, condicionadas culturalmente e negociadas politicamente.

O processo de desfiliação de um culto pode ser gradual ou, pelo contrário, abrupto (Skonovd, 1981; Winell, 2007). Quando a decisão de saída é tomada rapidamente, tipicamente envolve a situação em que o indivíduo simplesmente já “não aguenta mais” (Skonovd, 1981). No entanto, a saída geralmente envolve um período bastante longo de reflexão (Winell, 2007). O indivíduo pesa as alternativas e pondera sobre considerações teológicas e emocionais (Skonovd, 1981).

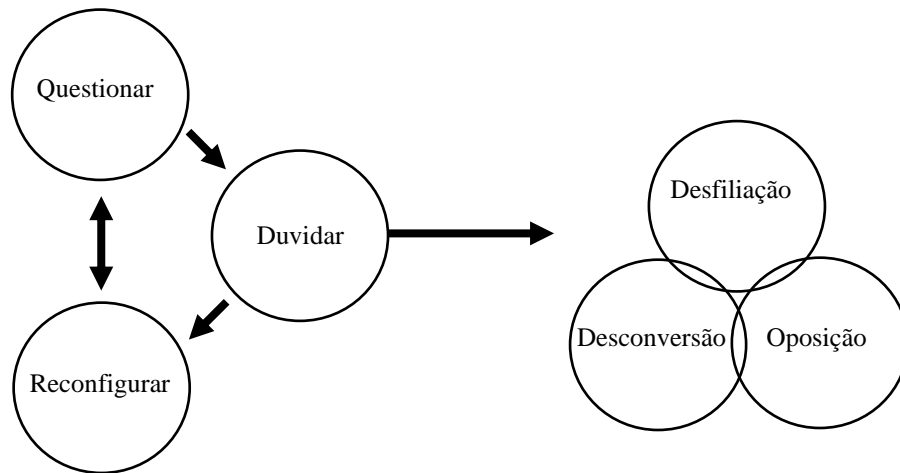
A saída de um culto pode também ser secreta, ou não. No primeiro caso, os indivíduos abstêm-se de informar os outros membros por causa das possíveis complicações que poderiam surgir se os planos do desertor fossem do conhecimento do grupo. Como o processo de desfiliação é sempre difícil, a saída secreta evita o não desejado conflito e a turbulência emocional daí resultante (Wright, 1983).

Podemos também distinguir a saída individual da saída em grupo. Às vezes, a pessoa toma uma decisão individual e sai de forma relativamente independente, enquanto noutros casos saem em grupo. É comum, por exemplo, sair um grupo de pessoas com idades aproximadas. Os membros deste grupo de pessoas podem conhecer-se pessoalmente, ou fazer parte de um agregado cujos membros não se conhecem pessoalmente ou não interagem. Na década de 1960, as freiras deixaram as ordens religiosas como membros de um agregado, enquanto as que partem hoje quase sempre saem como mulheres solitárias, já que a taxa de êxodo diminuiu significativamente. Em contraste, os poucos indivíduos que se divorciaram há cinquenta anos tinham pouca companhia, enquanto que atualmente os divorciados fazem parte de um grande grupo (Ebaugh, 1988).

Apesar de ainda sabermos muito pouco sobre o processo de desfiliação de uma religião (Brinkerhoff & Mackie, 1993), o psicólogo norte-americano Fisher (2017) criou um modelo para representar os processos que um indivíduo religioso pode sofrer durante uma transição para a irreligião (ver Figura 1). É de realçar que esse modelo é aplicável especificamente à investigação sobre as tradições judaico-cristãs, os novos movimentos religiosos (NRMs) e algumas outras tradições, como a Fé Baha’i. Mais investigações são necessárias sobre tradições como o islamismo, o budismo, o hinduísmo e outras religiões do mundo, para que o modelo possa ser expandido para além da experiência principalmente judaico-cristã. O termo “modelo” é usado apenas num sentido relaxado e genérico, pois nem toda a experiência do indivíduo se encaixa num modelo único e rígido.

Figura 1

Representação dos Processos Envolvidos nas Transições para a Irreligião



Nota. Adaptado de Fisher (2017).

Um indivíduo religioso mantém crenças associadas a uma tradição religiosa, mas levanta questões sobre as suas crenças ou práticas religiosas, sem que isso resulte no desenvolvimento de dúvidas em si (“Questionar”). Se as perguntas forem problemáticas o bastante ou se tornarem numerosas ou não forem resolvidas, elas podem levar a sentimentos de dúvida (“Duvidar”). Neste ponto, se a dúvida for suficientemente intensa, o indivíduo pode esforçar-se para reconfigurar as suas crenças ou práticas e permanecer afiliado (“Reconfigurar”). Uma crise de fé pode ser experimentada por alguns indivíduos, o que poderia levar a mais esforços de reconfiguração. Ou, eventualmente, o indivíduo pode mudar para uma identidade irreligiosa ou desfiliar-se do grupo. O indivíduo também pode tentar resolver a sua ambivalência assumindo uma postura de oposição às suas antigas crenças e, talvez, à própria organização. Esses fenômenos de desconversão, desfiliação e oposição são organizados num diagrama de Venn, a fim de mostrar que um indivíduo pode experimentar um, dois, ou mesmo os três (Fisher, 2017).

Este modelo conceptual tem algumas limitações que precisam ser discutidas. Em primeiro lugar, o próprio modelo pode não capturar as nuances da experiência individual com muita precisão, com algumas pessoas a passar por um processo de mudança religiosa que não se encaixa no modelo. O modelo também é baseado em investigações amplamente focadas em culturas judaico-cristãs, novos movimentos religiosos e cultos, o que deixa de lado muitas outras tradições religiosas como o islamismo, o hinduísmo e o budismo. Finalmente, o modelo é necessariamente de natureza nomotética, e não está claro como ele se pode aplicar

especificamente no nível individual. Outros tipos de mudança, como lentamente tornar-se apático ou desinteressado sem necessariamente experimentar uma dúvida significativa ou “desconversão” também poderiam ser explorados (Fisher, 2017).

Segundo Streib e Keller (2004), a desfiliação religiosa é a consequência mais provável da desconversão. Esta consiste em:

1. Perda de experiências religiosas específicas (dimensão experiencial); isso significa a perda de encontrar significado e propósito na vida, a perda da experiência de Deus, de confiança e de medo;
2. Dúvida intelectual, negação ou desacordo com crenças específicas (dimensão ideológica); a heresia é um elemento de desconversão;
3. Crítica moral (dimensão ritualística), que significa rejeição de prescrições específicas e/ou aplicação de um novo nível de julgamento moral;
4. Sofrimento emocional (dimensão consequencial); isso pode consistir numa perda de inserção /apoio social/sensação de estabilidade e segurança;
5. Desfiliação da comunidade, que pode consistir num recuo da participação em reuniões ou no cumprimento de práticas religiosas; finalmente, o término da filiação eventualmente ocorre.

As Testemunhas de Jeová são um dos movimentos religiosos que mais têm crescido no mundo ocidental. Os movimentos religiosos crescerão na medida em que consigam gerar uma força de trabalho altamente motivada e voluntária, incluindo ter muitas pessoas dispostas a fazer proselitismo (Stark & Iannaccone, 1997). Mas, apesar do tamanho e longevidade do movimento das Testemunhas de Jeová, tem havido pouca investigação relativamente aos processos e características da desfiliação. Em vez disso, a investigação concentrou-se principalmente em questões de recrutamento, conversão e conflitos ético-legais entre crentes e autoridades estaduais (Hookway & Habibis, 2015).

Weishaupt e Stensland (1997) entrevistaram 20 mulheres ex-Testemunhas de Jeová. Destas, 25% afirmaram ter sido desassociadas (uma por fumar, uma por discordar da doutrina, uma por ter mantido relações sexuais antes do casamento e duas não referiram o motivo da expulsão). Sete participantes saíram porque discordaram da doutrina ou sentiram que havia

muita hipocrisia na forma como os membros eram tratados. Três saíram porque sentiram que tinham sido abusadas ou não protegidas do abuso (financeiro ou sexual) por homens que tinham poder dentro do grupo. Duas afirmaram que basicamente “se afastaram” e uma das entrevistadas não referiu porque saiu.

Hookway e Habibis (2015) entrevistaram sete adolescentes australianos ex-Testemunhas de Jeová e descobriram que dois conflitos primários levaram à desfiliação: (1) conflito com a prática e doutrina das Testemunhas de Jeová; e (2) conflito entre as restrições de estilo de vida da comunidade das Testemunhas de Jeová e as atrações do mundo secular.

Holden (2002), recorrendo a observação participante e não participante, transcrições de entrevistas não estruturadas e a uma extensa análise de textos de ex-membros das Testemunhas de Jeová, concluiu que os motivos que levaram à desfiliação desta religião, foram: (1) insatisfação doutrinal (e.g., não concordar com a proibição de votar, com a recusa das transfusões de sangue e com a subordinação das mulheres); e (2) falhanço das profecias.

Keller et al. (2013) concentraram-se em dois estudos de caso. Um dos indivíduos era de nacionalidade americana e o outro de nacionalidade alemã. Ambos os estudos de caso envolveram homens que estavam na casa dos cinquenta anos quando participaram no estudo. Ambos abandonaram as Testemunhas de Jeová após três décadas de filiação. Outras semelhanças foram encontradas nos seus relatos: as biografias de ambos os homens são caracterizadas por uma infância conturbada, com pais ausentes e mães emocionalmente indisponíveis, assim como pela experiência de guerra. O americano teve divergências doutrinárias com a organização das Testemunhas de Jeová e foi desassociado. O alemão estava bem integrado quando surgiu um conflito com um ancião visitante que criticou as suas atividades. Ele também constatou que as suas perguntas e objeções, embora baseadas em estudos bíblicos, não eram respondidas pela liderança do grupo. Para além disso, os líderes não tinham um comportamento concordante com as expectativas morais. Finalmente, não houve resposta aos seus apelos para resolver o conflito com o ancião. Assim, ele abandonou as suas responsabilidades e finalmente saiu.

Os resultados destes estudos sugerem que o modelo de Fisher (2017) também é limitado para explicar o processo de desfiliação de certas tradições religiosas judaico-cristãs, como a das Testemunhas de Jeová. Por vezes, não é tanto o questionamento e a dúvida que vão estar na origem da desfiliação voluntária, mas sim a hipocrisia observada dentro da congregação, assim como o conflito entre os desejos, as motivações e aspirações da pessoa e o estilo de vida imposto pelas Testemunhas de Jeová, que Holden (2002) caracteriza como um estilo de vida puritano, baseado na interpretação bíblica literal.

Contudo, não basta conhecer as razões que levaram à desfiliação religiosa; importa perceber que consequências teve para o indivíduo essa desfiliação. A desfiliação religiosa – abandonar a tradição religiosa na qual se foi criado por nenhuma afiliação religiosa na vida adulta – tornou-se mais comum nos últimos anos, embora poucos estudos tenham examinado as suas consequências para a saúde e o bem-estar dos indivíduos (Fenelon & Danielsen, 2016). Matthews e Salazar (2014) consideram que os chamados “sobreviventes de cultos” podem experimentar diversos desafios psicológicos depois de sair do culto e a sua reintegração na sociedade pode ser um processo difícil. Crianças que nascem e crescem em cultos enfrentam desafios adicionais (e.g., efeitos de abuso e negligência, perturbações de apego e falta de educação). Não obstante, pouca atenção tem sido dada na literatura às experiências e necessidades de tratamento desses sobreviventes de cultos de segunda geração.

Existe um crescente corpo de evidências científicas que indica que indivíduos que sofreram abuso psicológico por um certo período de tempo podem sofrer de problemas de saúde mental e outras dificuldades de ajustamento. As consequências negativas do abuso psicológico podem persistir anos após a remissão da situação abusiva e podem ser ainda mais graves do que os efeitos do abuso físico (Saldaña et al., 2019). Uma das possíveis consequências da saída de um culto é a «síndrome de trauma religioso» (Winell, 2011a, 2011b, 2011c). As principais disfunções presentes nesta síndrome, são: (1) a nível cognitivo: confusão, dificuldade em tomar decisões e pensamento crítico, dissociação, confusão de identidade; (2) a nível afetivo: ansiedade, ataques de pânico, depressão, ideação suicida, raiva, tristeza, culpa, solidão, falta de sentido; (3) a nível funcional: perturbações do sono e da alimentação, pesadelos, disfunções sexuais, abuso de substâncias, somatização; e (4) a nível social/cultural: rutura de redes familiares e sociais, problemas de emprego, stresse financeiro, problemas de aculturação na sociedade, disfunção interpessoal (Winell, 2011a).

Uma das consequências conhecidas da desfiliação das Testemunhas de Jeová é a chamada “morte social”, visto que esta religião determina e impõe o ostracismo em relação àqueles que deixam de fazer parte do grupo (Madaleno, 2020). Para o Corpo Governante das Testemunhas de Jeová não há diferença entre aqueles que deixam a comunidade voluntariamente (os dissociados) e aqueles que são expulsos (os desassociados). A rejeição das doutrinas publicadas da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados é considerada apostasia. Portanto, todos aqueles que saem do grupo passam a ser “apóstatas”, inimigos de Jeová. Aqueles que se sabe associarem-se a apóstatas passam também a ser evitados pela congregação (Holden, 2002). Embora seja cliché dizer que “os humanos são animais sociais”, é, no entanto, verdade (Williams & Nida, 2011). Os seres humanos têm uma necessidade fundamental de

formar e manter relacionamentos. A exclusão social frustra essa necessidade e tem efeitos psicológicos devastadores (Bastian & Haslam, 2010). O ostracismo ameaça determinadas necessidades psicológicas da pessoa (necessidade de pertença, autoestima, controlo e existência significativa) e desencadeia também uma variedade de respostas fisiológicas, afetivas, cognitivas e comportamentais (Williams & Nida, 2011).

Os objetivos deste estudo foram: a) identificar os motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfiliarem-se das Testemunhas de Jeová; b) descobrir quais foram as consequências da desfiliação religiosa na vida dessas pessoas; c) explorar associações entre esses motivos e consequências da desfiliação religiosa; d) explorar associações entre a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro e os motivos para a desfiliação; e e) avaliar o nível de depressão dos participantes e estudar a possibilidade da depressão ser uma consequência da desfiliação das Testemunhas de Jeová.

Metodologia

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 236 participantes voluntários, que se encontravam registados no Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal (<http://testemunhasdejeova.forumeiros.com/>) e no grupo de discussão do Facebook Desperta! (<https://www.facebook.com/comunidade.extj/>). As características demográficas dos participantes encontram-se resumidas na Tabela 1. No anexo desta tese encontra-se uma versão mais completa desta tabela.

Tabela 1*Caraterísticas demográficas dos participantes*

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Sexo	236				
Mulher		129	54.7		
Homem		107	45.3		
Idade (anos)	233			38.96	10.91
Nacionalidade	236				
Brasileira		148	62.7		
Portuguesa		72	30.5		
Outra		14	5.7		
Não respondeu		2	0.8		
Estado civil	236				
Casados(as)		119	50.4		
Solteiros(as)		49	20.8		
Divorciados(as)		30	12.7		
Vivem em união de facto		29	12.3		
Separados(as) judicialmente		3	1.3		
Separados(as) de facto		2	0.8		
Viúvos(as)		2	0.8		
Não respondeu		2	0.8		
Habilitações literárias	236				
Não concluiu o ensino básico/fundamental		6	2.4		
Ensino básico/fundamental		18	7.5		
Ensino secundário/médio		124	52.5		
Ensino superior		80	33.7		
Não respondeu		8	3.4		
Afiliação religiosa antes de ser TJ	236				
Nenhuma		156	66.1		
Católica Romana		59	25.0		
Evangélica/Protestante		9	3.8		
Outra		8	3.2		
Não respondeu		4	1.7		
Como tomou contacto com as TJ	236				
Através dos pais/nasci em família TJ		96	40.7		
Através de visita ao domicílio		39	16.5		
Através da mãe		33	14.0		
Através de parentes próximos		12	5.1		
Através de amigos(as)		7	3.0		
Através de pregação na rua		6	2.5		
Através de um(a) tio(a)		5	2.1		
Através de vizinhos(as)		5	2.1		
Através de um(a) irmão(ã)		3	1.3		
Através do pai		2	0.8		
Através de uma avó		2	0.8		
Através da madrasta		2	0.8		
Através de um(a) colega de trabalho		2	0.8		
Outro		16	6.4		
Não respondeu		6	2.5		
Idade que tinha quando foi batizado(a) nas TJ (anos)	220			17.85	6.48

Tabela 1 (*continuação*)

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Cargo que tinha nas TJ	236				
Publicadores(as)		110	46.6		
Servo ministerial		29	12.3		
Nenhum		20	8.5		
Pioneiro(a) regular		19	8.1		
Ancião		17	7.2		
Pioneiro(a) auxiliar		12	5.1		
Pioneiro(a)		7	3.0		
Outro		10	4.1		
Não respondeu		12	5.1		
Quanto tempo permaneceu nas TJ (anos)	234			20.41	10.40
Há quanto tempo se desfilou das TJ (anos)	232			7.68	8.26
Religião que tem presentemente	33				
Católica Romana		6	18.2		
Evangélica		5	15.2		
Espírita		4	12.1		
Cristã		2	6.1		
Igreja Adventista do Sétimo Dia		2	6.1		
Igreja Presbiteriana		2	6.1		
Umbanda		2	6.1		
Outra		9	27.0		
Não respondeu		1	3.0		

Nota. TJ = Testemunha de Jeová; *f* = frequência absoluta; % = percentagem; *M* = média; *SD* = desvio padrão.

Podemos concluir pela análise da Tabela 1 que a maioria das pessoas que participaram no estudo são mulheres, têm em média menos de 40 anos de idade, são de nacionalidade brasileira, casados(as), possuem como habilitações literárias o ensino secundário/médio, não tinham nenhuma religião antes de serem Testemunhas de Jeová, tomaram contacto com este grupo religioso através de familiares, foram em média batizados pelas Testemunhas de Jeová por volta dos 18 anos, desempenhavam no grupo o cargo de publicadores(as), permaneceram em média nas Testemunhas de Jeová durante 20 anos, desfilaram-se em média há cerca de oito anos, e quando responderam ao questionário não tinham nenhuma religião.

É de realçar que algumas pessoas reportaram nacionalidades que não eram esperadas. Uma vez que estavam registados(as) nesses sítios da Internet, presume-se que tenham aprendido português de alguma forma. Podem, por exemplo, ser descendentes de imigrantes portugueses.

Não foi possível calcular a taxa de resposta, porque apesar de sabermos o número de pessoas registadas nesses sítios da Internet, não conseguimos saber quantos efetivamente tomaram conhecimento da realização deste estudo.

Instrumentos

Questionário de dados demográficos. É composto pelas seguintes perguntas: nacionalidade (portuguesa/brasileira/outra); sexo (masculino/feminino); idade (em anos); estado civil [solteiro(a)/união de facto – vive com companheiro(a)/casado(a)/divorciado(a)/separado(a) judicialmente/separado(a) de facto/viúvo(a)]; habilitações literárias (nível de escolaridade); tinha alguma religião antes de ser Testemunha de Jeová? Se sim, qual?; como tomou contacto com as Testemunhas de Jeová?; que idade tinha quando foi batizado(a) pelas Testemunhas de Jeová? (em anos); que cargo desempenhava nas Testemunhas de Jeová?; quanto tempo permaneceu nas Testemunhas de Jeová? (em anos); há quanto tempo saiu das Testemunhas de Jeová ou deixou de ser uma Testemunha de Jeová ativa? (em anos); tem alguma religião presentemente? Se sim, qual?

Intensidade de pertencer às Testemunhas de Jeová (Buxant & Saroglou, 2008). Os participantes foram solicitados a pontuar numa escala de 10 pontos a sensação de pertencerem às Testemunhas de Jeová quando eram membros.

Questionário sobre os motivos para a saída das Testemunhas de Jeová e eventuais consequências. É composto por duas perguntas abertas: (1) Qual(quais) foi(foram) o(s) motivo(s) que o(a) levou a sair das Testemunhas de Jeová ou a deixar de ser uma Testemunha de Jeová ativa?; (2) Que consequência(s) teve para a sua vida essa desfiliação (a nível físico, emocional, familiar, profissional, etc.)?

Muitas vezes, a investigação exploratória deve ser conduzida usando perguntas abertas, uma vez que o universo de possíveis respostas não é bem conhecido (Gehlbach, 2015; Malhotra, 2006). Foi também essa a opção que tomámos, uma vez que não são conhecidos estudos em Portugal e Brasil sobre os motivos para a saída das Testemunhas de Jeová.

Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE; Vaz Serra, 1994). Trata-se de um instrumento de autoavaliação da depressão, formado por 23 questões diferentes que se referem a quatro tipos diferentes de sintomas: (1) alterações biológicas, (2) sintomas cognitivos, (3) modificação das relações interpessoais e (4) supressão ou alteração do desempenho de tarefa. Significam a relação que o indivíduo deprimido estabelece com o corpo, consigo próprio como pessoa, com os outros e com o trabalho. As questões referem-se não a um estado de espírito de momento, mas a um estado que permanece pelo menos durante as duas semanas anteriores ao

preenchimento do inventário. Este instrumento foi construído partindo do pressuposto de que a gravidade de uma depressão varia em função do número de sintomas assinalados e da intensidade que atingem. Assim, o IACLIDE foi criado e desenvolvido como uma escala de tipo Likert.¹ Cada uma das 23 questões foi subdividida em cinco afirmações que traduzem uma gravidade progressivamente crescente. O respondente deve assinalar em cada questão apenas uma das cinco afirmações. À primeira corresponde um valor mínimo de 0, representativo da inexistência de qualquer perturbação e, à última, um valor de 4, que traduz a gravidade máxima atingida pela queixa. A amostra do estudo original foi constituída por 340 (170 mulheres, 170 homens, $M_{idade} = 40.97$ anos) portugueses deprimidos que se apresentaram espontaneamente para tratamento em clínica hospitalar e privada. A depressão constituía nestes indivíduos uma perturbação primária do afeto. Não foram incluídas situações de depressão que tivessem subjacentes casos de alcoolismo, debilidade mental, esquizofrenia, síndrome cerebral orgânico, dependência por drogas ilícitas ou ação de medicamentos. Com base no diagnóstico estabelecido, os participantes foram divididos em dois grupos classificativos: 241 correspondiam ao que classicamente era designado por depressão reativa e os 99 restantes pertenciam mais ao grupo de depressão endógena (Vaz Serra, 1994).² Uma análise em componentes principais (PCA; Hotelling, 1933a, 1933b) seguida de rotação ortogonal de tipo *varimax* (Kaiser, 1958, 1959), extraiu cinco fatores que explicam 54.2% da variância total: Fator 1, com oito itens (1, 6, 13, 15, 17, 20, 22 e 23); Fator 2, com oito itens (2, 5, 9, 10, 12, 16, 17 e 21); Fator 3, com quatro itens (7, 10, 18 e 19); Fator 4, com quatro itens (2, 3, 4 e 14); e Fator 5, com dois itens (8 e 11). O Fator 1 é o mais importante. Nele estão representados sintomas que traduzem a dificuldade do desempenho de tarefa, associados a queixas biológicas e cognitivas correspondentes à clássica depressão endógena. O Fator 2 sugere que a pessoa que apresenta este tipo de sintomas tem uma personalidade obsessiva subjacente, pronta a censurar-se, hesitante e pessimista, desenvolvendo de preferência sintomas cognitivos em que está patente uma relação perturbada da pessoa consigo própria. O Fator 3 reúne os elementos da constelação suicida. O Fator 4 parece corresponder a sintomas desenvolvidos por uma personalidade apelativa, em que há marcada instabilidade emocional e dependência das outras pessoas. Finalmente, o Fator 5 reúne os dois tipos de perturbações do sono que o inventário regista: insónia tardia e insónia inicial. A correlação par-ímpar foi .85, o coeficiente de Spearman-Brown foi .92 e o coeficiente α de Cronbach foi .89, valores que traduzem uma boa consistência interna da totalidade dos itens do inventário. A nota global do inventário obtém-se somando as pontuações (de 0 a 4) de cada afirmação selecionada em cada uma das 23 questões. Podemos referir que, com uma nota global do IACLIDE ≥ 20 é provável encontrarmos pessoas

deprimidas. Quanto à sua gravidade, as depressões são classificadas de acordo com a seguinte escala: depressões leves: entre 20 e 34; depressões moderadas: entre 35 e 52; e depressões graves: ≥ 53 .³ A partir da nota global do IACLIDE é ainda possível prever um conjunto de incapacidades geradas pela depressão: incapacidades para a vida em geral, para o trabalho, para a vida social/atividades de lazer e para a vida familiar/responsabilidades domésticas. Todavia, os resultados devem ser interpretados com cautela, como indicativos de uma tendência geral a que, provavelmente, se juntam fatores inibidores ou facilitadores, de origem diferente que não exclusivamente a depressão (Vaz Serra, 1994).

Necessitou de recorrer a um profissional de saúde (médico de clínica geral, psiquiatra, psicólogo, etc.) para tratamento de depressão nos últimos seis meses? (Sim/Não).⁴ Esta pergunta, que surge após o IACLIDE, foi formulada com a intenção de perceber se as pontuações obtidas nesse instrumento poderiam estar a ser enviesadas pelo facto da pessoa ter recebido recentemente tratamento farmacológico ou psicoterapêutico.

Procedimentos

O primeiro passo deste estudo foi contactar os administradores do Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal e do grupo Desperta!, para lhes pedir colaboração na divulgação dos estudos. Para a recolha de dados foi colocado um questionário online entre outubro e dezembro de 2018. Esse questionário era anónimo e foi garantida a confidencialidade dos dados. Por lapso, o questionário foi colocado online pelo administrador do Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal antes de ter sido acrescentado o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE), pelo que os primeiros seis respondentes não o preencheram.

Design de investigação e análise dos dados

A primeira parte deste estudo pode ser classificada como qualitativa (Zedeck, 2014). Os dados relativos aos motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e possíveis consequências dessa desfiliação foram analisados recorrendo à análise de conteúdo qualitativa (Figgou & Pavlopoulos, 2015). Em contraste com a análise de conteúdo quantitativa, a análise de conteúdo qualitativa decorre de uma tradição humanista, não positivista, e é indutiva (White & Marsh, 2006). A abordagem indutiva,⁵ também chamada convencional (Hsieh & Shannon, 2005), baseada nos dados ou baseada no texto, é caracterizada por uma busca por padrões.

Durante a análise, o investigador procura semelhanças e diferenças nos dados, que são descritos em categorias e/ou temas em vários níveis de abstração e interpretação (Graneheim et al., 2017). Este tipo de abordagem é geralmente apropriado quando a teoria existente ou literatura de investigação sobre um fenómeno é limitada (Hsieh & Shannon, 2005). O objetivo da análise de conteúdo qualitativa é transformar sistematicamente uma grande quantidade de texto num resumo altamente organizado e conciso dos principais resultados. A análise dos dados brutos de entrevistas transcritas textuais para formar categorias ou temas é um processo de maior abstração de dados em cada etapa da análise; do conteúdo manifesto e literal aos significados latentes (Erlingsson & Brysiewicz, 2017).

Na investigação qualitativa, os dados recolhidos qualitativamente também podem ser analisados quantitativamente. Isso acontece quando o investigador examina minuciosamente os dados qualitativos para encontrar os temas e ideias relevantes e, em seguida, converte-os em dados numéricos para posterior comparação e avaliação (Nassaji, 2015). A análise de conteúdo geralmente envolve converter os dados qualitativos (discurso) numa forma quantitativa, contando o número de respostas que caem em cada categoria (i.e., a sua frequência ou “popularidade”) e resumindo a percentagem de respostas para cada categoria em forma tabular (Wilkinson, 2000). O uso de números é uma estratégia legítima e valiosa para os investigadores qualitativos, quando usada como complemento da investigação. A inclusão de dados quantitativos não transforma necessariamente a investigação num estudo misto (Maxwell, 2010).

A análise de conteúdo realizada neste estudo seguiu os passos propostos por Erlingsson e Brysiewicz (2017). O passo inicial da análise de conteúdo é ler e reler o texto. Em seguida, é necessário começar a dividir o texto em partes menores, ou seja, em unidades de significado. Em seguida, condensa-se ainda mais essas unidades de significado. Ao fazer isso, precisamos garantir que o significado principal ainda seja retido. A próxima etapa é rotular unidades de significado condensadas formulando códigos e, em seguida, agrupar esses códigos em categorias. Um código pode ser considerado um rótulo; um nome que descreve mais exatamente do que trata essa particular unidade condensada de significado. Normalmente, é constituído por uma ou duas palavras. Uma categoria é formada pelo agrupamento dos códigos que se relacionam entre si por meio do seu conteúdo ou contexto. Dependendo do objetivo do estudo e da qualidade dos dados recolhidos, pode-se escolher categorias como o nível mais alto de abstração para relatar os resultados ou podemos ir além e criar temas. Um tema pode ser visto como algo que expressa um significado subjacente, i.e., um conteúdo latente, encontrado em duas ou mais categorias. A designação das categorias do presente estudo foi inspirada nos

trabalhos de Almendros et al. (2009), Buxant e Saroglou (2008), e ainda Rousselet et al. (2017). No entanto, a análise de conteúdo pode ter ainda outra etapa: o cálculo de frequências das diferentes categorias e temas (Neuendorf, 2019; Vaismoradi et al., 2013). Mas, como é mais fácil entender as frequências relativas se elas forem apresentadas como percentagens, multiplicando-as pelo número 100 (Sonnad, 2002), foram estas que foram apresentadas na secção Resultados. Calculámos as percentagens de cada unidade condensada de significado (ver Apêndice), categoria e tema.

Um livro de códigos (inglês: *codebook*) é um conjunto de códigos, definições e exemplos usados como um guia para ajudar a analisar os dados da entrevista ou questionário. Os livros de código são essenciais para analisar a investigação qualitativa porque fornecem uma operacionalização formalizada dos códigos. A criação de um livro de códigos envolve geralmente cinco etapas: (1) reduzir a informação bruta (sem significado); (2) identificar temas das subamostras; (3) comparar temas entre subamostras; (4) criar códigos; e (5) determinar a fidedignidade (confiabilidade) dos códigos (DeCuir-Gunby et al., 2011). Não obstante, escolhemos estruturar o nosso livro de códigos usando apenas os três componentes propostos por DeCuir-Gunby et al., a saber: (1) nome de código/rótulo; (2) descrição/definição completa (uma definição extensa que inclui os critérios de inclusão e de exclusão); e (3) um exemplo (ver Tabela 2 e Tabela 3).

Tabela 2

Motivos para a Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Códigos Baseados em Dados da Amostra, Definições e Exemplos

Código	Definição/Descrição	Exemplo
Desassociação	Expulsão de membros batizados de uma religião	“Fui desassociado por conta de sexting e por assumir a minha homossexualidade.”
Não admissão	Exclusão de membros não batizados de uma religião	“Fui expulso por ter mantido a minha crença católica na imortalidade da alma.”
Perda da fé	Deixar de acreditar e confiar na doutrina de uma religião	“(Obtive) o verdadeiro conhecimento, através da Internet, da falsidade da religião.”
Divórcio	Separação de um casal por meio de dissolução judicial do matrimónio	“Por me ter divorciado.”
Abuso sexual	Sujeitar alguém a agressões sexuais, tais como: aliciamento, exploração sexual, assédio sexual, sexo oral e violação	“Casos de pedofilia, inclusive eu fui molestado quando criança e nada foi feito.”
Abuso psicológico	Uso de técnicas de persuasão e controlo para explorar e/ou maltratar as pessoas	“Não havia liberdade de pensamento.”

Tabela 2 (continuação)

Código	Definição/Descrição	Exemplo
Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Divergência de opiniões acerca das regras de conduta a que os membros de determinada religião estão sujeitos	“Minha irmã mais velha foi desassociada e eles queriam que eu parasse de falar com ela.”
Estilo de vida	Comportamento habitual das pessoas que reflete as suas atitudes, valores e oportunidades na vida	“Não me revia naquele estilo de vida.”
Intolerância religiosa	Não aceitação de qualquer outra religião como legítima	“A cultura de odiar pessoas que não pertençam à seita das Testemunhas de Jeová.”
Fanatismo	Adesão cega a uma determinada religião, sem analisar as suas possíveis falhas	“Não posso pregar fanatismo.”
Hipocrisia	Devoção religiosa fingida, demonstrável pela contradição entre o comportamento da pessoa e as regras de conduta dessa religião	“Tenho conhecimento de noivas virgens que tiveram o seu 1º orgasmo na boca de um ancião, aprenderam a fazer broches com um ancião, e fizeram sexo anal com um ancião. No entanto casaram virgens. É prática comum.”
Homofobia	Repulsa ou preconceito contra os homossexuais e/ou a homossexualidade	“Assumi minha sexualidade... sou gay.”
Ameaça ou punição	Levantar-se contra ou castigar (e.g., retirar regalias ou privilégios; destituir de um cargo) um membro de determinada religião, com o objetivo de modificar o seu comportamento	“Devido a porem-me contra «a parede», porque sabia que meu marido fumava e não o denunciei, ele também TJ desde sempre.”
Esgotamento	Estado de grande cansaço físico e/ou psíquico	“Esgotamento físico, mental e emocional.”
Injustiças	Violação dos direitos de um membro de uma religião enquanto cidadão, tais como, discriminá-lo por querer frequentar o ensino superior	“Injustiças sofridas dentro da organização.”
Violência doméstica	Todo tipo de violência (física, psicológica, sexual, patrimonial e moral) que é praticada entre pessoas do mesmo agregado familiar	“Não havia adultério, mas era torturada psicologicamente pela chefia do marido e não tinha vontade própria e era vítima de agressão física e verbal.”
Exploração	Abuso da boa-fé, da ingenuidade ou da ignorância de um membro de uma religião, com o intuito de angariar ou poupar dinheiro	“E por a torre tomar mão de obra voluntária sem remuneração e sem qualquer ajuda aos que deixam de prestar esse serviço, como gratificação por tempo de serviços prestados em suas gráficas.”
Infelicidade	Infortúnio ou desgraça de alguém, atribuída à prática de determinada religião	“Percebi que não era feliz por não fazer as coisas normais como votar, namorar sem pressão de casamento, aumentar meu nível acadêmico, etc.”
Desidentificação com o grupo	Tornar-se diferente ou dissemelhante dos outros membros de uma determinada religião	“Deixei de me identificar com a organização.”

Tabela 2 (continuação)

Código	Definição/Descrição	Exemplo
Problemas familiares	Conflitos que ocorrem entre os membros de uma família, por causa da religião de um ou alguns deles	“Estava a afastar-me da minha família biológica.”
Discordância ou desilusão com a liderança	Disparidade de opiniões ou decepção com a conduta do(s) líder(es) de um grupo religioso	“(A liderança) protege os pedófilos e acham-se superiores à humanidade e à justiça humana.”
Solidão	Estado de quem está ou se sente só, retirado da comunidade religiosa	“Não tinha amizades da mesma faixa etária lá dentro.”
Problemas de saúde	Ausência numa pessoa de um estado de completo bem-estar físico, mental e social	“Apanhei uma espécie de pós-stresse traumático religioso, ao descobrir que vivia uma ilusão.”
Profecias falhadas	Previsão não concretizada da ocorrência de determinados acontecimentos em datas precisas, atribuída a um profeta ou líder religioso	“Ensino de falsas profecias (...).”
Amor	Sentimento de afeto que faz com que alguém queira estar com outra pessoa, protegê-la, cuidar dela e conservar a sua companhia, eventualmente para toda a vida	“Conheci um novo parceiro que não era testemunha.”

Tabela 3

Consequências da Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Códigos Baseados em Dados da Amostra, Definições e Exemplos

Código	Definição/Descrição	Exemplo
Sem consequências	O sujeito considera não ter havido consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová, ou não houve consequências até à data, porque não ocorreu ainda desassociação, dissociação, ou não admissão	“Nenhuma.”
Ostracismo	Afastamento imposto a alguém por outra pessoa ou grupo de pessoas	“Morte social com a família e amigos, ostracização, desprezo.”
Problemas de saúde	Ausência numa pessoa de um estado de completo bem-estar físico, mental e social	“Depressão.”
Dificuldade de adaptação	Dificuldade de uma pessoa em integrar a sociedade, um local de trabalho, etc., neste caso em integrar a sociedade que as Testemunhas de Jeová consideram ser controlada por Satanás, o opositor de Jeová, e estabelecer relações interpessoais normais com os mundanos	“Dificuldade em relacionar-me com os outros.”
Dificuldades económicas	Episódios de vida de uma pessoa caracterizados por perda de rendimentos	“(Fiquei) longo tempo desempregado.”

Tabela 3 (continuação)

Código	Definição/Descrição	Exemplo
Problemas familiares	Problemas que ocorrem entre os membros de uma família, envolvendo discussões, ameaças ou agressões	“Ela (a minha esposa) respondeu: «Então decida; se você não quiser mais ser Testemunha de Jeová, esse casamento acaba aqui.»”
Ateísmo	Negação da existência real de Deus ou deuses e entidades sobrenaturais	“Perdi a minha fé em Deus e nas religiões.”
Sentimentos negativos	Sentimentos que não expressam felicidade, motivados pela desfiliação das Testemunhas de Jeová	“Sinto-me enganada, ludibriada.”
Necessidade de reconstrução da identidade pessoal ⁶	Necessidade de reconstruir a compreensão que cada um faz de si	“Um recomeçar na construção da minha identidade.”
Problemas no trabalho	Conflitos surgidos entre trabalhadores de uma mesma empresa, escola, hospital, etc., ou entre um trabalhador e o patronato	“Tive problemas a nível profissional, visto que a liderança da empresa na qual trabalhava era Testemunha de Jeová.”
Chantagem emocional	Tentativa de manipulação de uma pessoa através da aquisição de medo ou sentimentos de culpa, com o objetivo de fazê-la arrepender-se de um determinado comportamento	“Minha mãe (...) faz chantagem emocional o tempo inteiro tentando me fazer sentir culpada pela morte da minha família no Armagedão.”
Difamação	Imputação de algo a uma pessoa que implica descrédito, sendo, portanto, ofensivo à sua reputação	“Sou considerada louca e mentirosa apóstata.”
Promiscuidade sexual	Estabelecimento de relações sexuais com diversos parceiros, em busca apenas de prazer físico	“Comecei a namorar com vários parceiros e só queria saber de prazeres.”
Preocupação com terceiros	Todas as manifestações de preocupação com membros do agregado familiar ou amigos, neste caso em virtude de uma determinada pessoa se ter desfiliado das Testemunhas de Jeová	“Minha esposa foi abusada emocionalmente.”
Felicidade	Sensação de satisfação plena a todos os níveis	“Mais felicidade.”
Concretização de sonhos	Concretização dos seus anseios ou vontades	“Estou cursando meu nível superior em Direito. Algo inconcebível pela doutrina da torre.”
Sensação de liberdade	Sensação de não estar preso a nada, de independência absoluta	“...esse afastamento foi benéfico, pois, eu tinha uma família extremamente controladora.”
Sensação de alívio	Sensação de fim do sofrimento	“Alívio para a mente e a consciência por se libertar da seita.”
Incremento da religiosidade	Incremento do interesse em assuntos religiosos	“Aprendi muito e permitiu-me ler a Bíblia.”
Melhoria das relações interpessoais	Melhoria da comunicação e convívio salutar com as pessoas do mundo	“Me entrosei melhor com as pessoas.”
Melhoria da relação conjugal	Melhoria da relação com o outro membro do casal	“Foi muito positivo, pessoalmente, para a minha vida e como casal.”

Tabela 3 (continuação)

Código	Definição/Descrição	Exemplo
Aumento da autoestima	Aumento da satisfação com o seu modo de ser, com a sua maneira de pensar, com a sua aparência física, com as suas capacidades intelectuais, estado de saúde e aptidão física	“...minha autoestima melhorou, comecei a me amar...”
Melhoria da situação profissional	Melhoria da situação contratual, promoção no emprego, mudança para um novo emprego melhor remunerado ou mudança para uma carreira mais satisfatória	“Profissionalmente foi maravilhoso. Eu era manicure à época, sonhava com uma vida simples e humilde, morando em qualquer cafundó dos judas, trabalhando meio período e servindo a Jeová como pioneira. Logo após ser desassociada, iniciei a faculdade de Direito, sou advogada, estou finalizando minha segunda pós-graduação, com projetos para um futuro bem próximo de fazer mestrado e estudando para um excelente concurso público.”
Novos hobbies	Aquisição de novos passatempos, isto é, atividades realizadas apenas por lazer, distração, prazer ou divertimento	“Adoro ler sobre Política, História, Filosofia, Psicanálise, Teoria Evolucionista...”
Não especificada	Qualquer consequência considerada positiva, sem que tenha sido especificada	“Positivas.”

Quando o participante deixou a resposta em branco ou deu uma resposta sem qualquer sentido, foi classificada como “não respondeu”.

A segunda parte do estudo pode ser classificada como quantitativa de tipo descritivo e correlacional (Zedeck, 2014). Para a análise dos dados relativos à sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro e ao nível de depressão, foram calculadas as seguintes medidas de estatística descritiva: frequência absoluta, percentagem, valor mínimo, valor máximo, média e respetivo intervalo de confiança de 95%, mediana e desvio padrão. Para explorar possíveis associações diretas entre os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e as possíveis consequências dessa desfiliação, bem como entre esses mesmos motivos e a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro, foi realizada uma análise de correspondências múltiplas (MCA; Benzécri, 1977, 1992). A MCA fornece um modelo geométrico de dados, ou seja, representa os indivíduos por pontos e resume as relações entre as variáveis categóricas (Le Roux & Rouanet, 2004). Foram consideradas apenas as associações consideradas fortes, i.e., acima do ponto de corte de .50 (Cohen, 1992). Para explorar possíveis correlações entre o nível de depressão e quanto tempo os participantes permaneceram nas Testemunhas de Jeová, bem como entre o nível de depressão e há quanto tempo saíram, foram

calculados coeficientes de correlação linear de Pearson (Pearson, 1896, 1900, 1920), com valor p bilateral.⁷ O nível de significância⁸ (α) foi estabelecido a .05 (5%).⁹

Para a análise de dados foram utilizados os programas de *software* IBM® SPSS® Statistics (Versão 25) e Microsoft® Excel®.

Resultados

Onze pessoas não preencheram o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE) na íntegra, tendo sido eliminadas da análise. Após essa eliminação, a percentagem de dados omissos (também chamados ausentes, faltantes ou perdidos) foi a seguinte: Item 1: 0.9%; Item 2: 1.3%; Item 3: 1.3%; Item 4: 1.3%; Item 5: 0%; Item 6: 1.3%; Item 7: 1.3%; Item 8: 0.4%; Item 9: 1.8%; Item 10: 1.3%; Item 11: 1.8%; Item 12: 0.9%; Item 13: 2.2%; Item 14: 1.3%; Item 15: 0.9%; Item 16: 1.3%; Item 17: 1.8%; Item 18: 2.7%; Item 19: 2.7%; Item 20: 1.3%; Item 21: 1.8%; Item 22: 2.7%; Item 23: 1.3%. Não nos pareceu adequado realizar uma imputação¹⁰ dos valores omissos a partir da média da amostra, uma vez que a personalidade da pessoa determinada fortemente os níveis médios de humor e a variabilidade do humor (Hepburn & Eysenck, 1989). Quanto à imputação a partir da média obtida por cada pessoa no conjunto dos itens, também não está isenta de críticas (ver Lee et al., 2015). Não sabemos qual foi a razão para o não preenchimento desses itens, mas é provável que signifique que esses sintomas estavam ausentes. Como a pontuação do inventário se baseia na soma da pontuação dos itens, as células foram deixadas em branco (i.e., contam como «zero»).

Na Tabela 4 encontram-se os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e respectivas percentagens observadas nas categorias. É de referir que cada participante pode ter relatado mais do que um motivo.

Tabela 4

Motivos para a Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Percentagens Observadas nas Categorias

Categorias	%
Perda da fé na doutrina das TJ	26.8
Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	14.9
Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	11.0

Tabela 4 (continuação)

Categorias	%
Desassociação das TJ	8.7
Hipocrisia mostrada por algumas TJ	7.2
Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	6.8
Profecias falhadas pela liderança das TJ	3.4
Discriminação de identidade de género no seio das TJ	2.9
Perceção de injustiças dentro da organização das TJ	2.5
Experiência de esgotamento resultante da prática da religião das TJ	1.7
Fanatismo nas convicções das TJ	1.4
Desidentificação com as TJ	1.4
Intolerância religiosa praticada pelas TJ	1.2
Mudança de estado civil	1.2
Sentir amor por um(a) mundano(a)	1.0
Problemas de saúde resultantes da prática da religião das TJ	1.0
Sentimento de infelicidade resultante da prática da religião das TJ	1.0
Abuso sexual sofrido pelo(a) próprio(a) ou familiares no seio das TJ	0.6
Experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge TJ	0.6
Problemas familiares resultantes da prática da religião das TJ	0.6
Estilo de vida restritivo levado pelas TJ	0.6
Ameaça ou punição dentro da congregação das TJ	0.6
Não admissão nas TJ	0.4
Sentimento de ser explorado(a) economicamente pelas TJ	0.2
Experiência de solidão na congregação das TJ	0.2
Não respondeu	1.0

Nota. TJ = Testemunha(s) de Jeová.

Como podemos constatar pela análise da Tabela 4, os principais motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: perda da fé na doutrina (26.8%), discordância ou desilusão com a liderança (14.9%) e discordância com alguns regulamentos e obrigações (11.0%).

Na Tabela 5 encontram-se os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e respetivas percentagens observadas nos temas.

Tabela 5

*Motivos para a Desfiliação das Testemunhas de Jeová:
Percentagens Observadas nos Temas*

Temas	%
Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová	89.7
Desfiliação involuntária das Testemunhas de Jeová	9.1
Não respondeu	1.0

Como podemos verificar pela análise da Tabela 5, a maioria dos participantes (89.7%) desfiliou-se voluntariamente das Testemunhas de Jeová. Apenas 9.1% foram desassociados ou não admitidos.

Na Tabela 6 são apresentadas as consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová e respetivas percentagens observadas nas categorias. É de salientar que cada participante pode ter relatado mais do que uma consequência.

Tabela 6

Consequências da Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Percentagens Observadas nas Categorias

Categorias	%
Ostracismo devido a desfiliação das TJ	30.9
Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	26.3
Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	13.4
Desfiliação das TJ sem consequências	4.6
Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	4.4
Sensação de liberdade com a desfiliação das TJ	3.5
Consequência positiva não especificada provocada pela desfiliação das TJ	1.5
Dificuldades económicas sentidas após a desfiliação das TJ	1.5
Preocupação com terceiros por motivo de desfiliação das TJ	1.5
Felicidade provocada pela desfiliação das TJ	1.3
Dificuldade de adaptação ao mundo exterior às TJ	1.3
Chantagem emocional por causa de desfiliação das TJ	1.3
Ateísmo resultante da má experiência vivida no seio das TJ	1.1
Sensação de alívio com a desfiliação das TJ	1.1

Tabela 6 (continuação)

Categorias	%
Necessidade de reconstrução da identidade pessoal após a desfiliação das TJ	0.8
Problemas no trabalho subsequentes à desfiliação das TJ	0.6
Difamação resultante da desfiliação das TJ	0.4
Concretização de sonhos após a desfiliação das TJ	0.4
Incremento da religiosidade após a desfiliação das TJ	0.4
Promiscuidade sexual subsequente à desfiliação das TJ	0.2
Melhoria das relações com as pessoas do mundo após a desfiliação das TJ	0.2
Melhoria da relação conjugal consequente à desfiliação das TJ	0.2
Aumento da autoestima provocado pela desfiliação das TJ	0.2
Melhoria da situação profissional após a desfiliação das TJ	0.2
Aquisição de novos hobbies após a desfiliação das TJ	0.2
Não respondeu	1.5

Nota. TJ = Testemunhas de Jeová.

Como podemos constatar pela análise da Tabela 6, as principais consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: ostracismo (30.9%), problemas de saúde (26.3%) e sentimentos negativos (13.4%).

Na Tabela 7 são apresentadas as consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová e respectivas percentagens observadas nos temas.

Tabela 7

Consequências da Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Percentagens Observadas nos Temas

Temas	%
Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová	84.1
Consequências positivas da desfiliação das Testemunhas de Jeová	9.4
Desfiliação das Testemunhas de Jeová sem consequências positivas ou negativas	4.6
Não respondeu	1.5

Como podemos verificar pela análise da Tabela 7, a grande maioria das consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram negativas (84.1%).

A análise de correspondências múltiplas encontrou associações diretas (positivas) e fortes entre o sentimento de ser explorado(a) economicamente pelas Testemunhas de Jeová e a concretização de sonhos após a desfiliação das Testemunhas de Jeová (.70), entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e a melhoria da situação profissional após a desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58), entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e a aquisição de novos hobbies após a desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58), entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e o aumento da autoestima provocado pela desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58), entre os problemas familiares resultantes da prática da religião das Testemunhas de Jeová e a promiscuidade sexual subsequente à desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58) e entre a ameaça ou punição dentro da congregação das Testemunhas de Jeová e a melhoria da relação conjugal consequente à desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58).

Na Tabela 8 são apresentadas a frequência absoluta e a percentagem da sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro.

Tabela 8

Frequência Absoluta e Percentagem da Sensação de Pertencer às Testemunhas de Jeová Quando Era Membro

Intensidade de pertencer	<i>f</i>	%
1	23	9.7
2	6	2.5
3	11	4.7
4	12	5.1
5	24	10.2
6	14	5.9
7	23	9.7
8	41	17.4
9	22	9.3
10	60	25.4

Como podemos constatar pela análise da Tabela 8, a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro foi muito heterogénea, tendo as percentagens mais elevadas sido registadas no grau 10 (25.4%), grau 8 (17.4%) e grau 5 (10.2%).

A análise de correspondências múltiplas não encontrou qualquer associação direta e forte entre os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e a sensação de pertencer a esse grupo religioso quando era membro. As associações variaram entre .00 e .14.

Na Tabela 9 são apresentadas medidas de estatística descritiva relativas à sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro.

Tabela 9

Medidas de Estatística Descritiva Relativas à Sensação de Pertencer às Testemunhas de Jeová Quando Era Membro

<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	95% CI	<i>Mdn</i>	<i>SD</i>
1	10	6.81	[6.43, 7.19]	8.00	2.94

Nota. Mínimo = valor mínimo; Máximo = valor máximo; *M* = média; CI = intervalo de confiança; *Mdn* = mediana; *SD* = desvio padrão.

Como podemos verificar pela análise da Tabela 9, a média da sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro ficou nos 6.81, para um máximo de 10.

Na Tabela 10 são apresentadas a frequência absoluta e a percentagem do nível de depressão, medido através do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE), de ex-Testemunhas de Jeová.

Tabela 10

Frequência Absoluta e Percentagem do Nível de Depressão de ex-Testemunhas de Jeová (n = 225)

Nível de depressão	<i>f</i>	%
Ausência de depressão	118	52.4
Depressão leve	53	23.6
Depressão moderada	36	16.0
Depressão grave	18	8.0

Como podemos constatar pela análise da Tabela 10, mais de metade dos participantes (52.4%) não estavam deprimidos quando responderam ao Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, 23.6% apresentavam depressão leve, 16% depressão moderada e 8% depressão grave.

Na Tabela 11 são apresentadas medidas de estatística descritiva relativas ao nível de depressão, medido através do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE), de ex-Testemunhas de Jeová.

Tabela 11

Medidas de Estatística Descritiva Relativas ao Nível de Depressão de ex-Testemunhas de Jeová (n = 225)

<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	<i>95% CI</i>	<i>Mdn</i>	<i>SD</i>
0	85	23.07	[20.63, 25.50]	18.00	18.51

Nota. Mínimo = valor mínimo; Máximo = valor máximo; *M* = média; *CI* = intervalo de confiança; *Mdn* = mediana; *SD* = desvio padrão.

Como podemos verificar pela análise da Tabela 11, a média do nível de depressão dos participantes situou-se acima do ponto de corte de 20, que distingue os não-deprimidos dos deprimidos.

Não foram encontradas correlações significativas entre o nível de depressão e quanto tempo os participantes permaneceram nas Testemunhas de Jeová, entre o nível de depressão e há quanto tempo saíram, assim como entre o nível de depressão e a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro.

Na Tabela 12 são apresentadas a frequência absoluta e a percentagem de ex-Testemunhas de Jeová que receberam e não receberam tratamento para a depressão nos últimos seis meses.

Tabela 12

Frequência Absoluta e Percentagem de ex-Testemunhas de Jeová que Receberam e Não Receberam Tratamento para a Depressão nos Últimos Seis Meses (n = 230)

<i>Tratamento para a depressão</i>	<i>f</i>	<i>%</i>
Não	147	63.9
Sim	81	35.2
Não respondeu	2	0.9

Como podemos constatar pela análise da Tabela 12, uma percentagem considerável de participantes tinha recebido tratamento para a depressão nos últimos seis meses (35.2%),

afetando a percentagem real de pessoas deprimidas eventualmente em consequência da desfiliação das Testemunhas de Jeová.

Discussão

Verificámos que a maioria dos participantes deste estudo (89.7%) desfiliou-se voluntariamente das Testemunhas de Jeová. Os três principais motivos para a desfiliação foram: perda da fé na doutrina (26.8%), discordância ou desilusão com a liderança (14.9%) e discordância com alguns regulamentos e obrigações (11.0%). Estes motivos são consonantes com os resultados de outras investigações. De facto, Hookway e Habibis (2015), entrevistaram sete adolescentes australianos ex-Testemunhas de Jeová, e verificaram que os motivos que levaram à desfiliação foram o conflito com a prática e doutrina das Testemunhas de Jeová e o conflito entre as restrições de estilo de vida da comunidade das Testemunhas de Jeová e as atrações do mundo secular. Também Holden (2002), recorrendo a observação participante e não participante, transcrições de entrevistas não estruturadas e a uma extensa análise de escritos de ex-membros das Testemunhas de Jeová, concluiu que o principal motivo que leva à desfiliação desta religião é a insatisfação doutrinal. Buxant e Saroglou (2008) entrevistaram 20 ex-membros de vários novos movimentos religiosos, entre os quais as Testemunhas de Jeová. A saída do grupo foi, para todos os participantes, uma escolha pessoal. Um dos motivos para a saída foi a observação de contradições entre a doutrina do grupo e os eventos. Alguns ex-membros ficaram profundamente chocados com o comportamento de um membro importante do grupo (e.g., um idoso, o pai ou a mãe) que não respeitou os valores recomendados no grupo (e.g., fidelidade conjugal). Outro motivo frequente relatado pelos participantes foi o seu conflito pessoal gradual com a doutrina. Por último, obrigações, constrangimentos e pressões também foram relatados como motivos para deixar o grupo; permanecer membro teria se tornado muito exigente, junto com a diminuição dos interesses e convicções. Almendros et al. (2009), numa amostra de 101 indivíduos (46 mulheres, 55 homens, $M_{idade} = 43.47$ anos) espanhóis, autoidentificados como ex-membros de um de um total de 27 grupos abusivos, que responderam à Cult Disaffiliation Factors Scale (CDF), que compreende 10 itens breves com uma variedade de opções de respostas de 0 a 5 (0 = *nada* e 5 = *completamente*), descobriram que o fator com a pontuação média mais elevada foi o de Desilusão (em referência às inconsistências dentro do grupo ou manifestadas pelo líder e a perceção expressa de ter sido enganado; 3.39), seguido do fator de Regulamentação (condições de vida no grupo; 2.49). Também Rousselet et al. (2017), numa amostra de 31 (74.2% mulheres, 25.8% homens) ex-membros de cultos, constataram que

o principal motivo para a saída foi a falta ou perda de fé nos credos do grupo (64.5%). Portanto, apesar das Testemunhas de Jeová implementarem um programa para atrair e depois fazer a “lavagem do cérebro” dessas pessoas (ver Schnell, 1956), alguns decidem e conseguem romper com essa religião. Sauvayre (2011) descobriu que o seguidor de um culto, no princípio, endossa completamente a visão do mundo do movimento: ele aceita apenas a informação transmitida por outros membros do grupo religioso e seu fundador. O grau de certeza disseminado dentro do grupo leva-o a operar num contexto específico onde todas as previsões são consideradas absolutamente verdadeiras. Isso explica a aparente “resistência à mudança” que membros de movimentos marginais podem demonstrar. No entanto, existem muitas mudanças nas crenças, mesmo que sejam quase imperceptíveis para o observador externo. Essa crença estática aparente será destruída assim que o seguidor perceber contradições axiológicas. De facto, a mudança do quadro cognitivo é um processo dinâmico que cobre uma dimensão gradual na adesão e na dissolução das crenças, uma vez que são necessárias seis dúvidas antes que ocorra a rutura total da adesão. Mas esse processo também tem uma dimensão mais repentina e brutal quando ocorre um conflito insuperável de valor que marca grandes mudanças na estrutura cognitiva do seguidor. Ao fazê-lo, a mudança de crenças e a perda da sensação de pertencer a um movimento marginal encontram um gatilho em conflitos de valores ou contradições axiológicas. O conflito de valor, portanto, tem uma influência importante e irrevogável no sistema de crenças de um indivíduo, na medida em que se espalha por todo o seu sistema de crenças e faz com que ele se rompa e acelere a rutura da pertença ao movimento. Um fator que pode ter facilitado a desfiliação religiosa na presente amostra foi o facto de nestes indivíduos nunca ter havido uma sensação muito forte de pertença ao grupo: a média da sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro ficou nos 6.81, para um máximo de 10.

Quanto às consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová, a maioria dos participantes (84.1%) considerou-as como negativas. As três principais consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: ostracismo (30.9%), problemas de saúde (26.3%) e sentimentos negativos (13.4%). Não é de admirar que muitos tenham sido votados ao ostracismo, pois a Watch Tower Bible and Tract Society of New York e a International Bible Students Association (WTBTSNY & IBSA, 1989), consideram como apóstata uma pessoa que abandona ou deserta da adoração e ao serviço a Deus. Desta forma, aconselha os seus membros a não receber nos seus lares os que rejeitaram a organização de Jeová, nem sequer os cumprimentar. Buxant e Saroglou (2008), no estudo supracitado, também constataram que a desfiliação do novo movimento religioso foi acompanhada de desmembramento social e/ou

familiar para a maioria dos ex-membros ($n = 14$, sendo o total 20). Quatro deles deixaram o grupo abandonando o parceiro, que queria permanecer como membro.

Foram encontradas associações diretas (positivas) e fortes entre o sentimento de ser explorado(a) economicamente pelas Testemunhas de Jeová e a concretização de sonhos após a desfiliação das Testemunhas de Jeová (.70), entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e a melhoria da situação profissional após a desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58), entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e a aquisição de novos hobbies após a desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58), entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e o aumento da autoestima provocado pela desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58), entre os problemas familiares resultantes da prática da religião das Testemunhas de Jeová e a promiscuidade sexual subsequente à desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58) e entre a ameaça ou punição dentro da congregação das Testemunhas de Jeová e a melhoria da relação conjugal consequente à desfiliação das Testemunhas de Jeová (.58). Se estas associações são fruto do mero acaso, ou correspondem a um padrão, é algo que só pode ser respondido com a realização de mais estudos.

Verificámos que mais de metade dos participantes (52.4%) não apresentavam sintomatologia compatível com um estado depressivo quando responderam ao Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE), 23.6% apresentavam sinais e sintomas de depressão leve; 16% de depressão moderada e 8% de depressão grave. A média do nível de depressão dos participantes foi 23.07, situando-se acima do ponto de corte de 20, que distingue os não-deprimidos dos deprimidos. Vaz Serra (1994) encontrou numa amostra constituída por 340 (170 mulheres, 170 homens, $M_{idade} = 40.97$ anos) portugueses deprimidos que se apresentaram espontaneamente para tratamento em clínica hospitalar e privada, uma média de 41.48 ($SD = 15.02$) pontos no IACLIDE. Já numa outra amostra de 340 indivíduos “normais”, a média encontrada foi 7.58 ($SD = 6.32$). Portanto, a média do nosso estudo está bastante abaixo da de uma população clínica, mas também bastante acima do valor obtido numa população “normal”.

É de referir que uma percentagem considerável de participantes (35.2%) tinha recebido tratamento para a depressão nos últimos seis meses, facto que poderá ter levado à subestimação da percentagem de pessoas com sintomatologia compatível com um estado depressivo. Para além disso, não é possível estabelecer uma relação causal entre a pontuação obtida no IACLIDE e a desfiliação das Testemunhas de Jeová, já que estas pessoas abandonaram o grupo em média há 7.68 anos e um estado depressivo pode resultar não da desfiliação em si, mas de uma das

suas consequências, como o ostracismo (ver Williams, 2007a, 2007b; Williams & Nida, 2011, 2014), o divórcio (ver Allen & Badcock, 2003), etc.

Conclusões, limitações e recomendações

A maioria dos participantes deste estudo desfilou-se voluntariamente das Testemunhas de Jeová. Os três principais motivos para a desfiliação foram a perda da fé na doutrina, a discordância ou desilusão com a liderança e a discordância com alguns regulamentos e obrigações.

A maioria dos sujeitos considerou as consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová como negativas. As três principais consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: ostracismo, problemas de saúde e sentimentos negativos.

Foram encontradas associações diretas (positivas) e fortes entre o sentimento de ser explorado(a) economicamente pelas Testemunhas de Jeová e a concretização de sonhos após a desfiliação das Testemunhas de Jeová, entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e a melhoria da situação profissional após a desfiliação das Testemunhas de Jeová, entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e a aquisição de novos hobbies após a desfiliação das Testemunhas de Jeová, entre a experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge Testemunha de Jeová e o aumento da autoestima provocado pela desfiliação das Testemunhas de Jeová, entre os problemas familiares resultantes da prática da religião das Testemunhas de Jeová e a promiscuidade sexual subsequente à desfiliação das Testemunhas de Jeová e entre a ameaça ou punição dentro da congregação das Testemunhas de Jeová e a melhoria da relação conjugal consequente à desfiliação das Testemunhas de Jeová.

A sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro foi muito heterogênea entre os participantes. Não foram encontradas associações diretas e fortes entre os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e a sensação de pertencer a esse grupo religioso quando era membro.

Mais de metade dos participantes não estavam deprimidos quando responderam ao Inventário de Avaliação Clínica da Depressão. Contudo, a média do nível de depressão dos participantes situou-se acima do ponto de corte de 20, que distingue os não-deprimidos dos deprimidos.

Não foram encontradas correlações significativas entre o nível de depressão e quanto tempo os participantes permaneceram nas Testemunhas de Jeová, entre o nível de depressão e

há quanto tempo saíram, assim como entre o nível de depressão e a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro.

Uma percentagem considerável de participantes tinha recebido tratamento para a depressão nos últimos seis meses, o que pode ter afetado a prevalência da depressão nesta amostra.

A análise de conteúdo pode apresentar desafios para a confiabilidade e a validade do estudo (Maier, 2017). Os investigadores qualitativos fazem observações e interpretam dados com base em ideias preconcebidas sobre o assunto que está a ser investigado. Os antecedentes, experiências e valores desses investigadores influenciarão inevitavelmente a geração de evidências qualitativas (Skovdal & Cornish, 2015). Assim, a principal limitação deste estudo prende-se com o facto de a análise de dados ter sido realizada apenas pelo seu autor. Quando a análise de dados é realizada por vários investigadores isso permite o estabelecimento de confiabilidade entre avaliadores ou o cálculo da consistência na pontuação entre vários avaliadores (DeCuir-Gunby et al., 2011; Krippendorff, 2004; Lombard et al., 2002).

Outra limitação importante foi o recurso ao método de amostragem por conveniência, também chamado amostragem acidental e amostragem oportunística. Trata-se de qualquer processo para seleccionar uma amostra de indivíduos ou casos que não seja aleatório nem sistemático, mas sim governado pelo acaso ou disponibilidade imediata. Os dados obtidos por amostragem de conveniência não generalizam para a população de referência ou população-alvo, uma vez que a amostra seleccionada pode estar enviesada e não ser representativa dessa mesma população (Zedeck, 2014). Além disso, os participantes do presente estudo foram recrutados através de sítios da Internet. É difícil saber até que ponto ex-membros de cultos usam sites na Internet como ferramentas de suporte (Göransson & Holmqvist, 2018).

Uma vez que os questionários, como muitos métodos de avaliação, são aplicados após o evento sobre o qual incidem, os participantes também podem ter esquecido informações importantes para o estudo (Milne, 1998). Para além disso, as nossas memórias podem ser perturbadas por coisas que experimentamos anteriormente (interferência proativa) ou por coisas que experimentamos mais tarde (interferência retroativa; Loftus & Pickrell, 1995). Finalmente, a exposição a informações erradas pode induzir distorção da memória. A desinformação tem o potencial de invadir as nossas memórias quando conversamos com outras pessoas, quando somos interrogados ou quando lemos ou visualizamos a cobertura dos media sobre algum evento que possamos ter experimentado (Loftus, 1997).

O facto de o preenchimento dos questionários ter sido realizado num computador pode também ter afetado a “riqueza” da informação recolhida, pois a escrita através do teclado de

um computador está dependente da capacidade de cada um para a fazer. Se há evidências de que pessoas acostumadas a escrever no computador, produzem respostas escritas no computador substancialmente maiores do que aquelas escritas à mão (Russell & Haney, 1997), é provável que aqueles que não estão acostumados a escrever no computador produzam respostas menos ricas. Durante a análise de dados do presente estudo ficou muitas vezes a sensação de que as respostas podiam ter sido mais desenvolvidas.

Também existem algumas limitações para a investigação qualitativa em si. O conhecimento produzido a partir de tais estudos não é facilmente generalizável para outras pessoas ou outros contextos. A investigação qualitativa abraça explicitamente a subjetividade, o que significa que as experiências, percepções e julgamentos pessoais são valorizados. Desta forma, é preciso ter cuidado ao fazer generalizações abrangentes sobre os resultados gerados a partir deste tipo de estudos (Skovdal & Cornish, 2015).

Estudos futuros poderiam explorar se os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová são diferentes para homens e mulheres, para pessoas de diferentes nacionalidades, assim como para pessoas que tiveram diferentes cargos na organização. Para isso, são necessários estudos com amostras maiores e multinacionais.

Notas

¹ A escala de Likert surgiu pela primeira vez num artigo publicado em 1932 (ver Likert, 1932), cujo autor – educador e psicólogo americano – Rensis Likert, explica o método que aborda um tipo de escala de resposta psicométrica. É a mais utilizada em questionários e investigações de opinião, onde os entrevistados respondem a perguntas baseadas em escalas, através de níveis de discordância ou concordância (Trojan & Sipraki, 2015).

² Um subtipo hipotético de depressão major (ou maior) é endógeno. Caracteriza-se por surtos de depressão que parecem surgir do nada, sem nenhum “gatilho” externo aparente, como um evento de vida stressante (Cramer et al. 2016; Mendels & Cochrane, 1968).

³ Vaz Serra (1994) considerou como grau leve: indivíduo perturbado pelos sintomas, com dificuldade em continuar com o seu trabalho e atividades sociais usuais mas que, provavelmente, não deixa de funcionar completamente; grau moderado: o indivíduo tem usualmente uma dificuldade considerável em continuar com as suas atividades sociais, de trabalho ou domésticas; e grau grave: o doente sente-se incapaz, a não ser de forma muito limitada, em continuar com as suas atividades sociais, de trabalho ou domésticas.

⁴ A recaída depressiva é definida como um episódio de perturbação depressiva major que ocorre dentro de seis meses após a resposta ou remissão, enquanto a recorrência é definida como outro episódio depressivo que ocorre após seis meses (Nierenberg et al., 2003).

⁵ Segundo White e Marsh (2006) a análise de conteúdo quantitativa é dedutiva e a qualitativa é indutiva. No entanto, de acordo com Graneheim et al. (2017), a análise de conteúdo qualitativa pode ser dedutiva ou abductiva.

⁶ Identidade pessoal é a compreensão que cada um faz de si, incluindo as suas habilidades, valores, posição social, sentido de vida e impacto nos outros. A identidade pessoal deve ser entendida como algo inacabado, que se vai construindo ao longo da vida e na interação com o outro (Rafael, 2017).

⁷ Um valor p é a probabilidade de que o valor calculado de uma estatística de teste seja pelo menos tão extremo quanto um valor especificado da estatística de teste quando a hipótese nula é verdadeira (Daniel & Cross, 2013). Com o método do valor p para testes de hipótese, tomamos uma decisão comparando o valor p com o nível de significância (α). Rejeitamos a hipótese nula (H_0) se o valor p for menor ou igual a α (Triola, 2018). Assim, o valor p é o menor valor do nível de significância (α) para o qual podemos rejeitar uma hipótese nula (Daniel & Cross, 2013). É a hipótese alternativa (e não H_0) que faz com que um teste estatístico seja unicaudal ou bicaudal. Hipóteses alternativas não-direcionais (e.g., $H_1: \mu_1 \neq \mu_2$) levam a testes bicaudais. Isso ocorre porque a região crítica está posicionada nas duas caudas da distribuição de amostragem da estatística de teste. Deve-se notar que os testes bicaudais exigem uma diferença maior entre as estatísticas da amostra e o parâmetro populacional hipotético para que a hipótese nula seja rejeitada (Park, 2007).

⁸ O nível de significância (α) é a probabilidade de rejeitar uma hipótese nula verdadeira (Daniel & Cross, 2013). Nos anos vinte do século XX, Jerzy Neyman e Egon Pearson (Neyman & Pearson, 1928) discutiram os problemas relacionados à questão de saber se uma amostra pode ou não ser julgada como provavelmente extraída de uma determinada população. Eles identificaram dois tipos de erros associados a possíveis decisões. A probabilidade do erro do tipo I (rejeitar a hipótese nula quando ela é verdadeira) corresponde ao nível de significância do teste (Dodge, 2008).

⁹ Existe um grande debate em Psicologia sobre o uso do critério α de significância. O critério de significância geralmente aceite de .05 está a ser criticado cada vez mais. Não há nada intrinsecamente errado com o ponto de corte de 5%, no entanto, tem sido argumentado que a adoção disso como o Santo Graal na Psicologia está a distorcer os objetivos legítimos da investigação psicológica. O problema com o critério de 5% é que muitas vezes somos levados

a acreditar que apenas porque algum efeito é estatisticamente significativo, é psicologicamente significativo, ou mesmo que seja um efeito grande ou importante (Dancey & Reidy, 2017).

¹⁰ A imputação, isto é, a prática de “preencher” dados perdidos com valores plausíveis, tem sido reconhecida como uma abordagem atraente para analisar dados incompletos (Schafer, 1999).

Bibliografia

- Allen, N. B., & Badcock, P. B. T. (2003). The social risk hypothesis of depressed mood: Evolutionary, psychosocial, and neurobiological perspectives. *Psychological Bulletin*, 129(6), 887–913. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.129.6.887>
- Almendros, C., Carrobes, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., & Gámez-Guadix, M. (2009). Reasons for leaving: Psychological abuse and distress reported by former members of cultic groups. *Cultic Studies Review*, 8(2), 111–138. <https://www.icsahome.com/articles/reasons-for-leaving-psychological-abuse-and-distress-reported-by-former-members-of-cultic-groups>
- Bastian, B., & Haslam, N. (2010). Excluded from humanity: The dehumanizing effects of social ostracism. *Journal of Experimental Social Psychology*, 46(1), 107–113. <https://doi.org/10.1016/j.jesp.2009.06.022>
- Benzécri, J.-P. (1977). Sur l’analyse des tableaux binaires associés à une correspondance multiple. *Les Cahiers de l’Analyse des Données*, 2(1), 55–71. http://www.numdam.org/article/CAD_1977__2_1_55_0.pdf
- Benzécri, J.-P. (1992). *Correspondence analysis handbook*. Marcel Dekker.
- Brinkerhoff, M. B., & Mackie, M. M. (1993). Casting off the bonds of organized religion: A religious-careers approach to the study of apostasy. *Review of Religious Research*, 34(3), 235–258. <https://doi.org/10.2307/3700597>
- Bromley, D. G. (1991). Unraveling religious disaffiliation: The meaning and significance of falling from the faith in contemporary society. *Counseling and Values*, 35(3), 164–185. <https://doi.org/10.1002/j.2161-007X.1991.tb00989.x>
- Bromley, D. G. (1998a). The social construction of contested exit roles: Defectors, whistleblowers, and apostates. In D. G. Bromley (Ed.), *The politics of religious apostasy: The role of apostates in the transformation of religious movements* (pp. 19–48). Praeger Publishers.

- Bromley, D. G. (1998b). Linking social structure and the exit process in religious organizations: Defectors, whistle-blowers, and apostates. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 37(1), 145–160. <https://doi.org/10.2307/1388034>
- Buxant, C., & Saroglou, V. (2008). Joining and leaving a new religious movement: A study of ex-members' mental health. *Mental Health, Religion & Culture*, 11(3), 251–271. <https://doi.org/10.1080/13674670701247528>
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155–159. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.112.1.155>
- Cramer, A. O. J., van Borkulo, C. D., Giltay, E. J., van der Maas, H. L. J., Kendler, K. S., Scheffer, M., & Borsboom, D. (2016). Major depression as a complex dynamic system. *PLoS ONE*, 11(12), Article e0167490. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0167490>
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2017). *Statistics without maths for psychology* (7th ed.). Pearson Education.
- Daniel, W. W., & Cross, C. L. (2013). *Biostatistics: A foundation for analysis in the health sciences* (10th ed.). John Wiley & Sons.
- DeCuir-Gunby, J. T., Marshall, P. L., & McCulloch, A. W. (2011). Developing and using a codebook for the analysis of interview data: An example from a professional development research project. *Field Methods*, 23(2), 136–155. <https://doi.org/10.1177/1525822X10388468>
- Dodge, Y. (2008). *The concise encyclopedia of statistics*. Springer.
- Ebaugh, H. R. F. (1988). *Becoming an ex: The process of role exit*. The University of Chicago Press.
- Erlingsson, C., & Brysiewicz, P. (2017). A hands-on guide to doing content analysis. *African Journal of Emergency Medicine*, 7(3), 93–99. <https://doi.org/10.1016/j.afjem.2017.08.001>
- Fenelon, A., & Danielsen, S. (2016). Leaving my religion: Understanding the relationship between religious disaffiliation, health, and well-being. *Social Science Research*, 57, 49–62. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2016.01.007>
- Figgou, L., & Pavlopoulos, V. (2015). Social psychology: Research methods. In J. D. Wright (Ed.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences* (2nd ed., Vol. 22, pp. 544–552). Elsevier.
- Fisher, A. R. (2017). A review and conceptual model of the research on doubt, disaffiliation, and related religious changes. *Psychology of Religion and Spirituality*, 9(4), 358–367. <https://doi.org/10.1037/rel0000088>

- Gehlbach, H. (2015). Seven survey sins. *Journal of Early Adolescence*, 35(5–6), 883–897. <https://doi.org/10.1177/0272431615578276>
- Göransson, M., & Holmqvist, R. (2018). Is psychological distress among former cult members related to psychological abuse in the cult? *International Journal of Cultic Studies*, 9, 43–54. <https://www.icsahome.com/articles/is-psychological-distress-among-former-cult-members-related-to-psychological-abuse-in-the-cult-docx>
- Graneheim, U. H., Lindgren, B.-M., & Lundman, B. (2017). Methodological challenges in qualitative content analysis: A discussion paper. *Nurse Education Today*, 56, 29–34. <https://doi.org/10.1016/j.nedt.2017.06.002>
- Hepburn, L., & Eysenck, M. W. (1989). Personality, average mood and mood variability. *Personality and Individual Differences*, 10(9), 975–983. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(89\)90062-7](https://doi.org/10.1016/0191-8869(89)90062-7)
- Holden, A. (2002). *Jehovah's Witnesses: Portrait of a contemporary religious movement*. Routledge.
- Hookway, N. S., & Habibis, D. (2015). 'Losing my religion': Managing identity in a post-Jehovah's Witness world. *Journal of Sociology*, 51(4), 843–856. <https://doi.org/10.1177/1440783313476981>
- Hotelling, H. (1933a). Analysis of a complex of statistical variables into principal components. *Journal of Educational Psychology*, 24(6), 417–441. <https://doi.org/10.1037/h0071325>
- Hotelling, H. (1933b). Analysis of a complex of statistical variables into principal components. *Journal of Educational Psychology*, 24(7), 498–520. <https://doi.org/10.1037/h0070888>
- Hsieh, H.-F., & Shannon, S. E. (2005). Three approaches to qualitative content analysis. *Qualitative Health Research*, 15(9), 1277–1288. <https://doi.org/10.1177/1049732305276687>
- Introvigne, M. (1999). Defectors, ordinary leave-takers, and apostates: A quantitative study of former members of New Acropolis in France. *Nova Religio: The Journal of Alternative and Emergent Religions*, 3(1), 83–99. <https://doi.org/10.1525/nr.1999.3.1.83>
- Kaiser, H. F. (1958). The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, 23(3), 187–200. <https://doi.org/10.1007/BF02289233>
- Kaiser, H. F. (1959). Computer program for varimax rotation in factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 19(3), 413–420. <https://doi.org/10.1177/001316445901900314>
- Keller, B., Klein, C., Hood, R. W., & Streib, H. (2013). Deconversion and religious or spiritual transformation. In H. Westerink (Ed.), *Constructs of meaning and religious*

- transformation: Current issues in the psychology of religion* (pp. 119–139). Vienna University Press.
- Krippendorff, K. (2004). Reliability in content analysis: Some common misconceptions and recommendations. *Human Communication Research, 30*(3), 411–433. <https://doi.org/10.1093/hcr/30.3.411>
- Lee, M. R., Bartholow, B. D., McCarthy, D. M., Pedersen, S. L., & Sher, K. J. (2015). Two alternative approaches to conventional person-mean imputation scoring of the Self-Rating of the Effects of Alcohol Scale (SRE). *Psychology of Addictive Behaviors, 29*(1), 231–236. <https://doi.org/10.1037/adb0000015>
- Le Roux, B., & Rouanet, H. (2004). *Geometric data analysis: From correspondence analysis to structured data analysis*. Kluwer Academic Publishers.
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology, 22*(140), 5–55. https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf
- Loftus, E. F. (1997, September). *Creating false memories*. *Scientific American, 277*(3), 70–75. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0997-70>
- Loftus, E. F., & Pickrell, J. E. (1995, December). The formation of false memories. *Psychiatric Annals, 25*(12), 720–725. <https://doi.org/10.3928/0048-5713-19951201-07>
- Lombard, M., Snyder-Duch, J., & Bracken, C. C. (2002). Content analysis in mass communication research: Assessment and reporting of intercoder reliability. *Human Communication Research, 28*(4), 587–604. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2958.2002.tb00826.x>
- Madaleno, A. (2020). *Apóstata!—Porque abandonei as Testemunhas de Jeová*. Arena.
- Maier, M. A. (2017). Content analysis: Advantages and disadvantages. In M. Allen (Ed.), *The SAGE encyclopedia of communication research methods* (Vol. 1, pp. 239–242). SAGE Publications.
- Malhotra, N. K. (2006). Questionnaire design and scale development. In R. Grover & M. Vriens (Eds.), *The handbook of marketing research: Uses, misuses, and future advances* (pp. 83–94). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781412973380.n5>
- Matthews, C. H., & Salazar, C. F. (2014). Second-generation adult former cult group members' recovery experiences: Implications for counseling. *International Journal for the Advancement of Counselling, 36*(2), 188–203. <https://doi.org/10.1007/s10447-013-9201-0>
- Maxwell, J. A. (2010). Using numbers in qualitative research. *Qualitative Inquiry, 16*(6), 475–482. <https://doi.org/10.1177/1077800410364740>

- Mendels, J., & Cochrane, C. (1968). The nosology of depression: The endogenous-reactive concept. *The American Journal of Psychiatry*, *124*(Suppl. 11), 1–11. <https://doi.org/10.1176/ajp.124.11S.1>
- Milne, J. (1998). Questionnaires: Some advantages and disadvantages. In J. Harvey (Ed.), *Evaluation cookbook* (p. 52). Learning Technology Dissemination Initiative.
- Nassaji, H. (2015). Qualitative and descriptive research: Data type versus data analysis. *Language Teaching Research*, *19*(2), 129–132. <https://doi.org/10.1177/1362168815572747>
- Neuendorf, K. A. (2019). Content analysis and thematic analysis. In P. Brough (Ed.), *Advanced research methods for applied psychology: Design, analysis and reporting* (pp. 211–223). Routledge.
- Neyman, J., & Pearson, E. S. (1928). On the use and interpretation of certain test criteria for purposes of statistical inference: Part I. *Biometrika*, *20A*(1–2), 175–240. <https://doi.org/10.2307/2331945>
- Nierenberg, A. A., Petersen, T. J., & Alpert, J. E. (2003). Prevention of relapse and recurrence in depression: The role of long-term pharmacotherapy and psychotherapy. *Journal of Clinical Psychiatry*, *64*(Suppl. 15), 13–17. <https://www.psychiatrist.com/JCP/article/Pages/prevention-relapse-recurrence-depression-role-long.aspx?sclick=1>
- Park, D.-H. (2007). Alternative hypothesis. In N. J. Salkind, (Ed.), *Encyclopedia of measurement and statistics* (Vol. 1, pp. 23–24). SAGE Publications.
- Pearson, K. (1896). Mathematical contributions to the theory of evolution. III. Regression, heredity, and panmixia. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, *187*, 253–318. <https://doi.org/10.1098/rsta.1896.0007>
- Pearson, K. (1900). Mathematical contributions to the theory of evolution. VII. On the correlation of characters not quantitatively measurable. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, *195*, 1–47. <https://doi.org/10.1098/rsta.1900.0022>
- Pearson, K. (1920). Notes on the history of correlation. *Biometrika*, *13*(1), 25–45. <https://doi.org/10.1093/biomet/13.1.25>
- Rafael, H. (2017). Reconstrução da identidade pessoal na doença crónica: Uma revisão integrativa. *Revista Portuguesa de Enfermagem de Saúde Mental*, *18*, 77–84. <https://doi.org/10.19131/rpesm.0195>
- Rousselet, M., Duretete, O., Hardouin, J. B., & Grall-Bronnec, M. (2017). Cult membership: What factors contribute to joining or leaving? *Psychiatry Research*, *257*, 27–33. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2017.07.018>

- Russell, M., & Haney, W. (1997). Testing writing on computers: An experiment comparing student performance on tests conducted via computer and via paper-and-pencil. *Education Policy Analysis Archives*, 5(3). <https://doi.org/10.14507/epaa.v5n3.1997>
- Saldaña, O., Antelo, E., Almendros, C., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2019). Development and validation of a measure of emotional distress in survivors of group psychological abuse. *The Spanish Journal of Psychology*, 22, Article e33. <https://doi.org/10.1017/sjp.2019.32>
- Sauvayre, R. (2011). Le changement de croyances extrêmes: Du cadre cognitif aux conflits de valeurs. *Revue européenne des sciences sociales*, 49(1), 61–82. <https://doi.org/10.4000/ress.830>
- Schafer, J. L. (1999). Multiple imputation: A primer. *Statistical Methods in Medical Research*, 8(1), 3–15. <https://doi.org/10.1177/096228029900800102>
- Schnell, W. J. (1956). *Thirty years a Watchtower slave: The confessions of a converted Jehovah's Witness*. Baker Book House.
- Skonovd, L. N. (1981). *Apostasy: The process of defection from religious totalism* (Publication No. 8200548) [Doctoral dissertation, University of California, Davis]. ProQuest Dissertations and Theses Global.
- Skovdal, M., & Cornish, F. (2015). *Qualitative research for development: A guide for practitioners*. Practical Action Publishing.
- Sonnad, S. S. (2002). Describing data: Statistical and graphical methods. *Radiology*, 225(3), 622–628. <https://doi.org/10.1148/radiol.2253012154>
- Stark, R., & Iannaccone, L. R. (1997). Why the Jehovah's Witnesses grow so rapidly: A theoretical application. *Journal of Contemporary Religion*, 12(2), 133–157. <https://doi.org/10.1080/13537909708580796>
- Streib, H., & Keller, B. (2004). The variety of deconversion experiences: Contours of a concept in respect to empirical research. *Archive for the Psychology of Religion*, 26(1), 181–200. <https://doi.org/10.1163/0084672053598030>
- Triola, M. F. (2018). *Estadística* (12th ed.). Pearson Educación de México.
- Trojan, R. M., & Sipraki, R. (2015). Perspectivas de estudos comparados a partir da aplicação da escala Likert de 4 pontos: Um estudo metodológico da pesquisa TALIS. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 10(2), 275–300. <https://doi.org/10.21723/riaee.v10i2.7761>
- Vaismoradi, M., Turunen, H., & Bondas, T. (2013). Content analysis and thematic analysis: Implications for conducting a qualitative descriptive study. *Nursing and Health Sciences*, 15(3), 398–405. <https://doi.org/10.1111/nhs.12048>

- Vaz Serra, A. (1994). *IACLIDE – Inventário de Avaliação Clínica da Depressão*. Edição Psiquiatria Clínica.
- Watch Tower Bible and Tract Society of New York, & International Bible Students Association. (1989). *Reasoning from the scriptures*.
- Weishaupt, K. J., & Stensland, M. D. (1997). Wifely subjection: Mental health issues in Jehovah's Witness women. *Cultic Studies Journal*, *14*(1), 106–144. <https://www.icsahome.com/articles/wifely-subjection--mental-health-issues-in-jw-women-csj-14-1>
- White, M. D., & Marsh, E. E. (2006). Content analysis: A flexible methodology. *Library Trends*, *55*(1), 22–45. <https://doi.org/10.1353/lib.2006.0053>
- Wilkinson, S. (2000). Women with breast cancer talking causes: Comparing content, biographical and discursive analyses. *Feminism & Psychology*, *10*(4), 431–460. <https://doi.org/10.1177/0959353500010004003>
- Williams, K. D. (2007a). Ostracism. *Annual Review of Psychology*, *58*, 425–452. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.58.110405.085641>
- Williams, K. D. (2007b). Ostracism: The kiss of social death. *Social and Personality Psychology Compass*, *1*(1), 236–247. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2007.00004.x>
- Williams, K. D., & Nida, S. A. (2011). Ostracism: Consequences and coping. *Current Directions in Psychological Science*, *20*(2), 71–75. <https://doi.org/10.1177/0963721411402480>
- Williams, K. D., & Nida, S. A. (2014). Ostracism and public policy. *Policy Insights from the Behavioral and Brain Sciences*, *1*(1), 38–45. <https://doi.org/10.1177/2372732214549753>
- Winell, M. (2007). *Leaving the fold: A guide for former fundamentalists and others leaving their religion*. Apocryphile Press.
- Winell, M. (2011a, May). Religious trauma syndrome: It's time to recognise it. *CBT Today*, *39*(2), 16–18. <https://journeyfree.org/wp-content/uploads/RTS-article-in-CBT-Today.pdf>
- Winell, M. (2011b, September). Understanding religious trauma syndrome. *CBT Today*, *39*(3), 23–25. <https://journeyfree.org/wp-content/uploads/RTS-article-part-2.pdf>
- Winell, M. (2011c, November). Understanding religious trauma syndrome: Trauma from leaving religion. *CBT Today*, *39*(4), 19–21. <https://journeyfree.org/wp-content/uploads/RTS-in-CBT-Today-Part-3.pdf>
- Wright, S. A. (1983). *A sociological study of defection from controversial new religious movements* (Publication No. 8409567) [Doctoral dissertation, University of Connecticut]. ProQuest Dissertations and Theses Global.

Wright, S. A. (2007). The dynamics of movement membership: Joining and leaving new religious movements. In D. G. Bromley (Ed.), *Teaching new religious movements* (pp. 187–209). Oxford University Press.

Zedeck, S. (Ed.). (2014). *APA dictionary of statistics and research methods*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14336-000>

Apêndice

O modelo de tabelas apresentado de seguida é uma adaptação da sugestão de Erlingsson e Brysiewicz (2017). A única diferença relativamente ao formato original é que foi introduzida uma nova coluna à direita com as percentagens.

Na Tabela 13 encontram-se os motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová e respetivas percentagens observadas nas unidades condensadas de significado.

Tabela 13*Motivos para a Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Percentagens Observadas nas Unidades Condensadas de Significado*

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação involuntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Fui desassociado(a)	Desassociação	Desassociação das TJ	2.3
Fui desassociado(a) por terem descoberto que era homossexual	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) devido a conduta sexual considerada imoral	Desassociação	Desassociação das TJ	2.9
Fui desassociado(a) por questionar as regras e a doutrina das TJ, assim como a própria Bíblia	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter acusado um ancião de assédio sexual à minha filha	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter deixado entrar um sacerdote católico em casa para a benzer	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter assistido a um serviço fúnebre numa igreja católica	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter participado numa festa	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter lido revistas de outra religião	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter começado a namorar com um(a) mundano(a)	Desassociação	Desassociação das TJ	0.6
Fui desassociado(a) por apostasia	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por ter recebido uma transfusão de sangue	Desassociação	Desassociação das TJ	0.2
Fui desassociado(a) por me ter afastado da religião das TJ	Desassociação	Desassociação das TJ	0.4
Foi desassociado(a) devido a uma acusação falsa de apostasia	Desassociação	Desassociação das TJ	0.4
Quando ainda era apenas um(a) estudante, fui expulso(a) por não ter acreditado na doutrina das TJ	Não admissão	Não admissão nas TJ	0.4

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Deixei de acreditar na doutrina das TJ	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	14.6
Existia uma constante mudança de doutrinas	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	1.7
As coisas não faziam sentido	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.4
Existia incoerências nos ensinamentos	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	3.1
As TJ têm uma visão demasiado negativa do mundo	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.2
Tinha demasiadas perguntas sem resposta	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.6
Não obtive respostas às minhas dúvidas sobre a organização em si	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.4
Considero sem fundamento a cronologia bíblica	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.2
Deixei de acreditar na Bíblia como palavra de Deus	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	1.4
O papel de Cristo como nosso juiz era minimizado	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.4
Descobri que a Bíblia traduzida pelas TJ é bastante diferente e omite muita coisa	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.4
Tornei-me ateu(ateia)	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.6
Não foi fornecida uma explicação lógica para as TJ poderem receber determinados componentes do sangue e não outros	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.6
Descobri que as TJ são uma seita	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	1.0
Descobri que as TJ são uma seita satânica	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.2
Não suportava a ênfase dada ao tratamento rígido de Jeová para com a nação de Israel	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.2

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Deceção	Perda da fé	Perda da fé na doutrina das TJ	0.2
Divorciei-me	Divórcio	Mudança de estado civil	1.2
A minha filha foi vítima de abusos sexuais	Abuso sexual	Abuso sexual sofrido pelo(a) próprio(a) ou familiares no seio das TJ	0.4
Fui abusado(a) sexualmente quando era criança	Abuso sexual	Abuso sexual sofrido pelo(a) próprio(a) ou familiares no seio das TJ	0.2
Existia demasiada pressão para a conformidade	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	4.2
Desagradava-me a compulsividade de tudo o que fazíamos	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Sentia-me permanentemente vigiado(a)	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.4
Não existia nas TJ liberdade para tomar decisões importantes relativas às nossas vidas	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.4
Os pais sofriam pressão psicológica para desincentivar os(as) filhos(as) de estudar	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Sofri violência psicológica por ter começado a namorar com um(a) mundano(a)	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Cansei-me de lidar com o medo e a culpa que a religião impõe sobre os membros	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Sentia-me culpado(a)	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Sentia-me preso(a)	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Jeová metia-me medo	Abuso psicológico	Experiência de abuso psicológico no seio das TJ	0.2
Não me identificava com as regras de clã	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Discordava com as regras de conduta impostas, com proibições excessivas e desnecessárias	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	2.1

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Não concordava com as regras relativas ao vestuário	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Era obrigatório namorar ou casar com uma pessoa dessa religião	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.6
Não concordava com a desassociação e/ou com o tratamento dado aos desassociados	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	2.1
Gostava de ouvir música e praticar desporto	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Gostava de dançar e sair à noite	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Não concordava com a limitação dos objetivos de vida	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Não concordava com o facto de termos de confessar os pecados aos anciãos	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Não podia ter um trabalho que me levasse à ganância ou a ter ambição	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Não concordava com o elevado número de horas exigidas em atividade de pregação	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.4
Não concordava com a obrigação de assiduidade a reuniões, congressos e pregação	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.4
Intrometeram-se na minha vida privada	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Queria viver uma sexualidade livre	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Discordava com o facto de as TJ não poderem divorciar-se	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Não tinha vontade própria por causa da chefia do marido	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
A ideologia era conservadora	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Queriam proibir o meu filho de seis meses de receber uma transfusão de sangue	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Discordava com o facto de as TJ não poderem receber transfusões de sangue	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	1.2
As TJ são uma seita machista	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Era obrigado(a) a assistir às reuniões, cujo ambiente era quase sempre deprimente e cansativo	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.6
Não podia levar a júri um “irmão” que tivesse cometido algo grave	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Pediram-me o cartão de não aceitação de transfusões de sangue para apresentar às autoridades de saúde	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Discordava das atitudes dos anciãos casados relativamente a sexo antes do casamento	Discordância com alguns regulamentos e obrigações	Discordância com alguns regulamentos e obrigações das TJ	0.2
Não tinha tempo para nada	Estilo de vida	Estilo de vida restritivo levado pelas TJ	0.2
O único objetivo na vida legitimado pela liderança das TJ era o trabalho dedicado à organização	Estilo de vida	Estilo de vida restritivo levado pelas TJ	0.2
Não me revia naquele estilo de vida	Estilo de vida	Estilo de vida restritivo levado pelas TJ	0.2
Existia uma cultura de ódio às outras religiões	Intolerância religiosa	Intolerância religiosa praticada pelas TJ	1.2
Existia fanatismo, excesso de lealdade à organização e ao seu Corpo Governante	Fanatismo	Fanatismo nas convicções das TJ	1.4
Não existia verdadeiro amor entre as TJ	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	2.5
Havia falta de solidariedade entre os membros	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	0.2
Existia muita hipocrisia	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	3.4
Existia muita bisbilhotice/calúnia	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	0.4
Saí por causa dos bastidores da religião	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	0.2

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Fui desrespeitado(a)	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	0.2
Há mulheres que praticam sexo oral e anal antes do casamento	Hipocrisia	Hipocrisia mostrada por algumas TJ	0.2
Sou homossexual	Homofobia	Discriminação de identidade de género no seio das TJ	2.3
Existe ódio aos homossexuais	Homofobia	Discriminação de identidade de género no seio das TJ	0.6
Fui convocado(a) para uma comissão judicativa e foi horrível	Ameaça ou punição	Ameaça ou punição dentro da congregação das TJ	0.2
Fui repreendido(a) porque sabia que o meu marido(mulher) fumava e não o(a) denunciei	Ameaça ou punição	Ameaça ou punição dentro da congregação das TJ	0.2
Sofri a sanção de perda de privilégios na congregação	Ameaça ou punição	Ameaça ou punição dentro da congregação das TJ	0.2
Sentia-me esgotado(a) física, mental e emocionalmente	Esgotamento	Experiência de esgotamento resultante da prática da religião das TJ	0.2
Estava cansado(a) da rotina ou ouvir sempre a mesma coisa	Esgotamento	Experiência de esgotamento resultante da prática da religião das TJ	1.0
Não tinha vontade de pregar	Esgotamento	Experiência de esgotamento resultante da prática da religião das TJ	0.4
Existem favorecimentos dentro da organização	Injustiças	Perceção de injustiças dentro da organização das TJ	1.9
Fui alvo de discriminação por querer ou estar a frequentar o ensino superior	Injustiças	Perceção de injustiças dentro da organização das TJ	0.6
Fui vítima de violência doméstica	Violência doméstica	Experiência de violência doméstica exercida pelo cônjuge TJ	0.6
A organização usa mão de obra gratuita e sem qualquer compensação	Exploração económica	Sentimento de ser explorado(a) economicamente pelas TJ	0.2
Sempre fui uma pessoa muito triste	Infelicidade	Sentimento de infelicidade resultante da prática da religião das TJ	0.2

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Percebi que não era feliz por não fazer as coisas normais como votar, namorar sem pressão de casamento, aumentar o meu nível acadêmico, etc.	Infelicidade	Sentimento de infelicidade resultante da prática da religião das TJ	0.2
Sentia-me infeliz	Infelicidade	Sentimento de infelicidade resultante da prática da religião das TJ	0.6
Discordava de tudo	Desidentificação com o grupo	Desidentificação com as TJ	0.4
Entrei para lá porque fui obrigado(a) pelos meus pais	Desidentificação com o grupo	Desidentificação com as TJ	0.2
Deixei de me identificar com a organização	Desidentificação com o grupo	Desidentificação com as TJ	0.2
Quis deixar de ser hipócrita	Desidentificação com o grupo	Desidentificação com as TJ	0.4
Tinha vontade de conhecer “o mundo”	Desidentificação com o grupo	Desidentificação com as TJ	0.2
Estava a afastar-me da minha família biológica	Problemas familiares	Problemas familiares resultantes da prática da religião das TJ	0.2
Estava a ter problemas familiares	Problemas familiares	Problemas familiares resultantes da prática da religião das TJ	0.4
A liderança dos anciãos era autoritária	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.6
A liderança achava-se superior à humanidade e à justiça humana	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.2
Os membros do Corpo Governante não se importam com as consequências que as regras possam ter na vida das pessoas	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.4
A direção da sucursal das TJ no meu país era corrupta	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.2
Os anciãos cometiam pecados graves e gozavam de total impunidade	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	1.0
Descobri que a organização das TJ é na realidade uma empresa	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.4

Tabela 13 (continuação)

Tema abrangente: Motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação voluntária das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Tomei conhecimento de negócios sujos da organização que lucraram milhões	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.2
Tomei conhecimento de que a liderança das TJ escondia determinados factos ou mentia	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	4.6
Deixei de acreditar que os membros do Corpo Governante sejam ungidos	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	2.5
Tomei conhecimento de encobrimento de abusos sexuais a menores	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	3.6
Descobri a relação que o Corpo Governante teve com a ONU no passado	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.6
Descobri desonestidade ao citarem eruditos e autores para apoiarem as suas doutrinas	Discordância ou desilusão com a liderança	Discordância ou desilusão com a liderança das TJ	0.2
Não tinha amizades da mesma faixa etária	Solidão	Experiência de solidão na congregação das TJ	0.2
Quando estava no Salão do Reino manifestavam-se várias reacções psicossomáticas, como febre	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes da prática da religião das TJ	0.2
Adquiri uma espécie de pós-stresse traumático religioso, ao descobrir que vivia uma ilusão	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes da prática da religião das TJ	0.2
Sentia-me deprimido(a)	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes da prática da religião das TJ	0.6
Descobri que as TJ ocultavam o facto de terem feito falsas profecias	Profecias falhadas	Profecias falhadas pela liderança das TJ	3.4
Apaixonei-me por um(a) mundano(a)	Amor	Sentir amor por um(a) mundano(a)	0.4
Comecei a namorar com um(a) mundano(a)	Amor	Sentir amor por um(a) mundano(a)	0.6
Não respondeu			1.0

Nota. TJ = Testemunha(s) de Jeová.

Na Tabela 14 encontram-se as consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová e respetivas percentagens observadas nas unidades condensadas de significado.

Tabela 14*Consequências da Desfiliação das Testemunhas de Jeová: Percentagens Observadas nas Unidades Condensadas de Significado*

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Desfiliação das Testemunhas de Jeová sem consequências positivas ou negativas			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Nenhuma	Sem consequências	Desfiliação das TJ sem consequências	2.0
Sem consequências de maior porque ainda não pedi a dissociação	Sem consequências	Desfiliação das TJ sem consequências	2.6
Tema: Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Os familiares e amigos cortaram relações connosco	Ostracismo	Ostracismo devido a desfiliação das TJ	30.9
Stresse pós-traumático	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Stresse ou ansiedade	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	3.0
Depressão ou muita tristeza	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	9.0
Perturbação emocional (não especificada)	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	4.6
Perturbação bipolar	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Perturbação <i>borderline</i> (estado-limite) da personalidade	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Doenças psicossomáticas	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.6
Acidente vascular cerebral	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Comportamento suicida	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.8
Automutilação	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Abuso de drogas	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2

Tabela 14 (continuação)

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Abuso de bebidas alcoólicas	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.4
Exaustão emocional	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.6
Esgotamento físico	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Incapacidade para o trabalho	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Ganho de peso	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Perda considerável de peso	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Problemas de saúde (não especificados)	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.4
Tive de receber tratamento psicológico/psiquiátrico	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	2.0
Crises/ataques de pânico	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	1.3
Fiquei traumatizado(a)	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.6
Tinha a sensação de ser perseguida, constantemente observada, julgada, apontada e condenada (paranoia)	Problemas de saúde	Problemas de saúde resultantes de desfiliação das TJ	0.2
Tive dificuldade em fazer amigos e relacionar-me com os outros	Dificuldade de adaptação	Dificuldade de adaptação ao mundo exterior às TJ	0.8
Ainda não aceitei o facto de ter perdido o contacto com os meus pais	Dificuldade de adaptação	Dificuldade de adaptação ao mundo exterior às TJ	0.2
Tive dificuldade em adaptar-me ao mundo de fora	Dificuldade de adaptação	Dificuldade de adaptação ao mundo exterior às TJ	0.2
Perda de renda	Dificuldades económicas	Dificuldades económicas sentidas após a desfiliação das TJ	0.4
Perdi todos os clientes que eram TJ	Dificuldades económicas	Dificuldades económicas sentidas após a desfiliação das TJ	0.4

Tabela 14 (continuação)

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Passei por dificuldades económicas	Dificuldades económicas	Dificuldades económicas sentidas após a desfiliação das TJ	0.2
Fui despedido do emprego	Dificuldades económicas	Dificuldades económicas sentidas após a desfiliação das TJ	0.2
Passei por desemprego de longa duração	Dificuldades económicas	Dificuldades económicas sentidas após a desfiliação das TJ	0.2
Tive problemas no relacionamento conjugal	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	1.3
Os meus pais confrontaram-me energeticamente	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
Fui expulso(a) de casa	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	1.1
Fui pressionado(a) por familiares para regressar às TJ	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
Familiares que são TJ moveram uma ação judicial contra mim	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
O meu cônjuge ameaçou-me de divórcio	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
Tive dificuldade em retomar relações com parentes que não eram TJ	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
O meu cônjuge pediu o divórcio	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.4
Conflito familiar	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
O meu pai tentou matar-me com uma faca	Problemas familiares	Problemas familiares subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
Perdi a fé em Deus e nas religiões	Ateísmo	Ateísmo resultante da má experiência vivida no seio das TJ	0.2
Não tenho mais certeza de nada e não sei mais em que acreditar	Ateísmo	Ateísmo resultante da má experiência vivida no seio das TJ	0.2
Ganhei pavor de tudo o que é religião	Ateísmo	Ateísmo resultante da má experiência vivida no seio das TJ	0.2

Tabela 14 (continuação)

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Não conseguia acreditar em Deus novamente; fiquei ateu e depois agnóstico durante uns anos	Ateísmo	Ateísmo resultante da má experiência vivida no seio das TJ	0.2
Sinto-me desgarrado(a) da vida eterna	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Sentimento de solidão	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	1.5
Sensação de abandono	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Raiva ou indignação	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.6
Sinto-me enganado(a), ludibriado(a)	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Sinto revolta por ter sido desassociado(a)	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Complexo de inferioridade	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.4
Sentimento de culpa	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.4
Senti-me humilhado(a) ao ver as pessoas (ainda TJ) atravessar a rua para não falar comigo	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.4
Sinto medo	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.8
Vivo com rancor quase sempre, só de ver TJ	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Sinto baixa autoestima	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.6
Fiquei/zangado comigo mesmo(a) por ter tomado mentiras por verdades	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.4
Transformei-me numa pessoa rígida e sem alegria	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Sinto vergonha por ter sido forçado(a) a contar ao meu pai que era homossexual	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2

Tabela 14 (continuação)

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Tenho a sensação de estar perdido(a), de existir algo em falta	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	2.2
Sinto-me frustrado(a)	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.4
Sinto-me desesperado(a) por já não poder relacionar-me com a família e amigos	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	1.3
Insatisfação/revolta por ter desperdiçado tanto tempo de vida nas TJ	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	2.0
Sensação de tempo não vivido	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Insatisfação por não ter concluído o ensino superior	Sentimentos negativos	Sentimentos negativos resultantes da desfiliação das TJ	0.2
Tive necessidade de reconstruir a identidade, de começar do zero	Necessidade de reconstrução da identidade pessoal	Necessidade de reconstrução da identidade pessoal após a desfiliação das TJ	0.8
Tive problemas no trabalho porque o patrão era TJ	Problemas no trabalho	Problemas no trabalho subsequentes à desfiliação das TJ	0.4
Senti que não estava preparado(a) para o mercado de trabalho	Problemas no trabalho	Problemas no trabalho subsequentes à desfiliação das TJ	0.2
Sofri pressão emocional	Chantagem emocional	Chantagem emocional por causa de desfiliação das TJ	0.2
Sofri chantagem emocional	Chantagem emocional	Chantagem emocional por causa de desfiliação das TJ	0.4
Tive que procurar abrigo num centro de acolhimento para menores devido às ameaças do meu pai	Chantagem emocional	Chantagem emocional por causa de desfiliação das TJ	0.2
Tentaram fazer-me sentir culpado(a) pela morte da minha família no Armagedão	Chantagem emocional	Chantagem emocional por causa de desfiliação das TJ	0.2
Ameaçaram-me de ser morto(a) no Armagedão	Chantagem emocional	Chantagem emocional por causa de desfiliação das TJ	0.2
Difamaram-me como má influência a pessoas que não eram TJ	Difamação	Difamação resultante da desfiliação das TJ	0.2

Tabela 14 (continuação)

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Consequências negativas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Sou considerado(a) louco(a) e mentiroso(a) apóstata	Difamação	Difamação resultante da desfiliação das TJ	0.2
Comecei a namorar com vários parceiros(as) e só queria saber de prazeres	Promiscuidade sexual	Promiscuidade sexual subsequente à desfiliação das TJ	0.2
O meu pai(mãe) ficou deprimido(a)	Preocupação com terceiros	Preocupação com terceiros por motivo de desfiliação das TJ	0.6
Os meus filhos(as) adolescentes ficaram deprimidos(as)	Preocupação com terceiros	Preocupação com terceiros por motivo de desfiliação das TJ	0.2
A minha esposa foi abusada emocionalmente (porque ainda é TJ)	Preocupação com terceiros	Preocupação com terceiros por motivo de desfiliação das TJ	0.2
Dececionei a minha família	Preocupação com terceiros	Preocupação com terceiros por motivo de desfiliação das TJ	0.2
O meu marido é tratado como desassociado	Preocupação com terceiros	Preocupação com terceiros por motivo de desfiliação das TJ	0.2
Tema: Consequências positivas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Felicidade	Felicidade	Felicidade provocada pela desfiliação das TJ	1.3
Conseguí finalmente concretizar os meus sonhos	Concretização de sonhos	Concretização de sonhos após a desfiliação das TJ	0.4
Sensação de liberdade	Sensação de liberdade	Sensação de liberdade com a desfiliação das TJ	3.5
Sensação de alívio	Sensação de alívio	Sensação de alívio com a desfiliação das TJ	1.1
Comecei a investigar mais sobre temas religiosos	Incremento da religiosidade	Incremento da religiosidade após a desfiliação das TJ	0.2
Pude ler e aprender com a Bíblia não traduzida pelas TJ	Incremento da religiosidade	Incremento da religiosidade após a desfiliação das TJ	0.2
Passei a relacionar-me melhor com as pessoas do “mundo”	Melhoria das relações interpessoais	Melhoria das relações com as pessoas do mundo após a desfiliação das TJ	0.2
Melhoria da relação conjugal	Melhoria da relação conjugal	Melhoria da relação conjugal consequente à desfiliação das TJ	0.2

Tabela 14 (continuação)

Tema abrangente: Consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Tema: Consequências positivas da desfiliação das Testemunhas de Jeová			
Unidades condensadas de significado	Códigos	Categorias	%
Melhoria da autoestima	Aumento da autoestima	Aumento da autoestima provocado pela desfiliação das TJ	0.2
Melhoria da situação profissional	Melhoria da situação profissional	Melhoria da situação profissional após a desfiliação das TJ	0.2
Adquiri o gosto de ler sobre temas de filosofia e ciência	Novos hobbies	Aquisição de novos hobbies após a desfiliação das TJ	0.2
Positivas	Não especificada	Consequência positiva não especificada provocada pela desfiliação das TJ	1.3
Benefícios a todos os níveis	Não especificada	Consequência positiva não especificada provocada pela desfiliação das TJ	0.2
Não respondeu			1.5

Nota. TJ = Testemunha(s) de Jeová.

Estudo 3. Versões portuguesas da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente

Resumo

Os autores e os utilizadores dos testes psicológicos devem documentar evidências de equidade, fidedignidade e validade das pontuações dos testes para o uso proposto. A validade é o grau em que a evidência e a teoria acumuladas apoiam uma interpretação específica da pontuação de um teste para um determinado uso do mesmo (American Educational Research Association [AERA] et al., 2014). O presente estudo teve como propósito traduzir para português e encontrar evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente das pontuações da Group Psychological Abuse Scale (GPA) e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS). Não foi encontrada evidência de que a percepção de abuso psicológico em grupo seja um construto multidimensional e invariante entre grupos, nem que os dois instrumentos avaliem o mesmo construto.

Palavras-chave: validade, estrutura interna, evidência convergente, GPA, PAEGS

Introdução

A medição dos construtos psicológicos é parte integrante de virtualmente todo o trabalho empírico e aplicado na Psicologia Social e da Personalidade, e no campo da Psicologia em geral (Simms, 2008). Os testes mentais (Cattell, 1890) ou testes psicológicos¹ são ferramentas projetadas para ajudar a fazer inferências sobre indivíduos ou grupos. Um teste psicológico é um procedimento sistemático para obter amostras de comportamento, relevantes para o funcionamento cognitivo, afetivo ou interpessoal, e para pontuar e avaliar essas amostras de acordo com padrões (Urbina, 2014). A validade é a mais fundamental consideração a ter em conta no desenvolvimento de testes psicológicos. Assim, compreensivelmente, muito tempo, esforço e dinheiro são gastos na sua investigação (O’Leary et al., 2017). No entanto, o conceito de validade tem vindo a sofrer alterações significativas ao longo do tempo (Brown, 2010; Geisinger, 1992; Kane, 2001; Shaw & Crisp, 2011; Zumbo, 2005), como veremos de seguida.

A primeira definição de validade como a medida em que um teste mede o que pretende medir foi formulada em 1921 pela North American National Association of Directors of Educational Research (Newton & Shaw, 2014; Urbina, 2014). De facto, no “Report of the

Standardization Committee”, elaborado por Buckingham, McCall, Otis, Rugg, Trabue, e Courtis, publicado por Ashbaugh (1921), podemos ler:

Members are urged to devise and publish means of determining the relation between the scores made in a test and other measures of the same ability: in other words, to try to solve the problem of determining the validity of a test. [Os membros são instados a criar e publicar meios para determinar a relação entre as pontuações obtidas num teste e outras medidas da mesma habilidade: por outras palavras, tentar resolver o problema de determinar a validade de um teste.] (p. 80)

Ainda nos anos 20 do século passado, Garrett (1926) definiu a validade da seguinte forma:

The validity of any measuring instrument depends on the fidelity with which it measures whatever it purports to measure. A yardstick is “valid” when measurements made by it can be checked by other measuring instruments. And in like manner a test is valid when the capacity which it measures corresponds to the same capacity as otherwise objectively measured and defined. [A validade de qualquer instrumento de medição depende da fidelidade com que mede o que pretende medir. Um padrão de medida é “válido” quando as medições feitas por ele podem ser verificadas por outros instrumentos de medição. E da mesma maneira, um teste é válido quando a capacidade que ele mede corresponde à mesma capacidade que de outra forma for objetivamente medida e definida.] (p. 266)

Entre o período de 1900 a 1950, a validade foi concebida como um índice estatístico, sendo a validade avaliada em termos de quão bem as pontuações do teste previram (ou estimaram) as pontuações de um critério. Assumiu-se que a medida de critério refletia o valor (ou quantidade) do atributo de interesse. O atributo foi assumido como tendo um valor definido para cada pessoa e o objetivo da avaliação era chegar a uma estimativa precisa da quantidade de atributo manifestado. Durante a década de 1950, o conceito de validade foi refinado para incluir a capacidade de um teste prever o desempenho futuro em relação a critérios externos (validade de critério), a área de conteúdo do teste (validade de conteúdo) e o construto teórico (validade de construto; Shaw & Crisp, 2011). Noutras palavras, a validade foi conceituada como tendo uma natureza trina (Avalos et al., 2020; Shaw & Crisp, 2011).

Em suma, esta visão tradicional da validade concentra-se nos seguintes pontos: (1) a validade é uma propriedade do instrumento de medição; (2) uma medida é válida ou inválida; (3) existem vários tipos de validade (e.g., validade de conteúdo, validade relativa ao critério e validade de construto), com o utilizador, o avaliador ou o investigador do teste tipicamente a assumir que apenas um desses tipos de validade é necessário para ter demonstrado a validade

do teste; (4) a validade é definida por um conjunto de metodologias estatísticas, como por exemplo a correlação com um padrão-ouro; e (5) a confiabilidade (fidedignidade) é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir a validade do teste (Zumbo, 2005).

A partir da década de 1970, houve um esforço conjunto dos especialistas em testagem psicológica para refinar e rever a noção de validade e fornecer uma teoria unificadora (Urbina, 2014). Nessa década, a American Psychological Association (APA) et al. (1974/1983), escreveram que:

Questions of validity are questions of what may properly be inferred from a test score; validity refers to the appropriateness of inferences from test scores or other forms of assessment. The many types of validity questions can, for convenience, be reduced to two: (a) What can be inferred about what is being measured by the test? (b) What can be inferred about other behavior? [Questões de validade são questões do que pode ser inferido adequadamente a partir de uma pontuação do teste; a validade refere-se à adequação de inferências das pontuações de testes ou outras formas de avaliação. Os muitos tipos de questões de validade podem, por conveniência, ser reduzidas a duas: (a) O que pode ser inferido sobre o que está a ser medido pelo teste? (b) O que pode ser inferido sobre outro comportamento?] (p. 714)

De acordo com a APA et al. (1974/1983), é importante observar que a própria validade é inferida, não medida. Os coeficientes de validade podem ser apresentados num manual, mas a validade para um aspeto específico do uso do teste é inferida a partir dessa coleção de coeficientes. É, portanto, algo que é julgado como adequado, ou marginal, ou insatisfatório.

No entanto, os psicólogos profissionais continuaram persistentemente a referir-se à validade enquanto propriedade dos testes (Lawshe, 1985). Praticamente todos os livros didáticos e psicológicos de testes e medições publicados na altura enfatizavam a necessidade de testes válidos e apresentavam procedimentos para validar testes. Por outro lado, os psicólogos eram instruídos a usar apenas testes válidos e os construtores de testes eram pressionados para criar esses testes (Geisinger, 1992). Na verdade, segundo esta nova perspectiva, não existem testes válidos ou inválidos, mas sim inferências a partir das pontuações dos testes (Lawshe, 1985).

No início dos anos 80, Messick (1980) acrescentou um outro ponto:

By focusing on the nature of the evidence in relation to the nature of the inferences drawn from test scores, we come to view validity as a general imperative in measurement. Validity is the overall degree of justification for test interpretation and use. [Ao focarmos na natureza das evidências em relação à natureza das inferências extraídas das

pontuações dos testes, passamos a ver a validade como um imperativo geral na medição.

Validade é o grau geral de justificação para a interpretação e uso do teste.] (p. 1014).

Até aqui existia o equívoco de que a validade pode referir-se apenas à interpretação das pontuações dos testes e não aos usos dessas pontuações. Os resultados dos testes não são interpretados e então ignorados; essas interpretações levam necessariamente a ações. Assim, uma definição moderna de validade precisa descrever a validação das interpretações das pontuações dos testes como um passo necessário, mas insuficiente, para validar o uso dos resultados dos testes para os propósitos pretendidos. Ignorar o uso do teste na definição de validade é o mesmo que definir validade para testes “inúteis” (Sireci, 2016).

No final dessa mesma década, Messick (1989) refinou a definição de validade, ao escrever que esta não é uma questão de tudo ou nada: “Validity is an integrative evaluative judgment for the degree in which empirical evidence and theoretical rationales support the adequacy and appropriateness of inferences and actions based on test scores or other modes of assessment” [“A validade é um julgamento avaliativo integrativo para o grau em que evidências empíricas e justificações teóricas apoiam a adequação e o acerto de inferências e ações baseadas em pontuações de testes ou outros modos de avaliação”] (p. 13).

Em termos gerais, de acordo com Messick (1989), a validade é um resumo indutivo das evidências existentes e das possíveis consequências da interpretação e uso das pontuações do teste. Assim, o que deve ser validado não é o teste ou dispositivo de observação em si, mas as inferências derivadas de pontuações de testes ou outros indicadores – inferências sobre o significado ou interpretação de pontuações e sobre as implicações para a ação que a interpretação implica. Ou seja, Messick (1989, 1995) realça que a validade não é uma propriedade do teste ou outro dispositivo de avaliação, mas do significado das pontuações do teste. A justificação para esta tomada de posição prende-se com o facto de que as pontuações do teste, segundo ele, não dependem apenas dos itens ou condições de estímulo, mas também das pessoas que respondem, bem como do contexto da avaliação.

Na década de 90 do século passado, a American Educational Research Association (AERA) et al. (1999), definiram a validade como: “Validity refers to the degree to which evidence and theory support the interpretations of test scores entailed by proposed uses of tests” [“Validade refere-se ao grau em que evidências e teoria apoiam as interpretações das pontuações dos testes decorrentes dos usos propostos dos testes”] (p. 9). Uma definição semelhante foi proposta pelas mesmas organizações duas décadas depois: “Validity refers to the degree to which evidence and theory support the interpretations of test scores for proposed

uses of tests” [“Validade refere-se ao grau em que evidências e teoria apoiam as interpretações dos resultados dos testes para os usos propostos dos testes”] (AERA et al., 2014, p. 11).

Quanto à definição da International Test Commission (ITC, 2019), diz o seguinte: “Validity of an assessment refers to the degree to which theory and empirical evidence support the intended meaning and use of assessment outcomes” [“A validade de uma avaliação refere-se ao grau em que teoria e evidência empírica apoiam o significado pretendido e o uso dos resultados da avaliação”] (p. 336).

Em suma, a validade refere-se atualmente às inferências, interpretações, ações ou decisões baseadas numa pontuação do teste e não no teste em si.² Refere-se ao grau em que todas as evidências acumuladas apoiam a interpretação pretendida das pontuações dos testes para a finalidade proposta. Além disso, a validade é sobre se a inferência feita é apropriada, significativa e útil, dado o indivíduo ou a amostra com a qual estamos a lidar e o contexto em que o usuário³ do teste e o indivíduo/amostra estão a trabalhar. Ou seja, não se pode separar a validade da amostra com que estamos a lidar e do contexto em que a informação foi obtida (Hubley & Zumbo, 2011; Zumbo, 2009). Desta forma, é incorreto usar a frase não qualificada “a validade do teste” (AERA et al., 2014; Newton & Shaw, 2013), como se a validade fosse uma propriedade dos testes (Newton & Shaw, 2013). As declarações sobre validade devem referir-se a interpretações particulares das pontuações do teste para usos específicos (AERA et al., 2014; Urbina, 2014).

De acordo com Zumbo (2005), este ponto de vista contemporâneo da validade tem as seguintes consequências: (1) a validade não é mais uma propriedade do instrumento de medição, mas sim das inferências feitas a partir das suas pontuações; (2) as afirmações acerca da validade não são dicotômicas (válido/inválido), mas são descritas num continuum; (3) a validade de construto é a central e mais importante característica da validade; (4) não existem mais vários tipos de validade, mas fontes diferentes de evidência que podem ser reunidas para ajudar a demonstrar a validade das inferências; (5) a validade não é mais definida por um conjunto de metodologias estatísticas, como correlação com um padrão-ouro, mas sim por uma teoria elaborada e métodos de suporte; (6) é necessário também ter em consideração as consequências éticas e sociais das inferências das pontuações dos testes; (7) embora tenha sido inicialmente eliminada durante o período em que se procurou destacar a validade de construto, a evidência baseada no conteúdo do teste está a ganhar força novamente; (8) de todas as ameaças às inferências válidas das pontuações do teste, a que está a receber mais atenção é a tradução dos testes, devido ao número de esforços internacionais para melhorar a testagem e a

medição; (9) e, finalmente, está a haver um debate sobre se a confiabilidade (fidedignidade) é uma condição necessária, mas não suficiente para a validade.

Interpretar uma pontuação do teste é explicar o significado da pontuação e, assim, esclarecer pelo menos algumas das implicações da pontuação (Kane, 1992). A interpretação dos testes baseia-se em resultados como pontuações, perfis, relatórios, folhas de cálculo da pontuação de vários candidatos, etc. (MacIver et al., 2014). Uma interpretação da pontuação do teste envolve sempre um argumento interpretativo, com a pontuação do teste como premissa e as declarações e decisões envolvidas na interpretação como conclusões. As inferências no argumento interpretativo dependem de várias suposições, que podem ser mais ou menos credíveis. Por exemplo, as inferências das pontuações dos testes aos constructos teóricos dependem dos pressupostos incluídos na teoria que define o construto. Como não é possível provar todas as suposições no argumento interpretativo, não é possível verificar esse argumento interpretativo em nenhum sentido absoluto. O melhor que pode ser feito é mostrar que o argumento interpretativo é altamente plausível, considerando todas as evidências disponíveis (Kane, 1992).

Segundo a AERA et al. (2014), a validação pode ser vista como um processo de construção e avaliação de argumentos a favor e contra a interpretação pretendida das pontuações dos testes e a sua relevância para o uso proposto. Por exemplo, um teste de desempenho em matemática pode ser usado para colocar um aluno num programa de instrução apropriado, para atribuir-lhe um diploma do ensino secundário ou para informá-lo da admissão na faculdade. Cada um desses usos implica uma interpretação um pouco diferente das pontuações do teste: que o aluno beneficiará de uma intervenção instrucional específica, que um aluno dominou um currículo especificado ou que é provável que um aluno seja bem-sucedido num curso superior. As evidências de que a interpretação do teste é válida para a finalidade pretendida não permitem inferir validade para outras finalidades. Por exemplo, as evidências que apoiam a interpretação das pontuações num teste de desempenho em matemática para colocar os alunos em cursos subsequentes (ou seja, a evidência de que a interpretação do teste é válida para o objetivo a que se destina) não permite inferir validade para outros fins, como a promoção ou a avaliação do professor.

As evidências de validade podem ser baseadas no conteúdo do teste, em processos de resposta,⁴ na estrutura interna do teste, em relações com outras variáveis e nas consequências da testagem. Os autores e/ou os usuários dos testes devem recolher e relatar evidências da validade das interpretações das pontuações para subgrupos relevantes na população pretendida dos participantes para os usos pretendidos das pontuações. O processo de validação nunca

termina, pois sempre há informações adicionais que podem ser recolhidas para entender melhor um teste e as inferências que podem ser elaboradas a partir das suas pontuações (AERA et al., 2014).

O’Leary et al. (2017) adicionaram a distinção entre tipo e o propósito da evidência de validade. De acordo com essa conceptualização, a evidência é identificada como sendo uma das duas meta-formas: evidência de interpretação/usos e evidência técnica. A evidência técnica é aquela que se concentra em avaliar se um teste é capaz de atingir os seus objetivos estabelecidos. A evidência técnica é simplesmente uma categorização para posicionar as formas tradicionais de evidência que se preocuparam em responder à pergunta-chave: o teste é capaz de atingir seus objetivos específicos? Ou seja, o teste alcança o que se propõe a fazer? Essa evidência é a evidência psicométrica rigorosa que normalmente suporta o desenvolvimento de testes e atualmente domina a literatura sobre a validade das pontuações. Evidência de interpretações/uso é aquela focada em avaliar o acerto, adequação, precisão e eficácia do entendimento do usuário sobre as pontuações e as consequências da testagem. Ou seja, esse tipo de evidência está focado na interpretação, usos e consequências de como as pontuações são realmente interpretadas pelos usuários dos testes.

O processo de elaboração de uma escala psicológica e busca por evidências de validade é geralmente constituído pelas seguintes três etapas: (1) procedimentos teóricos, elaboração dos itens e evidências de validade baseadas no conteúdo; (2) evidências de validade baseadas na estrutura interna; e (3) evidências de validade baseadas nas relações com variáveis externas convergentes (Reppold et al., 2014).

A estrutura interna de um teste refere-se à estrutura fatorial das respostas aos itens ou subescalas do teste. A análise da estrutura interna de um teste pode indicar o grau em que as relações entre os itens e os componentes do teste estão em conformidade com o construto no qual as interpretações propostas para a pontuação do teste se baseiam. A estrutura conceptual de um teste pode implicar uma única dimensão de comportamento, ou pode conter várias dimensões que se espera sejam homogêneas, mas também distintas umas das outras (AERA et al., 2014). Existem três aspetos básicos da estrutura interna: (1) dimensionalidade; (2) invariância (equivalência) de medida; e (3) confiabilidade (fidedignidade).

Ao avaliar a dimensionalidade, um investigador está interessado principalmente em determinar se as inter-relações entre os itens suportam as pontuações pretendidas do teste que serão usadas para fazer inferências (Rios & Wells, 2014). Os investigadores têm de indagar se construto é unidimensional ou multidimensional (Carpenter, 2018). Um teste unidimensional é um teste que mede apenas uma dimensão ou apenas uma variável latente. Todavia,

subconjuntos de itens que têm uma característica específica em comum (e.g., conteúdo específico, representação de tarefa) podem funcionar de maneira diferente para diferentes grupos de respondentes do teste com pontuação semelhante. Isso indica um tipo de multidimensionalidade que pode ser inesperada ou pode estar em conformidade com a estrutura do teste (AERA et al., 2014). Se o construto for multidimensional, a escala precisará ser eventualmente dividida em subescalas que representam uma escala compósita (Carpenter, 2018).

Para obter invariância de medida dos construtos é útil fornecer evidência de que as características do item (e.g., discriminação e dificuldade do item) são comparáveis entre grupos (e.g., homens versus mulheres; Rios & Wells, 2014), ou num mesmo grupo em medições repetidas (Putnick & Bornstein, 2016). A invariância de um modelo de fator em grupos diferentes é chamada de invariância fatorial (ou invariância de múltiplos grupos). O teste de invariância fatorial de modelos de análise fatorial confirmatória (CFA) aborda: (1) a invariância configural ou configuracional; (2) a invariância de medida;⁵ e (3) a invariância estrutural. A invariância configural diz respeito à invariância da configuração do modelo (o padrão de parâmetros livres e fixos do modelo) entre os grupos. A invariância de medida refere-se a: a) invariância métrica – cargas fatoriais iguais nos grupos. Elas são necessárias para garantir relações equivalentes entre um fator latente e os seus indicadores (itens) no modelo CFA; b) invariância escalar – ordenadas na origem⁶ dos itens iguais nos grupos. A sua ausência sinaliza a presença de viés do item (ou funcionamento diferencial do item); e c) invariância das singularidades dos itens (Dimitrov, 2010) ou invariância residual dos itens (Damásio, 2013) – variâncias e covariâncias de erros (resíduos) dos itens iguais nos grupos. Este tipo de invariância fornece evidência de que os itens foram medidos com a mesma precisão em cada grupo. Normalmente, a invariância de medida é tratada em três níveis – invariância de medida fraca, forte e estrita. No nível de invariância de medida fraca, a invariância métrica deve estar satisfeita. Sob a invariância de medida fraca: a) as relações entre o fator latente e as variáveis externas podem ser comparadas entre os grupos porque uma mudança de uma unidade num grupo seria igual à mudança de uma unidade em qualquer outro grupo; b) as médias dos fatores não podem ser comparadas, pois a origem da escala pode diferir entre os grupos. No nível de invariância de medida forte, tanto a invariância métrica quanto a escalar devem ocorrer. A este nível, é permitida a comparação das médias dos fatores entre os grupos. No nível de invariância de medida estrita, devem estar presentes invariância métrica, escalar e das singularidades dos itens. Quando a invariância de medida estrita está satisfeita, as diferenças entre grupos em qualquer item são devidas apenas às diferenças entre grupos nos fatores comuns. Finalmente, a

invariância estrutural refere-se à invariância das variâncias e covariâncias dos fatores (Dimitrov, 2010).

Diferentes abordagens para a estimativa de confiabilidade, fidedignidade ou precisão podem ser implementadas para ajustar diferentes *designs* de recolha de dados e diferentes interpretações e usos de pontuações dos testes (AERA et al., 2014). Por exemplo, os índices de confiabilidade podem fornecer evidências de que as pontuações dos testes são consistentes entre repetidas aplicações dos testes (Rios & Wells, 2014), ou se existe consistência interna numa única aplicação (AERA et al., 2014). A apresentação do coeficiente alfa (Cronbach, 1951) como um índice de consistência interna ou confiabilidade de medidas psicológicas tornou-se prática rotineira em virtualmente todas as investigações em ciências sociais e psicológicas nas quais medidas de múltiplos itens de um construto são usadas. Porém, o coeficiente alfa não é índice apropriado de unidimensionalidade para avaliar a homogeneidade (N. Schmitt, 1996). De facto, segundo Stanley e Edwards (2016), a confiabilidade das pontuações dos testes e o ajuste dos modelos de medição psicométrica são conceitos distintos e é importante considerar ambos ao avaliar se as pontuações dos testes são válidas para uma interpretação e/ou uso proposto. Dada a suposição de que a confiabilidade e o ajuste podem ser categorizados como aceitáveis ou inaceitáveis, existem quatro resultados possíveis (ver Figura 1).

Figura 1

Implicações Potenciais Quando a Confiabilidade e o Ajuste do Modelo São Considerados Aceitáveis Versus Inaceitáveis

	Ajuste de modelo aceitável	Ajuste de modelo inaceitável
Confiabilidade aceitável	Caso ideal – ambos apoiam a estratégia de pontuação pretendida.	Possíveis problemas de dimensionalidade.
Confiabilidade inaceitável	As pontuações podem refletir amplamente erro de medição.	Considere modelos alternativos – nenhum deles suporta a estratégia de pontuação pretendida.

Nota. Adaptado de Stanley e Edwards (2016).

Se a confiabilidade e o ajuste do modelo são considerados aceitáveis para um determinado propósito, um investigador pode razoavelmente concluir que as pontuações são precisas e consistentes com a hipotética estrutura dimensional. Se a confiabilidade e o ajuste forem considerados inaceitáveis, é necessário considerar modelos alternativos, já que nenhum dos dois tipos de evidência apoia a estratégia de pontuação pretendida. Se o modelo se ajusta

mal, mas as pontuações são confiáveis, isso pode ser um sinal de que o que está a ser tratado como um construto pode, na verdade, ser vários construtos. Se o modelo se ajusta bem, mas a confiabilidade das pontuações é inaceitável, há várias causas possíveis. Em primeiro lugar, é possível que a escala seja simplesmente muito curta. Embora os investigadores possam pretender que as escalas sejam curtas por razões práticas, pode ser que mais itens sejam necessários para atingir o nível desejado de confiabilidade. Em segundo lugar, parece possível que, para alguns construtos muito amplos, seja bastante difícil obter níveis muito altos de confiabilidade (Stanley & Edwards, 2016).

As relações entre as pontuações dos testes e outras medidas destinadas a avaliar construtos iguais ou semelhantes fornecem evidências convergentes, enquanto as relações entre as pontuações dos testes e as medidas supostamente de diferentes construtos fornecem evidências discriminantes (AERA et al., 2014; Campbell & Fiske, 1959). A abordagem mais comum para encontrar evidência convergente é demonstrar que múltiplas medidas de um construto estão (1) relacionadas e (2) mais relacionadas umas às outras do que com medidas de outros construtos, mesmo quando os dois métodos de medição são semelhantes (Lehmann, 1988).

A palavra «abuso» pode ter vários significados. Pode, por exemplo, referir-se o uso indevido de uma substância, no sentido em que pode causar problemas ao seu utilizador. Noutra perspetiva, abuso diz respeito a interações nas quais uma pessoa comporta-se de maneira cruel, violenta, humilhante ou invasiva em relação a outra pessoa (ou a um animal). Nesta perspetiva, abuso implica geralmente maus-tratos físicos, mas também pode abranger maus-tratos sexuais e psicológicos ou emocionais. Os investigadores ainda não formularam uma definição universalmente aceite de abuso psicológico (VandenBos, 2015). Para o psicólogo e diretor executivo da American Family Foundation, Michael D. Langone (Langone, 1992), o abuso psicológico refere-se simplesmente a situações nas quais técnicas de persuasão e controlo são usadas para explorar e/ou maltratar pessoas.

O abuso psicológico em grupo refere-se a um processo que pode ocorrer em ambientes de grupo com uma interação intensa e contínua associada ao recrutamento e manutenção de seguidores (Rodríguez-Carballeira et al., 2015). As escalas desenvolvidas para medir o nível de perceção de abuso psicológico em grupo incluem: a Group Psychological Abuse Scale (GPA; Chambers et al., 1994), o Individual Cult Experience Index (ICE Index; Winocur et al., 1997), a Across Groups Psychological Abuse and Control Scale (AGPAC; Wolfson, 2002), o Spiritual Abuse Questionnaire (SAQ; Keller, 2016), a Escala de Detección de Persuasión Coercitiva (EDPC; Barranquero, 2016), a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS;

Saldaña et al., 2017) e o questionário Social Intervention and Control in a Religious Group (SIC; Yolkin, 2018). Para além destes instrumentos, existe o Church Experience Survey (CES; Oakley & Kinmond, 2014), mas este é apenas um questionário de perguntas abertas destinado a investigações qualitativas. Saldaña et al. (2017), autores da PAEGS, elencaram diversas limitações dos outros instrumentos. Uma delas refere-se à ausência de uma definição semântica do construto e das definições operacionais dos componentes do abuso psicológico de grupo. Esta é uma etapa necessária no desenvolvimento de qualquer instrumento, a fim de obter evidência de validade de conteúdo e garantir que o *design* não seja ambíguo ou impreciso. Por outro lado, o conteúdo de alguns itens não parece ser congruente com os domínios do construto. Eles não descrevem especificamente comportamentos psicológicos abusivos que poderiam ser aplicados dentro de um grupo, mas sim outros aspetos relacionados ao fenómeno, como práticas de abuso sexual e físico, características genéricas do grupo, os seus propósitos ou a sua relação com estranhos. Além disso, alguns itens podem ter uma variedade de interpretações porque contêm palavras pouco claras e indefinidas, como “controlo da mente” ou “persuasão coercitiva”. Outra limitação prática relacionada particularmente ao GPA é que esta escala avalia a perceção de abuso psicológico em grupo, questionando sobre práticas psicologicamente abusivas, vividas pessoalmente ou não. Assim, as pontuações nesta escala envolvem julgamentos sobre o grupo como um todo e, portanto, têm uso limitado em investigações ou contextos onde o interesse reside principalmente na experiência individual de abuso psicológico.

O objetivo deste estudo foi traduzir para português e encontrar evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente das pontuações da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Metodologia

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 236 participantes voluntários, que se encontravam registados no Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal (<http://testemunhasdejeova.forumeiros.com/>) e no grupo de discussão do Facebook Desperta! (<https://www.facebook.com/comunidade.extj/>). As características demográficas dos participantes encontram-se resumidas na Tabela 1. No anexo desta tese encontra-se uma versão mais completa desta tabela.

Tabela 1*Caraterísticas demográficas dos participantes*

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Sexo	236				
Mulher		129	54.7		
Homem		107	45.3		
Idade (anos)	233			38.96	10.91
Nacionalidade	236				
Brasileira		148	62.7		
Portuguesa		72	30.5		
Outra		14	5.7		
Não respondeu		2	0.8		
Estado civil	236				
Casados(as)		119	50.4		
Solteiros(as)		49	20.8		
Divorciados(as)		30	12.7		
Vivem em união de facto		29	12.3		
Separados(as) judicialmente		3	1.3		
Separados(as) de facto		2	0.8		
Viúvos(as)		2	0.8		
Não respondeu		2	0.8		
Habilitações literárias	236				
Não concluiu o ensino básico/fundamental		6	2.4		
Ensino básico/fundamental		18	7.5		
Ensino secundário/médio		124	52.5		
Ensino superior		80	33.7		
Não respondeu		8	3.4		
Afiliação religiosa antes de ser TJ	236				
Nenhuma		156	66.1		
Católica Romana		59	25.0		
Evangélica/Protestante		9	3.8		
Outra		8	3.2		
Não respondeu		4	1.7		
Como tomou contacto com as TJ	236				
Através dos pais/nasci em família TJ		96	40.7		
Através de visita ao domicílio		39	16.5		
Através da mãe		33	14.0		
Através de parentes próximos		12	5.1		
Através de amigos(as)		7	3.0		
Através de pregação na rua		6	2.5		
Através de um(a) tio(a)		5	2.1		
Através de vizinhos(as)		5	2.1		
Através de um(a) irmão(ã)		3	1.3		
Através do pai		2	0.8		
Através de uma avó		2	0.8		
Através da madrasta		2	0.8		
Através de um(a) colega de trabalho		2	0.8		
Outro		16	6.4		
Não respondeu		6	2.5		
Idade que tinha quando foi batizado(a) nas TJ (anos)	220			17.85	6.48

Tabela 1 (continuação)

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Quanto tempo permaneceu nas TJ (anos)	234			20.41	10.40
Cargo que tinha nas TJ	236				
Publicadores(as)		110	46.6		
Servo ministerial		29	12.3		
Nenhum		20	8.5		
Pioneiro(a) regular		19	8.1		
Ancião		17	7.2		
Pioneiro(a) auxiliar		12	5.1		
Pioneiro(a)		7	3.0		
Outro		10	4.1		
Não respondeu		12	5.1		
Há quanto tempo se desfilou das TJ (anos)	232			7.68	8.26
Religião que tem presentemente	33				
Católica Romana		6	18.2		
Evangélica		5	15.2		
Espírita		4	12.1		
Cristã		2	6.1		
Igreja Adventista do Sétimo Dia		2	6.1		
Igreja Presbiteriana		2	6.1		
Umbanda		2	6.1		
Outra		9	27.0		
Não respondeu		1	3.0		

Nota. TJ = Testemunha de Jeová; *f* = frequência absoluta; % = percentagem; *M* = média; *SD* = desvio padrão.

Podemos concluir pela análise da Tabela 1 que a maioria das pessoas que participaram no estudo são mulheres, têm em média menos de 40 anos de idade, são de nacionalidade brasileira, casados(as), possuem como habilitações literárias o ensino secundário/médio, não tinham nenhuma religião antes de serem Testemunhas de Jeová, tomaram contacto com este grupo religioso através de familiares, foram em média batizados pelas Testemunhas de Jeová por volta dos 18 anos, desempenhavam no grupo o cargo de publicadores(as), permaneceram em média nas Testemunhas de Jeová durante 20 anos, desfilaram-se em média há cerca de oito anos, e quando responderam ao questionário não tinham nenhuma religião.

É de realçar que algumas pessoas reportaram nacionalidades que não eram esperadas. Uma vez que estavam registados(as) nesses sítios da Internet, presume-se que tenham aprendido português de alguma forma. Podem, por exemplo, ser descendentes de imigrantes portugueses.

Não foi possível calcular a taxa de resposta, porque apesar de sabermos o número de pessoas registadas nesses sítios da Internet, não conseguimos saber quantos efetivamente tomaram conhecimento da realização deste estudo.

Instrumentos

Questionário de dados demográficos. É composto pelas seguintes perguntas: nacionalidade (portuguesa/brasileira/outra); sexo (masculino/feminino); idade (em anos); estado civil [solteiro(a)/união de facto – vive com companheiro(a)/casado(a)/divorciado(a)/separado(a) judicialmente/separado(a) de facto/viúvo(a)]; habilitações literárias (nível de escolaridade); tinha alguma religião antes de ser Testemunha de Jeová? Se sim, qual?; como tomou contacto com as Testemunhas de Jeová?; que idade tinha quando foi batizado(a) pelas Testemunhas de Jeová? (em anos); que cargo desempenhava nas Testemunhas de Jeová? quanto tempo permaneceu nas Testemunhas de Jeová? (em anos); há quanto tempo saiu das Testemunhas de Jeová ou deixou de ser uma Testemunha de Jeová ativa? (em anos); tem alguma religião presentemente? Se sim, qual?

Group Psychological Abuse Scale (GPA; Chambers et al., 1994). Esta escala é uma medida padronizada desenvolvida para a avaliação da perceção de abuso psicológico em contextos de grupo, constituída por 28 itens. É um instrumento autoadministrado de aplicação simples e rápida e aparentemente de fácil compreensão pelos sujeitos. Cada item é codificado numa escala do tipo Likert de cinco pontos (de 1 = *não é de todo caraterístico* a 5 = *muito caraterístico*). A amostra do estudo original foi constituída por 308 (64% mulheres, 36% homens) norte-americanos, ex-membros de 101 cultos religiosos cristãos e orientais, cultos políticos e outros tipos (Almendros et al., 2004; Chambers et al., 1994). Uma análise em componentes principais (PCA; Hotelling, 1933a, 1933b) seguida de rotação *varimax* (Kaiser, 1958, 1959) extraiu quatro fatores, que explicam 42% da variância total. Essas quatro subescalas foram designadas da seguinte forma: Submissão – Sc1, com sete itens (1, 4, 13, 14, 18, 21 e 28); Exploração – Sc2, com sete itens (2, 3, 6, 12, 19, 20 e 27); Controlo Mental – Sc3, com sete itens (9, 11, 15, 22, 24, 25 e 26); e Dependência Ansiosa – Sc4, com sete itens (5, 7, 8, 10, 16, 17 e 23). A subescala Submissão diz respeito a vida sexual e intimidade prescritas pelo grupo, sacrificar os objetivos pessoais, servir os líderes, deixar que os líderes tomem as decisões e consultar os líderes sobre as decisões. A vida em comunidade não reflete abertamente a submissão, mas contribui para ela quando se considera que essa vida em comunidade é exigida pela liderança e torna mais difícil o descumprimento das normas do grupo. A subescala Exploração refere-se ao uso pelo grupo de meios antiéticos para ganhar poder, tais como, manipulação, abuso e uso das pessoas. A subescala Controlo Mental refere-se a um determinado tipo de relacionamento que ocorre entre os líderes e os liderados. Por exemplo, as pessoas permanecem no grupo porque foram

enganadas e manipuladas; o líder critica os membros do grupo; o pensamento crítico não é estimulado; o líder pressiona psicologicamente as pessoas; e os membros sentem que fazem parte de uma elite. A subescala Dependência Ansiosa está relacionada com o facto de que num culto a dependência pode ser absoluta e o medo tende a estar subjacente a todas as experiências, exceto talvez na fase inicial de “lua de mel” de recrutamento/sedução. Por exemplo, são constantes as ameaças de condenação eterna, caso abandonem o grupo; o líder é visto como divino; não são toleradas as emoções negativas; criticar o grupo é sinal de uma influência demoníaca. As correlações entre estas subescalas não foram fortes, variando entre .16 e .36. As pontuações de alguns itens (1, 5, 21, 22, 25 e 26) devem ser invertidas. As notas das pontuações obtidas em cada item são depois somadas. Desta forma, as notas de cada subescala variam entre 7 e 35, e a nota global varia entre 28 e 140 ($GPA = Sc1 + Sc2 + Sc3 + Sc4$). Em termos de análise da consistência interna, os coeficientes α de Cronbach obtidos foram os seguintes: .70 para a subescala Controlo Mental, .72 para a subescala Dependência Ansiosa, .75 para a subescala Exploração, .81 para a subescala Submissão e .81 para a escala global. Estes valores foram considerados satisfatórios para o propósito de investigação (Almendros et al., 2004; Chambers et al., 1994).

Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS; Saldaña et al., 2017). Esta escala foi desenvolvida com o objetivo de avaliar o grau em que uma pessoa experimentou comportamentos psicologicamente abusivos quando estava inserida num determinado grupo. É um instrumento de autorrelato que é fácil e rápido de responder e aparentemente é facilmente compreendido pelos participantes. Consiste em 31 itens classificados numa escala do tipo Likert de cinco pontos (0 = *de modo algum*, 1 = *ligeiramente*, 2 = *bastante*, 3 = *muito* e 4 = *continuamente*; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, & Almendros, 2018; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Nishida, 2018). Os itens medem os componentes do abuso psicológico em grupo de maneira positiva (i.e., as afirmações nunca contêm a palavra «não») e: (a) representam comportamentos, ações ou práticas realizadas pelo grupo; (b) correspondem à definição de uma estratégia de abuso psicológico; (c) referem-se à experiência do entrevistado e (d) não aludem a possíveis consequências de tais práticas. Os itens foram escritos de forma a representar diversas componentes do abuso psicológico em grupo: Abuso Emocional, com seis itens (2, 4, 10, 23, 25 e 31; as pontuações podem variar entre 0 e 24); Isolamento, com seis itens (8, 9, 11, 18, 26 e 27; as pontuações podem variar entre 0 e 24); Controlo e Manipulação da Informação, com quatro itens (12, 16, 21 e 24; as pontuações podem variar entre 0 e 16); Controlo da Vida Pessoal, com seis itens (3, 13, 15, 20, 28 e 29; as pontuações podem variar

entre 0 e 24); Doutrinação a um Sistema de Crenças Absoluto e Maniqueísta, com seis itens (1, 5, 6, 7, 17 e 30; as pontuações podem variar entre 0 e 24); e Imposição de uma Autoridade Singular e Extraordinária, com três itens (14, 19 e 22; as pontuações podem variar entre 0 e 12). A pontuação total da escala pode variar entre 0 e 124. A amostra do estudo original foi composta por 138 indivíduos (71% mulheres, 29% homens, $M_{idade} = 48.42$ anos), maioritariamente norte-americanos (58.7%), canadianos (15.2%) e britânicos (13%), ex-membros de 66 grupos controladores ou abusivos, de natureza religiosa, pseudo-terapêutica, política e comercial. Os dados recolhidos foram sujeitos a uma análise fatorial exploratória, tendo sido usado o método dos mínimos quadrados não-estandardizados (ULS) para a extração dos fatores (Saldaña et al., 2017). Foi encontrada uma estrutura fatorial unidimensional. O fator retido foi responsável por 45.7% da variância total, apresentou um coeficiente α de Cronbach de .94 e apresentou um coeficiente de correlação de .80 com uma versão modificada da GPA (Saldaña et al., 2017; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Nishida, 2018).

Procedimentos

O primeiro passo deste estudo foi pedir autorização aos autores para a tradução para português e uso da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, e pedir permissão ao autor do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão para o seu uso. A tradução de um teste consiste em converter o teste de um idioma e cultura para outros, preservando o significado linguístico. A tradução do teste é apenas uma parte do processo de adaptação (International Test Commission [ITC], 2018). A Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale foram traduzidas e adaptadas para a população portuguesa e brasileira, respeitando as diretrizes da ITC (2018). Podemos usar três métodos de tradução: (1) tradução direta (i.e., tradução da língua estrangeira para a língua materna); (2) tradução inversa (i.e., tradução da língua materna para a língua estrangeira; Ferreira, 2012; Hambleton & Patsula, 1999; McKay et al., 1996; Potaka & Cochrane, 2004); e (3) descentralização ou técnicas bilíngues (i.e., uma pessoa bilíngue desenvolve um questionário em dois idiomas. Itens com respostas discrepantes podem ser facilmente identificados; Potaka & Cochrane, 2004; Weeks et al., 2007). Os métodos de tradução direta são os mais sólidos tecnicamente (Hambleton & Patsula, 1999). A tradução inversa tem uma deficiência grave que tem sido frequentemente apontada. Em muitos casos, uma passagem traduzida é incorreta porque é transposta demasiado literalmente e há um risco bastante elevado de que a tradução inversa recupere apenas o texto original sem revelar o erro

(Grisay, 2003). Nalguns casos, o método de tradução direta é adaptado para envolver a “tradução por comité”, em que mais de um tradutor está envolvido no acordo sobre a tradução do idioma de destino (McKay et al., 1996; Potaka & Cochrane, 2004; Weeks et al., 2007). A vantagem é que os erros de um membro podem ser detetados por outros membros do comité (Weeks et al., 2007). Assim, foi esta a opção seguida neste estudo, tendo a tradução dos instrumentos sido realizada por um comité constituído por três pessoas. Uma delas é psicóloga clínica, licenciada pela Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa, bilingue e tradutora. As outras duas, emigraram para os Estados Unidos da América há mais de 20 anos, são ambas bilingues e licenciadas. Uma delas possui o grau de especialista em School Psychology pela Seattle University e o grau de mestre em Media Psychology pela Fielding Graduate University. As pequenas divergências na tradução foram aceites como perfeitamente possíveis pelos membros do comité. A decisão final sobre a tradução a adotar foi tomada pelo autor do estudo, que também é diplomado em inglês pelo Wall Street English.

Em seguida, foram contactados os administradores do Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal e do grupo Desperta!, para lhes pedir colaboração na divulgação do estudo.

Para a recolha de dados foi colocado um questionário online do Google. A recolha de dados teve duas fases: (1) pré-teste: entre setembro e novembro de 2018; estudo propriamente dito – entre dezembro de 2018 e março de 2019. Na fase de pré-teste não foi aplicada a escala de depressão, devido à colocação online do questionário sem indicação do autor do estudo. O questionário era anónimo e foi garantida a confidencialidade das respostas.

Design de investigação e análise dos dados

Este estudo pode ser classificado como quantitativo (Zedeck, 2014) de tipo psicométrico (VandenBos, 2015; Zedeck, 2014) ou instrumental (Ato et al., 2013; Montero & León, 2002, 2005, 2007).

Em termos de análise estatística, foi realizada em primeiro lugar uma análise fatorial confirmatória (CFA; Jöreskog, 1966, 1967, 1969, 1970),⁷ para encontrar evidência de validade da estrutura interna da versão portuguesa da Group Psychological Abuse Scale e da versão portuguesa da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.⁸ Os dados obtidos com um instrumento traduzido para uma outra língua podem ser submetidos a análises fatoriais exploratórias (EFA; ver Spearman, 1904a) ou confirmatórias para examinar a equivalência de construto (van de Vijver & Tanzer, 2004), mas como a análise fatorial exploratória é orientada por dados e envolve várias decisões subjetivas (van Prooijen & van der Kloot, 2001), a maneira

mais apropriada de encontrar evidências de validade baseada na estrutura interna é por meio da análise fatorial confirmatória (Bornstein, 2011; Goodwin & Leech, 2003; van Prooijen & van der Kloot, 2001; D. Watkins, 1989), por isso tem sido a única a ser usada nalguns estudos (e.g., Glasgow et al., 2005; Maindal et al., 2012). A análise fatorial confirmatória é um tipo de modelagem de equações estruturais (SEM) que examina as relações hipotéticas entre determinados indicadores (e.g., respostas a itens, classificações comportamentais) e as variáveis latentes subjacentes (também conhecidas como fatores) que os indicadores pretendem medir (Rios & Wells, 2014). A pergunta básica a ser respondida pela análise fatorial confirmatória é se a estrutura fatorial corresponde aos resultados do estudo original (van Prooijen & van der Kloot, 2001).

O modelo hipotético foi estimado pelo método de máxima verossimilhança (MLE; Jöreskog, 1966, 1967, 1969, 1970; Lawley, 1940, 1942, 1943, 1967). Trata-se de um método de estimativa comumente usado em modelos de equações estruturais (Hair et al., 2019) com variáveis contínuas, devido às suas propriedades assintóticas desejáveis. No entanto, esse método assume que as variáveis observadas seguem uma distribuição normal multivariada, uma suposição que é violada quando as variáveis observadas são de natureza categórica (Garrido et al., 2016).⁹

A normalidade multivariada foi avaliada através do coeficiente de Mardia (1970, 1974). Este coeficiente avalia a normalidade multivariada por meio da avaliação da curtose multivariada. O coeficiente de Mardia pode ser convertido num resultado estandardizado (equivalente a um resultado z). Geralmente, coeficientes estandardizados maiores que 3.00 são indicativos de não normalidade (Ullman, 2006). No IBM® SPSS® Amos™ este valor estandardizado aparece sob a designação “critical ratio (C.R.)” (Byrne, 2016a).

Embora a estimação de máxima verossimilhança seja baseada na suposição de normalidade multivariada, os investigadores geralmente encontram dados que violam claramente essa suposição. A reamostragem de *bootstrap*, oferecida no IBM® SPSS® Amos™ é uma solução potencial para estimar os valores p do teste estatístico do modelo e os erros padrão dos parâmetros em condições de dados não normais (Nevitt & Hancock, 2001). A ideia por trás do *bootstrap* é que podemos considerar a nossa amostra a nossa população. A partir dessa “população”, podemos recolher, digamos, 500 amostras com reposição. De cada amostra, calculamos a estatística da amostra necessária. Isso fornece uma distribuição empírica da amostra e, calculando a média das várias estatísticas da amostra, obtemos uma estimativa do parâmetro e um erro padrão empírico das estimativas (Blunch, 2013). Neste estudo foi usado o

bootstrap ML (máxima verossimilhança), com 1 000 amostras, tal como sugerido pelo autor previamente citado no texto.

Para testar o ajustamento do modelo aos dados do estudo foi usado em primeiro lugar o teste de qui-quadrado (χ^2 ; Pearson, 1900a), recorrendo ao método do valor p (Gibbons & Pratt, 1975; Triola, 2018). Os testes estatísticos que avaliam a qualidade de ajuste do modelo foram geralmente desenvolvidos como testes de “desajustamento”. Isso significa que a falha em rejeitar a hipótese nula indica um bom ajuste (Rose et al., 2017). Posteriormente, foram analisados três índices da qualidade do ajuste: o índice de ajuste comparativo (CFI; Bentler, 1990), o índice de Tucker-Lewis (TLI; Tucker & Lewis, 1973) e a raiz do erro quadrático médio de aproximação (RMSEA; Browne & Cudeck, 1992).¹⁰ Na modelagem de equações estruturais, a aplicação dos índices RMSEA, CFI e TLI depende muitíssimo dos valores de corte convencionais desenvolvidos sob a máxima verossimilhança (ML) da teoria normal com dados contínuos. Na investigação psicológica, os dados são frequentemente categóricos (e.g., dados recolhidos usando escalas de tipo Likert; Xia & Yang, 2019). Desta forma, os critérios que foram estabelecidos para a aceitação de um bom ajuste do modelo aos dados, foram os propostos por Schreiber (2008) e Schreiber et al. (2006), uma vez que se referem a dados categóricos: CFI = .95; TLI = .96; e RMSEA < .06.

A fidedignidade de construto¹¹ (CR) e a variância média extraída¹² (AVE) foram calculadas de acordo com as fórmulas sugeridas por Fornell e Larcker (1981). De acordo com Hair et al. (2019), para conseguirmos evidência de validade de construto¹³ são necessárias estas quatro condições: (1) as estimativas das cargas fatoriais¹⁴ estandardizadas devem ser .50 ou superiores e, idealmente, .70 ou superiores para indicar validade convergente; (2) a variância média extraída deve ser .50 ou superior, para sugerir validade convergente¹⁵ adequada; (3) as estimativas da variância média extraída para dois fatores também devem ser maiores que o quadrado da correlação entre os fatores, para fornecer evidência de validade discriminante;¹⁶ e (4) a fidedignidade de construto deve ser .70 ou superior, para indicar convergência adequada ou consistência interna.

A consistência (fidedignidade) interna das escalas foi também avaliada através do coeficiente α (alfa) de Cronbach (Cronbach, 1951), uma vez que foi a medida usada pelos autores da GPA e da PAEGS. O coeficiente α de Cronbach é um coeficiente de consistência interna calculado com base no número de partes nas quais um teste é dividido (e.g., itens), nas inter-relações entre essas partes e a variância total da pontuação do teste (AERA et al., 2014). Segundo Tavakol e Dennick (2011), um valor aceitável deve variar entre .70 e .90. Se o α for

muito elevado, pode sugerir que alguns itens sejam redundantes, pois estão a testar a mesma pergunta, mas com uma aparência diferente.

Quando a estrutura interna da escala não foi corroborada através da análise fatorial confirmatória, recorremos a: (1) uma análise fatorial exploratória (EFA) em metade da amostra, usando o método de extração por máxima verossimilhança, seguido de rotação *varimax*, conforme sugerido por Gignac (2009), para tentar descobrir que fatores poderiam estar subjacentes aos dados; e (2) uma análise fatorial confirmatória (CFA) na outra metade.¹⁷ Na análise fatorial exploratória, o principal critério que foi usado para determinar o número de fatores a serem retidos foi o proposto por Kaiser (1960). Este critério sugere reter todos os fatores cujo valor próprio é superior à unidade (1.00). Outro método usado para determinar quais fatores reter consistiu em examinar a variância cumulativa explicada pelos fatores retidos. A maioria dos estudiosos e estatísticos recomenda reter quantos fatores forem necessários para representar 75% a 90% da variância (Pett et al., 2003; Watson, 2017). Infelizmente, esses critérios não se podem aplicar nas ciências sociais menos precisas, onde os fatores extraídos podem explicar uma variância menor (e.g., 50-60%; Pett et al., 2003). Um terceiro critério consistiu em rejeitar os fatores que não foram carregados de forma saliente por pelo menos três itens (Cabrera-Nguyen, 2010; Costello & Osborne, 2005; Sato, 1987; M. W. Watkins, 2018).

Analisámos o teste de esfericidade de Bartlett (Bartlett, 1950), que avalia em que medida a matriz de (co)variância é similar a uma matriz-identidade (os elementos da diagonal principal têm valor igual a um, e os demais elementos da matriz são aproximadamente zero, ou seja, não apresentam correlações entre si). Valores *p* menores que .05 indicam que a matriz é favorável, rejeitando a hipótese nula de que a matriz de dados é similar a uma matriz-identidade (Damásio, 2012). Por fim, determinámos se o nosso exemplo é adequado para a análise fatorial exploratória, analisando a medida de Kaiser–Meyer–Olkin (KMO) de adequação de amostragem, que deve ser igual ou superior a .50; Kaiser, 1974; Watson, 2017; Yong & Pearce, 2013).

Quando o procedimento de análise fatorial exploratória em metade da amostra e análise confirmatória na outra metade não produziu os resultados pretendidos, avançámos para uma análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação heurística (Salhi, 1998), usando a estratégia passo a passo (*stepwise*). Nesta abordagem da análise fatorial exploratória, qualquer variável medida pode (opcionalmente) depender de qualquer fator. Uma pesquisa de especificação permite encontrar o modelo que fornece a combinação ideal em termos de simplicidade e ajuste. Quando o modelo é complexo demais para uma pesquisa de especificação exaustiva, pode ser realizada uma pesquisa de especificação heurística (Arbuckle, 2016).

Após estas análises, foi também realizada uma análise fatorial confirmatória multigrupo (MGCFAs; Jöreskog, 1971). Trata-se de uma técnica que avalia em que medida a configuração e os parâmetros de determinado instrumento psicométrico são invariantes (equivalentes) para diferentes grupos (Damásio, 2013). A análise da invariância de medida de construtos latentes é importante na investigação de diferenças entre grupos ou ao longo do tempo. Ao estabelecer se as cargas fatoriais, interceções e variâncias residuais são equivalentes num modelo de fator que mede um construto latente, podemos garantir que as comparações de grupos ou ao longo do tempo são válidas (van de Schoot et al., 2012).¹⁸ Cada um dos tipos de invariância de medida descrito anteriormente foi testado através do teste de qui-quadrado (χ^2 ; Pearson, 1900a), recorrendo ao método do valor *p*.

Foi calculado o coeficiente de correlação linear de Pearson (Pearson, 1896, 1900b, 1920) e o coeficiente ordinal de Spearman (Spearman, 1904b) entre as pontuações da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, com valor *p* bilateral, por forma a encontrar evidência convergente (Campbell & Fiske, 1959), isto é, evidência baseada na relação entre as pontuações dos testes e outras medidas do mesmo construto ou de um construto relacionado (AERA et al., 2014). Valores de coeficientes de correlação de Pearson (*r*) acima de .70 são recomendados, enquanto aqueles abaixo de .50 devem ser evitados (Carlson & Herdman, 2012). Foram calculados os dois coeficientes de correlação, porque o coeficiente ordinal de Spearman tem algumas vantagens sobre o coeficiente de Pearson (Triola, 2018). O coeficiente de correlação de Spearman é uma medida de associação monótona entre duas variáveis, não-paramétrica (livre de distribuição). Ele avalia o quão bem uma função monótona arbitrária pode descrever uma relação entre duas variáveis, sem fazer quaisquer suposições sobre a distribuição de frequência das variáveis. Ao contrário do coeficiente de correlação de Pearson, ele não exige a suposição de que a relação entre as variáveis seja linear, nem exige que as variáveis sejam medidas em escalas de intervalo; pode ser usado para variáveis medidas no nível ordinal (Hauke & Kossowski, 2011).

O nível de significância (α) de todos os testes foi estabelecido a .05 (5%).

Para a análise de dados foram utilizados os programas de *software* estatístico: IBM® SPSS® Statistics (Versão 25), IBM® SPSS® Amos™ (Versão 25) e Stats Tools Package (ver Gaskin, 2016).

Resultados

Dada a grande quantidade de resultados a apresentar, esta secção foi dividida em várias subsecções.

Análise dos dados omissos

Os dados omissos (também chamados ausentes, faltantes ou perdidos) nos itens das escalas foram imputados com recurso à média da amostra no respetivo item.¹⁹ As percentagens encontradas de dados omissos foram as seguintes:

Group Psychological Abuse Scale (GPA): Item 2: 0.8%; Item 3: 0.4%; Item 4: 0.8%; Item 7: 0.4%; Item 8: 0.8%; Item 13: 0.8%; Item 16: 0.4%; Item 19: 0.4%; Item 20: 0.8%; Item 22: 0.4%; Item 24: 0.4%;

Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS): Item 1: 0.8%; Item 2: 0.4%; Item 4: 0.4%; Item 5: 0.4%; Item 8: 0.8%; Item 9: 0.4%; Item 10: 0.4%; Item 11: 0.4%; Item 12: 1.7%; Item 13: 0.4%; Item 15: 0.4%; Item 16: 0.8%; Item 18: 0.4%; Item 21: 0.4%; Item 22: 0.4%; Item 23: 0.4%; Item 25: 0.8%; Item 26: 0.4%; Item 27: 0.8%; Item 28: 0.4%; Item 29: 0.4%; Item 31: 0.4%.

Análise fatorial confirmatória da estrutura interna da GPA

O coeficiente de Mardia foi 225.51 (C.R. = 42.26), revelando ausência de normalidade multivariada. No entanto, o desfasamento entre as estimativas por máxima verossimilhança e as estimativas *bootstrap* (1 000 amostras) foi quase nulo, o que significa que a ausência de normalidade multivariada não provocou um grande enviesamento das estimativas dos parâmetros do modelo.

O ajustamento do modelo da escala original com quatro fatores aos dados foi mau, $\chi^2(344, N = 236) = 718.02, p < .001, CFI = .73, TLI = .71, RMSEA = .06, 90\% CI [.06, .07]$.

Na Tabela 2 encontram-se os coeficientes de regressão estandardizados (ou padronizados) e não-estandardizados e as correlações múltiplas ao quadrado referentes à análise fatorial confirmatória da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale.

Tabela 2

Coefficientes de Regressão Estandarizados e Não-Estandarizados e Correlações Múltiplas ao Quadrado Referentes à CFA da Estrutura Interna da GPA

Variável observada	Construto latente	β	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>p</i>	<i>R</i> ²
Item 1	Submissão	-.04	-.07	.10	.466	.00
Item 4	Submissão	.59	.25	.02	< .001	.35
Item 13	Submissão	.15	.17	.07	.022	.02
Item 14	Submissão	.69	.24	.02	< .001	.48
Item 18	Submissão	.59	.64	.06	< .001	.34
Item 21	Submissão	.09	.07	.05	.153	.00
Item 28	Submissão	.64	.63	.05	< .001	.42
Item 2	Exploração	.06	.07	.07	.330	.00
Item 3	Exploração	.34	.43	.08	< .001	.11
Item 6	Exploração	.03	.05	.08	.574	.00
Item 12	Exploração	.13	.20	.10	.047	.01
Item 19	Exploração	.38	.51	.09	< .001	.14
Item 20	Exploração	.38	.49	.08	< .001	.15
Item 27	Exploração	.58	.33	.04	< .001	.33
Item 9	Controlo Mental	.63	.22	.02	< .001	.39
Item 11	Controlo Mental	.74	.35	.02	< .001	.54
Item 15	Controlo Mental	.65	.62	.05	< .001	.43
Item 22	Controlo Mental	.10	.11	.07	.137	.01
Item 24	Controlo Mental	.53	.53	.06	< .001	.28
Item 25	Controlo Mental	.01	.01	.07	.844	.00
Item 26	Controlo Mental	.13	.14	.07	.056	.01
Item 5	Dependência Ansiosa	.05	.07	.07	.358	.00
Item 7	Dependência Ansiosa	.43	.19	.02	< .001	.19
Item 8	Dependência Ansiosa	.36	.38	.06	< .001	.13
Item 10	Dependência Ansiosa	.71	.37	.03	< .001	.51
Item 16	Dependência Ansiosa	.20	.29	.09	.002	.04
Item 17	Dependência Ansiosa	.29	.35	.07	< .001	.08
Item 23	Dependência Ansiosa	.45	.59	.08	< .001	.20

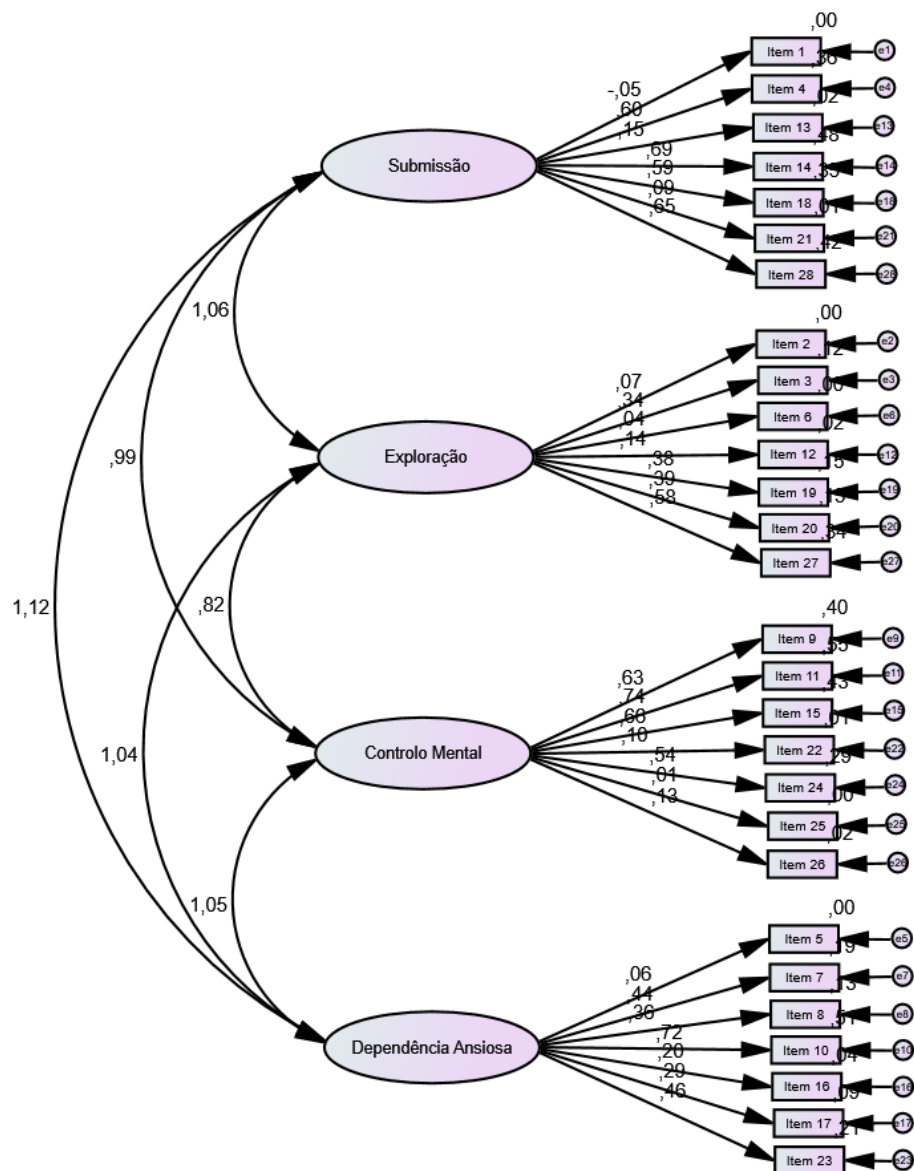
Nota. CFA = análise fatorial confirmatória; GPA = Group Psychological Abuse Scale; β = coeficientes de regressão estandarizados; *B* = coeficientes de regressão não-estandarizados; *SE* = erro padrão.

Podemos verificar pela análise da Tabela 2 que as estimativas estandarizadas dos parâmetros são em geral baixas, havendo apenas uma que ultrapassou o valor .70.

Na Figura 2 encontra-se o modelo de análise fatorial confirmatória da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale. As estimativas estandardizadas dos parâmetros foram calculadas pelo método de máxima verossimilhança.

Figura 2

Modelo de Análise Fatorial Confirmatória da Estrutura Interna da Group Psychological Abuse Scale. Estimativas Estandarizadas dos Parâmetros Calculadas pelo Método de Máxima Verossimilhança



Na avaliação da validade de construto foi constatado que houve problemas ao nível da fidedignidade de construto (CR), pois os valores foram inferiores a .70 em todas as subescalas, problemas ao nível da validade convergente, uma vez que os valores da variância média

extraída (AVE) foram inferiores a .50 em todas as subescalas, e problemas ao nível da validade discriminante, pois a raiz quadrada da variância média extraída (AVE) de dois fatores foi menor que o valor absoluto da correlação entre ambos.

Análise da fidedignidade das pontuações da GPA

O cálculo da fidedignidade de construto através da fórmula de Fornell e Larcker (1981) revelou os seguintes valores: $CR_{\text{Submissão}} = .58$; $CR_{\text{Exploração}} = .37$; $CR_{\text{Controlo Mental}} = .59$; e $CR_{\text{Dependência Ansiosa}} = .52$. Quanto à variância média extraída, foram obtidos os seguintes valores: $AVE_{\text{Submissão}} = .23$; $AVE_{\text{Exploração}} = .11$; $AVE_{\text{Controlo Mental}} = .24$; e $AVE_{\text{Dependência Ansiosa}} = .16$.

O coeficiente α de Cronbach foi .75 para a totalidade dos itens da GPA, .39 para a subescala Submissão, .48 para a subescala Exploração, .49 para a subescala Controlo Mental e .54 para a subescala Dependência Ansiosa.

Uma vez que os resultados foram insatisfatórios, foi decidido realizar uma análise fatorial exploratória da estrutura interna da GPA em metade da amostra e uma análise fatorial confirmatória na outra metade.

Análise fatorial confirmatória da estrutura interna da PAEGS

O coeficiente de Mardia foi 319.36 (C.R. = 54.23), revelando ausência de normalidade multivariada. Contudo, o desfasamento entre as estimativas por máxima verossimilhança e as estimativas *bootstrap* (1 000 amostras) foi quase nulo, o que significa que a ausência de normalidade multivariada não provocou um grande enviesamento das estimativas dos parâmetros do modelo.

O ajustamento do modelo unifatorial da escala original aos dados foi mau, $\chi^2(434, N = 236) = 1283.33, p < .001, CFI = .77, TLI = .75, RMSEA = .09, 90\% CI [.08, .09]$. O cálculo da fidedignidade de construto através da fórmula de Fornell e Larcker (1981) e da validade de construto não foram efetuados, porque o software não realiza esses cálculos quando a escala tem apenas um fator.

Na Tabela 3 encontram-se os coeficientes de regressão estandardizados e não-estandardizados e as correlações múltiplas ao quadrado referentes à análise fatorial confirmatória da estrutura interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Tabela 3

Coefficientes de Regressão Estandarizados e Não-Estandarizados e Correlações Múltiplas ao Quadrado Referentes à CFA da Estrutura Interna da PAEGS

Variável observada	Construto latente	β	<i>B</i>	<i>SE</i>	<i>p</i>	<i>R</i> ²
Item 1	APG	.57	.73	.07	< .001	.33
Item 2	APG	.58	.48	.05	< .001	.34
Item 3	APG	.63	.75	.07	< .001	.40
Item 4	APG	.49	.41	.05	< .001	.24
Item 5	APG	.61	.52	.05	< .001	.37
Item 6	APG	.65	.49	.04	< .001	.42
Item 7	APG	.62	.50	.04	< .001	.38
Item 8	APG	.45	.72	.10	< .001	.20
Item 9	APG	.51	.76	.09	< .001	.26
Item 10	APG	.66	.74	.06	< .001	.44
Item 11	APG	.74	.87	.06	< .001	.56
Item 12	APG	.64	.91	.08	< .001	.41
Item 13	APG	.55	.68	.07	< .001	.30
Item 14	APG	.64	.53	.04	< .001	.41
Item 15	APG	.76	.74	.05	< .001	.58
Item 16	APG	.60	.86	.08	< .001	.36
Item 17	APG	.71	.75	.06	< .001	.50
Item 18	APG	.69	.81	.06	< .001	.48
Item 19	APG	.67	.57	.05	< .001	.45
Item 20	APG	.72	.69	.05	< .001	.52
Item 21	APG	.50	.65	.08	< .001	.25
Item 22	APG	.62	.60	.05	< .001	.39
Item 23	APG	.58	.66	.06	< .001	.34
Item 24	APG	.49	.65	.08	< .001	.24
Item 25	APG	.60	.75	.07	< .001	.36
Item 26	APG	.61	.77	.07	< .001	.38
Item 27	APG	.67	.60	.05	< .001	.44
Item 28	APG	.75	.83	.06	< .001	.57
Item 29	APG	.42	.58	.08	< .001	.17
Item 30	APG	.61	.43	.04	< .001	.38
Item 31	APG	.65	.75	.06	< .001	.42

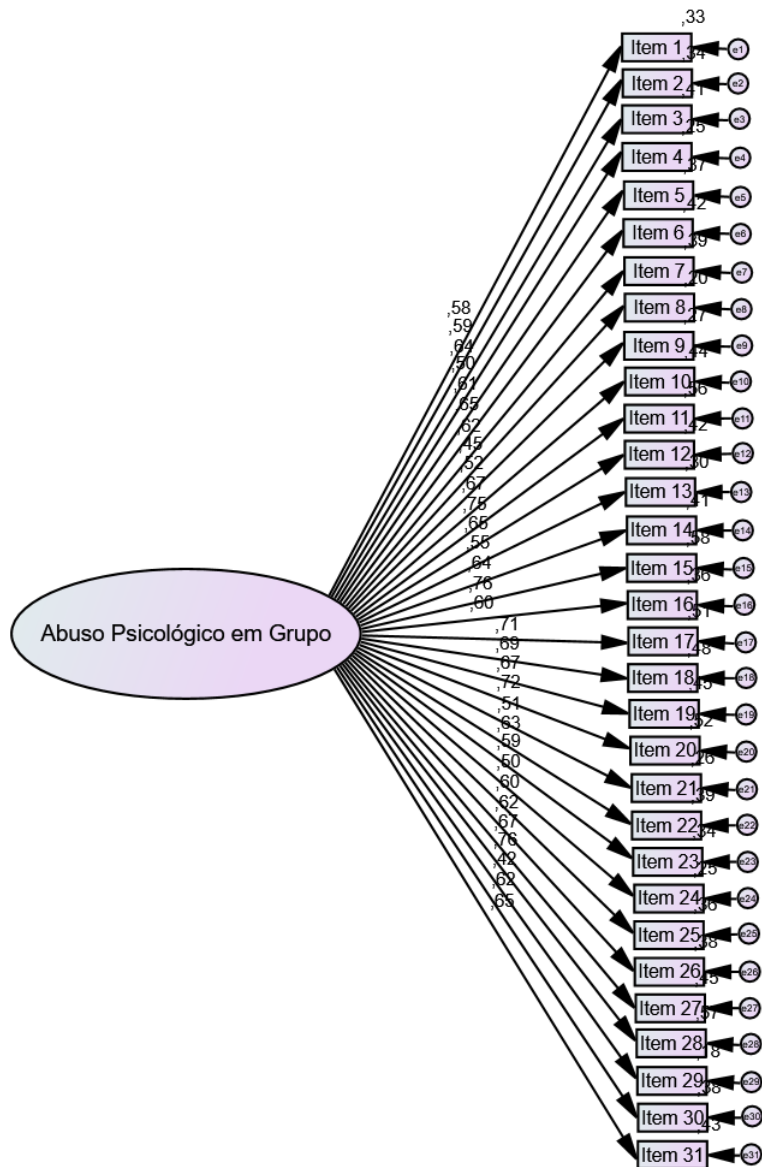
Nota. CFA = análise fatorial confirmatória; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; APG = abuso psicológico em grupo; β = coeficientes de regressão estandarizados; *B* = coeficientes de regressão não-estandarizados; *SE* = erro padrão.

Podemos verificar pela análise da Tabela 3 que as estimativas estandardizadas dos parâmetros foram em geral moderadas, encontrando-se acima do valor .50.

Na Figura 3 encontra-se o modelo de análise fatorial confirmatória da estrutura interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. As estimativas estandardizadas dos parâmetros foram calculadas pelo método de máxima verossimilhança.

Figura 3

Modelo de Análise Fatorial Confirmatória da Estrutura Interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. Estimativas Estandarizadas dos Parâmetros Calculadas pelo Método de Máxima Verossimilhança



Análise da fidedignidade das pontuações da PAEGS

O coeficiente α de Cronbach foi .94 para a totalidade dos itens da PAEGS.

Uma vez que os resultados foram insatisfatórios, foi decidido realizar uma análise fatorial exploratória da estrutura interna da PAEGS em metade da amostra e uma análise fatorial confirmatória na outra metade.

Análise fatorial exploratória da estrutura interna da GPA em metade da amostra

Foi obtido o valor .75 na medida de adequação da amostragem de Kaiser–Meyer–Olkin (KMO) e o resultado do teste de esfericidade de Bartlett foi significativo, $\chi^2(378, N = 118) = 1088.24, p < .001$, justificando-se a realização de uma análise fatorial exploratória. O método de extração por máxima verossimilhança seguido de rotação *varimax* detetou nove fatores, que explicam 64.8% da variância total.

Na Tabela 4 são apresentadas as cargas fatoriais,²⁰ as comunalidades,²¹ os valores próprios²² e a percentagem da variância total explicada por cada um dos fatores,²³ relativos à análise fatorial exploratória da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale. São apresentadas apenas as cargas fatoriais superiores a .30.²⁴

Tabela 4

Cargas Fatoriais, Comunalidades, Valores Próprios e Percentagem da Variância Relativos à EFA da Estrutura Interna da GPA, Recorrendo ao Método de Extração por Máxima Verossimilhança seguido de Rotação Varimax

Item	Fator									h^2
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Item 1									.46	.26
Item 2			.34							.13
Item 3										.14
Item 4	.33			.91						.99
Item 5		.45							.54	.58
Item 6		.34	.32							.30
Item 7	.51									.41
Item 8										.06
Item 9	.53									.54
Item 10	.80									.77

Tabela 4 (continuação)

Item	Fator									h^2
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
Item 11	.87									.77
Item 12			.48							.33
Item 13			.59							.48
Item 14	.77			.34						.83
Item 15	.57									.39
Item 16		.30								.20
Item 17		.32				.91				.99
Item 18	.35	.65								.58
Item 19		.40								.30
Item 20		.56								.47
Item 21					.93					.99
Item 22						-.30				.25
Item 23		.56	.40							.62
Item 24	.38	.43								.38
Item 25							.72			.58
Item 26							.36			.17
Item 27	.39							.85		.99
Item 28	.59									.57
Valor próprio	6.04	2.58	1.82	1.55	1.38	1.36	1.23	1.14	1.04	
% da variância	21.6	9.2	6.5	5.5	4.9	4.8	4.3	4.0	3.7	

Nota. EFA = análise fatorial exploratória; GPA = Group Psychological Abuse Scale; h^2 = comunalidades.

Pela análise da Tabela 4, podemos verificar que seis fatores não apresentaram o número mínimo exigido de cargas fatoriais acima de .30 (i.e., três). Desta forma, um modelo com apenas três fatores foi objeto de análise fatorial confirmatória.

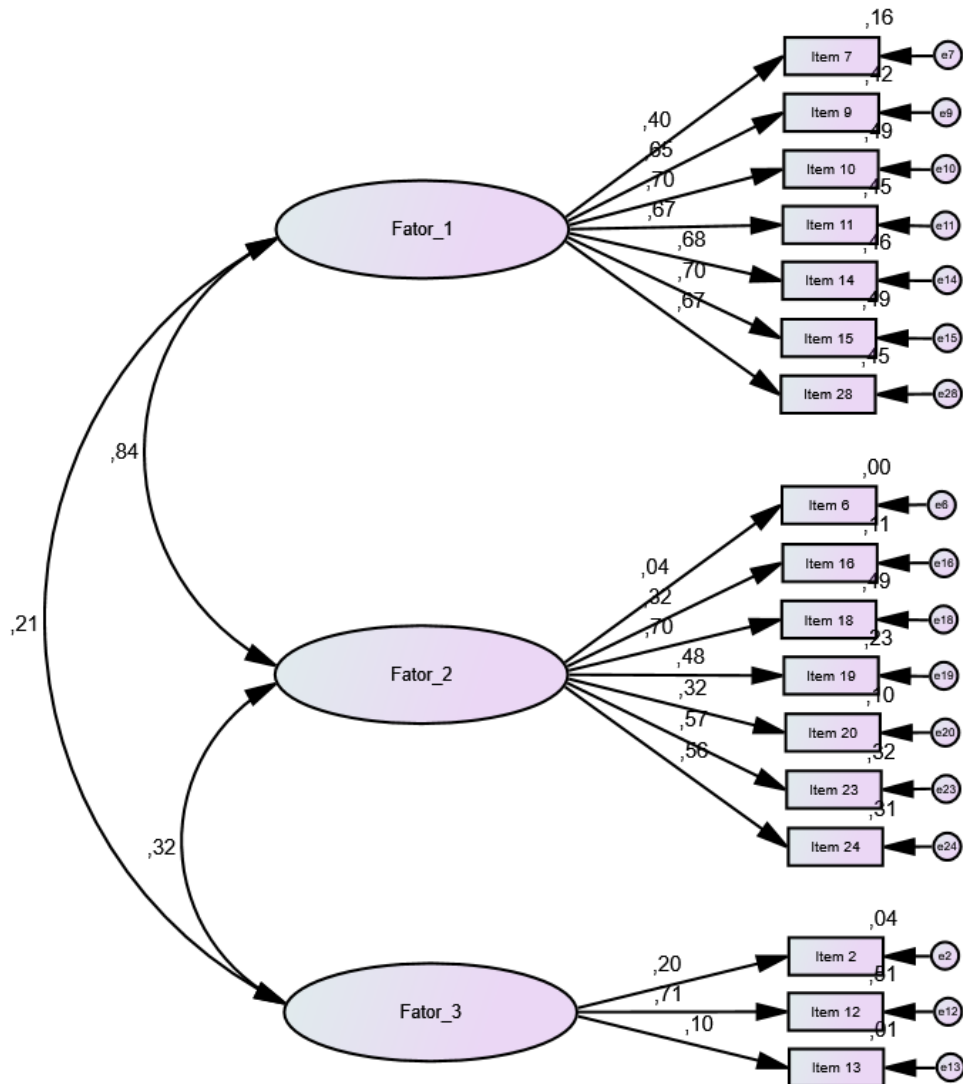
Análise fatorial confirmatória da estrutura interna da GPA na outra metade da amostra

O coeficiente de Mardia foi 133.52 (C.R. = 28.53), revelando ausência de normalidade multivariada. O ajustamento do modelo com três fatores aos dados foi mau, $\chi^2(116, N = 118) = 219.41, p < .001, CFI = .78, TLI = .74, RMSEA = .08, 90\% CI [.06, .10]$.

Na Figura 4 encontra-se o modelo de análise fatorial confirmatória da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale reajustada (com apenas três fatores), com base nos resultados da análise fatorial exploratória. As estimativas estandardizadas dos parâmetros foram calculadas pelo método de máxima verossimilhança.

Figura 4

Modelo de Análise Fatorial Confirmatória da Estrutura Interna da Group Psychological Abuse Scale Reajustada. Estimativas Estandarizadas dos Parâmetros Calculadas pelo Método de Máxima Verossimilhança



Perante estes resultados insatisfatórios, foi decidido não avançar com os restantes cálculos e realizar uma análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação heurística, retomando o modelo da escala original com quatro fatores.

Análise fatorial exploratória da estrutura interna da PAEGS em metade da amostra

Foi obtido o valor .90 na medida de adequação da amostragem de Kaiser–Meyer–Olkin (KMO) e o resultado do teste de esfericidade de Bartlett foi significativo, $\chi^2(465, N = 118) = 2331.42, p < .001$, justificando-se a realização de uma análise fatorial exploratória. O método de extração por máxima verossimilhança seguido de rotação *varimax* detetou seis fatores, que explicam 66.2% da variância total.

Na Tabela 5 são apresentadas as cargas fatoriais, as comunalidades, os valores próprios e a percentagem da variância total explicada por cada um dos fatores, relativos à análise fatorial exploratória da estrutura interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. São apresentadas apenas as cargas fatoriais superiores a .30.

Tabela 5

Cargas Fatoriais, Comunalidades, Valores Próprios e Percentagem da Variância Relativos à EFA da Estrutura Interna da PAEGS, Recorrendo ao Método de Extração por Máxima Verossimilhança seguido de Rotação Varimax

Item	Fator						h^2
	1	2	3	4	5	6	
Item 1	.57	.30					.49
Item 2		.54	.30				.55
Item 3	.53	.36	.30				.54
Item 4		.69					.61
Item 5		.59					.44
Item 6		.67					.66
Item 7	.34	.66					.59
Item 8	.66						.46
Item 9	.57						.41
Item 10	.44	.52					.57
Item 11	.47	.37	.49				.67
Item 12	.62						.52
Item 13	.46		.41				.43
Item 14				.75			.71
Item 15	.35		.51		.40		.66
Item 16	.41				.36		.48
Item 17	.43	.36	.47				.61
Item 18	.43	.40	.43				.56
Item 19			.31	.75			.79

Tabela 5 (continuação)

Item	Fator						h^2
	1	2	3	4	5	6	
Item 20			.78				.79
Item 21				.33	.33	.65	.72
Item 22				.65			.68
Item 23		.33	.54				.54
Item 24						.93	.99
Item 25	.34				.71		.79
Item 26	.42						.43
Item 27	.32		.63				.63
Item 28	.45		.47				.61
Item 29	.43						.30
Item 30			.43	.31			.41
Item 31	.35		.36	.32	.39		.59
Valor próprio	13.12	2.05	1.76	1.28	1.23	1.05	
% da variância	42.3	6.6	5.6	4.1	3.9	3.4	

Nota. EFA = análise fatorial exploratória; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; h^2 = comunalidades.

Pela análise da Tabela 5, podemos constatar que um fator não apresentou o número mínimo exigido de cargas fatoriais acima de .30 (i.e., três). Para além disso, como existem itens com cargas salientes em mais do que um fator, estes são na realidade apenas quatro. Foi esse modelo com quatro fatores que foi objeto de análise fatorial confirmatória.

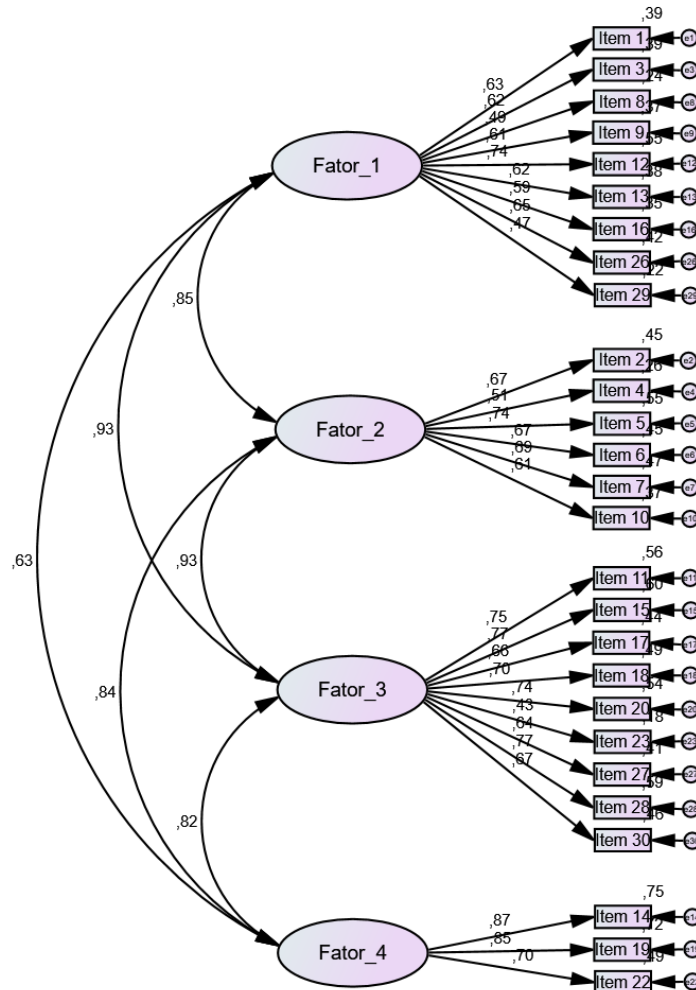
Análise fatorial confirmatória da estrutura interna da PAEGS na outra metade da amostra

O coeficiente de Mardia foi 194.33 (C.R. = 26.67), revelando ausência de normalidade multivariada. O ajustamento do modelo com quatro fatores aos dados foi mau, $\chi^2(318, N = 118) = 626.20, p < .001, CFI = .81, TLI = .79, RMSEA = .09, 90\% CI [.08, .10]$.

Na Figura 5 encontra-se o modelo de análise fatorial confirmatória da estrutura interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale reajustada (com quatro fatores), com base nos resultados da análise fatorial exploratória. As estimativas estandardizadas dos parâmetros foram calculadas pelo método de máxima verossimilhança.

Figura 5

Modelo de Análise Fatorial Confirmatória da Estrutura Interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale Reajustada. Estimativas Estandarizadas dos Parâmetros Calculadas pelo Método de Máxima Verossimilhança



Perante estes resultados insatisfatórios, foi decidido não avançar com os restantes cálculos e realizar uma análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação heurística, retomando o modelo unifatorial da escala original.

Análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação heurística da estrutura interna da GPA

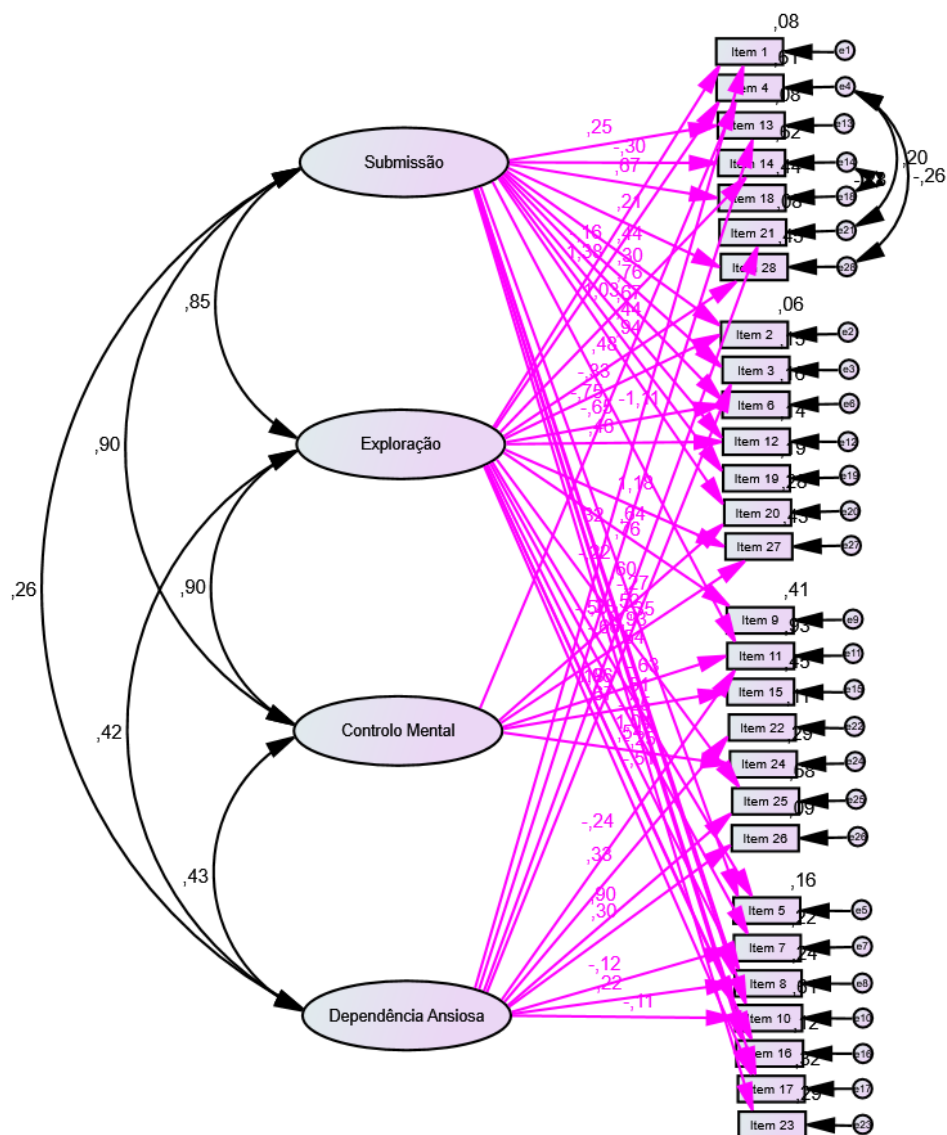
O ajustamento do modelo com quatro fatores da escala original aos dados foi bom, $\chi^2(319, N = 236) = 376.83, p = .014, CFI = .95, TLI = .95, RMSEA = .02, 90\% CI [.01, .03]$, após a introdução de correlações entre alguns erros de medida. Todavia, dada a existência de

cargas cruzadas, não foram obtidos valores aceitáveis de fidedignidade de construto, validade convergente e validade discriminante.

Na Figura 6 encontra-se o modelo de análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação heurística da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale. As estimativas estandardizadas dos parâmetros foram calculadas pelo método de máxima verossimilhança. A existência de cargas cruzadas torna a designação das subescalas obsoleta.

Figura 6

Modelo de Análise Fatorial Exploratória por Pesquisa de Especificação Heurística da Estrutura Interna da Group Psychological Abuse Scale. Estimativas Estandardizadas dos Parâmetros Calculadas pelo Método de Máxima Verossimilhança



Análise fatorial confirmatória multigrupo da estrutura interna da GPA

Na Tabela 6 encontram os dados relativos à invariância dos parâmetros do modelo da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale entre homens e mulheres.

Tabela 6

Invariância dos Parâmetros do Modelo da Estrutura Interna da GPA entre Homens e Mulheres

Modelo	NPAR	χ^2	df	p	χ^2 / df
Ordenadas na origem	156	955.30	712	< .001	1.34
Médias estruturais	152	959.71	716	< .001	1.34
Covariâncias estruturais	146	983.89	722	< .001	1.36
Resíduos ²⁵ de medição	115	1151.00	753	< .001	1.52
Modelo saturado ²⁶	868	.00	0	—	—
Modelo de independência ²⁷	112	2424.45	756	< .001	3.20

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; NPAR = número de parâmetros distintos estimados; χ^2 = estatística do teste de qui-quadrado; df = graus de liberdade.

Como podemos constatar pela análise da Tabela 6, as estatísticas do qui-quadrado foram todas significativas, indicando que não existe invariância dos parâmetros do modelo entre homens e mulheres. O programa de computador não comparou as cargas fatoriais.

Na Tabela 7 encontram os dados relativos à invariância dos parâmetros do modelo da estrutura interna da Group Psychological Abuse Scale entre portugueses e brasileiros.

Tabela 7

Invariância dos Parâmetros do Modelo da Estrutura Interna da GPA entre Portugueses e Brasileiros

Modelo	NPAR	χ^2	df	p	χ^2 / df
Ordenadas na origem	156	1024.07	712	< .001	1.43
Médias estruturais	152	1038.01	716	< .001	1.45
Covariâncias estruturais	146	1055.15	722	< .001	1.46
Resíduos de medição	115	1218.51	753	< .001	1.61
Modelo saturado	868	.00	0	—	—
Modelo de independência	112	2356.85	756	< .001	3.11

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; NPAR = número de parâmetros distintos estimados; χ^2 = estatística do teste de qui-quadrado; df = graus de liberdade.

Como podemos verificar pela análise da Tabela 7, as estatísticas do qui-quadrado foram todas significativas, indicando que não existe invariância dos parâmetros do modelo entre portugueses e brasileiros. O programa de computador não comparou as cargas fatoriais.

Análise fatorial confirmatória multigrupo da estrutura interna da PAEGS

Na Tabela 8 encontram os dados relativos à invariância dos parâmetros do modelo da estrutura interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale entre homens e mulheres.

Tabela 8

Invariância dos Parâmetros do Modelo da Estrutura Interna da PAEGS entre Homens e Mulheres

Modelo	NPAR	χ^2	<i>df</i>	<i>p</i>	χ^2 / df
Ordenadas na origem	242	1100.31	812	< .001	1.35
Médias estruturais	241	1103.74	813	< .001	1.35
Covariâncias estruturais	240	1106.59	814	< .001	1.35
Resíduos de medição	151	1260.66	903	< .001	1.39
Modelo saturado	1054	.00	0	—	—
Modelo de independência	124	4847.94	930	< .001	5.21

Nota. PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; NPAR = número de parâmetros distintos estimados; χ^2 = estatística do teste de qui-quadrado; *df* = graus de liberdade.

Como podemos constatar pela análise da Tabela 8, as estatísticas do qui-quadrado foram todas significativas, indicando que não existe invariância dos parâmetros do modelo entre homens e mulheres. O programa de computador não comparou as cargas fatoriais.

Na Tabela 9 encontram os dados relativos à invariância dos parâmetros do modelo da estrutura interna da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale entre portugueses e brasileiros.

Tabela 9

Invariância dos Parâmetros do Modelo da Estrutura Interna da PAEGS entre Portugueses e Brasileiros

Modelo	NPAR	χ^2	<i>df</i>	<i>p</i>	χ^2 / df
Ordenadas na origem	242	1246.82	812	< .001	1.53
Médias estruturais	241	1255.36	813	< .001	1.54
Covariâncias estruturais	240	1259.81	814	< .001	1.54
Resíduos de medição	151	1482.58	903	< .001	1.64
Modelo saturado	1054	.00	0	—	—
Modelo de independência	124	4771.72	930	< .001	5.13

Nota. PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; NPAR = número de parâmetros distintos estimados; χ^2 = estatística do teste de qui-quadrado; *df* = graus de liberdade.

Como podemos verificar pela análise da Tabela 9, as estatísticas do qui-quadrado foram todas significativas, indicando que não existe invariância dos parâmetros do modelo entre portugueses e brasileiros. O programa de computador não comparou as cargas fatoriais.

Evidência convergente das pontuações da GPA e PAEGS

Na Tabela 10 são apresentados os valores dos coeficientes de correlação linear de Pearson entre as pontuações da Group Psychological Abuse Scale e a pontuação total da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Tabela 10

Correlações de Pearson entre as Pontuações da GPA e a Pontuação Total da PAEGS

Medida	1	2	3	4	5	6
1. GPA Total	—					
2. GPA Submissão	.74***	—				
3. GPA Exploração	.76***	.40***	—			
4. GPA Controlo Mental	.64***	.42***	.24***	—		
5. GPA Dependência Ansiosa	.79***	.45***	.48***	.35***	—	
6. PAEGS Total	.62***	.52***	.43***	.39***	.49***	—

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. ****p* < .001.

Podemos constatar pela análise da Tabela 10 que foi encontrada uma correlação de Pearson (linear) direta (ou positiva) e significativa entre as pontuações totais da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, $r(236) = .62, p < .001$, mas a sua magnitude ficou abaixo do valor de corte que indica evidência convergente ($r = .70$).

Na Tabela 11 são apresentados os valores dos coeficientes de correlação ordinal de Spearman entre as pontuações da Group Psychological Abuse Scale e a pontuação total da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Tabela 11

Correlações de Spearman entre as Pontuações da GPA e a Pontuação Total da PAEGS

Medida	1	2	3	4	5	6
1. GPA Total	—					
2. GPA Submissão	.68***	—				
3. GPA Exploração	.77***	.37***	—			
4. GPA Controlo Mental	.54***	.34***	.19**	—		
5. GPA Dependência Ansiosa	.74***	.38***	.44***	.25***	—	
6. PAEGS Total	.60***	.46***	.44***	.35***	.46***	—

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.
** $p < .01$. *** $p < .001$.

Podemos verificar pela análise da Tabela 11 que foi encontrada uma correlação de Spearman (ordinal) direta (ou positiva) e significativa entre as pontuações totais da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, $r_s(236) = .60, p < .001$, valor um pouco inferior ao da correlação linear.

Discussão

A análise fatorial confirmatória (CFA) realizada no presente estudo não corroborou a estrutura interna das versões originais da Group Psychological Abuse Scale (GPA) e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS). A realização de uma análise fatorial exploratória (EFA), usando o método de máxima verossimilhança com rotação *varimax* em metade da amostra e uma análise fatorial confirmatória na outra metade também não permitiu identificar uma estrutura interna para a versão portuguesa destes instrumentos. Este

facto não foi surpreendente, pois as estruturas fatoriais obtidas pela análise fatorial exploratória são geralmente rejeitadas quando são submetidas a uma análise fatorial confirmatória (Borkenau & Ostendorf, 1990; Ferrando & Lorenzo-Seva, 2000; Prudon, 2015; van Prooijen & van der Kloot, 2001), pois esta última possui mais restrições (Marsh et al., 2014; van Prooijen & van der Kloot, 2001). Na análise fatorial exploratória, todas as variáveis observadas são diretamente influenciadas por todos os fatores, enquanto que na análise confirmatória cada fator influencia apenas as variáveis observadas com as quais se pretende vincular (Byrne, 2005; Ferrando & Lorenzo-Seva, 2000), isto é, cada item tem uma carga diferente de zero no fator que foi projetado para medir (denominadas cargas alvo) e cargas zero em todos os outros fatores (chamadas cargas não-alvo; Byrne, 2005).

É de realçar também que as quatro dimensões da versão original da GPA foram identificadas através de uma análise em componentes principais (PCA). Um mal-entendido comum na investigação psicológica é que a PCA é um tipo de EFA (Byrne, 2005; Fokkema & Greiff, 2017). Contudo, são duas técnicas diferentes, envolvendo diferentes suposições, métodos de estimativa e diferentes interpretações dos resultados. Embora a PCA e a EFA compartilhem semelhanças, eles são matematicamente e conceitualmente diferentes: os componentes principais representam um resumo parcimonioso das pontuações dos itens, enquanto os fatores comuns são considerados subjacentes ou causam as pontuações dos itens observados. Por outras palavras, enquanto a EFA implica um modelo de medição reflexivo, a PCA implica um modelo de medição formativo. Um modelo reflexivo assume um efeito direto do construto nas pontuações dos itens, enquanto um modelo formativo assume que as pontuações dos itens são as causas de um construto (Fokkema & Greiff, 2017). Como resultado, as componentes principais não representam variáveis latentes e, portanto, é claramente errado igualá-las a fatores comuns (Byrne, 2005).

Já a realização de uma análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação heurística produziu resultados um pouco diferentes. No caso da Group Psychological Abuse Scale (GPA), o ajustamento do modelo com quatro fatores aos dados foi considerado bom, $\chi^2(319, N = 236) = 376.83, p = .014, CFI = .95, TLI = .95, RMSEA = .02, 90\% CI [.01, .03]$, após a introdução de algumas correlações entre erros de medida, apesar do valor do TLI ter ficado um pouco abaixo do aceitável (.96; ver Schreiber, 2008; Schreiber et al., 2006) e a estatística do qui-quadrado ter sido significativa, o que pode ser devido, no entanto, à sensibilidade do teste para amostras grandes (Kaplan, 1990). Todavia, dada a existência de cargas cruzadas, não foram obtidos valores aceitáveis de fidedignidade de construto, validade convergente e validade discriminante para os fatores. Assim, podemos constatar que não foi

encontrada evidência da existência dessas quatro dimensões do abuso psicológico em grupo. Quanto à Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS), o ajustamento do modelo com um fator aos dados também foi bom, $\chi^2(376, N = 236) = 509.18, p < .001, CFI = .96, TLI = .95, RMSEA = .03, 90\% CI [.03, .04]$, mas apenas com a introdução de uma associação do construto com o item 29 e a introdução de um elevado número de correlações entre erros de medida (resíduos). Existem duas classes de resíduos correlacionados: erros correlacionados entre construtos (ω_1) e erros correlacionados dentro dos construtos (ω_2). Erros correlacionados significam que a variação nas respetivas medições é produzida por algo além dos conceitos teóricos subjacentes e do erro aleatório. Infelizmente, não apenas a causa adicional é desconhecida, mas uma ou mais causas podem ser responsáveis pelos erros correlacionados. Os erros correlacionados dentro dos construtos sugerem que os itens compartilham um viés de método comum, ou o construto não é unidimensional como foi hipotizado. Isso enfraquece a interpretabilidade do modelo (Bagozzi, 1984). A fidedignidade de construto pela fórmula de Fornell e Larcker (1981) não foi calculada, porque o programa de computador (Stats Tools Package) exige no mínimo dois fatores. Concluindo, os dados deste estudo não apoiam a hipótese de que a GPA mede as dimensões do abuso psicológico em grupo especificadas no estudo original, e também põem em causa a unidimensionalidade da PAEGS. No entanto, há uma importante diferença entre a nossa investigação e os estudos que desenvolveram a Group Psychological Abuse Scale (ver Chambers et al., 1994) e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (ver Saldaña et al., 2017). A amostra do nosso estudo foi constituída por ex-membros de um grupo religioso, as Testemunhas de Jeová, enquanto que as dos outros estudos incluíram ex-membros de grupos políticos, pseudo-terapêuticos e de natureza comercial. Esse facto pode ter tido consequências nas estruturas internas das escalas que foram encontradas.

Relativamente à avaliação da consistência interna das escalas através do coeficiente α de Cronbach, o valor obtido para a totalidade dos itens da Group Psychological Abuse Scale (GPA) foi .75, encontrando-se, portanto, dentro do intervalo de valores aceitáveis (.70 –.90; Tavakol & Dennick, 2011). Já o valor obtido para a totalidade dos itens da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS) foi .94, revelando uma excessiva consistência interna. De facto, um valor muito elevado do α pode indicar que a escala tem itens supérfluos (Taber, 2018; Tavakol & Dennick, 2011). Não obstante, esse valor foi exatamente igual ao obtido na amostra do estudo original (ver Saldaña et al., 2017).

A realização de uma análise fatorial confirmatória multigrupo relevou não existir invariância (equivalência) de medida entre homens e mulheres e entre portugueses e brasileiros,

quer na Group Psychological Abuse Scale (GPA), quer na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS). Era importante estabelecer a credibilidade da hipótese de ordenadas na origem iguais e coeficientes de regressão (cargas fatoriais) iguais nos grupos, porque sem ordenadas na origem e coeficientes de regressão iguais, não haverá interesse em comparar as médias de homens e mulheres, assim como de portugueses e brasileiros, uma vez que os fatores (construtos) não têm o mesmo significado para os membros dos dois grupos (Arbuckle, 2016). Num cenário com viés sistemático das ordenadas na origem, é possível, por exemplo, que as variáveis observadas ou indicadores tenham uma média mais baixa num grupo do que noutro, embora a média do construto seja igual nos dois grupos. No entanto, se existir invariância escalar, diferenças na média dos indicadores entre grupos podem ser atribuídas a diferenças na média dos construtos latentes (Kühne, 2013). Assim, comparações de médias de construtos latentes são válidas apenas se a invariância escalar puder ser assumida (Chen, 2008; Kühne, 2013; Lee, 2018). Já as análises de diferenças de médias observadas ou manifestas são garantidas apenas em condições de invariância de medida total (Sharma et al., 2012; Steinmetz, 2013).

A falha em demonstrar a equivalência da estrutura interna dos nossos instrumentos em diferentes culturas pode ser devida a uma diferença genuína entre grupos no funcionamento psicológico, ou devido a problemas de medição, como vieses de resposta diferencial (D. Watkins, 1989). A não existência de ordenadas na origem iguais (invariância escalar) sugere que os itens podem estar enviesados (He & van de Vijver, 2012). Esse enviesamento por ser devido a má tradução de itens e/ou presença de itens ambíguos na escala, fatores incómodos (e.g., o item pode invocar traços ou habilidades adicionais) e especificidades culturais (e.g., diferenças incidentais no significado conotativo e/ou adequação do conteúdo do item; van de Vijver & Tanzer, 2004). Contudo, o funcionamento diferencial de itens entre duas nações pode não ser devido à cultura, mas a diferenças nas amostras (e.g., estudantes universitários versus trabalhadores) ou à própria língua das populações inquiridas (Tay et al., 2015). É sabido que o processo de tradução de uma escala para outra língua introduz o problema da desigualdade de medida. Mesmo o uso de procedimentos adequados de tradução não é suficiente para garantir a propriedade de invariância de medida (Allalouf et al., 1999; Ellis, 1989), pois existe a possibilidade de que algumas palavras na língua de origem podem não ter contrapartes com precisamente o mesmo significado na outra língua. Além disso, mesmo que o item original e a sua versão traduzida sejam equivalentes em significado linguístico, pode haver diferenças culturais na reação ao item. Como resultado, não é surpresa que a proporção de itens que exibem funcionamento diferencial em testes traduzidos seja muito maior do que no caso de testes no

mesmo idioma, usados com homens e mulheres, ou com examinandos brancos e negros (Huysamen, 2004).

Em termos da análise de evidência convergente da pontuação das escalas, foi encontrada uma correlação de Pearson (linear) direta (ou positiva), forte e significativa entre as pontuações totais da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, $r(236) = .62, p < .001$. Contudo, a magnitude desta correlação é inferior aos valores recomendados para indicar evidência convergente ($r > .70$; Carlson & Herdman, 2012). Além disso, o valor encontrado para o coeficiente de correlação entre as pontuações das duas escalas é inferior aos valores obtidos noutros estudos. De facto, Saldaña et al. (2017) calcularam o coeficiente de correlação ordinal de Spearman entre a pontuação total da versão inglesa da PAEGS e a pontuação total de uma versão modificada da GPA (GPA-M) e encontraram o valor de $r_s(138) = .80$. Saldaña, Rodríguez-Carballeira, e Almendros (2018) apuraram que a pontuação total da versão espanhola da PAEGS correlacionou-se fortemente e significativamente com a pontuação total da versão espanhola da GPA (GPA-S), $r_s(218) = .75, p < .001$. Finalmente, Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, e Nishida (2018) constataram que a pontuação total da versão japonesa da PAEGS correlacionou-se significativamente e com elevada magnitude com a pontuação total da versão japonesa da GPA-M, $r_s(253) = .78, p < .001$. No entanto, segundo Carlson e Herdman (2012), apenas os valores abaixo de .50 deverão ser evitados, pelo que podemos dizer que foi encontrada alguma evidência de convergência das duas escalas. O que não podemos garantir é que o construto que estas escalas medem é realmente o que foi designado por abuso psicológico em grupo, ou existe contaminação com outro construto qualquer.

Conclusões, limitações e recomendações

O presente estudo não corroborou a estrutura interna das versões originais da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Não foi encontrada invariância (equivalência) de medida entre homens e mulheres e entre portugueses e brasileiros, quer na Group Psychological Abuse Scale, quer na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, o que não irá permitir a comparação de médias desses grupos sem enviesamento dos resultados.

Foi encontrada uma forte correlação, direta e significativa entre as pontuações da Group Psychological Abuse Scale e da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, embora de magnitude abaixo dos valores indicativos de uma boa evidência convergente. Isso remete para

a necessidade de haver um maior consenso entre os investigadores na definição do construto designado por abuso psicológico em grupo, bem como estudos mais aprofundados de validade baseada no conteúdo das escalas.

Uma limitação importante deste estudo foi o recurso ao método de amostragem por conveniência, também chamado amostragem acidental e amostragem oportunística. Os dados obtidos por amostragem de conveniência não generalizam para a população de referência ou população-alvo (Zedeck, 2014), neste caso, de ex-membros das Testemunhas de Jeová falantes de português. Além disso, os participantes do presente estudo foram recrutados através de sítios da Internet. É difícil saber até que ponto ex-membros de cultos usam sites na Internet como ferramentas de suporte social (Göransson & Holmqvist, 2018). Poderia eventualmente haver outros ex-membros das Testemunhas de Jeová com percepções diferentes acerca desse grupo religioso e com diferentes experiências vividas no seio do grupo, causando diferenças na estrutura interna das escalas e na consistência interna das respostas aos itens das escalas.

Por outro lado, os participantes deste estudo desfilaram-se das Testemunhas de Jeová em média há 7.68 anos, enquanto que no estudo de Saldaña et al. (2017), que desenvolveram a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, a saída ocorreu em média há mais tempo (12.15 anos). Todavia, o intervalo de variação do tempo decorrido após a desfiliação e a participação na investigação teve uma grande amplitude no nosso estudo (0–43 anos). Uma vez que os questionários, como muitos métodos de avaliação, são aplicados após o evento sobre o qual incidem, os participantes podem ter esquecido informações importantes para o estudo (Milne, 1998). A validade de uma medida retrospectiva de percepção de abuso psicológico em grupo pode ser especialmente comprometida por falhas de memória, porque é provável que a memória voluntária de eventos relacionados com um trauma seja fragmentada e incompleta (Adams, 1998; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Guilera, 2018). Para além disso, as nossas memórias podem ser perturbadas por coisas que experimentamos anteriormente (interferência proativa) ou por coisas que experimentamos mais tarde (interferência retroativa; Loftus & Pickrell, 1995). Finalmente, a exposição a informações erradas pode induzir distorção da memória. A desinformação tem o potencial de invadir as nossas memórias quando conversamos com outras pessoas, quando somos interrogados ou quando lemos ou visualizamos a cobertura dos media sobre algum evento que possamos ter experimentado (Loftus, 1997).

Também deve ser observado que os resultados são baseados em dois questionários de autorrelato. Portanto, pode haver um risco de covariância do método²⁸ (Göransson & Holmqvist, 2018). As correlações de validade convergente entre escalas de autorrelato são

inerentemente suspeitas porque a covariância de métodos é uma explicação rival altamente plausível para a magnitude do coeficiente de correlação entre as pontuações das duas escalas (Hoyt et al., 2006; Kazdin, 1995). Portanto, para encontrar evidências de validade relacionadas com um instrumento de autorrelato, devemos sentir-nos obrigados a mostrar pelo menos uma correlação diferente de zero com uma pontuação que não deriva de um instrumento de autorrelato (Campbell & Fiske, 1959; Foster & Cone, 1995; Glass & Arnkoff, 1994; Hoyt et al., 2006).

Outra limitação importante deste estudo foi o facto do nosso computador, um portátil adquirido há vários anos, não ter capacidade para permitir a realização de uma análise fatorial exploratória por pesquisa de especificação exaustiva.

Em termos de recomendações relativas à falta de invariância de medida das escalas, possíveis estratégias para reduzir o enviesamento de itens seriam: métodos de julgamento de deteção de viés de item (e.g., análise linguística e psicológica); métodos psicométricos de deteção de viés de item (e.g., análise diferencial de funcionamento dos itens); análise de erro ou distrator; documentação de “itens de reposição” no manual de teste, que são igualmente boas medidas da construção como itens de teste realmente usados (He & van de Vijver, 2012; van de Vijver & Tanzer, 2004). Apesar disso, Marsh et al. (2018) referem que a invariância escalar é um ideal inatingível que, na prática, só pode ser aproximado; geralmente usando abordagens potencialmente questionáveis, como invariância parcial, com base numa seleção gradual de estimativas de parâmetros com grandes índices de modificação. Contudo, Asparouhov e Muthén (2014) apresentaram um novo método para análise fatorial confirmatória multigrupo (MCFA), conhecido como método de alinhamento. Este método pode ser usado para estimar as médias dos grupos sem exigir invariância exata da medição, além de ter outras vantagens sobre a abordagem tradicional (ver Byrne & van de Vijver, 2017). Segundo Byrne (2016b), a chave para esse novo procedimento está no relaxamento das restrições relacionadas a essas cargas fatoriais não-alvo de análise fatorial confirmatória. Também Jiang et al. (2017) propuseram um novo método baseado em projeção, no qual o teste da igualdade de médias de traços latentes entre grupos não exige interseções iguais entre os grupos. Uma terceira alternativa consiste no recurso à invariância aproximada Bayesiana (ver Boer et al., 2018; Muthén & Asparouhov, 2012; van de Schoot et al., 2013). Recomendamos o uso destes novos métodos em estudos futuros. No entanto, estes métodos não são realizáveis no software IBM® SPSS® AmosTM. O facto de estarmos limitados ao uso deste software constitui, portanto, a principal limitação deste estudo.

De qualquer maneira, não sugerimos a rejeição imediata da estrutura interna da versão original das duas escalas, pois somente se os resultados de um estudo puderem ser encontrados novamente, podemos ter a certeza absoluta de que os resultados que obtivemos são confiáveis (Burns & Burns, 2008). Não devemos confundir refutação com rejeição (Lakatos, 1999). Como outros cientistas, os psicólogos acreditam que a replicação experimental seja o árbitro final para determinar a validade de uma descoberta empírica (Francis, 2012).

Também relembramos que as evidências de validade podem ser baseadas no conteúdo do teste, em processos de resposta, na estrutura interna do teste, em relações com outras variáveis e nas consequências da testagem. Deste modo, deverão ser realizados estudos que procurem encontrar evidências de validade baseada em processos de resposta, relações com outras variáveis e nas consequências da testagem envolvendo as escalas Group Psychological Abuse Scale e Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Notas

¹ Estritamente falando, o termo «teste psicológico» deveria ser usado apenas para aqueles procedimentos nos quais as respostas do testando são avaliadas tendo por base a sua correção ou qualidade. Tais instrumentos envolvem sempre a avaliação de algum aspecto do funcionamento cognitivo, conhecimento, habilidades ou capacidades de uma pessoa. No campo da mensuração psicológica ou psicometria, o termo «escala» refere-se a um grupo de itens que diz respeito a uma única variável e que são dispostos em ordem de dificuldade ou intensidade (Urbina, 2007, 2014). Uma escala é como um teste, só que lhe falta o aspecto competitivo do teste. A palavra “teste” tem um sabor de sucesso ou fracasso; a palavra “escala” não. É um instrumento construído de modo que números diferentes podem ser atribuídos a indivíduos diferentes para indicar quantidades diferentes de algum atributo ou propriedade. Há escalas para medir atitudes, valores, compulsividade, rigidez, interesses, preconceito e muitas outras (Kerlinger, 1980). Todavia, os questionários são frequentemente referidos como testes psicológicos na literatura (Prudon, 2015).

² A «dadosmetria» (inglês: *datametrics*) surge quando a fidedignidade e outras características desejáveis são consideradas concomitantes com as pontuações ou dados disponíveis, em vez de serem propriedade do instrumento ou do seu uso (Sawilowsky, 2000). Na opinião de Pasquali (2007), este modo de entender e definir a validade dos testes, que é considerado o modo moderno de entender a validade, tornou o tema um verdadeiro jardim zoológico. Ainda hoje continuam a ser publicados artigos que ignoram completamente esta

perspetiva e continuam a definir a validade de uma escala como a extensão em que esta realmente mede a dimensão latente ou o construto que foi desenvolvido para avaliar (e.g., Boateng et al., 2018; Cooper et al., 2017; Morgado et al., 2017; Robinson, 2017; Vetter & Cubbin, 2019).

³ O usuário do teste é a pessoa que seleciona ou decide usar um teste específico para algum objetivo. Também pode desempenhar outros papéis, como, por exemplo, examinador ou avaliador (Urbina, 2007).

⁴ Por exemplo, se um teste se destina a avaliar o raciocínio matemático, torna-se importante determinar se os respondentes do teste estão de facto a raciocinar sobre o material fornecido, em vez de seguir um algoritmo padrão aplicável apenas aos itens específicos do teste (AERA et al., 2014).

⁵ A comparação de médias é uma das análises mais centrais nas ciências sociais. Geralmente, procedimentos como testes *t*, ANOVA, MANOVA ou modelagem de curva de crescimento são realizados para investigar diferenças de médias entre populações ou ao longo do tempo. Isso é apropriado se as médias se referem a uma variável observada ou se uma análise fatorial não se aplica ao conjunto de variáveis observado (Müller & Schäfer, 2017). Todavia, se várias variáveis se referem a um construto latente, é preferível comparar as médias recorrendo à modelagem de equações estruturais (Müller & Schäfer, 2017; Steinmetz, 2013).

⁶ Em Português do Brasil designam-se por «intercetos» (Paulino et al., 2011).

⁷ Ferrando e Lorenzo-Seva (2000) preferem fazer a distinção entre análise fatorial irrestrita (UFA) e restrita (RFA), em vez da distinção mais comum entre análise fatorial exploratória e confirmatória.

⁸ A análise fatorial exploratória e confirmatória, a modelagem de equações estruturais e as análises multitraço-multimétodo são algumas das técnicas estatísticas que podem ser usadas para obter e analisar dados com vista a obter evidências de validade baseada na estrutura interna (ITC, 2018). Outras técnicas estatísticas que podem ser utilizadas são a análise fatorial confirmatória parcial (PCFA; Gignac, 2009), a modelagem de equações estruturais exploratória (ESEM; Asparouhov & Muthén, 2009), a Set-ESEM (Marsh et al., 2020) e a análise composta confirmatória (CCA; Hair et al., 2019; Hair et al., 2020). A modelagem de equações estruturais exploratória (ESEM) integra as características da CFA, da SEM e da EFA, oferecendo uma opção viável à CFA (Marsh et al., 2014). A ESEM permite cargas cruzadas entre diferentes variáveis latentes e itens dos questionários. A ESEM não impõe nenhuma restrição de que alguns itens devem ser “carregados” exclusivamente por uma variável latente específica. Desta

forma, o modelo irá conter cargas fatoriais cruzadas nos outros fatores, o mais possível próximas de zero (Gomes et al., 2017).

⁹ O IBM® SPSS® Amos™ fornece os seguintes métodos para estimar modelos de equações estruturais: máxima verossimilhança; mínimos quadrados não ponderados; mínimos quadrados generalizados; critério assintoticamente livre de distribuição de Browne; mínimos quadrados sem escala; e estimativa Bayesiana (Arbuckle, 2016). Para dados em escala de Likert, Holgado-Tello et al. (2016) aconselham o uso do método robusto de estimação de mínimos quadrados não ponderados, no qual implícitas correlações policóricas. Mas, quando selecionamos este método de estimação no *software* estatístico constatamos que os principais índices da qualidade do ajuste do modelo aos dados não eram calculados. Desta forma, decidimos optar pela estimação de máxima verossimilhança, até porque alguns estudos demonstraram que este método é robusto relativamente à violação da normalidade multivariada (ver Fuller & Hemmerle, 1966; Muthén & Kaplan, 1985; Nwabueze et al., 2009) e Rhemtulla et al. (2012) aconselham a estimação de máxima verossimilhança quando os itens tiverem cinco ou mais categorias de resposta.

¹⁰ A introdução do índice RMS apareceu em 1980 num folheto da autoria de James H. Steiger e John C. Lind, intitulado “Statistically-based tests for the number of common factors”, que foi distribuído a todos os participantes da palestra proferida na reunião anual da Psychometric Society em Iowa City, Estados Unidos da América. Esse índice foi mais tarde chamado de RMSEA por Michael W. Browne e Robert Cudeck (Steiger, 2016).

¹¹ A fidedignidade de construto (composta; CR) é uma medida de confiabilidade e consistência interna das variáveis medidas que representam um construto latente. Deve ser estabelecida antes que a validade de construto possa ser avaliada (Hair et al., 2019).

¹² A variância média extraída (AVE) é uma medida sumária de convergência entre um conjunto de itens que representam um construto latente medido reflexivamente. É a percentagem média da variação explicada (variância extraída) entre os itens de um construto (Hair et al., 2019).

¹³ A validade de construto é a extensão em que um conjunto de variáveis medidas (ou indicadores) realmente representa o construto latente teórico que elas foram projetadas para medir (Hair et al., 2019).

¹⁴ Em análise fatorial confirmatória, as cargas fatoriais são os coeficientes de regressão para prever os indicadores do fator latente (Harrington, 2009).

¹⁵ A validade convergente é a extensão em que os indicadores de um construto específico convergem ou compartilham uma alta proporção de variância em comum (Hair et al., 2019).

Discussões posteriores à década de 50 do século XX indicaram que a validade convergente pode ser dividida em validade de traço (inglês: *trait validity*) e validade nomológica (inglês: *nomological validity*). A primeira enfatiza as correlações entre medidas que supostamente devem avaliar o mesmo construto. A segunda refere-se à rede de relações que o construto estabelece com outros construtos correlatos, embora diferentes (Valentini & Damásio, 2016).

¹⁶ A validade discriminante é a extensão em que um construto é verdadeiramente distinto de outros construtos. As correlações entre construtos podem ser úteis nesta avaliação (Hair et al., 2019). O critério de Fornell e Larcker (1981) compara a raiz quadrada dos valores da AVE com as correlações de variáveis latentes. Especificamente, a raiz quadrada da AVE de cada construto deve ser maior do que a sua correlação mais alta com qualquer outro construto. Contudo, segundo Hair et al. (2014), este critério também pode ser enunciado doutra forma: a AVE deve exceder a correlação ao quadrado com qualquer outro construto. A lógica desse método baseia-se na ideia de que um construto compartilha mais variância com os seus indicadores associados do que com qualquer outro construto.

¹⁷ É um pouco “sorrateiro” aplicar uma análise fatorial confirmatória na mesma amostra em que foi realizada uma análise fatorial exploratória (Izquierdo et al., 2014). O investigador deve abster-se de realizar análises exploratórias e confirmatórias no mesmo conjunto de dados, pois isso gera um alto risco de sobreajuste, principalmente se o conjunto de dados é pequeno (Fokkema & Greiff, 2017). O grau de estabilidade dos resultados obtidos pode ser testado noutras amostras independentes (Izquierdo et al., 2014). Outra estratégia, quando o tamanho da amostra o permite, consiste em realizar estudos de validação cruzada para replicar a estrutura fatorial, aplicando a análise fatorial exploratória a metade da amostra e confirmando a estrutura por meio da análise fatorial confirmatória na outra metade (Anderson & Gerbing, 1988; Byrne et al., 1989; Cliff, 1983; Cudeck & Browne, 1983; Floyd & Widaman, 1995; Fokkema & Greiff, 2017; Izquierdo et al., 2014). Mas, temos que ter em atenção que com menos de 100 casos, quase qualquer tipo de modelagem de equações estruturais pode ser insustentável, a menos que um modelo muito simples seja avaliado (Kline, 2016).

¹⁸ Os testes estatísticos de diferenças de médias só devem ser conduzidos quando se estabelece a invariância configural, métrica e escalar (Damásio, 2013), porque a violação da invariância pode produzir resultados enviesados (Chen, 2008; Kühne, 2013). Relativamente à comparação de médias latentes, não há unanimidade de opinião entre os investigadores. Segundo Steinmetz (2013), a comparação de médias latentes requer invariância parcial de medida entre os grupos (i.e., a maioria dos indicadores possui cargas fatoriais e interceções

iguais). No entanto, De Beuckelaer (2005) concluiu que a comparação de médias latentes também requer invariância de medida total.

¹⁹ Dados categóricos ordinais, como aqueles medidos através de escalas de tipo Likert (e.g., escalas de três ou cinco pontos) são muito comuns em ciências sociais e comportamentais. Quando faltam dados sobre as variáveis ordinais devido a distração do sujeito ou não concordância com a pergunta, os dados que faltam precisam ser substituídos adequadamente para que as pontuações globais das escalas possam ser calculadas e usadas em procedimentos de inferência estatística (Wu et al., 2015). A imputação múltipla é em geral considerada a solução mais adequada, mas também não está isenta de críticas (ver Allison, 2000; Sterne et al., 2009). A média da amostra (se a variável for distribuída normalmente) ou a mediana (se a variável não for distribuída normalmente) podem ser usadas para substituir os valores ausentes. Apesar destas soluções de imputação simples ou única não serem as ideais (Barton & Peat, 2014), o método de substituição de dados omissos pela média da amostra produz uma boa representação dos dados originais em escala de Likert, desde que o número de respondentes com dados omissos seja de 20% ou menos (Downey & King, 1998).

²⁰ Em análise fatorial exploratória, a relação entre cada item e um fator exprime-se como uma correlação e designa-se por saturação, peso fatorial (Bryman & Cramer, 2003) ou carga fatorial (Hair et al., 2009).

²¹ Uma comunalidade é a quantidade total de variância que uma variável original compartilha com todas as outras variáveis incluídas na análise. As variáveis em geral deveriam ter comunalidades maiores que .50 para serem mantidas na análise (Hair et al., 2009).

²² Um valor próprio (Bryman & Cramer, 2003) ou autovalor é a soma em coluna de cargas fatoriais ao quadrado para um fator; também conhecido como raiz latente. Representa a quantidade de variância explicada por um fator (Hair et al., 2009).

²³ A proporção de variância explicada por qualquer fator é igual ao seu valor próprio dividido pela soma de todos os valores próprios. Se esse valor calculado for multiplicado por 100 é convertido numa percentagem (Bryman & Cramer, 2003).

²⁴ É comum na análise fatorial exploratória usar pontos de corte para decidir se um item/variável carrega “significativamente” no fator respetivo, sendo geralmente retidos os itens com uma carga fatorial estandardizada superior a .30 (Asparouhov & Muthén, 2009; Bryman & Cramer, 2003; Cudeck & O’Dell, 1994; T. A. Schmitt & Sass, 2011). Estas cargas fatoriais com uma magnitude igual ou superior a .30 são designadas por «cargas salientes» (Beck et al., 2004).

²⁵ Um resíduo é a diferença entre o valor real e o estimado para qualquer relação. Em análises de modelos de equações estruturais resíduos são as diferenças entre as matrizes de covariância observadas e estimadas por ajuste (Hair et al., 2009).

²⁶ O termo “graus de liberdade” foi introduzido por Fisher (1925). Graus de liberdade são o número de elementos que podem variar num cálculo estatístico ou o número de pontuações menos o número de restrições matemáticas. Se a média de um conjunto de pontuações for fixa, o número de graus de liberdade será um menos o número de pontuações. Por exemplo, se quatro indivíduos têm um QI médio de 100, então existem três graus de liberdade, porque conhecer três QI determina o quarto QI (Zedeck, 2014). Em modelos de equações estruturais, graus de liberdade são o número de correlações ou covariâncias não redundantes na matriz de entrada menos o número de coeficientes estimados. O investigador tenta maximizar os graus de liberdade disponíveis enquanto procura ainda obter o modelo de melhor ajuste. Cada coeficiente estimado “consome completamente” um grau de liberdade. Um modelo jamais pode estimar mais coeficientes do que o número de correlações ou covariâncias não redundantes, o que significa que zero é o limite inferior para os graus de liberdade de qualquer modelo (Hair et al., 2009). Quando os graus de liberdade são zero ($df = 0$), o modelo é chamado saturado. Os modelos saturados têm tantos parâmetros quanto os elementos não redundantes na matriz de covariância da amostra. Nesses casos, não há como testar ou desconfirmar o modelo, porque um modelo saturado sempre se ajustará perfeitamente aos dados (Raykov & Marcoulides, 2006).

²⁷ O nome “modelo de independência” ou “modelo nulo” deriva do facto de que este modelo assume que as variáveis têm apenas variâncias, mas que não há relações entre elas, ou seja, todas as suas covariâncias são zero. Assim, o modelo nulo representa o caso extremo de não haver relação entre as variáveis estudadas, e o interesse reside em comparar um modelo proposto com o modelo nulo correspondente (Raykov & Marcoulides, 2006).

²⁸ A variância compartilhada do método refere-se à semelhança ou identidade no procedimento ou formato da avaliação (e.g., ambas as medidas são de autorrelato; Kazdin, 1995).

Bibliografia

Adams, D. L. (1998). Brief report: Perceived psychological abuse and the Cincinnati Church of Christ. *Cultic Studies Journal*, 15(1), 87–88. <https://www.icsahome.com/articles/brief-report-perceived-psych-abuse-cincinnati-coc-csj-15-1>

- Allalouf, A., Hambleton, R. K., & Sireci, S. G. (1999). Identifying the causes of DIF in translated verbal items. *Journal of Educational Measurement, 36*(3), 185–198. <https://doi.org/10.1111/j.1745-3984.1999.tb00553.x>
- Allison, P. D. (2000). Multiple imputation for missing data: A cautionary tale. *Sociological Methods & Research, 28*(3), 301–309. <https://doi.org/10.1177/0049124100028003003>
- Almendros, C., Carrobes, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., & Jansa, J. M. (2004). Propiedades psicométricas de la versión española de la «Group Psychological Abuse Scale». *Psicothema, 16*(1), 132–138. <http://www.psicothema.com/pdf/1172.pdf>
- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (1999). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.
- American Educational Research Association, American Psychological Association, & National Council on Measurement in Education. (2014). *Standards for educational and psychological testing*. American Educational Research Association.
- American Psychological Association, American Educational Research Association, & National Council on Measurement in Education. (1983). Standards for educational & psychological tests. In B. D. Sales (Ed.), *The professional psychologist's handbook* (pp. 689–765). Springer. <https://doi.org/10.1007/978-1-4899-1025-7> (Original work published 1974)
- Anderson, J. C., & Gerbing, D. W. (1988). Structural equation modeling in practice: A review and recommended two-step approach. *Psychological Bulletin, 103*(3), 411–423. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.103.3.411>
- Arbuckle, J. L. (2016). *IBM® SPSS® Amos™ 24 user's guide*. <https://www.ibm.com/support/pages/ibm-spss-amos-24-documentation>
- Ashbaugh, E. J. (1921). National Association of Directors of Educational Research. *The Journal of Educational Research, 4*(1), 75–80. <https://doi.org/10.1080/00220671.1921.10879182>
- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2009). Exploratory structural equation modeling. *Structural Equation Modeling, 16*(3), 397–438. <https://doi.org/10.1080/10705510903008204>
- Asparouhov, T., & Muthén, B. (2014). Multiple-group factor analysis alignment. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal, 21*(4), 495–508. <https://doi.org/10.1080/10705511.2014.919210>

- Ato, M., López, J. J., & Benavente, A. (2013). Un sistema de clasificación de los diseños de investigación en psicología. *Anales de Psicología*, 29(3), 1038–1059. <https://doi.org/10.6018/analesps.29.3.178511>
- Avalos, B. A. C., Mendiola, M. S., & Leenen, I. (2020). El concepto moderno de validez y su uso en educación médica. *Investigación en Educación Médica*, 9(33), 98–106. <https://doi.org/10.22201/facmed.20075057e.2020.33.19216>
- Bagozzi, R. P. (1984). A prospectus for theory construction in marketing. *Journal of Marketing*, 48(1), 11–29. <https://doi.org/10.2307/1251307>
- Barranquero, J. M. C. (2016). *Evaluación de persuasión coercitiva en contextos grupales* [Doctoral dissertation, Universidad de Málaga]. Universidad de Málaga Digital Archive. <https://riuma.uma.es/xmlui/handle/10630/11454>
- Bartlett, M. S. (1950). Tests of significance in factor analysis. *British Journal of Psychology*, 3(2), 77–85. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8317.1950.tb00285.x>
- Barton, B., & Peat, J. (2014). *Medical statistics: A guide to SPSS, data analysis and critical appraisal* (2nd ed.). John Wiley & Sons.
- Beck, A. T., Baruch, E., Balter, J. M., Steer, R. A., & Warman, D. M. (2004). A new instrument for measuring insight: The Beck Cognitive Insight Scale. *Schizophrenia Research*, 68(2–3), 319–329. [https://doi.org/10.1016/S0920-9964\(03\)00189-0](https://doi.org/10.1016/S0920-9964(03)00189-0)
- Bentler, P. M. (1990). Comparative fit indexes in structural models. *Psychological Bulletin*, 107(2), 238–246. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.107.2.238>
- Blunch, N. J. (2013). *Introduction to structural equation modeling using IBM SPSS Statistics and AMOS* (2nd ed.). SAGE Publications. <https://doi.org/10.4135/9781526402257>
- Boateng, G. O., Neilands, T. B., Frongillo, E. A., Melgar-Quinonez, H. R., & Young, S. L. (2018). Best practices for developing and validating scales for health, social, and behavioral research: A primer. *Frontiers in Public Health*, 6, Article 149. <https://doi.org/10.3389/fpubh.2018.00149>
- Boer, D., Hanke, K., & He, J. (2018). On detecting systematic measurement error in cross-cultural research: A review and critical reflection on equivalence and invariance tests. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 49(5), 713–734. <https://doi.org/10.1177/0022022117749042>
- Borkenau, P., Ostendorf, F. (1990). Comparing exploratory and confirmatory factor analysis: A study on the 5-factor model of personality. *Personality and Individual Differences*, 11(5), 515–524. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(90\)90065-y](https://doi.org/10.1016/0191-8869(90)90065-y)

- Bornstein, R. F. (2011). Toward a process-focused model of test score validity: Improving psychological assessment in science and practice. *Psychological Assessment, 23*(2), 532–544. <https://doi.org/10.1037/a0022402>
- Brown, T. (2010). Construct validity: A unitary concept for occupational therapy assessment and measurement. *Hong Kong Journal of Occupational Therapy, 20*(1), 30–42. [https://doi.org/10.1016/S1569-1861\(10\)70056-5](https://doi.org/10.1016/S1569-1861(10)70056-5)
- Browne, M. W., & Cudeck, R. (1992). Alternative ways of assessing model fit. *Sociological Methods & Research, 21*(2), 230–258. <https://doi.org/10.1177/0049124192021002005>
- Bryman, A., & Cramer, D. (2003). *Análise de dados em ciências sociais: Introdução às técnicas utilizando o SPSS para Windows*. Celta Editora.
- Burns, R. B., & Burns, R. A. (2008). *Business research methods and statistics using SPSS*. SAGE Publications.
- Byrne, B. M. (2005). Factor analytic models: Viewing the structure of an assessment instrument from three perspectives. *Journal of Personality Assessment, 85*(1), 17–32. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa8501_02
- Byrne, B. M. (2016a). *Structural equation modeling with Amos: Basic concepts, applications, and programming* (3rd ed.). Routledge.
- Byrne, B. M. (2016b). Multigroup comparisons: Testing for measurement, structural, and latent mean equivalence. In F. T. L. Leong, D. Bartram, F. M. Cheung, K. F. Geisinger, & D. Iliescu (Eds.), *The ITC international handbook of testing and assessment* (pp. 377–394). Oxford University Press.
- Byrne, B. M., Shavelson, R. J., & Muthén, B. (1989). Testing for the equivalence of factor covariance and mean structures: The issue of partial measurement invariance. *Psychological Bulletin, 105*(3), 456–466. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.105.3.456>
- Byrne, B. M., & van de Vijver, F. J. R. (2017). The maximum likelihood alignment approach to testing for approximate measurement invariance: A paradigmatic cross-cultural application. *Psicothema, 29*(4), 539–551. <https://doi.org/10.7334/psicothema2017.178>
- Cabrera-Nguyen, P. (2010). Author guidelines for reporting scale development and validation results in the Journal of the Society for Social Work and Research. *Journal of the Society for Social Work and Research, 1*(2), 99–103. <https://doi.org/10.5243/jsswr.2010.8>
- Campbell, D. T., & Fiske, D. W. (1959). Convergent and discriminant validation by the multitrait-multimethod matrix. *Psychological Bulletin, 56*(2), 81–105. <https://doi.org/10.1037/h0046016>

- Carlson, K. D., & Herdman, A. O. (2012). Understanding the impact of convergent validity on research results. *Organizational Research Methods, 15*(1), 17–32. <https://doi.org/10.1177/1094428110392383>
- Carpenter, S. (2018). Ten steps in scale development and reporting: A guide for researchers. *Communication Methods and Measures, 12*(1), 25–44. <https://doi.org/10.1080/19312458.2017.1396583>
- Cattell, J. M. (1890). V.—Mental tests and measurements. *Mind, 15*(59), 373–381. <https://doi.org/10.1093/mind/os-XV.59.373>
- Chambers, W. V., Langone, M. D., Dole, A. A., & Grice, J. W. (1994). The Group Psychological Abuse Scale: A measure of the varieties of cultic abuse. *Cultic Studies Journal, 11*(1), 88–117. <https://www.icsahome.com/articles/the-group-psychological-abuse-scale-csj-11-1-1994>
- Chen, F. F. (2008). What happens if we compare chopsticks with forks? The impact of making inappropriate comparisons in cross-cultural research. *Journal of Personality and Social Psychology, 95*(5), 1005–1018. <https://doi.org/10.1037/a0013193>
- Cliff, N. (1983). Some cautions concerning the application of causal modeling methods. *Multivariate Behavioral Research, 18*(1), 115–126. https://doi.org/10.1207/s15327906mbr1801_7
- Cooper, S. R., Gonthier, C., Barch, D. M., & Braver, T. S. (2017). The role of psychometrics in individual differences research in cognition: A case study of the AX-CPT. *Frontiers in Psychology, 8*, Article 1482. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01482>
- Costello, A. B., & Osborne, J. W. (2005). Best practices in exploratory factor analysis: Four recommendations for getting the most from your analysis. *Practical Assessment, Research, and Evaluation, 10*, Article 7. <https://doi.org/10.7275/jyj1-4868>
- Cronbach, L. J. (1951). Coefficient alpha and the internal structure of tests. *Psychometrika, 16*(3), 297–334. <https://doi.org/10.1007/BF02310555>
- Cudeck, R., & Browne, M. W. (1983). Cross-validation of covariance structures. *Multivariate Behavioral Research, 18*(2), 147–167. https://doi.org/10.1207/s15327906mbr1802_2
- Cudeck, R., & O'Dell, L. L. (1994). Applications of standard error estimates in unrestricted factor analysis: Significance tests for factor loadings and correlations. *Psychological Bulletin, 115*(3), 475–487. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.115.3.475>
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica, 11*(2), 213–228. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v11n2/v11n2a07.pdf>

- Damásio, B. F. (2013). Contribuições da análise fatorial confirmatória multigrupo (AFCMG) na avaliação de invariância de instrumentos psicométricos. *Psico-USF, Bragança Paulista, 18*(2), 211–220. <https://doi.org/10.1590/S1413-82712013000200005>
- De Beuckelaer, A. (2005). *Measurement invariance issues in international management research* [Doctoral dissertation, Limburgs Universitair Centrum, Limburg, Belgium]. https://www.researchgate.net/publication/316071963_Measurement_Invariance_Issues_in_International_Management_Research
- Dimitrov, D. M. (2010). Testing for factorial invariance in the context of construct validation. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development, 43*(2), 121–149. <https://doi.org/10.1177/0748175610373459>
- Downey, R. G., & King, C. V. (1998). Missing data in Likert ratings: A comparison of replacement methods. *The Journal of General Psychology, 125*(2), 175–191. <https://doi.org/10.1080/00221309809595542>
- Ellis, B. B. (1989). Differential item functioning: Implications for test translations. *Journal of Applied Psychology, 74*(6), 912–921. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.74.6.912>
- Ferrando, P. J., & Lorenzo-Seva, U. (2000). Unrestricted versus restricted factor analysis of multidimensional test items: Some aspects of the problem and some suggestions. *Psicológica, 21*(2), 301–323. <https://www.uv.es/psicologica/articulos3.00/ferran7.pdf>
- Ferreira, A. A. (2012). Investigando o processamento cognitivo de tradutores profissionais em tradução direta e inversa no par linguístico inglês-português. *Cadernos de Tradução, 1*(29), 73–92. <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2012v1n29p73>
- Fisher, R. A. (1925). Applications of “Student’s,” distribution. *Metron, 5*, 90–104. <https://digital.library.adelaide.edu.au/dspace/bitstream/2440/15187/1/43.pdf>
- Floyd, F. J., & Widaman, K. F. (1995). Factor analysis in the development and refinement of clinical assessment instruments. *Psychological Assessment, 7*(3), 286–299. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.7.3.286>
- Fokkema, M., & Greiff, S. (2017). How performing PCA and CFA on the same data equals trouble: Overfitting in the assessment of internal structure and some editorial thoughts on it. *European Journal of Psychological Assessment, 33*(6), 399–402. <https://doi.org/10.1027/1015-5759/a000460>
- Fornell, C., & Larcker, D. F. (1981). Evaluating structural equation models with unobservable variables and measurement error. *Journal of Marketing Research, 18*(1), 39–50. <https://doi.org/10.2307/3151312>

- Foster, S. L., & Cone, J. D. (1995). Validity issues in clinical assessment. *Psychological Assessment, 7*(3), 248–260. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.7.3.248>
- Francis, G. (2012). The psychology of replication and replication in psychology. *Perspectives on Psychological Science, 7*(6), 585–594. <https://doi.org/10.1177/1745691612459520>
- Fuller, E. L., Jr., & Hemmerle, W. J. (1966). Robustness of the maximum-likelihood estimation procedure in factor analysis. *Psychometrika, 31*(2), 255–266. <https://doi.org/10.1007/BF02289512>
- Garrett, H. E. (1926). *Statistics in psychology and education*. Longmans, Green. <https://archive.org/details/statisticsinpsyc00henr/page/n5/mode/2up>
- Garrido, L. E., Abad, F. J., & Ponsoda, V. (2016). Are fit indices really fit to estimate the number of factors with categorical variables? Some cautionary findings via Monte Carlo simulation. *Psychological Methods, 21*(1), 93–111. <https://doi.org/10.1037/met0000064>
- Gaskin, J. (2016). *Stats Tools Package* [Computer software]. <http://statwiki.kolobkreations.com>
- Geisinger, K. F. (1992). The metamorphosis of test validation. *Educational Psychologist, 27*(2), 197–222. https://doi.org/10.1207/s15326985ep2702_5
- Gibbons, J. D., & Pratt, J. W. (1975). *P-values: Interpretation and methodology*. *The American Statistician, 29*(1), 20–25. <https://doi.org/10.1080/00031305.1975.10479106>
- Gignac, G. E. (2009). Partial confirmatory factor analysis: Described and illustrated on the NEO-PI-R. *Journal of Personality Assessment, 91*(1), 40–47. <https://doi.org/10.1080/00223890802484126>
- Glasgow, R. E., Wagner, E. H., Schaefer, J., Mahoney, L. D., Reid, R. J., & Greene, S. M. (2005, May). Development and validation of the Patient Assessment of Chronic Illness Care (PACIC). *Medical Care, 43*(5), 436–444. <https://doi.org/10.1097/01.mlr.0000160375.47920.8c>
- Glass, C. R., & Arnkoff, D. B. (1994). Validity issues in self-statement measures of social phobia and social anxiety. *Behaviour Research and Therapy, 32*(2), 255–267. [https://doi.org/10.1016/0005-7967\(94\)90120-1](https://doi.org/10.1016/0005-7967(94)90120-1)
- Gomes, C. M. A., Almeida, L. S., & Núñez, J. C. (2017). Rationale and applicability of exploratory structural equation modeling (ESEM) in psychoeducational contexts. *Psicothema, 29*(3), 396–401. <https://doi.org/10.7334/psicothema2016.369>
- Goodwin, L. D., & Leech, N. L. (2003). The meaning of validity in the new Standards for Educational and Psychological Testing: Implications for measurement courses.

- Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 36(3), 181–191. <https://doi.org/10.1080/07481756.2003.11909741>
- Göransson, M., & Holmqvist, R. (2018). Is psychological distress among former cult members related to psychological abuse in the cult? *International Journal of Cultic Studies*, 9, 43–54. <https://www.icsahome.com/articles/is-psychological-distress-among-former-cult-members-related-to-psychological-abuse-in-the-cult-docx>
- Grisay, A. (2003). Translation procedures in OECD/PISA 2000 international assessment. *Language Testing*, 20(2), 225–240. <https://doi.org/10.1191/0265532203lt254oa>
- Hair, J. F., Jr., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2019). *Multivariate data analysis* (8th ed.). Cengage Learning.
- Hair, J. F., Jr., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados* (6th ed.). Bookman.
- Hair, J. F., Jr., Gabriel, M. L. D. S., da Silva, D., & Junior, S. B. (2019). Development and validation of attitudes measurement scales: Fundamental and practical aspects. *RAUSP Management Journal*, 54(4), 490–507. <https://doi.org/10.1108/RAUSP-05-2019-0098>
- Hair, J. F., Jr., Hult, G. T. M., Ringle, C. M., & Sarstedt, M. (2014). *A primer on partial least squares structural equation modeling (PLS-SEM)*. SAGE Publications.
- Hair, J. F., Jr., Page, M., & Brunsveld, N. (2020). *Essentials of business research methods* (4th ed.). Routledge.
- Hambleton, R. K., & Patsula, L. (1999). Increasing the validity of adapted tests: Myths to be avoided and guidelines for improving test adaptation practices. *Journal of Applied Testing Technology*, 1(1), 1–12. <http://www.jattjournal.com/index.php/atp/article/view/48345/39215>
- Harrington, D. (2009). *Confirmatory factor analysis*. Oxford University Press.
- Hauke, J., & Kossowski, T. (2011). Comparison of values of Pearson's and Spearman's correlation coefficient on the same sets of data. *Quaestiones Geographicae*, 30(2), 87–93. <https://doi.org/10.2478/v10117-011-0021-1>
- He, J., & van de Vijver, F. (2012). Bias and equivalence in cross-cultural research. *Online Readings in Psychology and Culture*, 2(2), Article 8. <https://doi.org/10.9707/2307-0919.1111>
- Holgado-Tello, F. P., Morata-Ramírez, M. A., & García, M. I. B. (2018). Confirmatory factor analysis of ordinal variables: A simulation study comparing the main estimation methods. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 36(3), 601–617. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.4932>

- Hotelling, H. (1933a). Analysis of a complex of statistical variables into principal components. *Journal of Educational Psychology*, 24(6), 417–441. <https://doi.org/10.1037/h0071325>
- Hotelling, H. (1933b). Analysis of a complex of statistical variables into principal components. *Journal of Educational Psychology*, 24(7), 498–520. <https://doi.org/10.1037/h0070888>
- Hoyt, W. T., Warbasse, R. E., & Chu, E. Y. (2006). Construct validation in counseling psychology research. *The Counseling Psychologist*, 34(6), 769–805. <https://doi.org/10.1177/0011000006287389>
- Hubley, A. M., & Zumbo, B. D. (2011). Validity and the consequences of test interpretation and use. *Social Indicators Research*, 103(2), 219–230. <https://doi.org/10.1007/s11205-011-9843-4>
- Huysamen, G. K. (2004). Statistical and extra-statistical considerations in differential item functioning analyses. *SA Journal of Industrial Psychology*, 30(4), 44–51. <https://core.ac.uk/download/pdf/205168885.pdf>
- International Test Commission. (2018). ITC guidelines for translating and adapting tests (2nd ed.). *International Journal of Testing*, 18(2), 101–134. <https://doi.org/10.1080/15305058.2017.1398166>
- International Test Commission. (2019). ITC guidelines for the large-scale assessment of linguistically and culturally diverse populations. *International Journal of Testing*, 19(4), 301–336. <https://doi.org/10.1080/15305058.2019.1631024>
- Izquierdo, I., Olea, J., & Abad, F. J. (2014). Exploratory factor analysis in validation studies: Uses and recommendations. *Psicothema*, 26(3), 395–400. <https://doi.org/10.7334/psicothema2013.349>
- Jiang, G., Mai, Y., & Yuan, K.-H. (2017). Advances in measurement invariance and mean comparison of latent variables: Equivalence testing and a projection-based approach. *Frontiers in Psychology*, 8, Article 1823. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2017.01823>
- Jöreskog, K. G. (1966). Some contributions to maximum likelihood factor analysis. *ETS Research Bulletin Series*, 2, i–54. <https://doi.org/10.1002/j.2333-8504.1966.tb00539.x>
- Jöreskog, K. G. (1967). Some contributions to maximum likelihood factor analysis. *Psychometrika*, 32(4), 443–482. <https://doi.org/10.1007/bf02289658>
- Jöreskog, K. G. (1969). A general approach to confirmatory maximum likelihood factor analysis. *Psychometrika*, 34(2), 183–202. <https://doi.org/10.1007/bf02289343>
- Jöreskog, K. G. (1970). A general method for analysis of covariance structures. *Biometrika*, 57(2), 239–251. <https://doi.org/10.1093/biomet/57.2.239>

- Jöreskog, K. G. (1971). Simultaneous factor analysis in several populations. *Psychometrika*, 36(4), 409–426. <https://doi.org/10.1007/BF02291366>
- Kaiser, H. F. (1958). The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, 23(3), 187–200. <https://doi.org/10.1007/BF02289233>
- Kaiser, H. F. (1959). Computer program for varimax rotation in factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 19(3), 413–420. <https://doi.org/10.1177/001316445901900314>
- Kaiser, H. F. (1960). The application of electronic computers to factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, 20(1), 141–151. <https://doi.org/10.1177/001316446002000116>
- Kaiser, H. F. (1974). An index of factorial simplicity. *Psychometrika*, 39(1), 31–36. <https://doi.org/10.1007/BF02291575>
- Kane, M. T. (1992). An argument-based approach to validity. *Psychological Bulletin*, 112(3), 527–535. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.112.3.527>
- Kane, M. T. (2001). Current concerns in validity theory. *Journal of Educational Measurement*, 38(4), 319–342. <https://doi.org/10.1111/j.1745-3984.2001.tb01130.x>
- Kaplan, D. (1990). Evaluating and modifying covariance structure models: A review and recommendation. *Multivariate Behavioral Research*, 25(2), 137–155. https://doi.org/10.1207/s15327906mbr2502_1
- Kazdin, A. E. (1995). Preparing and evaluating research reports. *Psychological Assessment*, 7(3), 228–237. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.7.3.228>
- Keller, K. H. (2016). *Development of a spiritual abuse questionnaire* [Doctoral dissertation, Graduate School of the Texas Woman's University]. Texas Woman's University Digital Archive. <https://twu-ir.tdl.org/bitstream/handle/11274/8760/2016KellerOCR.pdf?sequence=8&isAllowed=y>
- Kerlinger, F. N. (1980). *Metodologia da pesquisa em ciências sociais: Um tratamento conceitual*. E.P.U. – Editora Pedagógica e Universitária.
- Kline, R. B. (2016). *Principles and practice of structural equation modeling* (4th ed.). The Guilford Press.
- Kühne, R. (2013). Testing measurement invariance in media psychological research. *Journal of Media Psychology*, 25(4), 153–159. <https://doi.org/10.1027/1864-1105/a000096>
- Lakatos, I. (1999). *Falsificação e metodologia dos programas de investigação científica*. Edições 70.

- Langone, M. D. (1992). Psychological abuse. *Cultic Studies Journal*, 9(2), 206–218. <https://www.icsahome.com/articles/psychological-abuse-langone-csj-9-2-1992>
- Lawley, D. N. (1940). VI.—The estimation of factor loadings by the method of maximum likelihood. *Proceedings of the Royal Society of Edinburgh*, 60(1), 64–82. <https://doi.org/10.1017/s037016460002006x>
- Lawley, D. N. (1942). XIV.—Further investigations in factor estimation. *Proceedings of the Royal Society of Edinburgh Section A: Mathematical and Physical Sciences*, 61(2), 176–185. <https://doi.org/10.1017/s0080454100006178>
- Lawley, D. N. (1943). The application of the maximum likelihood method to factor analysis. *British Journal of Psychology. General Section*, 33(3), 172–175. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1943.tb01052.x>
- Lawley, D. N. (1967). XX.—Some new results in maximum likelihood factor analysis. *Proceedings of the Royal Society of Edinburgh Section A: Mathematical and Physical Sciences*, 67(4), 256–264. <https://doi.org/10.1017/s0080454100008128>
- Lawshe, C. H. (1985). Inferences from personnel tests and their validity. *Journal of Applied Psychology*, 70(1), 237–238. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.70.1.237>
- Lee, S. T. H. (2018, October). Testing for measurement invariance: Does your measure mean the same thing for different participants? *APS Observer*, 31(8), 32–33. <https://www.psychologicalscience.org/observer/testing-for-measurement-invariance>
- Lehmann, D. R. (1988). An alternative procedure for assessing convergent and discriminant validity. *Applied Psychological Measurement*, 12(4), 411–423. <https://doi.org/10.1177/014662168801200409>
- Likert, R. (1932). A technique for the measurement of attitudes. *Archives of Psychology*, 22(140), 5–55. https://legacy.voteview.com/pdf/Likert_1932.pdf
- Loftus, E. F. (1997, September). *Creating false memories*. *Scientific American*, 277(3), 70–75. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0997-70>
- Loftus, E. F., & Pickrell, J. E. (1995, December). The formation of false memories. *Psychiatric Annals*, 25(12), 720–725. <https://doi.org/10.3928/0048-5713-19951201-07>
- MacIver, R., Anderson, N., Costa, A.-C., & Evers, A. (2014). Validity of interpretation: A user validity perspective beyond the test score. *International Journal of Selection and Assessment*, 22(2), 149–164. <https://doi.org/10.1111/ijasa.12065>
- Maindal, H. T., Sokolowski, I., & Vedsted, P. (2012). Adaptation, data quality and confirmatory factor analysis of the Danish version of the PACIC questionnaire. *European Journal of Public Health*, 22(1), 31–36. <https://doi.org/10.1093/eurpub/ckq188>

- Mardia, K. V. (1970). Measures of multivariate skewness and kurtosis with applications. *Biometrika*, *57*(3), 519–530. <https://doi.org/10.2307/2334770>
- Mardia, K. V. (1974). Applications of some measures of multivariate skewness and kurtosis in testing normality and robustness studies. *Sankhyā: The Indian Journal of Statistics, Series B*, *36*(2), 115–128. <https://www.jstor.org/stable/i25051889>
- Marsh, H. W., Guo, J., Dicke, T., Parker, P. D., & Craven, R. G. (2020). Confirmatory factor analysis (CFA), exploratory structural equation modeling (ESEM), and Set-ESEM: Optimal balance between goodness of fit and parsimony. *Multivariate Behavioral Research*, *55*(1), 102–119. <https://doi.org/10.1080/00273171.2019.1602503>
- Marsh, H. W., Guo, J., Parker, P. D., Nagengast, B., Asparouhov, T., Muthén, B., & Dicke, T. (2018). What to do when scalar invariance fails: The extended alignment method for multi-group factor analysis comparison of latent means across many groups. *Psychological Methods*, *23*(3), 524–545. <https://doi.org/10.1037/met0000113>
- Marsh, H. W., Morin, A. J. S., Parker, P. D., & Kaur, G. (2014). Exploratory structural equation modeling: An integration of the best features of exploratory and confirmatory factor analysis. *Annual Review of Clinical Psychology*, *10*, 85–110. <https://doi.org/10.1146/annurev-clinpsy-032813-153700>
- McKay, R. B., Breslow, M. J., Sangster, R. L., Gabbard, S. M., Reynolds, R. W., Nakamoto, J. M., & Tarnai, J. (1996). Translating survey questionnaires: Lessons learned. *New Directions for Evaluation*, *1996*(70), 93–104. <https://doi.org/10.1002/ev.1037>
- Messick, S. (1980). Test validity and the ethics of assessment. *American Psychologist*, *35*(11), 1012–1027. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.35.11.1012>
- Messick, S. (1989). Validity. In R. L. Linn (Ed.), *Educational measurement* (3rd ed., pp. 13–103). American Council on Education and Macmillan Publishing.
- Messick, S. (1995). Validity of psychological assessment: Validation of inferences from persons' responses and performances as scientific inquiry into score meaning. *American Psychologist*, *50*(9), 741–749. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.50.9.741>
- Milne, J. (1998). Questionnaires: Some advantages and disadvantages. In J. Harvey (Ed.), *Evaluation cookbook* (p. 52). Learning Technology Dissemination Initiative.
- Montero, I., & León, O. G. (2002). Clasificación y descripción de las metodologías de investigación en psicología. *Revista Internacional de Psicología Clínica y de la Salud/International Journal of Clinical and Health Psychology*, *2*(3), 503–508. http://www.aepc.es/ijchp/articulos_pdf/ijchp-53.pdf

- Montero, I., & León, O. G. (2005). Sistema de clasificación del método en los informes de investigación en psicología. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 5(1), 115–127. <https://www.redalyc.org/pdf/337/33701007.pdf>
- Montero, I., & León, O. G. (2007). A guide for naming research studies in psychology. *International Journal of Clinical and Health Psychology*, 7(3), 847–862. <https://www.redalyc.org/pdf/337/33770318.pdf>
- Morgado, F. F. R., Meireles, J. F. F., Neves, C. M., Amaral, A. C. S., & Ferreira, M. E. C. (2017). Scale development: Ten main limitations and recommendations to improve future research practices. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 30, Article 3. <https://doi.org/10.1186/s41155-016-0057-1>
- Müller, P., & Schäfer, S. (2017). Latent mean (comparison). In J. Matthes (General Ed.), C. S. Davis, & R. F. Potter (Associate Eds.), *The international encyclopedia of communication research methods*. <https://www.kom.ifp.uni-mainz.de/files/2018/06/M%C3%BCller-Sch%C3%A4fer-2017.pdf>
- Muthén, B., & Asparouhov, T. (2012). Bayesian structural equation modeling: A more flexible representation of substantive theory. *Psychological Methods*, 17(3), 313–335. <https://doi.org/10.1037/a0026802>
- Muthén, B., & Kaplan, D. (1985). A comparison of some methodologies for the factor analysis of non-normal Likert variables. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 38(2), 171–189. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8317.1985.tb00832.x>
- Nevitt, J., & Hancock, G. R. (2001). Performance of bootstrapping approaches to model test statistics and parameter standard error estimation in structural equation modeling. *Structural Equation Modeling*, 8(3), 353–377. https://doi.org/10.1207/S15328007SEM0803_2
- Newton, P. E., & Shaw, S. D. (2013). Standards for talking and thinking about validity. *Psychological Methods*, 18(3), 301–319. <https://doi.org/10.1037/a0032969>
- Newton, P. E., & Shaw, S. D. (2014). *Validity in educational & psychological assessment*. SAGE Publications.
- Nwabueze, J. C., Onyeagu, S. I., & Ikpegbu, O. (2009). Robustness of the maximum likelihood estimation procedure in factor analysis. *African Journal of Mathematics and Computer Science Research*, 2(5), 81–87. <https://academicjournals.org/journal/AJMCSR/article-full-text-pdf/FBF425F4318>

- Oakley, L. R., & Kinmond, K. S. (2014). Developing safeguarding policy and practice for spiritual abuse. *The Journal of Adult Protection*, 16(2), 87–95. <https://doi.org/10.1108/JAP-07-2013-0033>
- O’Leary, T. M., Hattie, J. A. C., & Griffin, P. (2017). Actual interpretations and use of scores as aspects of validity. *Educational Measurement: Issues and Practice*, 36(2), 16–23. <https://doi.org/10.1111/emip.12141>
- Pasquali, L. (2007). Validade dos testes psicológicos: Será possível reencontrar o caminho? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(n. especial), 99–107. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000400019>
- Paulino, C. D., Pestana, D., Branco, J., Singer, J., Barroso, L., & Bussab, W. (2011). *Glossário inglês-português de estatística* (2nd ed.). Sociedade Portuguesa de Estatística e Associação Brasileira de Estatística. http://www.heliton.ufpa.br/arquivos/glossario_SPEABE.pdf
- Pearson, K. (1896). Mathematical contributions to the theory of evolution. III. Regression, heredity, and panmixia. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 187, 253–318. <https://doi.org/10.1098/rsta.1896.0007>
- Pearson, K. (1900a). X. On the criterion that a given system of deviations from the probable in the case of a correlated system of variables is such that it can be reasonably supposed to have arisen from random sampling. *Philosophical Magazine Series 5*, 50(302), 157–175. <https://doi.org/10.1080/14786440009463897>
- Pearson, K. (1900b). Mathematical contributions to the theory of evolution. VII. On the correlation of characters not quantitatively measurable. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 195, 1–47. <https://doi.org/10.1098/rsta.1900.0022>
- Pearson, K. (1920). Notes on the history of correlation. *Biometrika*, 13(1), 25–45. <https://doi.org/10.1093/biomet/13.1.25>
- Pett, M. A., Lackey, N. R., & Sullivan, J. J. (2003). *Making sense of factor analysis: The use of factor analysis for instrument development in health care research*. SAGE Publications.
- Potaka, L., & Cochrane, S. (2004). Developing bilingual questionnaires: Experiences from New Zealand in the development of the 2001 Maori Language Survey. *Journal of Official Statistics*, 20(2), 289–300. <https://www.scb.se/contentassets/ca21efb41fee47d293bbee5bf7be7fb3/developing-bilingual-questionnaires-experiences-from-new-zealand-in-the-development-of-the-2001-maumlori-language-survey.pdf>

- Prudon, P. (2015). Confirmatory factor analysis as a tool in research using questionnaires: A critique. *Comprehensive Psychology*, 4(10), 1–19. <https://doi.org/10.2466/99.CP.4.10>
- Putnick, D. L., & Bornstein, M. H. (2016). Measurement invariance conventions and reporting: The state of the art and future directions for psychological research. *Developmental Review*, 41, 71–90. <https://doi.org/10.1016/j.dr.2016.06.004>
- Raykov, T., & Marcoulides, G. A. (2006). *A first course in structural equation modeling* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Reppold, C. T., Gurgel, L. G., & Hutz, C. S. (2014). O processo de construção de escalas psicométricas. *Avaliação Psicológica*, 13(2), 307–310. <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/avp/v13n2/v13n2a18.pdf>
- Rhemtulla, M., Brosseau-Liard, P. É., & Savalei, V. (2012). When can categorical variables be Treated as continuous? A comparison of robust continuous and categorical SEM estimation methods under suboptimal conditions. *Psychological Methods*, 17(3), 354–373. <https://doi.org/10.1037/a0029315>
- Rios, J., & Wells, C. (2014). Validity evidence based on internal structure. *Psicothema*, 26(1), 108–116. <https://doi.org/10.7334/psicothema2013.260>
- Robinson, M. A. (2017). Using multi-item psychometric scales for research and practice in human resource management. *Human Resource Management*, 57(3), 739–750. <https://doi.org/10.1002/hrm.21852>
- Rodríguez-Carballeira, Á., Saldaña, O., Almendros, C., Martín-Peña, J., Escartín, J., & Porrúa-García, C. (2015). Group psychological abuse: Taxonomy and severity of its components. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 7(1), 31–39. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2014.11.001>
- Rose, S. A., Markman, B., & Sawilowsky, S. (2017). Limitations in the systematic analysis of structural equation model fit indices. *Journal of Modern Applied Statistical Methods*, 16(1), 69–85. <https://doi.org/10.22237/jmasm/1493597040>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C. (2018). The Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Psychometric properties of the Spanish version. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, 26(3), 421–436. https://www.behavioralpsycho.com/wp-content/uploads/2018/12/02._Saldana_26-3oa.pdf
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Escartín, J. (2017). Development and validation of the Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. *The European Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 9(2), 57–64. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2017.01.002>

- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Guilera, G. (2018). Group psychological abuse and psychopathological symptoms: The mediating role of psychological stress. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–22. <https://doi.org/10.1177/0886260518815710>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Nishida, K. (2018). Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Psychometric properties of the Japanese version. *Japanese Psychological Research*, 60(1), 13–24. <https://doi.org/10.1111/jpr.12166>
- Salhi, S. (1998). Heuristic search methods. In G. A. Marcoulides (Ed.), *Modern methods for business research* (pp. 147–175). Erlbaum.
- Sato, M. (1987). Pragmatic treatment of improper solutions in factor analysis. *Annals of the Institute of Statistical Mathematics*, 39(2), 443–455. <https://doi.org/10.1007/bf02491481>
- Sawilowsky, S. S. (2000). Psychometrics versus datametrics: Comment on Vacha-Haase’s “reliability generalization” method and some EPM editorial policies. *Educational and Psychological Measurement*, 60(2), 157–173. <https://doi.org/10.1177/00131640021970439>
- Schmitt, N. (1996). Uses and abuses of coefficient alpha. *Psychological Assessment*, 8(4), 350–353. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.8.4.350>
- Schmitt, T. A., & Sass, D. A. (2011). Rotation criteria and hypothesis testing for exploratory factor analysis: Implications for factor pattern loadings and interfactor correlations. *Educational and Psychological Measurement*, 71(1), 95–113. <https://doi.org/10.1177/0013164410387348>
- Schreiber, J. B. (2008). Core reporting practices in structural equation modeling. *Research in Social and Administrative Pharmacy*, 4(2), 83–97. <https://doi.org/10.1016/j.sapharm.2007.04.003>
- Schreiber, J. B., Stage, F. K., King, J., Nora, A., & Barlow, E. A. (2006). Reporting structural equation modeling and confirmatory factor analysis results: A review. *The Journal of Educational Research*, 99(6), 323–337. <https://doi.org/10.3200/JOER.99.6.323-338>
- Sharma, S., Durvasula, S., & Ployhart, R. E. (2012). The analysis of mean differences using mean and covariance structure analysis: Effect size estimation and error rates. *Organizational Research Methods*, 15(1), 75–102. <https://doi.org/10.1177/1094428111403154>
- Shaw, S., & Crisp, V. (2011, January). Tracing the evolution of validity in educational measurement: Past issues and contemporary challenges. *Research Matters*, 11, 14–

19. <https://www.cambridgeassessment.org.uk/Images/471470-tracing-the-evolution-of-validity-in-educational-measurement-past-issues-and-contemporary-challenges.pdf>
- Simms, L. J. (2008). Classical and modern methods of psychological scale construction. *Social and Personality Psychology Compass*, 2(1), 414–433. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9004.2007.00044.x>
- Sireci, S. G. (2016). On the validity of useless tests. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 23(2), 226–235. <https://doi.org/10.1080/0969594X.2015.1072084>
- Spearman, C. (1904a). “General intelligence,” objectively determined and measured. *The American Journal of Psychology*, 15(2), 201–292. <https://doi.org/10.2307/1412107>
- Spearman, C. (1904b). The proof and measurement of association between two things. *The American Journal of Psychology*, 15(1), 72–101. <https://doi.org/10.2307/1412159>
- Stanley, L. M., & Edwards, M. C. (2016). Reliability and model fit. *Educational and Psychological Measurement*, 76(6), 976–985. <https://doi.org/10.1177/0013164416638900>
- Steiger, J. H. (2016). Notes on the Steiger–Lind (1980) handout. *Structural Equation Modeling: A Multidisciplinary Journal*, 23(6), 777–781. <https://doi.org/10.1080/10705511.2016.1217487>
- Steinmetz, H. (2013). Analyzing observed composite differences across groups: Is partial measurement invariance enough? *Methodology: European Journal of Research Methods for the Behavioral and Social Sciences*, 9(1), 1–12. <https://doi.org/10.1027/1614-2241/a000049>
- Sterne, J. A. C., White, I. R., Carlin, J. B., Spratt, M., Royston, P., Kenward, M. G., Wood, A. M., & Carpenter, J. R. (2009). Multiple imputation for missing data in epidemiological and clinical research: Potential and pitfalls. *BMJ*, 338, Article b2393. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2393>
- Taber, K. S. (2018). The use of Cronbach’s alfa when developing and reporting research instruments in science education. *Research in Science Education*, 48, 1273–1296. <https://doi.org/10.1007/s11165-016-9602-2>
- Tavakol, M., & Dennick, R. (2011). Making sense of Cronbach’s alfa. *International Journal of Medical Education*, 2, 53–55. <https://doi.org/10.5116/ijme.4dfb.8dfd>
- Tay, L., Meade, A. W., & Cao, M. (2015). An overview and practical guide to IRT measurement equivalence analysis. *Organizational Research Methods*, 18(1), 3–46. <https://doi.org/10.1177/1094428114553062>
- Triola, M. F. (2018). *Estadística* (12th ed.). Pearson Educación de México.

- Tucker, L. R., & Lewis, C. (1973). A reliability coefficient for maximum likelihood factor analysis. *Psychometrika*, *38*(1), 1–10. <https://doi.org/10.1007/BF02291170>
- Ullman, J. B. (2006). Structural equation modeling: Reviewing the basics and moving forward. *Journal of Personality Assessment*, *87*(1), 35–50. https://doi.org/10.1207/s15327752jpa8701_03
- Urbina, S. (2007). *Fundamentos da testagem psicológica*. Artmed Editora.
- Urbina, S. (2014). *Essentials of psychological testing* (2nd ed.). John Wiley & Sons.
- Valentini, F., & Damásio, B. F. (2016). Variância média extraída e confiabilidade composta: Indicadores de precisão. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *32*(2), 1–7. <https://doi.org/10.1590/0102-3772e322225>
- van de Schoot, R., Kluytmans, A., Tummers, L., Lugtig, P., Hox, J., & Muthén, B. (2013). Facing off with Scylla and Charybdis: A comparison of scalar, partial, and the novel possibility of approximate measurement invariance. *Frontiers in Psychology*, *4*, Article 770. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00770>
- van de Schoot, R., Lugtig, P., & Hox, J. (2012). A checklist for testing measurement invariance. *European Journal of Developmental Psychology*, *9*(4), 486–492. <https://doi.org/10.1080/17405629.2012.686740>
- van de Vijver, F., & Tanzer, N. K. (2004). Bias and equivalence in cross-cultural assessment: An overview. *Revue européenne de psychologie appliquée*, *54*(2), 119–135. <https://doi.org/10.1016/j.erap.2003.12.004>
- van Prooijen, J.-W., & van der Kloot, W. A. (2001). Confirmatory analysis of exploratively obtained factor structures. *Educational and Psychological Measurement*, *61*(5), 777–792. <https://doi.org/10.1177/00131640121971518>
- VandenBos, G. R. (Ed.). (2015). *APA dictionary of psychology* (2nd ed.). American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14646-000>
- Vetter, T. R., & Cubbin, C. (2019). Psychometrics: Trust, but verify. *Anesthesia & Analgesia*, *128*(1), 176–181. <https://doi.org/10.1213/ANE.00000000000003859>
- Watkins, D. (1989). The role of confirmatory factor analysis in cross-cultural research. *International Journal of Psychology*, *24*(6), 685–701. <https://doi.org/10.1080/00207598908247839>
- Watkins, M. W. (2018). Exploratory factor analysis: A guide to best practice. *Journal of Black Psychology*, *44*(3), 219–246. <https://doi.org/10.1177/0095798418771807>

- Watson, J. C. (2017). Establishing evidence for internal structure using exploratory factor analysis. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, 50(4), 232–238. <https://doi.org/10.1080/07481756.2017.1336931>
- Weeks, A., Swerissen, H., & Belfrage, J. (2007). Issues, challenges, and solutions in translating study instruments. *Evaluation Review*, 31(2), 153–165. <https://doi.org/10.1177/0193841X06294184>
- Winocur, N., Whitney, J., Sorenson, C., Vaughn, P., & Foy, D. (1997). The Individual Cult Experience Index: The assessment of cult involvement and its relationship to postcult distress. *Cultic Studies Journal*, 14(2), 290–306. <https://www.icsahome.com/articles/the-individual-cult-experience-index--csj-14-2>
- Wolfson, L. B. (2002). *A study of the factors of psychological abuse and control in two relationships: Domestic violence and cultic systems* (Publication No. 3062106) [Doctoral dissertation, University of Connecticut]. ProQuest Dissertations and Theses Global.
- Wu, W., Jia, F., & Enders, C. (2015). A comparison of imputation strategies for ordinal missing data on Likert scale variables. *Multivariate Behavioral Research*, 50(5), 484–503. <https://doi.org/10.1080/00273171.2015.1022644>
- Xia, Y., & Yang, Y. (2019). RMSEA, CFI, and TLI in structural equation modeling with ordered categorical data: The story they tell depends on the estimation methods. *Behavior Research Methods*, 51(1), 409–428. <https://doi.org/10.3758/s13428-018-1055-2>
- Yolkin, V. (2018). Creation of the questionnaire “Social Intervention and Control (SIC)” for researching static components of totalitarianism in religious groups. *Sotsial’naia psikhologiya i obshchestvo*, 9(3), 146–165. <https://doi.org/10.17759/sps.2018090315>
- Yong, A. G., & Pearce, S. (2013). A beginner’s guide to factor analysis: Focusing on exploratory factor analysis. *Tutorials in Quantitative Methods for Psychology*, 9(2), 79–94. <https://doi.org/10.20982/tqmp.09.2.p079>
- Zedeck, S. (Ed.). (2014). *APA dictionary of statistics and research methods*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14336-000>
- Zumbo, B. D. (2005). Structural equation modeling and test validation. In B. S. Everitt & D. C. Howell (Eds.), *Encyclopedia of statistics in behavioral science* (Vol. 4, pp. 1951–1958). John Wiley & Sons.
- Zumbo, B. D. (2009). Validity as contextualized and pragmatic explanation, and its implications for validation practice. In R. W. Lissitz (Ed.), *The concept of validity: Revisions, new directions, and applications* (pp. 65–82). Information Age Publishing.

Estudo 4. Abuso psicológico na congregação das Testemunhas de Jeová

Resumo

Em determinados grupos religiosos, os seus membros podem ser abusados psicologicamente em nome da religião ou da divindade associada a essa religião. Os líderes ou outros membros proeminentes do grupo podem usar o seu poder e posição religiosa para coagir, controlar e manipular os seus membros, a fim de satisfazer as suas próprias necessidades (Matthews & Snow, 2017). Este estudo teve como objetivos: a) calcular a prevalência da perceção de abuso psicológico em grupo em ex-Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil; b) explorar diferenças relativamente ao nível de perceção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres, e entre portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová; c) analisar uma possível relação entre a perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e a sensação de pertencer a esse grupo quando era membro; e d) explorar uma possível relação entre a perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e o nível de depressão dos mesmos. A amostra foi a mesma do primeiro estudo empírico. Verificámos que a grande maioria dos participantes percecionou as Testemunhas de Jeová como um grupo religioso abusivo (97.5% – GPA; 89.4% – PAEGS). A média das pontuações obtidas na GPA foi significativamente mais elevada nos brasileiros do que nos portugueses. No entanto, o tamanho do efeito foi pequeno e médio, respetivamente. A média das pontuações obtidas na PAEGS foi significativamente mais elevada nos brasileiros do que nos portugueses.

Palavras-chave: abuso psicológico em grupo, abuso espiritual, seitas coercitivas, cultos, prevalência, Testemunhas de Jeová

Introdução

A preocupação com a dominação de grupo e a manipulação de sistemas de crenças individuais atingiu o seu pico nas ciências comportamentais após a Guerra da Coreia (1950-1953), durante a qual prisioneiros de guerra americanos sofreram uma lavagem cerebral e foram influenciados a aceitar a doutrina comunista (Ungerleider & Wellisch, 1979). O termo lavagem cerebral e outros como controlo mental, reforma do pensamento, persuasão coercitiva, influência social não ética e manipulação psicológica caíram um pouco em desuso, sendo atualmente mais usado o termo «abuso psicológico em grupos manipuladores» (Almendros et al., 2011).¹

Definição de abuso psicológico

O abuso psicológico refere-se a situações nas quais técnicas de persuasão e controlo são usadas para explorar e/ou maltratar pessoas (Langone, 1992). Essas estratégias vão além dos processos de grupo, como conformidade, obediência, identificação social ou perda da moral, podendo explicar a adesão a seitas destrutivas, gangues ou grupos terroristas (Saldaña, Rodríguez-Carballeira, & Almendros, 2018). O “abuso” é, no fundo, um conceito ético, porque sugere que alguém foi usado de uma forma incorreta. No abuso psicológico, a pessoa alvo do abuso não é respeitada. Ela é tratada como um objeto a ser manipulado em benefício de outro indivíduo ou de um grupo (Langone, 1992). Por isso, é uma forma de violência, semelhante a violência doméstica, violência no local de trabalho ou violência contra menores. Contudo, é um tipo mais específico de violência, distinto e diferente da violência tradicional, como ameaça de faca, assalto ou agressão: é mais subtil/imperceptível, gradual e indireta. É subtil/imperceptível porque a vítima não consegue perceber o ataque. É gradual porque as técnicas de persuasão são aplicadas por um certo período de tempo. Finalmente, o facto de ser indireta implica um certo grau de envolvimento inconsciente da vítima. Nesse sentido, é uma forma grave de violência porque é aplicada com abuso de premeditação e sem risco para o perpetrador, e é um abuso de poder e um abuso de confiança especial (Antón, 2020).²

O abuso psicológico pode ocorrer não apenas em grupos religiosos, como também em contexto psicoterapêutico, famílias, escolas, fraternidades, tribunais, esquadras de polícia, no local de trabalho, etc. Um grupo ou indivíduo (e.g., um psicoterapeuta, um líder religioso, um polícia) numa posição de poder sobre um adulto usa técnicas psicologicamente manipuladoras e coercitivas, como por exemplo, rejeitar, aterrorizar, isolar (Langone, 1992), manipular, coagir, ameaçar e negligenciar (Dole & Dubrow Eichel, 1985), com o objetivo de controlar o comportamento, os afetos e cognições dessa pessoa. O abuso psicológico pode, no entanto, variar em gravidade de leve a grave, podendo as formas mais leves englobar o assédio psicológico e o desdém (Langone, 1992).

O termo «abuso espiritual» é frequentemente usado para designar qualquer abuso ou trauma feito em nome da religião ou da divindade associada a essa religião. Os líderes ou outros membros proeminentes do grupo podem usar o seu poder e posição religiosa para coagir, controlar e manipular os seus membros, a fim de satisfazer as suas próprias necessidades. Líderes religiosos abusivos também podem desvalorizar, desrespeitar, envergonhar e desacreditar os membros do grupo, tanto publicamente como em privado. O abuso também pode incluir gritar, ameaçar, mentir e fazer com que as pessoas façam coisas que normalmente

não fariam, como favores sexuais ou financeiros (Matthews & Snow, 2017). A forma mais grave de abuso espiritual é o chamado «terrorismo espiritual», caracterizado pela interpretação teológica literal, enfatizando, por exemplo, no caso de religiões cristãs, uma forte ênfase na condenação eterna no fogo do inferno (Purcell, 1998a, 1998b).

Segundo Matthews e Snow (2017), podemos considerar como indicadores de abuso espiritual, os seguintes: (1) as pessoas acreditam que elas são a causa do seu próprio sofrimento e que precisam ser mais fiéis, ler mais, ir mais à igreja, ser mais indulgentes, etc., para que o seu sofrimento seja aliviado; (2) as pessoas têm uma visão polarizada da sua divindade – elas veem o seu Deus como uma figura de Pai Natal ou um ser extremamente vingativo. Essa visão polarizada faz com que categorizem todas as coisas como sendo boas ou más; (3) as pessoas podem exibir um pensamento mágico, o que significa que todas as coisas boas resultam de bom comportamento e todas as coisas más surgem como resultado de um mau comportamento ou pecaminoso. Por exemplo, podem considerar-se culpadas pela ocorrência de acidentes de carro, doenças (e.g., cancro) e outras tragédias, pois estes acontecimentos são vistos como resultantes dos seus próprios comportamentos pecaminosos; (4) as pessoas podem ser muito críticas de si mesmas e dos outros. Elas podem ter um pensamento perfeccionista ou legalista de acordo com os padrões que definem para si e para os outros; (5) as pessoas podem ter dificuldades com limites e permitir que outros desrespeitem os seus limites pessoais. Elas podem ter dificuldade em dizer «não» por sentirem culpa, por vergonha, etc., e ter alguns sentimentos subjacentes de ressentimento em relação aos outros por causa dos seus limites terem sido violados; (6) as pessoas podem ter dificuldade em confiar nos outros, especialmente naqueles com autoridade, e ao mesmo tempo podem exibir confiança excessiva na autoridade; (7) as pessoas podem ter uma impotência aprendida, com muito receio de agir por causa do medo e da ansiedade de quaisquer repercussões nos outros membros, líderes e até nas suas divindades; e (8) as pessoas podem apresentar uma série de queixas somáticas, como dores de cabeça, problemas intestinais, dores no peito, ataques de pânico ou outros sintomas corporais.

Modelos de abuso psicológico em grupo

O processo de recrutamento usado pelos cultos é geralmente dirigido por psicólogos especialistas, que proporcionam técnicas e métodos quase irresistíveis, até mesmo para as pessoas mais fortes (Prieto, 1994). Segundo Hassan (2017), os cultos procuram obter o controlo da mente dos recrutas, recorrendo a técnicas de controlo do comportamento (inglês americano: *behavior control*), controlo da informação (inglês: *information control*), controlo do

pensamento (inglês: *thought control*) e controlo emocional (inglês: *emotional control*; ver Figura 1).

Figura 1

Modelo BITE de Controlo da Mente

<p style="text-align: center;">Controlo do Comportamento</p> <p>Incutir dependência e obediência Modificar o comportamento com recompensas e punições Ditar onde e com quem morar Restringir ou controlar a sexualidade Controlar o estilo de roupas e penteados Regular o que a pessoa come e bebe, assim como a respetiva quantidade Privar a pessoa de 7-9 horas de sono a cada noite Explorar a pessoa financeiramente Restringir as atividades e o tempo de lazer Exigir que a pessoa peça permissão para as principais decisões Exigir que a pessoa ocupe muito tempo em doutrinação e rituais de grupo, incluindo auto-doutrinação na Internet</p>	<p style="text-align: center;">Controlo da Informação</p> <p>Reter deliberadamente e distorcer informações Proibir a pessoa de comunicar com ex-membros e críticos Restringir o acesso a fontes de informação externas ao culto Compartimentar a informação em a “Nossa doutrina” versus a “doutrina Deles” Gerar e usar propaganda extensivamente Usar contra a pessoa informações obtidas em sessões de confissão Manipular a pessoa de modo a fazê-la duvidar da sua própria memória Requerer à pessoa que relate os seus pensamentos, sentimentos e atividades aos superiores Encorajar as pessoas a espiar e denunciar a “má conduta” de outros membros, frequentemente usando um sistema de camaradagem Usar métodos de vigilância “Big Brother”</p>
<p style="text-align: center;">Controlo do Pensamento</p> <p>Ensinar as pessoas a internalizar a doutrina de grupo como Verdade (“ciência sagrada”) Instilar Preto versus Branco, Nós versus Eles e pensamento Bom versus Mau Mudar a identidade da pessoa, possivelmente até o seu nome Usar linguagem carregada e clichés para interromper o pensamento crítico/complexo Induzir estados hipnóticos ou de transe para doutrinar Ensinar técnicas de parar o pensamento para evitar o pensamento crítico e o teste da realidade Permitir apenas pensamentos positivos Usar meditação, canto, oração e cânticos de modo excessivo para bloquear pensamentos Rejeitar a análise racional, o pensamento crítico e a crítica construtiva</p>	<p style="text-align: center;">Controlo Emocional</p> <p>Instilar medos irracionais de questionar ou de sair do grupo (doutrinação por fobia) Fazer as pessoas sentir-se especiais e parte de uma elite (“bombardeio de amor”) Promover sentimentos de culpa, vergonha e indignidade Provocar altos e baixos emocionais extremos Rotular algumas emoções como más, mundanas, pecaminosas ou erradas Ensinar técnicas de parar emoções para evitar raiva ou saudades de casa Ameaçar e assediar os amigos e familiares dos membros do culto Evitar o membro se ele desobedecer ou não continuar a acreditar Ensinar aos membros que não há felicidade ou realização fora do grupo</p>

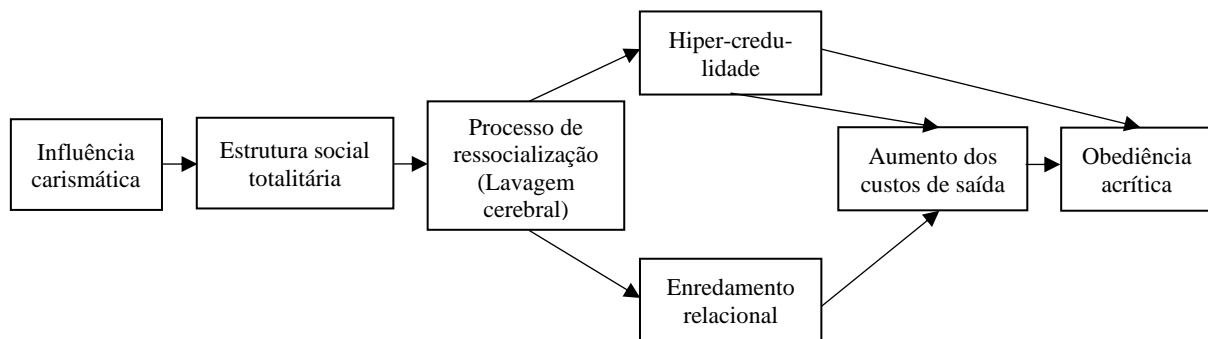
Nota. Adaptado de Hassan (2017).

Segundo Zablocki (2001), a questão de saber porque as pessoas obedecem às ordens de líderes carismáticos, às vezes bizarramente insanas, mesmo até a morte, é um dos grandes mistérios não resolvidos da história e das ciências sociais. Lavagem cerebral é a palavra mais comumente usada para designar o processo pelo qual um grupo carismático induz sistematicamente altos níveis de obediência ideológica aos seus membros. Seria ingenuamente reducionista tentar explicar a obediência ao culto inteiramente em termos de lavagem cerebral. Outros fatores, como conformidade simples e ritual, induzem também a obediência ao culto.

Mas seria um erro de especificação igualmente sério não ter em consideração a manipulação cültica deliberada de convicções pessoais nos modelos que vinculem a autoridade carismática à obediência ideológica. Este autor propôs um modelo de lavagem cerebral que formula 12 hipóteses sobre o papel da lavagem cerebral na produção de obediência acrítica. Essas hipóteses são todas empiricamente testáveis. É de realçar que o modelo apresenta uma imagem ideal de lavagem cerebral, que não engloba a grande variação observável nos cultos existentes. Um diagrama esquemático deste modelo é apresentado na Figura 2.

Figura 2

O Efeito da Influência Carismática na Obediência Acrítica



Nota. Adaptado de Zablocki (2001).

Para entendermos o modelo, é necessário primeiro analisar oito definições:

Definição 1. O carisma é definido como uma condição de devoção à santidade, heroísmo ou caráter exemplar específico e excepcional de uma pessoa, dos padrões normativos ou de uma ordem revelada ou ordenada por ela;

Definição 2. O totalitarismo ideológico é um sistema sociocultural que valoriza muito o controle total sobre todos os aspetos da vida externa e interna dos membros do grupo, com o propósito de atingir os objetivos de uma ideologia definida como muito importante. Os direitos individuais ou não existem ou estão claramente subordinados às necessidades do grupo sempre que os dois entram em conflito;

Definição 3. A vigilância é definida como prestar atenção ao comportamento e, talvez, às atitudes de uma pessoa;

Definição 4. Um agente implantável é aquele que obedece acriticamente às diretivas percebidas como carismaticamente legítimas;

Definição 5. A lavagem cerebral é um conjunto observável de transações entre um grupo estruturado carismaticamente e um agente isolado do grupo, com o objetivo de transformar o agente num agente implantável. A lavagem cerebral é, portanto, um processo de ressocialização ideológica realizado dentro de uma estrutura de autoridade carismática;

Definição 6. A hiper-credulidade é definida como uma disposição para aceitar acriticamente todas as crenças ordenadas carismaticamente;

Definição 7. O enredamento relacional é um estado de ser em que a autoestima depende de pertencer a um grupo particular;

Definição 8. Os custos de saída são os custos subjetivos experimentados por um indivíduo que está a pensar abandonar um grupo. Obviamente, quanto mais altos os custos de saída percebidos, maior será a relutância em sair (Zablocki, 2001).

Este modelo começa com o pressuposto de que os líderes carismáticos são capazes de criar organizações atraentes e de entrada fácil (mesmo que mais tarde seja difícil e doloroso sair delas). Não há hipóteses, portanto, para explicar como os cultos carismáticos obtêm membros. Presume-se que um grupo abundante de recrutas em potencial para esses grupos esteja sempre disponível. O modelo assume que os líderes carismáticos, usando nada mais do que sua própria atratividade e persuasão intrínseca, são inicialmente capazes de reunir ao seu redor um corpo de discípulos suficiente para a criação de um movimento social atraente (Zablocki, 2001).

As 12 hipóteses formuladas pelo modelo, são as seguintes:

Hipótese 1. O totalitarismo ideológico é uma condição necessária, mas não suficiente para o processo de lavagem cerebral;

Hipótese 2. A natureza exata deste processo de ressocialização será diferente de grupo para grupo;

Hipótese 3. Aqueles que passam pelo processo terão mais probabilidade de atingir um estado de hiper-credulidade do que aqueles que não passam por ele;

Hipótese 4. Conforme um indivíduo passa pelo processo de lavagem cerebral, haverá um aumento no enredamento relacional, com aumentos mensuráveis que ocorrem na conclusão de cada uma das três fases;

Hipótese 5. Fase de despojamento. O objetivo cognitivo desta fase é destruir convicções anteriores, assim como relações anteriores de pertença. O objetivo emocional é criar a necessidade de apegos. De modo geral, no final desta fase, o indivíduo está “faminto” por convicções e apegos e depende do grupo para satisfazê-los;

Hipótese 6. Fase de identificação. O objetivo cognitivo desta fase é estabelecer a busca imitativa por convicção e provocar a erosão do hábito da incredulidade. O objetivo emocional é inculcar o hábito de agir por meio do apego. De modo geral, na conclusão da fase de identificação, o indivíduo iniciou a prática de confiar no grupo para as crenças e para um padrão emocional cíclico de excitação e conforto. Mas, neste ponto, essa confiança é apenas uma forma de existência altamente valorizada. Ainda não é vista como uma necessidade existencial;

Hipótese 7. Fase simbólica de morte e renascimento. Nesta fase, as faixas cognitivas e emocionais unem-se e apoiam-se mutuamente. Isso muitas vezes dá ao indivíduo a sensação de ter emergido de um túnel e uma experiência de renascimento espiritual. O objetivo cognitivo desta fase é estabelecer um senso de propriedade (e orgulho nessa propriedade) das novas convicções. O objetivo emocional é assumir um compromisso total com o novo eu, que não depende mais diretamente da esperança de apego ou do medo da separação. No geral, no final desta fase, podemos dizer que a pessoa tornou-se um agente totalmente implantável do líder carismático. O processo de lavagem cerebral está completo;

Hipótese 8. O processo de lavagem cerebral resulta num estado de custos de saída subjetivamente elevado. Esses custos de saída não podem, é claro, ser observados diretamente. Mas, podem ser inferidos através do estado comportamental de pânico ou terror que surge no indivíduo diante da possibilidade de ter os seus vínculos com o grupo interrompidos;

Hipótese 9. O processo de lavagem cerebral resulta num estado de obediência ideológica em que o indivíduo tem uma forte tendência a cumprir todas as exigências comportamentais feitas pelo grupo, especialmente se motivadas pela “cenoura” da aprovação e pela pena de expulsão, não importa o quão ameaçadoras essas exigências possam ser e não importa o quão repugnantes tais exigências possam ter sido para o indivíduo no seu estado de pré-lavagem cerebral;

Hipótese 10. O processo de lavagem cerebral resulta numa maior capacidade de implantação, ou seja, a obediência ideológica continua após o estímulo ser removido. Essa hipótese será desconfirmada em qualquer culto no qual os membros sejam obedientes sem crítica apenas durante a lavagem cerebral, mas não depois disso;

Hipótese 11. A capacidade do grupo de confiar na obediência sem vigilância resultará numa diminuição mensurável da vigilância. Visto que a vigilância envolve custos, essa diminuição levará a uma quantidade S , onde S iguala as poupanças para o grupo devido às necessidades de vigilância diminuídas e deve ser mensurável pelo menos num nível ordinal;

Hipótese 12. Esta última hipótese afirma que S será maior que C . Por outras palavras, a poupança para o grupo devida à diminuição das necessidades de vigilância é maior do que o custo de manutenção do programa de lavagem cerebral. Somente onde S é maior do que C faz sentido manter um programa de lavagem cerebral. Cultos com custos de vigilância inicialmente altos e, portanto, alto potencial de poupança devido à redução das necessidades de vigilância [S], tenderão a ser mais propensos a lavagem cerebral, assim como cultos estruturados de forma que o custo de manutenção do sistema de lavagem cerebral [C] seja relativamente baixo (Zablocki, 2001).

Técnicas de abuso psicológico em grupo

A reforma do pensamento não é misteriosa; consiste na aplicação sistemática de técnicas de influência psicológica e social de forma programada, organizada dentro de um meio ambiente construído especialmente para o efeito. O objetivo consiste em produzir mudanças atitudinais e comportamentais específicas. As mudanças ocorrem de forma incremental, sem que seja patentemente visível para aqueles que estão a passar pelo processo que as suas atitudes e comportamentos estão a ser mudados, um passo de cada vez, de acordo com o plano daqueles que dirigem o programa (Singer, 1994).

De acordo com Singer e Lalich (1995), a maioria dos cultos tem planos específicos para atrair recrutas. O bombardeio de amor ou a oferta instantânea de companhia, é uma manobra enganosa que explica muitos esforços de recrutamento bem-sucedidos. O bombardeio de amor é um esforço coordenado, geralmente sob a direção da liderança, que envolve lisonja, sedução verbal, toque afetuoso, mas geralmente não sexual, e muita atenção a cada comentário que o recruta faz. Além disso, o recém-chegado ao grupo é cercado constantemente por membros antigos. Esses membros mais experientes não são apenas treinados para fingir amizade com o potencial recruta, mas também demonstram “bom” comportamento, proclamam com orgulho e alegria o facto de serem membros, referem as vantagens do sistema de crenças do grupo e a singularidade do seu líder. Consciente ou inconscientemente, esses membros utilizam sempre o jargão do culto, que todos parecem entender, mas que tende a fazer o recém-chegado sentir-se mal, um pouco estranho e pouco educado para os padrões do culto. Assim, ele começa a desejar alguma conexão com o resto do grupo, e percebe rapidamente que para ser aceite no grupo tem de copiar o comportamento dos outros membros e imitar a sua linguagem.

Como muitos grupos usam a tática de fazer com que membros antigos treinem e supervisionem os recrutas, estes nunca estão isolados de membros antigos e não podem falar livremente com outros recrutas. Imediatamente, o programa de treino do culto e a atmosfera de reforma de pensamento, reforçados pelo comportamento de modelagem de membros mais antigos, evitam que os recrutas desafiem o sistema. Não há oportunidade para que dúvidas ou sentimentos negativos sejam apoiados, corroborados ou validados. Em todo o tipo de culto é dito aos recrutas que a negatividade nunca deve ser expressa. Se tiverem dúvidas, hesitações ou sentimentos negativos, devem consultar uma pessoa hierarquicamente superior ou o seu treinador, ajudante ou guia. Isolados de outros que têm dúvidas e perguntas, os recrutas ficam com a impressão de que todos os outros concordam com o que está a acontecer (Singer & Lalich, 1995).

O processo subjacente de influência é possivelmente uma influência informacional (Hogg & Abrams, 1998). À luz da ocorrência comum de procedimentos debilitantes durante processos de doutrinação intensa, pensa-se que a redução da capacidade de atenção é um componente essencial dessa doutrinação (Baron, 2000). Os recém-chegados a um culto são envolvidos num extenso programa de atividades, tais como, jogos, aulas, canto em grupo, trabalho coletivo, estudo de textos básicos, participação em piquetes, campanhas de arrecadação de fundos ou realização de outras tarefas, como escrever uma autobiografia pessoal para ser examinada pelo grupo. Desta forma, os recrutas são mantidos ocupados a tal ponto que

não conseguem pensar sobre o que estão a fazer ou o que está a acontecer com eles (Singer & Lalich, 1995).

Outra das principais técnicas usadas pelos cultos é a chamada doutrinação através da fobia: a inculcação de medos irracionais, para que caso a pessoa questione a autoridade, a liderança ou a doutrina do culto, se lembre que isso poderá ter terríveis consequências negativas. A maioria dos cultos religiosos típicos usa ameaças como: ir para o “inferno”, ser julgado por um ser sobre-humano por toda a eternidade, ou ser possuído por demónios (Hassan, 2017).

Em todos os processos de conversão, procura-se igualmente criar uma nova identidade (Group for the Advancement of Psychiatry [GAP], 1957; Taylor, 2004). A lavagem cerebral oferece uma ilustração notavelmente vívida do vínculo entre identidade e comportamento normativo. A lavagem cerebral envolve a “morte psicológica”, na qual a identidade social anterior é removida por meio de técnicas que envolvem o isolamento do indivíduo do meio social habitual, seguido pelo “renascimento ideológico”, onde uma nova identidade é construída em torno de um conjunto claro e inequívoco de novas crenças e práticas (Hogg & Abrams, 1998). O grupo social é visto como um fornecedor de identidade social positiva para os seus membros (Commins & Lockwood, 1979). Assim, para efetuar uma mudança completa das atitudes e do comportamento da pessoa, é a sua identidade social anterior que deve ser “atacada” (Hogg & Abrams, 1998).

De acordo com Pratkanis e Aronson (2001), embora os cultos possam parecer estranhos e misteriosos, as suas táticas de persuasão são nada mais nada menos que as mesmas táticas básicas de propaganda. Os cultos simplesmente usam essas técnicas de uma maneira muito mais sistemática e completa do que normalmente estamos acostumados a ver. Segundo estes autores, podemos listar sete táticas comprovadamente eficazes para criar e manter um culto:

1. Criar a sua própria realidade social. O primeiro passo para criar um culto é construir uma realidade social própria, eliminando todas as fontes de informação que não sejam fornecidas pelo culto. O segundo passo na construção de uma realidade social é fornecer uma visão de mundo do culto. Essa imagem do mundo é então usada pelos membros para interpretar todos os eventos e acontecimentos. Uma técnica útil para construir a realidade social é criar a sua própria linguagem e jargão. Quando se trata de ensinar a sua realidade social, um ponto adicional a ter em mente é repetir a sua mensagem indefinidamente. A repetição torna o coração mais apaixonado, e a ficção, se ouvida com bastante frequência, pode soar como um facto;

2. Criar um *granfalloon*. A técnica *granfalloon* requer a criação de um grupo interno de seguidores e um grupo externo de não-redimidos. A técnica permite que o controle dos membros, lembrando-os constantemente: “Se você quer ser um escolhido, você deve agir como um escolhido. Se você não foi escolhido, então você é mau e não-redimido. Para ser salvo, você deve agir como deveria agir.” Membros experientes do grupo servem como modelos e guias sobre como se comportar com os novos membros do grupo. A intensa pressão dos pares é aplicada para garantir a conformidade. O resultado é uma uniformidade de opinião e comportamento no culto, o que então serve para reforçar ainda mais as suas práticas. Um novo recruta é frequentemente trazido para um *granfalloon* com uma prática chamada “bombardeio de amor” – o recém-chegado recebe atenção, aprovação e apoio dos membros do culto. Os recrutadores de cultos são ensinados a espelhar os interesses e as atitudes do novo membro em potencial, fazendo com que pareça que há harmonia e compreensão entre o recruta e o culto. Para manter esse apoio e aprovação, o recruta deve estar em conformidade com o grupo. O ingrediente essencial para estabelecer um grupo interno de crentes é a criação de uma identidade social – uma imagem de quem “nós” somos. Participar num culto representa uma ruptura com o “outro” mundo e a aceitação dessa nova identidade. Muitos cultos requerem um “batismo” ou outra iniciação para indicar a aceitação da nova identidade. Um novo nome também pode ser dado. As armadilhas externas do crente – o novo nome, um vestuário distinto, uma dieta especial – todas confirmam que o membro é de facto um escolhido. Para manter esse membro valioso, tudo o que se precisa fazer é continuar a crescer nesta vida recém-descoberta e, claro, continuar a obedecer. O reverso da tática *granfalloon* é a criação de um grupo externo para odiar. Se as técnicas de *granfalloon* forem aplicadas corretamente, o culto deverá ter sucesso em criar medo do mundo “externo” e a crença de que o culto é a única solução para uma vida feliz. A vida é, portanto, impossível fora do culto – ele é a única solução para os problemas da vida;

3. Criar compromisso por meio de uma armadilha de racionalização. Os cultos podem garantir a obediência dos membros, estabelecendo uma espiral de comprometimento crescente; o membro do culto, a princípio, concorda com pedidos simples que se tornam cada vez mais exigentes. Depois de fazer um compromisso inicial, não se sente confortável em desistir. Para justificar a aceitação do compromisso inicial, o membro muitas vezes está disposto a fazer mais e mais – para tentar cumprir compromissos cada vez mais exigentes. Desse modo, a resolução da dissonância³ e a manutenção da autoimagem de alguém como honrando compromissos formam uma poderosa armadilha de racionalização. Os cultos também empregam outras

armadilhas emocionais. Frequentemente, distribuem atenção e presentes aos novos recrutas (e.g., uma refeição gratuita, comunhão ou até sexo grátis com um membro do culto); consistente com a norma de reciprocidade, agora é hora de o recém-chegado fazer algo pelo grupo – ou pelo menos não ser rude e sair a meio dos discursos do líder. Também são inculcados sentimentos de culpa no recém-chegado e a culpa desse pecador pode ser reduzida se ele doar tudo o que possui ao culto. Se houver sexo forçado com um líder, essa culpa pode ser aliviada se pensar que precisava de tal “disciplina”. A crueldade para com estranhos ao grupo, como os pais, pode ser justificada se for inculcada nos membros do grupo a necessidade de haver ainda mais crueldade. Um sentimento de estupidez por ter doado tudo ao culto pode ser superado racionalizando-o como devoção a uma causa nobre. As confissões são usadas para revelar comportamentos e sentimentos indesejáveis do passado dos membros; com tais informações, o líder do culto pode fazer o membro sentir-se um hipócrita se não aceitar a “redenção” oferecida pelo culto;

4. Estabelecer a credibilidade e atratividade do líder. A maioria dos cultos tem mitos sobre os líderes – histórias e lendas passadas de membro para membro sobre a vida do líder do culto. Qual é o propósito de tais mitos? Os cultos exigem que os membros se envolvam em comportamentos extremos – desistir dos filhos e da família, ter relações sexuais com os líderes e estranhos, ou até cometer suicídio. As solicitações extremas geram dissonância; assim, os membros do culto estão mais propensos a obedecer a solicitações extremas se os meios comuns para reduzir a dissonância não estiverem disponíveis e puderem racionalizar as suas ações extremas, achando que devem fazer isso por Deus e para salvar toda a humanidade. É difícil desobedecer a uma pessoa que se acredita ser “o filho de Deus” ou, pelo menos, ter sido divinamente abençoado. Assim, os membros tentam identificar-se e procuram ser como essa pessoa santa;

5. Enviar membros para fazer proselitismo dos não-redimidos e arrecadar fundos para o culto. Testemunhar aos não-convertidos tem a vantagem óbvia de trazer novos membros para o culto. Além disso, o proselitismo pode garantir que os membros estejam constantemente envolvidos na auto-venda ou persuasão auto-gerada. O ato de testemunhar faz com que o membro esteja constantemente a referir as vantagens de pertencer ao culto. Ao discutir com outros para convencê-los, os membros convencem-se a si próprios. Nos depoimentos que são transmitidos a outros membros do culto, as pessoas são encorajadas pelo culto a referir o quão más elas eram antes de entrar no culto (e.g., drogavam-se, eram sexualmente promíscuos, tinham uma vida

vazia, etc.). Quanto pior tiver sido, mais aprovação receberá do grupo. Ao recontar constantemente essas histórias de vida, os membros do culto passam a acreditar no poder do culto para efetuar mudanças e em como seriam uns desgraçados sem ele. A atividade evangélica também fortalece a determinação. É provável que cada tentativa de passar a mensagem do culto a estranhos provoque reações negativas por parte destes. Ao defender as suas crenças, os membros do culto aprendem a refutar uma ampla gama de ataques, inoculando-se contra eles e, assim, reforçando a sua crença no culto;

6. Distrair os membros de ter pensamentos “indesejáveis”. Muitas doutrinas de culto são difíceis de serem levadas a sério, e muito menos aceites. O membro do culto, especialmente um novo recruta, provavelmente questionará e contra-argumentará em relação às solicitações de dar tudo o que possui ao culto, de trabalhar para o culto em turnos de dezasseis horas, e entregar todos os rendimentos à liderança do culto. Então, como os líderes de cultos distraem os membros para não refletirem sobre e questionarem essas solicitações? São comuns as sessões de cânticos e meditações, atividades ininterruptas de proselitismo, trabalho, cozinha e limpeza. Uma vez que a pessoa aceitou a entrada no culto, a tarefa agora passa a ser a de evitar que ela faça um exame mais minucioso sobre os méritos de ser membro. Isso pode ser conseguido através do ensino de que qualquer dúvida ou pensamento desagradável é mau e é provocado pelo Diabo. Assim, os membros tornam-se “polícias” das suas próprias mentes;

7. Fixar a visão dos membros do culto num fantasma. Um líder de culto bem-sucedido está sempre a apresentar uma noção da terra prometida e uma visão de um mundo melhor para os fiéis. Ao fixar a visão de um membro num futuro fantasma, o líder fornece um poderoso incentivo para a manutenção do serviço ao grupo. Os crentes terão medo de parar de trabalhar para o grupo, pois isso poderia levar à perda do prémio da vida eterna. Também é provável que a maioria dos novos recrutas se encontre num estado de desespero. Esses “fantasmas” podem dar esperança, podem ser um poderoso motivador do comportamento humano, ao fornecer um senso de propósito e missão.

Etapas do abuso psicológico em grupo

Segundo Baron (2000), o processo de doutrinação pode ser encarado como uma série de estágios. Eles são rotulados como estágio de amolecimento, estágio de conformidade, estágio de internalização e estágio de consolidação:

Estágio 1. No estágio de amolecimento, o doutrinado é tipicamente isolado dos amigos e familiares. São realizados esforços para manter o doutrinado confuso, excitado, cansado, desorientado e, às vezes, abusado e assustado. Este período pode ser tão breve quanto algumas horas, embora geralmente seja mais longo. Os níveis de stresse são mais pronunciados nos casos mais coercitivos de doutrinação intensa;

Estágio 2. No estágio de conformidade, o recruta “experimenta” alguns dos comportamentos solicitados pelo grupo, passando mais ou menos pelas propostas ou prestando atenção a muitas das exigências feitas pelo grupo. Frequentemente, o recruta encara isso como um período de exploração para ver como é o grupo ou como esse comportamento complacente o envolve. Noutros casos, a conformidade ocorre em resposta à pressão social. Embora a curiosidade e a polidez sejam responsáveis por alguns atos de conformidade, outros comportamentos são induzidos através de técnicas conhecidas de conformidade, como procedimentos de concessões recíprocas, apelos à autoridade e pressão do grupo. Finalmente, em contextos coercitivos, os indivíduos frequentemente obedecem na tentativa de reduzir os aspetos ameaçadores ou aversivos da situação;

Etapa 3. Na etapa de internalização, o recruta começa a considerar aspetos do sistema de crenças do grupo. Isso pode ser desencadeado por vários mecanismos, incluindo curiosidade, pressão social persistente e a necessidade de justificar conformidade prévia. Esta etapa pode ser concluída nalguns casos no prazo de uma semana. Nesse estágio, as teorias clássicas de influência e persuasão social tornam-se aplicáveis, na medida em que o indivíduo reavalia as crenças antigas e considera outras novas;

Etapa 4. Na etapa de consolidação, o recruta solidifica a sua lealdade recém-adquirida ao grupo. Isso pode implicar assumir vários compromissos comportamentais dispendiosos que são difíceis de desfazer (e.g., doar os seus bens materiais ao grupo ou recrutar novos membros), isolar-se de pessoas externas ao grupo e expor-se seletivamente a informações. Esse estágio final de doutrinação é marcado pela aceitação total da doutrina e política do grupo com um mínimo de exame minucioso. Nesta fase, a reação primária do recruta a informações negativas sobre o grupo é de negação e racionalização. Assim, os eventos e as informações são interpretados e atendidos seletivamente. Como isso implica, os mecanismos de dissonância cognitiva parecem ser altamente relevantes nesta fase. Por esse motivo, o doutrinado que chegar à etapa de consolidação será altamente resistente à persuasão de pessoas externas ao grupo.

Não existe no mundo uma pessoa sequer que se tenha tornado “Testemunha de Jeová”, que se converteu a esse grupo religioso, simplesmente porque leu a Bíblia. Todos os membros desta entidade passaram por um método de ensino com material didático exclusivo da Sociedade Torre de Vigia e por um processo de lavagem cerebral (da Silva, 1991). O programa usado pelas Testemunhas de Jeová tem características peculiares (Gruss, 1970). De acordo com Schnell (1956), as Testemunhas de Jeová desenvolveram um sistema de sete etapas para o doutrinação. Essas etapas são as seguintes:

1.^a Conseguir, pelo menos, a venda de um livro. Isso não é difícil. As pessoas geralmente não são versadas nas Escrituras Sagradas e sentem simpatia pelas Testemunhas de Jeová, porque estas são alvo de “perseguição”, e compram os livros pensando estar a fazer uma obra de caridade;

2.^a Repetir a visita para ganhar a confiança do comprador e despertar o seu interesse pela leitura do livro. É realizado um registo para garantir a continuidade das visitas, pelo menos uma vez por mês;

3.^a Levar o indivíduo a aceitar um estudo semanal com o publicador. A esta fase chama-se o «estudo doméstico da Bíblia». O título é falso, porque o estudo não se ocupa realmente da Bíblia. O texto usado faz parte do livro vendido ou de outros livros da Sociedade Torre de Vigia. Da Bíblia utiliza-se apenas uma ou outra frase falsificada, que é transmitida como sendo a «nova luz do Templo».⁴ Aos poucos e poucos as pessoas vão comprando os restantes livros, sendo levadas por fim a assinar as publicações da Torre de Vigia;

4.^a Dividir a cidade em áreas ou zonas para orientar mais facilmente os «estudos domésticos», que são efetuados quase sempre à sexta-feira. Os guias, pessoas competentes e inteligentes, substituem com facilidade as doutrinas bíblicas por ensinamentos da Sociedade Torre de Vigia. Insistem constantemente no fim do mundo e na sua destruição iminente;

5.^a Convidar os crédulos a visitar os Salões do Reino aos domingos, onde são recebidos com toda a cordialidade. Procura-se que os interessados adquiram a ambição de se sentirem dignos de estar presentes e de serem elevados imediatamente à categoria de «iguais», podendo vir, como os demais, a pregar e ensinar as lições aprendidas. Essas pessoas adotam assim uma nova

maneira de pensar. A partir desse momento passam a considerar-se como possuidores do verdadeiro favor de Deus, porque os «Salões do Reino» são como a Arca de Noé;

6.^a Assistir finalmente a todos os cultos e ser um «publicador» segundo as instruções da Sociedade Torre de Vigia. As pessoas são treinadas para distribuir eficazmente os seus livros e revistas e conseguir contribuições em dinheiro;

7.^a O Batismo. Este é um sinal exterior da entrada oficial na Organização ou Cidade do Refúgio, obrigando-se, portanto, a ser um bom «Proclamador do Reino» e a submeter-se incondicionalmente às diretrizes e às ordens emanadas da Sociedade Torre de Vigia.⁵

Prevalência do abuso psicológico em grupo

Almendros et al. (2012) realizaram um estudo com 101 espanhóis (46 mulheres, 55 homens) que se identificaram como ex-membros de 27 grupos de manipulação psicológica. Não foi reportado que tipo de grupos eram, nem os seus nomes. A idade dos sujeitos em média era 43.47 anos ($SD = 12.22$ anos), quando se juntaram ao grupo tinham em média 26.75 anos ($SD = 12.26$ anos), o tempo médio de participação no grupo foi 9.83 anos ($SD = 9.55$ anos) e um tempo médio de 6.35 anos ($SD = 6.68$ anos) havia decorrido desde a sua saída do grupo. Os participantes responderam à versão espanhola da Group Psychological Abuse Scale (GPA-S), que é constituída por 28 itens distribuídos por três subescalas: Submissão (itens: 4, 7, 8, 10, 14, 18, 19, 23, 27 e 28), Controlo Mental (itens: 1, 9, 11, 15, 16, 21, 22, 24, 25 e 26) e Exploração (itens: 2, 3, 5, 6, 12, 13, 17 e 20). A resposta a cada item é assinalada numa escala do tipo Likert de cinco pontos (1 = *nada caraterístico* e 5 = *totalmente caraterístico*). Um ponto de corte de 81 foi estabelecido para a GPA-S, de modo que as pontuações acima de 80 na escala global indicam que o grupo é percebido como abusivo. Este ponto de corte foi obtido através da análise de curvas ROC (Receiver Operating Characteristic), muito usadas em Medicina para avaliar a precisão diagnóstica de um teste, bem como a sua capacidade discriminativa (i.e., distinguir entre pessoas sãs e doentes). A curva ROC representa os pares (1 - especificidade, sensibilidade⁸) obtidos quando são considerados todos os pontos de corte possíveis do teste. Como os participantes não foram avaliados num teste considerado um padrão-ouro, o desempenho neste foi substituído pelo abuso ou não-abuso psicológico informado. Ou seja, para além da amostra de 101 ex-membros de grupos de manipulação psicológica, foi constituído um grupo de controlo composto por 38 espanhóis ex-membros de grupos não-manipuladores.

Houve que decidir entre dois pontos de corte: 81 e 84. Com o ponto de corte 81, a sensibilidade da GPA-S seria 92.1% e a especificidade 100%; com o ponto de corte 84, a sensibilidade seria 91.1% e a especificidade 100%, pelo que foi escolhido o ponto 81. Dos 101 ex-membros de grupos de manipulação psicológica, 93 (92.0%) obtiveram uma pontuação maior ou igual a este ponto de corte.

Winocur et al. (1997) realizaram uma investigação com 76 (42 mulheres, 34 homens) ex-membros de cultos que na altura estavam ativos em grupos de apoio a outros ex-membros de cultos. Os nomes destes cultos não foram reportados. Os participantes tinham em média uma idade de 36.3 anos, tinham entrado para o culto aos 23.9 anos em média ($SD = 8.1$ anos), permaneceram no grupo durante 6.6 anos em média ($SD = 6.3$ anos) e tinham-se desfilado do culto há 7.5 anos em média ($SD = 5.7$ anos). Os participantes responderam ao Individual Cult Experience Index (ICE Index), instrumento constituído por 47 itens, divididos em quatro secções. A primeira secção é constituída por perguntas sobre elementos da doutrina e práticas do grupo. Na segunda, encontramos perguntas sobre os comportamentos e ações dos líderes do grupo ou de outros membros, realizados sob a direção dos líderes. Na terceira, perguntas sobre ações e experiências do entrevistado, realizadas sob a direção do grupo. A quarta e última, é constituída por perguntas sobre o conhecimento dos entrevistados acerca de abuso grave sofrido por outros membros do culto. Os itens são pontuados dicotomicamente (sim/não). A pontuação total no ICE Index representa a extensão da exposição a experiências de culto pelo entrevistado. Usando um ponto de corte de 15 para discriminar entre abuso e não-abuso psicológico em grupo, o ICE Index identificou 84% dos 76 ex-membros de cultos como tendo sido vítimas de abuso psicológico em grupo.

Consequências do abuso psicológico em grupo

A noção de que o controlo social pode produzir doenças não é nova. A literatura psiquiátrica preocupa-se há muito tempo com o papel do sofrimento social na produção de dor e sintomas fisiológicos (Kliger, 1994). Todavia, a exposição ao abuso psicológico em grupo pode também ter consequências a outros níveis. Num estudo realizado por Tops et al. (2018), 38 peritos (26 mulheres e 12 homens), de nacionalidade americana (47.4%), espanhola (34.2%), britânica (7.9%), australiana (7.9%) e canadiana (2.6%), reportaram um elevado número de consequências, que podem ser classificadas em quatro categorias: (1) dificuldades emocionais: perturbações nas emoções e sentimentos após deixar um grupo onde o abuso psicológico foi experimentado durante um período de tempo; (2) dificuldades cognitivas: perturbações em

vários processos cognitivos, como atenção, percepção, memória, raciocínio ou processamento de informações, após deixar um grupo onde o abuso psicológico foi experimentado durante um período de tempo; (3) dificuldades de integração social e relacional: perturbações na área do relacionamento e na adaptação ao ambiente social após a saída de um grupo onde o abuso psicológico foi vivenciado durante um período de tempo; e (4) outros comportamentos problemáticos específicos: perturbações no ajuste de comportamentos específicos importantes para a pessoa após deixar um grupo onde o abuso psicológico foi experimentado durante um período de tempo. Após o levantamento das dificuldades psicossociais que os sobreviventes de grupos abusivos tendem a vivenciar, os peritos pontuaram cada uma delas em termos de frequência e intensidade. Em relação à categoria dificuldades emocionais, a componente com maior pontuação tanto em termos de frequência quanto intensidade foi luto e perda, e a componente com menor pontuação foi tristeza e desespero. Em relação à categoria dificuldades cognitivas, os especialistas avaliaram os componentes problemas de identidade e dificuldades de tomada de decisão como as mais frequentes e intensas. Por outro lado, os estados dissociativos foram classificados como os menos frequentes e o embotamento cognitivo foi classificado como o menos intenso. Em relação à categoria dificuldades relacionais e sociais, a componente com maior pontuação tanto na frequência quanto na intensidade foi a dificuldade de relacionamento, seguida da dificuldade de integração social e falta de habilidade social. Por fim, no caso da outra categoria específica de comportamentos problemáticos, as perturbações do sono foram a componente classificada como a mais frequente e os problemas sexuais a mais intensa. Por outro lado, os especialistas avaliaram os comportamentos aditivos como a componente menos frequente e as perturbações alimentares como a menos intensa.

Göransson e Holmqvist (2018) descobriram que o nível de percepção de abuso psicológico, medido através de uma versão sueca da Group Psychological Abuse Scale GPA, estava diretamente relacionado com o nível de sofrimento psicológico, medido através da Clinical Outcome in Routine Evaluation–Outcome Measure (CORE–OM), numa amostra de 66 ex-membros de nove cultos religiosos suecos.

Saldaña et al. (2019) encontraram uma correlação direta, muito elevada e significativa, entre uma medida standardizada de abuso psicológico em grupo (PAEGS) e uma nova medida standardizada de distresse emocional, designada por Emotional Distress Scale in Survivors of Abusive Groups (EDS–SAG), numa amostra de 706 espanhóis adultos, ex-membros de diversos grupos.

Conway e Siegelman (1978, 1982) defendem que os adeptos dos cultos contraem uma nova doença, chamada “doença da informação”. A doença não é fisiológica por natureza; não

danifica ou destrói a maquinaria biológica robusta do cérebro. No entanto, representa uma alteração física da complexa organização do cérebro. Experiências novas e intensas podem provocar uma reorganização de microestruturas sinápticas de longa data; noutras pessoas, novos padrões de pensamento e sentimento podem simplesmente ser superpostos aos mais antigos. Ex-membros de cultos queixaram-se de desorientação e de “flutuação” dentro e fora de estados alterados, de pesadelos recorrentes, alucinações e delírios. Em antigos membros de grupos religiosos conhecidos pelos seus intensos rituais repetitivos, observou-se também uma incapacidade em romper os ritmos mentais de cantar, meditar ou falar em línguas.

Objetivos do estudo

A Sociedade Torre de Vigia, conhecida mundialmente por “Testemunhas de Jeová”, tem como finalidade atrair pessoas e depois submetê-las a um elaborado programa de “lavagem do cérebro”, criando assim milhares de Proclamadores do Reino, todos eles a pensar da mesma maneira, quais meros autómatos (Schnell, 1956).⁶ Depois de se tornarem membros, a Sociedade Torre de Vigia exerce um grande controlo sobre a sua vida quotidiana (Weishaupt & Stensland, 1997).⁷ Esses componentes da manipulação, nomeadamente comportamento controlado, pensamento controlado, emoções controladas e informações controladas, foram confirmados por Humpl (2002), quando entrevistou 101 indivíduos (48 mulheres, 53 homens), que tinham sido membros das Testemunhas de Jeová na República Checa. No entanto, até à data ainda não existe qualquer confirmação dessas alegações de abuso psicológico no seio deste grupo religioso, através da aplicação de escalas de avaliação de abuso psicológico em grupo.

O presente estudo teve como propósitos: a) calcular a prevalência da perceção de abuso psicológico em grupo em ex-Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil; b) explorar diferenças relativamente ao nível de perceção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres, e entre portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová; c) analisar uma possível relação entre a perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e a sensação de pertencer a esse grupo quando era membro; e d) explorar uma possível relação entre a perceção de abuso psicológico em grupo em ex-membros das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil e o nível de depressão dos mesmos.

Metodologia

Participantes

A amostra deste estudo foi constituída por 236 participantes voluntários, que se encontravam registados no Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal (<http://testemunhasdejeova.forumeiros.com/>) e no grupo de discussão do Facebook Desperta! (<https://www.facebook.com/comunidade.extj/>). As características demográficas dos participantes encontram-se resumidas na Tabela 1. No anexo desta tese encontra-se uma versão mais completa desta tabela.

Tabela 1

Caraterísticas demográficas dos participantes

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Sexo	236				
Mulher		129	54.7		
Homem		107	45.3		
Idade (anos)	233			38.96	10.91
Nacionalidade	236				
Brasileira		148	62.7		
Portuguesa		72	30.5		
Outra		14	5.7		
Não respondeu		2	0.8		
Estado civil	236				
Casados(as)		119	50.4		
Solteiros(as)		49	20.8		
Divorciados(as)		30	12.7		
Vivem em união de facto		29	12.3		
Separados(as) judicialmente		3	1.3		
Separados(as) de facto		2	0.8		
Viúvos(as)		2	0.8		
Não respondeu		2	0.8		
Habilitações literárias	236				
Não concluiu o ensino básico/fundamental		6	2.4		
Ensino básico/fundamental		18	7.5		
Ensino secundário/médio		124	52.5		
Ensino superior		80	33.7		
Não respondeu		8	3.4		

Tabela 1 (continuação)

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Afiliação religiosa antes de ser TJ	236				
Nenhuma		156	66.1		
Católica Romana		59	25.0		
Evangélica/Protestante		9	3.8		
Outra		8	3.2		
Não respondeu		4	1.7		
Como tomou contacto com as TJ	236				
Através dos pais/nasci em família TJ		96	40.7		
Através de visita ao domicílio		39	16.5		
Através da mãe		33	14.0		
Através de parentes próximos		12	5.1		
Através de amigos(as)		7	3.0		
Através de pregação na rua		6	2.5		
Através de um(a) tio(a)		5	2.1		
Através de vizinhos(as)		5	2.1		
Através de um(a) irmão(ã)		3	1.3		
Através do pai		2	0.8		
Através de uma avó		2	0.8		
Através da madrasta		2	0.8		
Através de um(a) colega de trabalho		2	0.8		
Outro		16	6.4		
Não respondeu		6	2.5		
Idade que tinha quando foi batizado(a) nas TJ (anos)	220			17.85	6.48
Cargo que tinha nas TJ	236				
Publicadores(as)		110	46.6		
Servo ministerial		29	12.3		
Nenhum		20	8.5		
Pioneiro(a) regular		19	8.1		
Ancião		17	7.2		
Pioneiro(a) auxiliar		12	5.1		
Pioneiro(a)		7	3.0		
Outro		10	4.1		
Não respondeu		12	5.1		
Quanto tempo permaneceu nas TJ (anos)	234			20.41	10.40
Há quanto tempo se desfilou das TJ (anos)	232			7.68	8.26
Religião que tem presentemente	33				
Católica Romana		6	18.2		
Evangélica		5	15.2		
Espírita		4	12.1		
Cristã		2	6.1		
Igreja Adventista do Sétimo Dia		2	6.1		
Igreja Presbiteriana		2	6.1		
Umbanda		2	6.1		
Outra		9	27.0		
Não respondeu		1	3.0		

Nota. TJ = Testemunha de Jeová; *f* = frequência absoluta; % = percentagem; *M* = média; *SD* = desvio padrão.

Podemos concluir pela análise da Tabela 1 que a maioria das pessoas que participaram no estudo são mulheres, têm em média menos de 40 anos de idade, são de nacionalidade brasileira, casados(as), possuem como habilitações literárias o ensino secundário/médio, não tinham nenhuma religião antes de serem Testemunhas de Jeová, tomaram contacto com este grupo religioso através de familiares, foram em média batizados pelas Testemunhas de Jeová por volta dos 18 anos, desempenhavam no grupo o cargo de publicadores(as), permaneceram em média nas Testemunhas de Jeová durante 20 anos, desfiliaram-se em média há cerca de oito anos, e quando responderam ao questionário não tinham nenhuma religião.

É de realçar que algumas pessoas reportaram nacionalidades que não eram esperadas. Uma vez que estavam registados(as) nesses sítios da Internet, presume-se que tenham aprendido português de alguma forma. Podem, por exemplo, ser descendentes de imigrantes portugueses.

Não foi possível calcular a taxa de resposta, porque apesar de sabermos o número de pessoas registadas nesses sítios da Internet, não conseguimos saber quantos efetivamente tomaram conhecimento da realização deste estudo.

Instrumentos

Questionário de dados demográficos. É composto pelas seguintes perguntas: nacionalidade (portuguesa/brasileira/outra); sexo (masculino/feminino); idade (em anos); estado civil [solteiro(a)/união de facto – vive com companheiro(a)/casado(a)/divorciado(a)/separado(a) judicialmente/separado(a) de facto/viúvo(a)]; habilitações literárias (nível de escolaridade); tinha alguma religião antes de ser Testemunha de Jeová? Se sim, qual?; como tomou contacto com as Testemunhas de Jeová?; que idade tinha quando foi batizado(a) pelas Testemunhas de Jeová? (em anos); que cargo desempenhava nas Testemunhas de Jeová? quanto tempo permaneceu nas Testemunhas de Jeová? (em anos); há quanto tempo saiu das Testemunhas de Jeová ou deixou de ser uma Testemunha de Jeová ativa? (em anos); tem alguma religião presentemente? Se sim, qual?

Intensidade de pertencer às Testemunhas de Jeová (Buxant & Saroglou, 2008). Os participantes foram solicitados a pontuar numa escala de 10 pontos a sensação de pertencerem às Testemunhas de Jeová quando eram membros.

Group Psychological Abuse Scale (GPA; Chambers et al., 1994). Esta escala é uma medida padronizada desenvolvida para a avaliação da perceção de abuso psicológico em contextos de

grupo, constituída por 28 itens. É um instrumento autoadministrado de aplicação simples e rápida e aparentemente de fácil compreensão pelos sujeitos. Cada item é codificado numa escala do tipo Likert de cinco pontos (de 1 = *não é de todo característico* a 5 = *muito característico*). A amostra do estudo original foi constituída por 308 (64% mulheres, 36% homens) norte-americanos, ex-membros de 101 cultos religiosos cristãos e orientais, cultos políticos e outros tipos (Almendros et al., 2004; Chambers et al., 1994). Uma análise em componentes principais (PCA; Hotelling, 1933a, 1933b) seguida de rotação *varimax* (Kaiser, 1958, 1959) extraiu quatro fatores, que explicam 42% da variância total. Essas quatro subescalas foram designadas da seguinte forma: Submissão – Sc1, com sete itens (1, 4, 13, 14, 18, 21 e 28); Exploração – Sc2, com sete itens (2, 3, 6, 12, 19, 20 e 27); Controlo Mental – Sc3, com sete itens (9, 11, 15, 22, 24, 25 e 26); e Dependência Ansiosa – Sc4, com sete itens (5, 7, 8, 10, 16, 17 e 23). A subescala Submissão diz respeito a vida sexual e intimidade prescritas pelo grupo, sacrificar os objetivos pessoais, servir os líderes, deixar que os líderes tomem as decisões e consultar os líderes sobre as decisões. A vida em comunidade não reflete abertamente a submissão, mas contribui para ela quando se considera que essa vida em comunidade é exigida pela liderança e torna mais difícil o descumprimento das normas do grupo. A subescala Exploração refere-se ao uso pelo grupo de meios antiéticos para ganhar poder, tais como, manipulação, abuso e uso das pessoas. A subescala Controlo Mental refere-se a um determinado tipo de relacionamento que ocorre entre os líderes e os liderados. Por exemplo, as pessoas permanecem no grupo porque foram enganadas e manipuladas; o líder critica os membros do grupo; o pensamento crítico não é estimulado; o líder pressiona psicologicamente as pessoas; e os membros sentem que fazem parte de uma elite. A subescala Dependência Ansiosa está relacionada com o facto de que num culto a dependência pode ser absoluta e o medo tende a estar subjacente a todas as experiências, exceto talvez na fase inicial de “lua de mel” de recrutamento/sedução. Por exemplo, são constantes as ameaças de condenação eterna, caso abandonem o grupo; o líder é visto como divino; não são toleradas as emoções negativas; criticar o grupo é sinal de uma influência demoníaca. As correlações entre estas subescalas não foram fortes, variando entre .16 e .36. As pontuações de alguns itens (1, 5, 21, 22, 25 e 26) devem ser invertidas. As notas das pontuações obtidas em cada item são depois somadas. Desta forma, as notas de cada subescala variam entre 7 e 35, e a nota global varia entre 28 e 140 ($GPA = Sc1 + Sc2 + Sc3 + Sc4$). Como o ponto médio da escala de resposta é três, as pontuações acima de 21 (3×7 itens = 21) obtidas nas subescalas e acima de 84 (3×28 itens = 84) na escala global, indicam que o testando percecionou o grupo como psicologicamente abusivo. Em termos de análise da consistência interna, os coeficientes α de Cronbach obtidos foram os seguintes: .70 para a subescala Controlo

Mental, .72 para a subescala Dependência Ansiosa, .75 para a subescala Exploração, .81 para a subescala Submissão e .81 para a escala global. Estes valores foram considerados satisfatórios para o propósito de investigação (Almendros et al., 2004; Chambers et al., 1994).

Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS; Saldaña et al., 2017). Esta escala foi desenvolvida com o objetivo de avaliar o grau em que uma pessoa experimentou comportamentos psicologicamente abusivos quando estava inserida num determinado grupo. É um instrumento de autorrelato que é fácil e rápido de responder e aparentemente é facilmente compreendido pelos participantes. Consiste em 31 itens classificados numa escala do tipo Likert de cinco pontos (0 = *de modo algum*, 1 = *ligeiramente*, 2 = *bastante*, 3 = *muito* e 4 = *continuamente*; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, & Almendros, 2018; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Nishida, 2018). Os itens medem os componentes do abuso psicológico em grupo de maneira positiva (i.e., as afirmações nunca contêm a palavra «não») e: (a) representam comportamentos, ações ou práticas realizadas pelo grupo; (b) correspondem à definição de uma estratégia de abuso psicológico; (c) referem-se à experiência do entrevistado e (d) não aludem a possíveis consequências de tais práticas. Os itens foram escritos de forma a representar diversas componentes do abuso psicológico em grupo: Abuso Emocional, com seis itens (2, 4, 10, 23, 25 e 31; as pontuações podem variar entre 0 e 24); Isolamento, com seis itens (8, 9, 11, 18, 26 e 27; as pontuações podem variar entre 0 e 24); Controlo e Manipulação da Informação, com quatro itens (12, 16, 21 e 24; as pontuações podem variar entre 0 e 16); Controlo da Vida Pessoal, com seis itens (3, 13, 15, 20, 28 e 29; as pontuações podem variar entre 0 e 24); Doutrinação a um Sistema de Crenças Absoluto e Maniqueísta, com seis itens (1, 5, 6, 7, 17 e 30; as pontuações podem variar entre 0 e 24); e Imposição de uma Autoridade Singular e Extraordinária, com três itens (14, 19 e 22; as pontuações podem variar entre 0 e 12). A pontuação total da escala pode variar entre 0 e 124. A amostra do estudo original foi composta por 138 indivíduos (71% mulheres, 29% homens, $M_{idade} = 48.42$ anos), maioritariamente norte-americanos (58.7%), canadianos (15.2%) e britânicos (13%), ex-membros de 66 grupos controladores ou abusivos, de natureza religiosa, pseudo-terapêutica, política e comercial. Os dados recolhidos foram sujeitos a uma análise fatorial exploratória, tendo sido usado o método dos mínimos quadrados não-estandardizados (ULS) para a extração dos fatores (Saldaña et al., 2017). Foi encontrada uma estrutura fatorial unidimensional. O fator retido foi responsável por 45.7% da variância total, apresentou um coeficiente α de Cronbach de .94 e apresentou um coeficiente de correlação de .80 com uma versão modificada da GPA (Saldaña et al., 2017; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Nishida, 2018). Em relação à possibilidade de

considerar o grupo como abusivo, a pontuação obtida deve ser superior a 13 na versão japonesa (Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Nishida, 2018) e superior a 27 na versão espanhola (Saldaña, Rodríguez-Carballeira, & Almendros, 2018). Dado que o procedimento seguido por estes autores (curvas ROC) produziu pontos de corte muito baixos, decidimos aplicar o mesmo critério usado para a GPA. Desde modo, o ponto de corte para a PAEGS foi calculado da seguinte forma: como 2 (ponto médio da escala de resposta) x 31 (número de itens) = 62, os valores acima de 62 indicam que o indivíduo percecionou o grupo como abusivo. Mais estudos serão necessários para se encontrar o ponto de corte ideal.

Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE; Vaz Serra, 1994). Trata-se de um instrumento de autoavaliação da depressão, formado por 23 questões diferentes que se referem a quatro tipos diferentes de sintomas: (1) alterações biológicas, (2) sintomas cognitivos, (3) modificação das relações interpessoais e (4) supressão ou alteração do desempenho de tarefa. Significam a relação que o indivíduo deprimido estabelece com o corpo, consigo próprio como pessoa, com os outros e com o trabalho. As questões referem-se não a um estado de espírito de momento, mas a um estado que permanece pelo menos durante as duas semanas anteriores ao preenchimento do inventário. Este instrumento foi construído partindo do pressuposto de que a gravidade de uma depressão varia em função do número de sintomas assinalados e da intensidade que atingem. Assim, o IACLIDE foi criado e desenvolvido como uma escala de tipo Likert. Cada uma das 23 questões foi subdividida em cinco afirmações que traduzem uma gravidade progressivamente crescente. O respondente deve assinalar em cada questão apenas uma das cinco afirmações. À primeira corresponde um valor mínimo de 0, representativo da inexistência de qualquer perturbação e, à última, um valor de 4, que traduz a gravidade máxima atingida pela queixa. A amostra do estudo original foi constituída por 340 (170 mulheres, 170 homens, $M_{idade} = 40.97$ anos) portugueses deprimidos que se apresentaram espontaneamente para tratamento em clínica hospitalar e privada. A depressão constituía nestes indivíduos uma perturbação primária do afeto. Não foram incluídas situações de depressão que tivessem subjacentes casos de alcoolismo, debilidade mental, esquizofrenia, síndrome cerebral orgânico, dependência por drogas ilícitas ou ação de medicamentos. Com base no diagnóstico estabelecido, os participantes foram divididos em dois grupos classificativos: 241 correspondiam ao que classicamente era designado por depressão reativa e os 99 restantes pertenciam mais ao grupo de depressão endógena.⁸ Uma análise em componentes principais, seguida de rotação ortogonal de tipo *varimax*, extraiu cinco fatores que explicam 54.2% da variância total: Fator 1, com oito itens (1, 6, 13, 15, 17, 20, 22 e 23); Fator 2, com oito itens (2,

5, 9, 10, 12, 16, 17 e 21); Fator 3, com quatro itens (7, 10, 18 e 19); Fator 4, com quatro itens (2, 3, 4 e 14); e Fator 5, com dois itens (8 e 11). O Fator 1 é o mais importante. Nele estão representados sintomas que traduzem a dificuldade do desempenho de tarefa, associados a queixas biológicas e cognitivas correspondentes à clássica depressão endógena. O Fator 2 sugere que a pessoa que apresenta este tipo de sintomas tem uma personalidade obsessiva subjacente, pronta a censurar-se, hesitante e pessimista, desenvolvendo de preferência sintomas cognitivos em que está patente uma relação perturbada da pessoa consigo própria. O Fator 3 reúne os elementos da constelação suicida. O Fator 4 parece corresponder a sintomas desenvolvidos por uma personalidade apelativa, em que há marcada instabilidade emocional e dependência das outras pessoas. Finalmente, o Fator 5 reúne os dois tipos de perturbações do sono que o inventário regista: insónia tardia e insónia inicial. A correlação par-ímpar foi .85, o coeficiente de Spearman-Brown foi .92 e o coeficiente α de Cronbach foi .89, valores que traduzem uma boa consistência interna da totalidade dos itens do inventário. A nota global do inventário obtém-se somando as pontuações (de 0 a 4) de cada afirmação seleccionada em cada uma das 23 questões. Podemos referir que, com uma nota global do IACLIDE ≥ 20 é provável encontrarmos pessoas deprimidas. Quanto à sua gravidade, as depressões são classificadas de acordo com a seguinte escala: depressões leves: entre 20 e 34; depressões moderadas: entre 35 e 52; e depressões graves: ≥ 53 . A partir da nota global do IACLIDE é ainda possível prever um conjunto de incapacidades geradas pela depressão: incapacidades para a vida em geral, para o trabalho, para a vida social/atividades de lazer e para a vida familiar/responsabilidades domésticas. Todavia, os resultados devem ser interpretados com cautela, como indicativos de uma tendência geral a que, provavelmente, se juntam fatores inibidores ou facilitadores, de origem diferente que não exclusivamente a depressão (Vaz Serra, 1994).

Procedimentos

O primeiro passo desta investigação foi contactar os administradores do Fórum Ex-Testemunhas de Jeová de Portugal e do grupo Desperta!, para lhes pedir colaboração na divulgação do estudo.

Para a recolha de dados foi colocado um questionário online do Google. A recolha de dados teve duas fases: (1) pré-teste: entre setembro e novembro de 2018; estudo propriamente dito – entre dezembro de 2018 e março de 2019. Na fase de pré-teste não foi aplicada a escala de depressão, devido à colocação online do questionário sem indicação do autor do estudo. O questionário era anónimo e foi garantida a confidencialidade das respostas.

Design de investigação e análise dos dados

Este estudo pode ser classificado como quantitativo de tipo descritivo (Christensen et al., 2015; Zedeck, 2014), transversal ou de prevalência (Esene et al., 2016; Grimes & Schulz, 2002), correlacional (Bordens & Abbott, 2011; Zedeck, 2014), comparativo (Ato et al., 2013; Zedeck, 2014) ou diferencial (Evans, 2007) e exploratório (Dunbar, 2005; Zedeck, 2014).

Em termos de análise estatística: (1) foram calculadas algumas medidas de estatística descritiva, nomeadamente, a frequência absoluta e a percentagem da perceção de existência ou não de abuso psicológico na congregação das Testemunhas de Jeová, assim como o valor mínimo, o valor máximo, a média, a mediana⁹ e o desvio padrão das pontuações obtidas pelos participantes nas escalas e subescalas; (2) foram calculados os coeficientes de correlação linear de Pearson (Pearson, 1896, 1900b, 1920) e ordinal de Spearman (Spearman, 1904) entre as pontuações obtidas na Group Psychological Abuse Scale (GPA) e na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS) e a intensidade de pertencer às Testemunhas de Jeová e o nível de depressão avaliado através do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE). Os valores de .10, .30 e .50 para a magnitude do coeficiente de correlação de Pearson, representam respetivamente um pequeno, médio e grande tamanho de efeito correlacional (Cohen, 1988, 1992);¹⁰ (3) estimámos as médias populacionais das pontuações obtidas nas escalas GPA, PAEGS e IACLIDE e subescalas da GPA através de intervalos de confiança¹¹ (nível de confiança de 95%); e (4) realizámos testes de significância da hipótese nula (Arbuthnot, 1710),¹² nomeadamente, a) o teste *t* para uma amostra (paramétrico; Student, 1908), para comparar as médias do nível de perceção de abuso psicológico em grupo medido através da GPA e da PAEGS, com as médias das amostras dos estudos originais, b) o teste *t* para duas amostras independentes (paramétrico; Fisher, 1925; Student, 1908) e c) o teste *U* de Mann–Whitney¹³ (não-paramétrico;¹⁴ Mann & Whitney, 1947) para explorar diferenças estatisticamente significativas do nível de perceção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres, e entre portugueses e brasileiros.¹⁵ Os métodos para teste de hipóteses usados foram: a) o método do valor *p* (bilateral ou bicaudal; Gibbons & Pratt, 1975; Triola, 2018); e b) o método do intervalo de confiança¹⁶ (intervalo único) para a diferença entre as duas médias, no caso dos testes *t* (Berkson & Geary, 1941; Borrór, 2012; Natrella, 1960).¹⁷ O nível de significância (α) dos testes foi estabelecido a .05 (5%).

O teste *t* para duas médias populacionais (variâncias desconhecidas e desiguais) é aproximado se as populações estiverem normalmente distribuídas ou se o tamanho da amostra for suficientemente grande (Kanji, 2006). O teste *U* de Mann–Whitney é um teste estatístico

para dados ordinais ou contínuos. Ao contrário do teste t de Student, não exige que os dados sejam normalmente distribuídos (du Prel et al., 2010). Quando os dados são distribuídos normalmente e todas as outras premissas são atendidas,¹⁸ há relativamente pouca perda em termos de poder¹⁹ se usarmos o teste de Mann–Whitney, e pode haver ganhos quase infinitos quando essas premissas não são atendidas (Kitchen, 2009). Contudo, uma limitação importante deste teste é que o erro do tipo I ou erro alfa (α) é ampliado numa situação de heterocedasticidade ou variâncias distintas (Nachar, 2008; Zimmerman, 1998, 2000), mesmo quando o tamanho das amostras é igual (Zimmerman, 2000).²⁰

A realização do teste t para uma amostra implica que se cumpra pelo menos uma das seguintes condições: a população é normalmente distribuída ou $n > 30$. Como esta segunda condição esteve sempre presente, não foi testada a normalidade das distribuições (Triola, 2018). No caso do teste t para duas amostras independentes, a normalidade das distribuições das variáveis dependentes foi avaliada através do teste de Shapiro–Wilk (Shapiro & Wilk, 1965), uma vez que se trata do teste mais recomendado (Ghasemi & Zahediasl, 2012; Razali & Wah, 2011; Yap & Sim, 2011).²¹

A igualdade de variâncias das distribuições das variáveis dependentes foi determinada através do teste de Levene (Levene, 1960). A abordagem de Levene é poderosa e robusta à não normalidade e tornou-se uma ferramenta muito popular para verificar a homogeneidade das variâncias (Gastwirth et al., 2009).

Foi também reportada uma medida estandardizada de tamanho (ou magnitude) do efeito, o d de Cohen ou diferença de médias estandardizada (Cohen, 1988, 1992), para o teste t para uma amostra, teste t para duas amostras independentes e teste U de Mann–Whitney, bem como o respetivo intervalo de confiança, no caso dos testes t . O valor de d pode variar entre $-\infty$ e $+\infty$. O valor zero indica que não há diferença entre as médias (Burns, 2000). Desta forma, o d de Cohen só deve ser reportado quando existam diferenças estatisticamente significativas (Levin 1993). Como o d é apresentado em unidades de desvio padrão, pode ser usado para fazer comparações de tamanhos de efeito provenientes de estudos que usaram diferentes variáveis dependentes (Burns, 2000). A significância do teste U de Mann–Whitney é geralmente avaliada através da aproximação da distribuição da estatística do teste à distribuição z (ou distribuição normal estandardizada) quando os tamanhos das amostras não são muito pequenos, e o programa de *software* estatístico que executa esse teste informa o valor z apropriado, além do valor para U . O valor z pode ser usado para calcular um tamanho de efeito (Fritz et al., 2012). Independentemente do sinal, os valores 0.20, 0.50 e 0.80 representam pequenos/fracos,

médios/moderados e grandes/fortes tamanhos do efeito, respetivamente (Burns, 2000; Cohen, 1988, 1992).

Para a análise de dados foram utilizados os programas de *software* estatístico: IBM® SPSS® Statistics (Versão 25), Effect Size Calculators (Uanhoro, 2017) e Calculation of Effect Sizes (W. Lenhard & Lenhard, 2016).

Resultados

Dada a grande quantidade de resultados a apresentar, esta secção foi dividida em três subsecções: análise de dados omissos, análise descritiva e análise inferencial.

Análise de dados omissos

Os dados omissos (também chamados ausentes, faltantes ou perdidos) nos itens das escalas foram imputados com recurso à média da amostra no respetivo item. As percentagens encontradas de dados omissos foram as seguintes:

Group Psychological Abuse Scale (GPA): Item 2: 0.8%; Item 3: 0.4%; Item 4: 0.8%; Item 7: 0.4%; Item 8: 0.8%; Item 13: 0.8%; Item 16: 0.4%; Item 19: 0.4%; Item 20: 0.8%; Item 22: 0.4%; Item 24: 0.4%;

Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS): Item 1: 0.8%; Item 2: 0.4%; Item 4: 0.4%; Item 5: 0.4%; Item 8: 0.8%; Item 9: 0.4%; Item 10: 0.4%; Item 11: 0.4%; Item 12: 1.7%; Item 13: 0.4%; Item 15: 0.4%; Item 16: 0.8%; Item 18: 0.4%; Item 21: 0.4%; Item 22: 0.4%; Item 23: 0.4%; Item 25: 0.8%; Item 26: 0.4%; Item 27: 0.8%; Item 28: 0.4%; Item 29: 0.4%; Item 31: 0.4%;

Inventário de Avaliação Clínica da Depressão (IACLIDE): onze pessoas não preencheram o IACLIDE na íntegra, tendo sido eliminadas da análise. Após essa eliminação, a percentagem de dados omissos (também chamados ausentes, faltantes ou perdidos) foi a seguinte: Item 1: 0.9%; Item 2: 1.3%; Item 3: 1.3%; Item 4: 1.3%; Item 5: 0%; Item 6: 1.3%; Item 7: 1.3%; Item 8: 0.4%; Item 9: 1.8%; Item 10: 1.3%; Item 11: 1.8%; Item 12: 0.9%; Item 13: 2.2%; Item 14: 1.3%; Item 15: 0.9%; Item 16: 1.3%; Item 17: 1.8%; Item 18: 2.7%; Item 19: 2.7%; Item 20: 1.3%; Item 21: 1.8%; Item 22: 2.7%; Item 23: 1.3%. Não nos pareceu adequado realizar uma

imputação dos valores omissos a partir da média da amostra, uma vez que a personalidade da pessoa determinada fortemente os níveis médios de humor e a variabilidade do humor (Hepburn & Eysenck, 1989). Quanto à imputação a partir da média obtida por cada pessoa no conjunto dos itens, também não está isenta de críticas (ver Lee et al., 2015). Não sabemos qual foi a razão para o não preenchimento desses itens, mas é provável que signifique que esses sintomas estavam ausentes. Como a pontuação do inventário se baseia na soma da pontuação dos itens, as células foram deixadas em branco (i.e., contam como «zero»).

Análise descritiva

Na Tabela 2 são apresentadas medidas de estatística descritiva relativas às pontuações obtidas nas escalas e subescalas. Apesar da estrutura interna da versão original da GPA não ter sido corroborada no Estudo 3 desta tese, não quer dizer que isso não possa acontecer em estudos futuros, pelo que é pertinente reportar estes dados.

Tabela 2

Medidas de Estatística Descritiva Relativas às Pontuações Obtidas nas Escalas e Subescalas

Medida	<i>n</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>	<i>M</i>	95% CI	<i>Mdn</i>	<i>SD</i>
GPA Total	236	70	136	108.55	[107.17, 109.94]	110	10.79
GPA Submissão	236	19	35	29.71	[29.29, 30.12]	30	3.21
GPA Exploração	236	11	33	22.89	[22.35, 23.43]	23	4.22
GPA Controlo Mental	236	18	35	30.25	[29.84, 30.66]	31	3.19
GPA Dependência Ansiosa	236	15	35	25.70	[25.20, 26.20]	26	3.92
PAEGS Total	236	18	124	94.32	[91.54, 97.09]	100	21.65
IACLIDE Total	225	0	85	23.07	[20.63, 25.50]	18	18.51

Nota. *Mínimo* = valor mínimo; *Máximo* = valor máximo; *M* = média; CI = intervalo de confiança; *Mdn* = mediana; *SD* = desvio padrão; GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Destacamos na análise da Tabela 2, que todos os valores médios obtidos nas escalas e subescalas que avaliam o nível de perceção de abuso psicológico se encontram acima dos pontos de cortes para considerar o grupo como abusivo. O valor mais elevado obtido nas subescalas da GPA foi na de Controlo Mental. Quanto ao valor médio encontrado no Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, também se encontra acima do ponto de corte para considerar uma pessoa como deprimida. Conforme referido na secção «Instrumentos»,

considera-se que um indivíduo percebeu um grupo como psicologicamente abusivo, quando obteve pontuações acima de 21 nas subescalas da GPA, acima de 84 na GPA e acima de 62 na PAEGS. No IACLIDE, considera-se alguém deprimido quando obteve uma pontuação igual ou maior a 20.

Na Tabela 3 são apresentadas a frequência absoluta e a percentagem da percepção de existência ou não de abuso psicológico na congregação das Testemunhas de Jeová, com base em dois critérios: (1) segundo o ponto de corte da pontuação total da Group Psychological Abuse Scale; e (2) de acordo com o ponto de corte da pontuação total da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Tabela 3

Frequência Absoluta e Percentagem da Percepção de Existência ou Não de Abuso Psicológico na Congregação das Testemunhas de Jeová

	GPA		PAEGS	
	<i>f</i>	%	<i>f</i>	%
Sim	230	97.5	211	89.4
Não	6	2.5	25	10.6

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale.

Pela análise da Tabela 3 verificamos que a grande maioria dos participantes percebeu as Testemunhas de Jeová como um grupo religioso abusivo.

Análise inferencial

Na Tabela 4, encontra-se a comparação entre a média obtida nas pontuações das escalas e subescalas e as médias obtidas nas amostras dos estudos originais, através do teste *t* para uma amostra.

Tabela 4

Comparação Entre a Média Obtida nas Pontuações das Escalas e Subescalas e as Médias Obtidas nas Amostras dos Estudos Originais, Através do Teste t Para Uma Amostra

Medida	Presente estudo	Amostras dos estudos originais	<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>	95% CI para a diferença entre as duas médias		<i>d</i> de Cohen	95% CI para o <i>d</i> de Cohen	
	<i>M</i>	<i>M</i>				<i>LL</i>	<i>UL</i>		<i>LL</i>	<i>UL</i>
GPA Total	108.55	110.70	-3.05	235	.002	-3.53	-0.76	-0.19	-0.32	-0.07
GPA Submissão	29.71	29.27	2.08	235	.038	0.02	0.85	0.13	0.00	0.26
GPA Exploração	22.89	22.96	-0.25	235	.799	-0.61	0.47	—	—	—
GPA Controlo Mental	30.25	31.64	-6.66	235	< .001	-1.80	-0.98	-0.43	-0.56	-0.30
GPA Dependência Ansiosa	25.70	26.52	-3.21	235	.002	-1.32	-0.32	-0.20	-0.33	-0.07
PAEGS Total	94.32	91.48	2.01	235	.045	0.06	5.61	0.13	0.00	0.25
IACLIDE Total	23.07	41.48	-14.92	224	< .001	-20.85	-15.98	-0.99	-1.15	-0.83

Nota. *M* = média; *df* = graus de liberdade; CI = intervalo de confiança; *LL* = limite inferior; *UL* = limite superior; GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 4, podemos constatar que a média obtida na pontuação total da GPA, assim como as médias obtidas nas subescalas Controlo Mental e Dependência Ansiosa foram significativamente inferiores às médias obtidas na amostra do estudo original. No entanto, a média obtida na subescala Submissão foi significativamente superior à obtida na amostra do estudo original. Quanto à média da pontuação obtida na PAEGS, foi significativamente superior à obtida na amostra do estudo original. Finalmente, a média obtida na pontuação do IACLIDE foi significativamente inferior à obtida na amostra do estudo original, constituída por pacientes deprimidos. Apesar destas diferenças registadas, os tamanhos do efeito foram pequenos, com exceção na pontuação do IACLIDE, que foi grande.

Na Tabela 5 encontra-se o ajustamento à normalidade das distribuições dos dados amostrais relativos à aplicação das escalas e subescalas em homens e mulheres ex-Testemunhas de Jeová, calculado a partir do teste de Shapiro–Wilk.

Tabela 5

Ajustamento à Normalidade das Distribuições dos Dados Amostrais Relativos à Aplicação das Escalas e Subescalas em Homens e Mulheres ex-Testemunhas de Jeová, calculado a partir do teste de Shapiro–Wilk

Medida	Sexo	<i>W</i>	<i>df</i>	<i>p</i>
GPA Total	Masculino (<i>n</i> = 107)	.96	100	.006
	Feminino (<i>n</i> = 129)	.97	125	.023
GPA Submissão	Masculino (<i>n</i> = 107)	.94	100	< .001
	Feminino (<i>n</i> = 129)	.96	125	.005
GPA Exploração	Masculino (<i>n</i> = 107)	.97	100	.091
	Feminino (<i>n</i> = 129)	.98	125	.382
GPA Controlo Mental	Masculino (<i>n</i> = 107)	.93	100	< .001
	Feminino (<i>n</i> = 129)	.95	125	< .001
GPA Dependência Ansiosa	Masculino (<i>n</i> = 107)	.98	100	.293
	Feminino (<i>n</i> = 129)	.98	125	.156
PAEGS Total	Masculino (<i>n</i> = 107)	.93	100	< .001
	Feminino (<i>n</i> = 129)	.92	125	< .001
IACLIDE Total	Masculino (<i>n</i> = 100)	.90	100	< .001
	Feminino (<i>n</i> = 125)	.93	125	< .001

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão; *df* = graus de liberdade.

Pela análise da Tabela 5 podemos constatar que a maioria das distribuições não eram normais nos dois grupos, com exceção das obtidas nas subescalas Exploração e Dependência

Ansiosa da GPA, o que revela que deve haver algum cuidado na interpretação dos resultados dos testes estatísticos paramétricos.

Na Tabela 6 encontra-se o ajustamento à normalidade das distribuições dos dados amostrais relativos à aplicação das escalas e subescalas em portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, calculado a partir do teste de Shapiro–Wilk.

Tabela 6

Ajustamento à Normalidade das Distribuições dos Dados Amostrais Relativos à Aplicação das Escalas e Subescalas em Portugueses e Brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, calculado a partir do teste de Shapiro–Wilk

Medida	Nacionalidade	<i>W</i>	<i>df</i>	<i>p</i>
GPA Total	Portuguesa (<i>n</i> = 72)	.95	65	.015
	Brasileira (<i>n</i> = 148)	.96	144	.002
GPA Submissão	Portuguesa (<i>n</i> = 72)	.97	65	.263
	Brasileira (<i>n</i> = 148)	.94	144	< .001
GPA Exploração	Portuguesa (<i>n</i> = 72)	.98	65	.782
	Brasileira (<i>n</i> = 148)	.98	144	.052
GPA Controlo Mental	Portuguesa (<i>n</i> = 72)	.89	65	< .001
	Brasileira (<i>n</i> = 148)	.95	144	< .001
GPA Dependência Ansiosa	Portuguesa (<i>n</i> = 72)	.98	65	.566
	Brasileira (<i>n</i> = 148)	.98	144	.172
PAEGS Total	Portuguesa (<i>n</i> = 72)	.96	65	.069
	Brasileira (<i>n</i> = 148)	.89	144	< .001
IACLIDE Total	Portuguesa (<i>n</i> = 65)	.87	65	< .001
	Brasileira (<i>n</i> = 144)	.92	144	< .001

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão; *df* = graus de liberdade.

Pela análise da Tabela 6 podemos verificar que a maioria das distribuições não eram normais nos dois grupos, com exceção das obtidas nas subescalas Exploração e Dependência Ansiosa da GPA, o que indica que deve haver algum cuidado na interpretação dos resultados dos testes estatísticos paramétricos.

Na Tabela 7 encontra-se a análise da homogeneidade das variâncias das distribuições dos dados amostrais relativos à aplicação das escalas e subescalas em homens e mulheres ex-Testemunhas de Jeová, calculada a partir do teste de Levene. Para a Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, os homens são 107 e as

mulheres 129; para o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, os homens são 100 e as mulheres 125.

Tabela 7

Homogeneidade das Variâncias das Distribuições dos Dados Amostrais Relativos à Aplicação das Escalas e Subescalas em Homens e Mulheres ex-Testemunhas de Jeová, calculada a partir do teste de Levene

Medida	<i>F</i>	<i>p</i>
GPA Total	0.11	.740
GPA Submissão	0.03	.859
GPA Exploração	0.12	.723
GPA Controlo Mental	0.23	.629
GPA Dependência Ansiosa	7.31	.007
PAEGS Total	3.02	.083
IACLIDE Total	6.92	.009

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 7 podemos constatar que a maioria das variâncias das distribuições eram homogéneas. As exceções foram as variâncias das distribuições das pontuações obtidas na subescala Dependência Ansiosa da GPA e no IACLIDE.

Na Tabela 8 encontra-se a análise da homogeneidade das variâncias das distribuições dos dados amostrais relativos à aplicação das escalas e subescalas em portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, calculada a partir do teste de Levene. Para a Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, os portugueses são 72 e os brasileiros 148; para o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, os portugueses são 65 e os brasileiros 144.

Tabela 8

Homogeneidade das Variâncias das Distribuições dos Dados Amostrais Relativos à Aplicação das Escalas e Subescalas em Portugueses e Brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, calculada a partir do teste de Levene

Medida	<i>F</i>	<i>p</i>
GPA Total	0.41	.520
GPA Submissão	0.81	.369
GPA Exploração	0.07	.792
GPA Controlo Mental	2.56	.111
GPA Dependência Ansiosa	0.51	.474
PAEGS Total	3.06	.082
IACLIDE Total	2.09	.149

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 8 podemos verificar que todas as variâncias das distribuições eram homogéneas.

Na Tabela 9 encontra-se a comparação da média das pontuações obtidas nas escalas e subescalas por homens e mulheres ex-Testemunhas de Jeová, através do teste *t* para duas amostras independentes. Para a Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, os homens são 107 e as mulheres 129; para o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, os homens são 100 e as mulheres 125.

Tabela 9

*Comparação da Média das Pontuações Obtidas nas Escalas e Subescalas por Homens e Mulheres ex-Testemunhas de Jeová, Através do Teste *t* Para Duas Amostras Independentes*

Medida	Homens		Mulheres		<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>	95% CI para a diferença entre as duas médias		<i>d</i> de Cohen	95% CI para o <i>d</i> de Cohen	
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>				<i>LL</i>	<i>UL</i>		<i>LL</i>	<i>UL</i>
GPA Total	107.61	10.71	109.33	10.84	-1.22	234	.222	-4.50	1.05	—	—	—
GPA Submissão	29.41	3.34	29.95	3.10	-1.29	234	.198	-1.37	0.28	—	—	—
GPA Exploração	22.78	4.17	22.98	4.27	-0.37	234	.706	-1.29	0.88	—	—	—
GPA Controlo Mental	30.39	3.17	30.14	3.22	0.60	234	.546	-0.57	1.07	—	—	—
GPA Dependência Ansiosa	25.03	3.41	26.26	4.23	-2.46	233.82	.014	-2.20	-0.24	-0.31	-0.57	-0.05
PAEGS Total	91.36	23.08	96.77	20.14	-1.91	234	.056	-10.94	0.14	—	—	—
IACLIDE Total	18.81	15.42	26.47	20.06	-3.23	222.67	.001	-12.32	-2.99	-0.42	-0.68	-0.15

Nota. *M* = média; *SD* = desvio padrão; *df* = graus de liberdade; CI = intervalo de confiança; *LL* = limite inferior; *UL* = limite superior; GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 9, podemos constatar que as médias do grupo das mulheres, relativas às pontuações obtidas na subescala Dependência Ansiosa da GPA e no IACLIDE, foram significativamente superiores. Contudo, os tamanhos do efeito foram pequenos.

Na comparação das médias das pontuações obtidas na subescala Dependência Ansiosa da GPA e no IACLIDE, foi usada outra fórmula para a estatística *t*, robusta à violação da homogeneidade das variâncias.

Na Tabela 10 encontra-se a comparação da média das pontuações obtidas nas escalas e subescalas por portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, através do teste *t* para duas amostras independentes. Para a Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, os portugueses são 72 e os brasileiros 148; para o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, os portugueses são 65 e os brasileiros 144.

Tabela 10

Comparação da Média das Pontuações Obtidas nas Escalas e Subescalas por Portugueses e Brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, Através do Teste t Para Duas Amostras Independentes

Medida	Portugueses		Brasileiros		<i>t</i>	<i>df</i>	<i>p</i>	95% CI para a diferença entre as duas médias		<i>d</i> de Cohen	95% CI para o <i>d</i> de Cohen	
	<i>M</i>	<i>SD</i>	<i>M</i>	<i>SD</i>				<i>LL</i>	<i>UL</i>		<i>LL</i>	<i>UL</i>
GPA Total	106.26	10.55	109.47	10.81	-2.08	218	.039	-6.24	-0.17	-0.29	-0.58	-0.01
GPA Submissão	28.90	3.31	30.15	3.07	-2.74	218	.006	-2.13	-0.35	-0.39	-0.68	-0.11
GPA Exploração	21.68	4.22	23.36	4.08	-2.83	218	.005	-2.85	-0.51	-0.40	-0.69	-0.12
GPA Controlo Mental	30.71	3.56	29.98	3.06	1.56	218	.118	-0.18	1.64	—	—	—
GPA Dependência Ansiosa	24.97	3.72	25.98	3.96	-1.80	218	.073	-2.10	0.09	—	—	—
PAEGS Total	86.90	23.23	97.85	20.31	-3.57	218	< .001	-16.98	-4.91	-0.51	-0.79	-0.22
IACLIDE Total	17.28	15.62	25.83	19.21	-3.14	207	.002	-13.90	-3.19	-0.46	-0.76	-0.17

Nota. *M* = média; *SD* = desvio padrão; *df* = graus de liberdade; CI = intervalo de confiança; *LL* = limite inferior; *UL* = limite superior; GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 10, podemos verificar que as médias do grupo dos brasileiros, relativas às pontuações obtidas nas subescalas Submissão e Exploração da GPA, na GPA, na PAEGS, bem como no IACLIDE, foram significativamente superiores. Todavia, os tamanhos do efeito foram pequenos, com exceção na pontuação total da PAEGS, que foi médio/moderado.

Na Tabela 11 encontra-se a comparação da distribuição das pontuações obtidas nas escalas e subescalas por homens e mulheres ex-Testemunhas de Jeová, através do teste *U* de Mann–Whitney para duas amostras independentes. Para a Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, os homens são 107 e as mulheres 129; para o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, os homens são 100 e as mulheres 125.

Tabela 11

Comparação da Distribuição das Pontuações Obtidas nas Escalas e Subescalas por Homens e Mulheres ex-Testemunhas de Jeová, Através do Teste U de Mann–Whitney Para Duas Amostras Independentes

Medida	Posto médio		<i>U</i>	<i>z</i>	<i>p</i>	<i>d</i> de Cohen
	Homens	Mulheres				
GPA Total	113.66	122.51	6384.00	-.99	.321	—
GPA Submissão	114.07	122.17	6427.50	-.91	.361	—
GPA Exploração	116.12	120.47	6647.00	-.48	.625	—
GPA Controlo Mental	121.70	115.85	6559.50	-.65	.510	—
GPA Dependência Ansiosa	107.24	127.84	5696.50	-2.31	.021	0.30
PAEGS Total	110.55	125.09	6051.00	-1.62	.103	—
IACLIDE Total	99.35	123.92	4885.00	-2.81	.005	0.38

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 11, podemos constatar que as distribuições de homens e mulheres foram significativamente diferentes nas pontuações da subescala Dependência Ansiosa da GPA e no IACLIDE. O tamanho do efeito foi pequeno em ambos os casos.

Na Tabela 12 encontra-se a comparação da distribuição das pontuações obtidas nas escalas e subescalas por portugueses e brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, através do teste *U* de Mann–Whitney para duas amostras independentes. Para a Group Psychological Abuse Scale e a Psychological Abuse Experienced in Groups Scale, os portugueses são 72 e os brasileiros

148; para o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, os portugueses são 65 e os brasileiros 144.

Tabela 12

Comparação da Distribuição das Pontuações Obtidas nas Escalas e Subescalas por Portugueses e Brasileiros ex-Testemunhas de Jeová, Através do Teste U de Mann–Whitney Para Duas Amostras Independentes

Medida	Posto médio		U	z	p	d de Cohen
	Portugueses	Brasileiros				
GPA Total	93.69	118.68	4117.50	-2.73	.006	0.37
GPA Submissão	92.13	119.44	4005.00	-3.00	.003	0.41
GPA Exploração	93.16	118.94	4079.50	-2.82	.005	0.38
GPA Controlo Mental	123.77	104.04	4372.50	-2.17	.030	0.29
GPA Dependência Ansiosa	98.79	116.20	4485.00	-1.91	.056	—
PAEGS Total	88.93	120.99	3775.00	-3.50	< .001	0.48
IACLIDE Total	85.04	114.01	3382.50	-3.20	.001	0.45

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Pela análise da Tabela 12, podemos verificar que as distribuições de portugueses e brasileiros foram significativamente diferentes nas pontuações de todas as subescalas e escalas, com exceção da subescala Dependência Ansiosa da GPA. Quando houve diferenças significativas, o tamanho do efeito foi sempre pequeno.

Na Tabela 13 encontram-se as correlações de Pearson entre as pontuações obtidas na Group Psychological Abuse Scale (e respetivas subescalas) e na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale e a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro.

Tabela 13

Correlações de Pearson entre as Pontuações da GPA, a Pontuação Total da PAEGS e a Sensação de Pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro

Medida	1	2	3	4	5	6	7
1. GPA Total	—						
2. GPA Submissão	.74***	—					
3. GPA Exploração	.76***	.40***	—				
4. GPA Controlo Mental	.64***	.42***	.24***	—			
5. GPA Dependência Ansiosa	.79***	.45***	.48***	.35***	—		
6. PAEGS Total	.62***	.52***	.43***	.39***	.49***	—	
7. Sensação de pertencer às TJ	-.17**	-.14*	-.22***	.02	-.14*	-.08	—

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; TJ = Testemunhas de Jeová.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Pela análise da Tabela 13, podemos verificar que a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová teve quase sempre uma correlação de Pearson (linear) inversa (negativa) e significativa com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, no entanto, essas correlações foram fracas. A exceção ocorreu na correlação com a pontuação total da PAEGS, que não foi significativa e com a pontuação da subescala Controlo Mental da GPA, que foi direta (positiva) e não-significativa.

Na Tabela 14 encontram-se as correlações de Spearman entre as pontuações obtidas na Group Psychological Abuse Scale (e respectivas subescalas) e na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale e a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro.

Tabela 14

Correlações de Spearman entre as Pontuações da GPA e a Pontuação Total da PAEGS e a Sensação de Pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro

Medida	1	2	3	4	5	6	7
1. GPA Total	—						
2. GPA Submissão	.68***	—					
3. GPA Exploração	.77***	.37***	—				
4. GPA Controlo Mental	.54***	.34***	.19**	—			
5. GPA Dependência Ansiosa	.74***	.38***	.44***	.25***	—		
6. PAEGS Total	.60***	.46***	.44***	.35***	.46***	—	
7. Sensação de pertencer às TJ	-.16*	-.12	-.22***	.04	-.09	-.05	—

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; TJ = Testemunhas de Jeová.

* $p < .05$. ** $p < .01$. *** $p < .001$.

Pela análise da Tabela 14, podemos constatar que a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová teve quase sempre uma correlação de Spearman (ordinal) inversa (negativa) com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, contudo, essas correlações foram fracas e foram apenas significativas as correlações com a pontuação total da GPA e com a pontuação da subescala Exploração da GPA. A exceção ocorreu na correlação com a pontuação da subescala Controlo Mental da GPA, que foi direta (positiva) e não-significativa.

Na Tabela 15 encontram-se as correlações de Pearson entre as pontuações obtidas na Group Psychological Abuse Scale (e respetivas subescalas) e na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale e a pontuação obtida no Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Tabela 15

Correlações de Pearson entre as Pontuações da GPA, a Pontuação Total da PAEGS e a Pontuação Total do IACLIDE

Medida	1	2	3	4	5	6	7
1. GPA Total	—						
2. GPA Submissão	.74***	—					
3. GPA Exploração	.76***	.40***	—				
4. GPA Controlo Mental	.64***	.42***	.24***	—			
5. GPA Dependência Ansiosa	.79***	.45***	.48***	.35***	—		
6. PAEGS Total	.62***	.52***	.43***	.39***	.49***	—	
7. IACLIDE Total	.08	.00	.18**	-.04	.07	.06	—

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

** $p < .01$. *** $p < .001$.

Pela análise da Tabela 15, podemos verificar que a pontuação obtida no IACLIDE teve quase sempre uma correlação de Pearson (linear) direta (positiva) com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, com exceção da pontuação obtida na subescala Controlo Mental da GPA. Todavia, apenas uma dessas correlações foi significativa (com a pontuação obtida na subescala Exploração da GPA) e foram todas fracas.

Na Tabela 16 encontram-se as correlações de Spearman entre as pontuações obtidas na Group Psychological Abuse Scale (e respectivas subescalas) e na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale e a pontuação obtida no Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

Tabela 16

Correlações de Spearman entre as Pontuações da GPA, a Pontuação Total da PAEGS e a Pontuação Total do IACLIDE

Medida	1	2	3	4	5	6	7
1. GPA Total	—						
2. GPA Submissão	.68***	—					
3. GPA Exploração	.77***	.37***	—				
4. GPA Controlo Mental	.54***	.34***	.19**	—			
5. GPA Dependência Ansiosa	.74***	.38***	.44***	.25***	—		
6. PAEGS Total	.60***	.46***	.44***	.35***	.46***	—	
7. IACLIDE Total	.08	.01	.12	-.05	.04	.02	—

Nota. GPA = Group Psychological Abuse Scale; PAEGS = Psychological Abuse Experienced in Groups Scale; IACLIDE = Inventário de Avaliação Clínica da Depressão.

*** $p < .001$.

Pela análise da Tabela 16, podemos constatar que a pontuação obtida no IACLIDE teve quase sempre uma correlação de Spearman (ordinal) direta (positiva) com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, com exceção da pontuação obtida na subescala Controlo Mental da GPA. Além disso, é de destacar que todas as correlações foram não-significativas e fracas.

Discussão

Todos os valores médios obtidos nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico se encontram acima dos pontos de cortes para considerar o grupo como abusivo [pontuação nas subescalas da Group Psychological Abuse Scale (GPA) > 21 ; pontuação global na GPA > 84 ; pontuação global na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS) > 62]. O valor mais elevado obtido nas subescalas da GPA foi na de Controlo Mental (30.25). É de referir, no entanto, que os valores encontrados são inferiores aos da amostra do estudo original, com exceção do valor da subescala Submissão (29.71 vs. 29.27). Como no Estudo 3 desta tese não foi corroborada a existência destas subescalas na versão portuguesa do instrumento, estes resultados devem ser vistos como meramente exploratórios, a menos que um estudo posterior corrobore a sua existência. Já o valor encontrado na PAEGS foi superior ao da amostra do estudo original (94.32 vs. 91.48). Quanto ao valor médio encontrado no Inventário de Avaliação Clínica da Depressão, também se encontra acima do ponto de corte

para considerar uma pessoa como deprimida (pontuação global no IACLIDE ≥ 20). Contudo, é bastante inferior ao encontrado na amostra do estudo original, constituída por pacientes deprimidos (23.07 vs. 41.48).

A aplicação do teste *t* para uma amostra revelou que, a média obtida na pontuação total da GPA, assim como as médias obtidas nas subescalas Controlo Mental e Dependência Ansiosa foram significativamente inferiores às médias obtidas na amostra do estudo original. No entanto, a média obtida na subescala Submissão foi significativamente superior à obtida na amostra do estudo original. Quanto à média da pontuação obtida na PAEGS, foi significativamente superior à obtida na amostra do estudo original. Apesar destas diferenças registadas, os tamanhos do efeito foram pequenos. Estes resultados não são de estranhar, uma vez que não se trata da mesma população. Apesar de parecer existir um elevado controlo sobre o comportamento dos membros das Testemunhas de Jeová, o que é evidenciado pela elevada pontuação média obtida na subescala Submissão da GPA, as Testemunhas de Jeová não possuem as características de outras seitas e cultos, como por exemplo os Davidianos, que se retiraram da sociedade “pecadora” no princípio dos anos 90 do século XX, para viverem isolados num local conhecido por Mount Carmel, próximo de Waco, Estado do Texas, nos Estados Unidos da América, à espera do fim do mundo, e que terminaria num alegado suicídio coletivo no dia 19 de abril de 1993 (ver Newport, 2006; Rifkind & Harper, 1994).

O mesmo teste estatístico revelou que a média obtida na pontuação do IACLIDE foi significativamente inferior à obtida na amostra do estudo original, constituída por pacientes deprimidos. Quanto ao tamanho do efeito, foi grande. Este resultado não é de espantar, uma vez que a nossa amostra não foi extraída de uma população clínica.

A grande maioria dos participantes percecionou as Testemunhas de Jeová como um grupo religioso psicologicamente abusivo, de acordo com dois critérios. Pelo primeiro critério (pontuação global na GPA > 84), 97.5% dos participantes percecionaram o grupo como abusivo. Pelo segundo critério [pontuação global na Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (PAEGS) > 62], essa percentagem foi 89.4%. Este resultado está de acordo com o constatado por Humpl (2002), que quando entrevistou 101 indivíduos (48 mulheres, 53 homens), que tinham sido membros das Testemunhas de Jeová na República Checa, estes referiram que tinham sido expostos a diversos componentes de manipulação psicológica, nomeadamente comportamento controlado, pensamento controlado, emoções controladas e informações controladas.

Os testes estatísticos que foram usados para comparação de grupos revelaram que, as médias do grupo das mulheres, relativas às pontuações obtidas na subescala Dependência

Ansiosa da GPA e no IACLIDE, foram significativamente superiores. Contudo, os tamanhos do efeito foram pequenos. Para além disso, as distribuições de homens e mulheres foram significativamente diferentes nas pontuações obtidas na subescala Dependência Ansiosa da GPA e no IACLIDE, quando foram comparadas por um teste não-paramétrico. O tamanho do efeito foi igualmente pequeno em ambos os casos. Todavia, a comparação das pontuações obtidas no IACLIDE entre homens e mulheres pode estar enviesada, porque as distribuições não eram normais e as variâncias não eram homogéneas. Podemos dizer em termos gerais que não foi encontrada grande evidência de que existam diferenças entre sexos, relativamente ao nível de perceção de abuso psicológico em grupo e ao nível de depressão.

Os mesmos testes estatísticos mostraram também que, as médias do grupo dos brasileiros, relativas às pontuações obtidas nas subescalas Submissão e Exploração da GPA, na GPA, na PAEGS, bem como no IACLIDE, foram significativamente superiores. Todavia, os tamanhos do efeito foram pequenos, com exceção na pontuação obtida na PAEGS, que foi médio/moderado. Além disso, as distribuições de portugueses e brasileiros foram significativamente diferentes nas pontuações de todas as subescalas e escalas, com exceção da subescala Dependência Ansiosa da GPA. Quando houve diferenças significativas, o tamanho do efeito foi sempre pequeno. A maioria das distribuições não eram normais nos dois grupos, com exceção das obtidas nas subescalas Exploração e Dependência Ansiosa da GPA, mas todas as variâncias das distribuições eram homogéneas, o que revela que pode haver alguma confiança nos resultados dos testes não-paramétricos. Existe assim alguma evidência de que existam realmente diferenças entre portugueses e brasileiros, principalmente na pontuação total da PAEGS. Isso poderá dever-se eventualmente a diferenças culturais entre portugueses e brasileiros, ou a diferenças nos estilos de liderança exercidos por quem preside às Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil.

A sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová teve quase sempre uma correlação de Pearson (linear) inversa (negativa) e significativa com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de perceção de abuso psicológico em grupo, no entanto, essas correlações foram fracas. A exceção ocorreu na correlação com a pontuação total da PAEGS, que não foi significativa e com a pontuação da subescala Controlo Mental da GPA, que foi direta (positiva) e não-significativa. A mesma sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová teve quase sempre uma correlação de Spearman (ordinal) inversa (negativa) com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de perceção de abuso psicológico em grupo, contudo, essas correlações foram fracas e foram apenas significativas as correlações com a pontuação total da GPA e com a pontuação da subescala Exploração da GPA. A exceção

ocorreu na correlação com a pontuação da subescala Controlo Mental da GPA, que foi direta (positiva) e não-significativa. Portanto, foi encontrada alguma evidência de que os indivíduos que tinham uma sensação mais forte de pertencer às Testemunhas de Jeová tendem a ter uma menor percepção de terem sido psicologicamente abusados no seio deste grupo religioso.

A pontuação obtida no IACLIDE teve quase sempre uma correlação de Pearson (linear) direta (positiva) com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, com exceção da pontuação obtida na subescala Controlo Mental da GPA. Todavia, apenas uma dessas correlações foi significativa (com a pontuação obtida na subescala Exploração da GPA) e foram todas fracas. A mesma pontuação obtida no IACLIDE teve quase sempre uma correlação de Spearman (ordinal) direta (positiva) com as pontuações obtidas nas escalas e subescalas que avaliam o nível de percepção de abuso psicológico em grupo, com exceção da pontuação obtida na subescala Controlo Mental da GPA. Além disso, é de destacar que todas as correlações foram não-significativas e fracas. Portanto, não foi encontrada evidência de que o nível de percepção de abuso psicológico em grupo tenda a associar-se diretamente com o nível de depressão.

Limitações e recomendações

A principal limitação deste estudo prende-se com o facto da estrutura interna da versão portuguesa da Group Psychological Abuse Scale e a invariância de medida dos construtos avaliados pela Group Psychological Abuse Scale e pela Psychological Abuse Experienced in Groups Scale (em homens e mulheres, assim como em portugueses e brasileiros) não terem sido corroboradas no Estudo 3 desta tese. Deste modo, os resultados deste estudo devem ser considerados como meramente exploratórios.

Outra limitação importante foi o uso de um método de amostragem não-probabilístico. A consequência disso é que amostra de voluntários que participaram no estudo poderá não ser representativa da população dos portugueses e brasileiros que são ex-membros das Testemunhas de Jeová (Adams, 1998; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Guilera, 2018). Além disso, os participantes do presente estudo foram recrutados através de sítios da Internet. É difícil saber até que ponto ex-membros de cultos usam esses sítios como ferramentas de suporte (Göransson & Holmqvist, 2018).

A natureza transversal deste estudo também não permite tirar fortes conclusões sobre a causalidade entre as variáveis (Cummings, 2017; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Guilera, 2018). Embora os baixos custos e a rápida recolha de dados sejam benefícios dos

estudos transversais, essas características também geram fragilidades. Como os dados são recolhidos num único momento temporal, os investigadores não podem saber se os resultados iriam diferir significativamente se outro momento tivesse sido escolhido. Dada a falta de informações causais, muitos investigadores veem os estudos transversais como inferiores aos longitudinais e experimentais (Cummings, 2017).

Outra limitação do estudo prende-se com o método de recolha de dados. Os questionários utilizados são estandardizados. Desta forma, não é possível explicar determinados pontos nas perguntas que os participantes possam interpretar mal (Milne, 1998). Além disso, o questionário de perguntas fechadas pode ser uma fonte de viés. Como o investigador força os respondentes a escolher uma resposta entre várias alternativas pré-determinadas, pode fazê-los optar por uma resposta que talvez à partida nunca pensassem (Akbayrak, 2000).

Os questionários, como muitos métodos de avaliação, são aplicados após o evento sobre o qual incidem. Assim, os participantes podem ter esquecido informações importantes para o estudo (Milne, 1998). A validade de uma medida retrospectiva de percepção de abuso psicológico em grupo pode ser especialmente comprometida por falhas de memória, porque é provável que a memória voluntária de eventos relacionados com um trauma seja fragmentada e incompleta (Adams, 1998; Saldaña, Rodríguez-Carballeira, Almendros, & Guilera, 2018). Para além disso, as nossas memórias podem ser perturbadas por coisas que experimentamos anteriormente (interferência proativa) ou por coisas que experimentamos mais tarde (interferência retroativa; Loftus & Pickrell, 1995). Finalmente, a exposição a informações erradas pode induzir distorção da memória. A desinformação tem o potencial de invadir as nossas memórias quando conversamos com outras pessoas, quando somos interrogados ou quando lemos ou visualizamos a cobertura dos media sobre algum evento que possamos ter experimentado (Loftus, 1997).

Recomendamos a realização de mais estudos psicométricos sobre estas escalas que medem o nível de percepção de abuso psicológico em grupo em Portugal e no Brasil. Recomenda-se também tentar realizar investigações com amostras maiores, assim como a identificação de possíveis fatores influenciadores (moderadores e mediadores) do nível de percepção de abuso psicológico em grupo.

Notas

¹ Em termos jurídicos, a persuasão coercitiva ocorre quando alguém é persuadido a fazer algo que, se não fosse por influência ou coerção, não teria optado por fazê-lo. De facto, quando

alguém é “persuadido” a fazer algo, a sua vontade é superada pela persuasão quanto a esse ato específico. Os dois principais tipos de coerção que ofendem um senso de justiça e autonomia são: (1) a coação física de curto prazo; e (2) a persuasão coercitiva de longo prazo. A coação física de curto prazo ocorre quando um indivíduo é compelido a agir como resultado de uma ameaça de dano físico a si ou aos outros. A persuasão coercitiva de longo prazo pode ser definida como um padrão de influência ou controle a longo prazo, exercido por uma pessoa com personalidade mais forte que mostra preocupação na defesa dos interesses de uma pessoa emocional ou mentalmente mais vulnerável, mas essa pessoa com personalidade mais forte usa a sua posição para promover os seus próprios interesses, causando danos à outra pessoa mais vulnerável. A influência indevida, o primeiro tipo de persuasão coercitiva, ocorre quando uma pessoa em posição de confiança convence um doador a conferir-lhe um benefício pecuniário. Uma pessoa num relacionamento confidencial pode usar influência indevida para obter um presente ou uma propriedade valiosa da outra parte. Sob o segundo tipo de persuasão coercitiva, servidão involuntária, uma pessoa personalidade mais forte submete outra a servi-la sem remuneração, com ou sem ameaças de violência ou ação legal. O terceiro tipo, a lavagem cerebral, difere dos outros tipos de persuasão coercitiva porque o dano decorre dos resultados e do processo de lavagem cerebral em si. A vítima de lavagem cerebral parece ter rendido completamente a sua vontade e autonomia ao grupo. Uma presunção de lavagem cerebral surge sempre que um grupo tenha um sistema de doutrinação que inclua isolamento, modificações drásticas na dieta, privação drástica do sono, longas horas de trabalho, de atividades físicas ou de propaganda, com pouco ou nenhum tempo livre para pensar. Essa presunção será reforçada sempre que a pessoa apresente sinais de lavagem cerebral, como perda de vontade ou incapacidade de responder a perguntas simples, sem recitar o jargão ou a propaganda do culto. Se a pessoa estiver mais vulnerável devido, por exemplo, à sua idade, condição mental, doença ou deficiência mental, a presunção também será reforçada. Se o grupo realizar uma busca ativa de novos conversos, escolhendo especialmente os “alvos fáceis”, também fortalecerá a presunção de lavagem cerebral. É de salientar que os cultos podem usar lavagem cerebral para doutrinar as pessoas antes que estas ingressem realmente no grupo (Wrosch, 1992).

² Existem teorias alternativas para explicar o comportamento submisso dos membros de cultos. Uma delas é o chamado «pensamento de grupo» (Lilienfeld et al., 2011; Taylor, 2017). O pensamento de grupo refere-se a um modo de pensamento que as pessoas adotam quando estão profundamente envolvidas num grupo coeso, quando os esforços dos membros por unanimidade anulam a sua motivação para avaliar de forma realista formas alternativas de ação (Janis, 1972), levando a processos de tomada de decisão arriscados, de baixa qualidade e até

patológicos (Wexler, 1995). Janis (1971) usou o termo pensamento de grupo para se referir a um modo de pensar que as pessoas adotam quando estão inseridas num grupo coeso, que tende a anular a avaliação realista de formas alternativas de ação. Os sintomas de pensamento de grupo surgem quando os membros de grupos de tomada de decisão tornam-se motivados a evitar serem muito duros nos seus julgamentos das ideias dos seus líderes ou colegas. Eles adotam uma linha suave de crítica, até mesmo ao nível do seu próprio pensamento. Nas suas reuniões, todos os membros são amigáveis e buscam total concordância em todas as questões importantes, sem brigas ou conflitos que pudessem estragar a atmosfera aconchegante do “sentimento de nós”. O tipo de conformidade do pensamento de grupo tende a aumentar à medida que a coesão do grupo aumenta. O pensamento de grupo envolve a supressão não deliberada de pensamentos críticos como resultado da internalização das normas do grupo, o que é bastante diferente da supressão deliberada com base em ameaças externas de punição social. Quanto mais coeso o grupo, maior será a compulsão interna por parte de cada membro para evitar a desunião, o que o leva a acreditar na solidez de quaisquer propostas promovidas pelo líder ou pela maioria dos membros do grupo.

Janis (1971), nos seus estudos sobre a tomada de decisões ao nível governamental, tanto por parte de indivíduos civis como militares, descobriu oito sintomas principais de pensamento de grupo: (1) invulnerabilidade: a maioria ou todos os membros do grupo compartilham a ilusão de invulnerabilidade que lhes dá um certo grau de segurança sobre os perigos óbvios e os leva a tornarem-se otimistas demais e dispostos a correr riscos extraordinários. Também faz com que eles deixem de responder a avisos claros de perigo; (2) justificação: os membros do grupo constroem coletivamente justificações para as ações a tomar, a fim de descartar advertências e outras formas de *feedback* negativo de pessoas exteriores ao grupo, que levadas a sério, poderiam levar os membros do grupo a reconsiderar as suas suposições; (3) moralidade: as vítimas de pensamento de grupo acreditam inquestionavelmente na moralidade inerente ao seu grupo; esta crença influencia os membros a ignorar as consequências éticas ou morais das suas decisões; (4) estereótipos: as vítimas de pensamento de grupo têm visões estereotipadas sobre os líderes de grupos considerados inimigos: podem ser considerados tão maus que as tentativas de negociar com eles são injustificadas, ou são vistos como muito fracos ou muito estúpidos para lidar de forma eficaz com quaisquer tentativas de negociação; (5) pressão: as vítimas de pensamento de grupo aplicam pressão direta a qualquer indivíduo que momentaneamente expresse dúvidas sobre qualquer uma das ilusões partilhadas pelo grupo ou que questione a validade dos argumentos defendidos pela maioria; (6) autocensura: as vítimas do pensamento de grupo evitam desviar-se do que parece ser o consenso do grupo; eles não expressam

verbalmente as suas dúvidas e até minimizam para si mesmos a importância das suas dúvidas; (7) unanimidade: as vítimas de pensamento de grupo compartilham uma ilusão de unanimidade dentro do grupo em relação a quase todos os julgamentos expressos por membros que falam a favor da visão da maioria; e (8) guardas mentais: as vítimas do pensamento de grupo às vezes autodenominam-se “guardas mentais” para proteger o líder e outros membros de informações adversas que possam pôr em causa a eficácia e a moralidade de decisões tomadas anteriormente.

Outra teoria, é a da escolha limitada. De acordo com Lalich (2004), o pensamento de grupo diz respeito a “más” decisões e tomadas de decisão defeituosas de um grupo, não individuais. A «escolha limitada», por outro lado, diz respeito à tomada de decisão individual num contexto de grupo. O objetivo desta teoria é explicar porque o membro de um culto toma a decisão que toma sob um determinado conjunto de circunstâncias, apegando-se a uma visão de mundo particular. O seu foco está na claustrofobia das fronteiras estruturais internas e externas, e não na ameaça de intervenção externa ou na preocupação com opiniões externas. Esta autora concluiu que existe um determinado estado de ser, a que chamou «compromisso carismático», que pode enraizar-se rapidamente, de tal modo que as pessoas se enredam facilmente e, nalguns casos, ficam presas, pelo menos psicologicamente. Este é o ponto em que há uma fusão entre o ideal de liberdade pessoal (conforme prometido no objetivo declarado do grupo ou na sua ideologia) e a exigência de renúncia de si mesmo (conforme prescrito pelas regras e normas). Nesse ponto, o membro do grupo torna-se um “verdadeiro crente” ao serviço de um líder carismático ou de uma ideologia. Em tal contexto, em relação ao poder pessoal e tomada de decisão individual, as opções dessa pessoa ficam severamente limitadas – daí a sua conclusão geral de que a melhor maneira de entender porque os membros do culto agem de determinada maneira é considerá-los num estado de constante escolha limitada, um reino estreito de restrição e controlo, de dedicação e dever.

Ao identificarem-se com o grupo, os membros encontram significado, propósito e um sentimento de pertença. Isso é experimentado como um tipo de liberdade pessoal e autorrealização. No entanto, essa liberdade baseia-se numa diminuição da autonomia pessoal, manifestada em atos contínuos de renúncia sempre crescente. Esta renúncia de si mesmo geralmente é expressa em relação à tomada de decisão, na qual as escolhas do indivíduo são restringidas pelos limites do sistema, tanto reais quanto imaginários. Além disso, o comportamento e a escolha são dificultados pelo desenvolvimento de mecanismos internalizados que levam uma pessoa a pensar e a agir em unidade com a visão de mundo e objetivos do grupo. Sair do grupo significaria passar por outra grande mudança na visão de mundo; na pior das hipóteses, perder todo o apoio moral e social que alguém passou a conhecer

e em que confia. Requereria enfrentar o desconhecido, muitas vezes com a ameaça de extinção na forma de morte da alma e, nalguns casos, de morte literal. Assim, eventualmente, a vida fora do culto torna-se impossível de imaginar. Essa é a conjuntura em que emerge a realidade psicossocial que foi identificada como escolha limitada, uma espécie de “força” que mantém as pessoas presas a grupos, relacionamentos ou situações que muitos estranhos consideram incompreensíveis (Lalich, 2004).

³ Dois elementos estão em uma relação dissonante se, considerando apenas esses dois, o anverso de um elemento resultar do outro. Para declarar um pouco mais formalmente, x e y são dissonantes se não- x resulta de y . Assim, por exemplo, se uma pessoa soubesse que havia apenas amigos à sua volta e também sentisse medo, haveria uma relação dissonante entre esses dois elementos cognitivos. A existência de dissonância, sendo psicologicamente desconfortável, motivará a pessoa a tentar reduzir a dissonância e obter consonância. Quando a dissonância está presente, além de tentar reduzi-la, a pessoa evita ativamente situações e informações que provavelmente aumentariam a dissonância (Festinger, 1957).

⁴ Segundo Vernet (2002), na tradução da Bíblia que a Sociedade Torre de Vigia apresenta, sempre que um versículo possa pôr os seus ensinamentos em dificuldade, a sociedade introduz-lhe uma modificação que não existe no texto original grego. A tradução jeovista falseia, por exemplo, as passagens que atestam a divindade de Jesus não aceite pelas testemunhas.

⁵ A cerimónia batismal muitas vezes acontece muitos meses, e às vezes anos, após o indivíduo ter começado a frequentar regularmente as reuniões da Torre de Vigia e até mesmo ter realizado um elevado número de horas de pregação (Beckford, 1978).

⁶ Em resultado da afiliação a um culto, o fervoroso seguidor parece incompreensível, até mesmo irracional, e torna-se imune a qualquer discurso que se oponha às suas crenças (Sauvayre, 2011).

⁷ As Testemunhas de Jeová têm sido fortemente desencorajadas em discutir questões religiosas críticas com pessoas de fora, particularmente com ex-membros, e podem ser desassociadas por fazê-lo. As ex-Testemunhas de Jeová que expressam discordância com os líderes são rotulados de “apóstatas” e tratados da mesma maneira que aqueles que são excomungados por conduta “sexualmente imoral” ou outros pecados graves (Muramoto, 1998).

⁸ Um subtipo hipotético de depressão major (ou maior) é endógeno com surtos de depressão que parecem surgir do nada, sem nenhum “gatilho” externo aparente, como um evento de vida stressante (Cramer et al. 2016; Mendels & Cochrane, 1968).

⁹ A média é calculada somando todos os valores de dados individuais num conjunto de dados e dividindo pelo número de valores no conjunto de dados (McCluskey & Lalkhen, 2007). A média, usada sem cuidado, pode causar ilusões de estabilidade e confiabilidade nos dados comportamentais, o que, por sua vez, leva a conclusões inadequadas sobre a natureza subjacente do sistema psicológico (Speelman & McGann, 2013). De facto, a média não é uma medida apropriada de tendência central para uma distribuição enviesada. Deve ser usada como medida de tendência central quando os dados são normalmente (simetricamente) distribuídos (Manikandan, 2011a; McCluskey & Lalkhen, 2007). A mediana é o valor que ocupa a posição do meio quando todas as observações são organizadas numa ordem crescente/decrescente. É preferível usar a mediana quando os dados não são distribuídos normalmente, pois é menos sensível à influência de valores atípicos (Manikandan, 2011b; McCluskey & Lalkhen, 2007).

¹⁰ O tamanho do efeito absoluto, simples ou não-estandardizado é, por exemplo, a diferença bruta entre os resultados médios de dois grupos e não leva em conta a variabilidade nos resultados (Frick, 1999; Kelley & Preacher, 2012; Sullivan, 2012). O tamanho do efeito estandardizado é o grau em que a hipótese nula é considerada falsa (Cohen, 1992). Para um tamanho de efeito estandardizado, o conhecimento das unidades específicas da escala de medição dos dados não é necessário para interpretar o valor do tamanho do efeito (Kelley & Preacher, 2012). O tamanho do efeito também pode ser definido como a magnitude da diferença entre condições, ou a força de uma relação entre variáveis (Dancey & Reidy, 2017).

¹¹ Um intervalo de confiança (ou estimativa de intervalo) é um intervalo de valores usados para estimar o valor real de um parâmetro da população (Triola, 2018).

¹² Segundo Robinson e Wainer (2002), os testes de significância da hipótese nula (NHST) foram introduzidos há 300 anos por John Arbuthnot. Durante o início do século XX, os fundadores da estatística moderna (Ronald Aylmer Fisher, Jerzy Spława-Neyman e Egon Sharpe Pearson) mostraram como aplicar essa ferramenta em circunstâncias amplamente variadas (e.g., na agricultura), que estavam muito longe da tentativa de Arbuthnot de provar a existência de Deus.

¹³ O teste de Mann–Whitney é um procedimento popular de teste de duas amostras independentes com base no posto (número de ordem), para a hipótese nula (H_0) de que as duas amostras vêm da mesma distribuição (Fong & Huang, 2019).

¹⁴ Os testes paramétricos têm requisitos para a distribuição das populações envolvidas; os testes não-paramétricos (ou sem distribuição) não exigem amostras provenientes de populações com distribuições normais ou qualquer outra distribuição em particular. O termo teste sem distribuição indica corretamente que um teste não requer uma distribuição específica.

O termo testes não-paramétricos é enganoso no sentido de sugerir que os testes não são baseados num parâmetro, mas existem alguns testes não-paramétricos que são baseados em parâmetros como a mediana (Triola, 2018).

¹⁵ Para comparar grupos, os investigadores geralmente criam pontuações compostas que representam os construtos (Cheung & Rensvold, 1998). Neste estudo testámos a igualdade de médias e distribuições da soma das pontuações por fator (DiStefano et al., 2009). Outra maneira de calcular pontuações compostas para fins de comparações entre grupos é, por exemplo, estimar médias latentes usando a análise fatorial confirmatória (ver Breitsohl, 2019; Cheung & Rensvold, 1998; Dimitrov, 2006; Fan & Hancock, 2012; Hancock, 1997; Müller & Schäfer, 2017; Sörbom, 1974; Steinmetz, 2011; Yuan & Bentler, 2006).

¹⁶ Como uma estimativa do intervalo de confiança para um parâmetro de população contém os valores prováveis desse parâmetro, devemos rejeitar a hipótese nula (H_0) quando o parâmetro de população tem um valor que não está incluído no intervalo de confiança. No caso do teste da igualdade de duas médias, devemos rejeitar H_0 quando o intervalo de confiança não contém o valor zero, visto que $M_1 - M_2 = 0$, quando H_0 é verdadeira (Triola, 2018).

¹⁷ Foi assim usada uma triangulação de análise, usando diferentes “famílias” de testes estatísticos (Kimchi et al., 1990, 1991; Thurmond, 2001).

¹⁸ O teste t é o teste estatístico mais utilizado para comparar as médias de dois grupos independentes. Este teste paramétrico assume que os dados estejam distribuídos normalmente, que amostras de diferentes grupos sejam independentes e que as variâncias entre os grupos sejam iguais (Kitchen, 2009).

¹⁹ Poder é a capacidade de detetar um efeito significativo, onde ele existe. Por “efeito” queremos dizer uma diferença entre médias ou um relacionamento entre variáveis. Poder é a capacidade do teste para encontrar esse efeito. O poder também pode ser definido como a probabilidade de rejeitar a hipótese nula quando ela é falsa. O poder é medido numa escala de 0 a +1, em que 0 = nenhum poder. Se o seu teste não tivesse poder, você não seria capaz de detetar uma diferença entre médias ou um relacionamento entre variáveis; .1, .2 e .3 são valores baixos de poder; .8 e .9 são valores altos de poder (Dancey & Reidy, 2017).

²⁰ Fagerland (2012) concluiu que os testes não-paramétricos são mais úteis para pequenos estudos. O uso de testes não-paramétricos em grandes estudos pode fornecer respostas para a pergunta errada, confundindo os leitores. Para estudos com um tamanho de amostra grande, os testes t e os correspondentes intervalos de confiança podem e devem ser usados mesmo para dados muito distorcidos.

²¹ O teste de Shapiro–Wilk compara as pontuações da amostra com um conjunto de pontuações normalmente distribuídas com a mesma média e desvio padrão. Se o teste não for significativo ($p > .05$), ele informa-nos que a distribuição da amostra não é significativamente diferente de uma distribuição normal (i.e., provavelmente é normal). Se, no entanto, o teste for significativo ($p < .05$), a distribuição em questão será significativamente diferente de uma distribuição normal (i.e., não é normal; Field, 2013). A análise estatística paramétrica assume uma certa distribuição dos dados, geralmente a distribuição normal (Razali & Wah, 2011). Para que os testes paramétricos produzam resultados precisos, precisos, as suposições subjacentes a eles devem ser atendidas (Erceg-Hurn & Mirosevich, 2008). O uso de métodos paramétricos com suposições violadas pode resultar no cálculo impreciso dos valores p (Erceg-Hurn & Mirosevich, 2008; Kline, 2013), tamanhos de efeito e intervalos de confiança. Isso pode levar a erros graves na interpretação dos dados (Erceg-Hurn & Mirosevich, 2008).

Bibliografia

- Adams, D. L. (1998). Brief report: Perceived psychological abuse and the Cincinnati Church of Christ. *Cultic Studies Journal*, *15*(1), 87–88. <https://www.icsahome.com/articles/brief-report-perceived-psych-abuse-cincinnati-coc-csj-15-1>
- Akbayrak, B. (2000). A comparison of two data collecting methods: Interviews and questionnaires. *Hacettepe Üniversitesi Eğitim Fakültesi Dergisi*, *18*, 1–10. <http://www.efdergi.hacettepe.edu.tr/yonetim/icerik/makaleler/1051-published.pdf>
- Almendros, C., Carrobles, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., Gámez-Guadix, M., Saldaña, O., García-Sánchez, R., & Salazar, N. (2012). Fiabilidad test-retest y validez diagnóstica de la Escala de Abuso Psicológico en Grupo (GPA-S). *International Journal of Cultic Studies*, *3*, 35–48. <https://www.icsahome.com/articles/fiabilidad-test-retest-y-validez-diagnostica-almendros-ijcs-2012>
- Almendros, C., Carrobles, J. A., Rodríguez-Carballeira, Á., & Jansa, J. M. (2004). Propiedades psicométricas de la versión española de la «Group Psychological Abuse Scale». *Psicothema*, *16*(1), 132–138. <http://www.psicothema.com/pdf/1172.pdf>
- Almendros, C., Gámez-Guadix, M., Carrobles, J. A., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2011). Abuso psicológico en grupos manipuladores. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, *19*(1), 157–182. https://www.behavioralpsycho.com/wp-content/uploads/2019/08/08.Almendros_19-1r.pdf

- Antón, C. B. (2020). Coercive persuasion as a specific type of violence in criminal law. *International Journal of Coercion, Abuse, and Manipulation*, 1(1), 60–72. <https://drive.google.com/file/d/1Nus5MYstLPydo0z8WZXmAYbsFf-BpliM/view>
- Arbuthnot, J. (1710). II. An argument for divine providence taken from the constant regularity in the births of both sexes. *Philosophical Transactions of the Royal Society*, 27(328), 186–190. <https://doi.org/10.1098/rstl.1710.0011>
- Ato, M., López, J. J., & Benavente, A. (2013). Un sistema de clasificación de los diseños de investigación en psicología. *Anales de Psicología*, 29(3), 1038–1059. <https://doi.org/10.6018/analesps.29.3.178511>
- Baron, R. S. (2000). Arousal, capacity, and intense indoctrination. *Personality and Social Psychology Review*, 4(3), 238–254. https://doi.org/10.1207/S15327957PSPR0403_3
- Beckford, J. A. (1978). Accounting for conversion. *The British Journal of Sociology*, 29(2), 249–262. <https://doi.org/10.2307/589892>
- Berkson, J., & Geary, R. C. (1941). Comments on Dr. Madow's "Note on Tests of Departure from Normality" with some remarks concerning tests of significance. *Journal of the American Statistical Association*, 36(216), 539–543. <https://doi.org/10.2307/2278964>
- Bordens, K. S., & Abbott, B. B. (2011). *Research design and methods: A process approach* (8th ed.). McGraw-Hill.
- Borrer, C. M. (2012, April). On overlapping: When are there really differences in overlapping confidence intervals? *Quality Progress*, 45(4), 52–53. <http://207.67.83.164/quality-progress/2012/04/statistics-roundtable/on-overlapping.html>
- Breitsohl, H. (2019). Beyond ANOVA: An introduction to structural equation models for experimental designs. *Organizational Research Methods*, 22(3), 649–677. <https://doi.org/10.1177/1094428118754988>
- Burns, R. B. (2000). *Introduction to research methods* (4th ed.). SAGE Publications.
- Buxant, C., & Saroglou, V. (2008). Joining and leaving a new religious movement: A study of ex-members' mental health. *Mental Health, Religion & Culture*, 11(3), 251–271. <https://doi.org/10.1080/13674670701247528>
- Chambers, W. V., Langone, M. D., Dole, A. A., & Grice, J. W. (1994). The Group Psychological Abuse Scale: A measure of the varieties of cultic abuse. *Cultic Studies Journal*, 11(1), 88–117. <https://www.icsahome.com/articles/the-group-psychological-abuse-scale-csj-11-1-1994>

- Cheung, G. W., & Rensvold, R. B. (1998). Cross-cultural comparisons using non-invariant measurement items. *Applied Behavioral Science Review*, 6(1), 93–110. [https://doi.org/10.1016/S1068-8595\(99\)80006-3](https://doi.org/10.1016/S1068-8595(99)80006-3)
- Christensen, L. B., Johnson, R. B., & Turner, L. A. (2015). *Research methods, design, and analysis* (12th ed.). Pearson Education.
- Cohen, J. (1988). *Statistical power analysis for the behavioral sciences* (2nd ed.). Lawrence Erlbaum Associates.
- Cohen, J. (1992). A power primer. *Psychological Bulletin*, 112(1), 155–159. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.112.1.155>
- Commins, B., & Lockwood, J. (1979). The effects of status differences, favoured treatment and equity on intergroup comparisons. *European Journal of Social Psychology*, 9(3), 281–289. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420090306>
- Conway, F., & Siegelman, J. (1978). *Snapping: America's epidemic of sudden personality change*. Dell Publishing.
- Conway, F., & Siegelman, J. (1982, January). Information disease: Have cults created a new mental illness? *Science Digest*, 90, 86–92.
- Cummings, C. L. (2017). Cross-sectional design. In M. Allen (Ed.), *The SAGE encyclopedia of communication research methods* (Vol. 1, pp. 314–317). SAGE Publications.
- Dancey, C. P., & Reidy, J. (2017). *Statistics without maths for psychology* (7th ed.). Pearson Education.
- da Silva, E. S. (1991). *Testemunhas de Jeová: Comentário exegético e explicativo*. ETEQS – Escola de Educação Teológica “Pr. Elyseu Queiroz de Souza”.
- Dimitrov, D. M. (2006). Comparing groups on latent variables: A structural equation modeling approach. *Work: Journal of Prevention, Assessment & Rehabilitation*, 26(4), 429–436. <https://content.iospress.com/download/work/wor00576?id=work%2Fwor00576>
- DiStefano, C., Zhu, M., & Mîndrilă, D. (2009). Understanding and using factor scores: Considerations for the applied researcher. *Practical Assessment, Research, and Evaluation*, 14, Article 20. <https://doi.org/10.7275/da8t-4g52>
- Dole, A. A., & Dubrow Eichel, S. K. (1985). Some new religions are dangerous. *Cultic Studies Journal*, 2(1), 17–30. <https://www.icsahome.com/articles/some-new-religions-are-dangerous-dole-csj-2-1-1985>
- Dunbar, G. (2005). *Evaluating research methods in psychology: A case study approach*. BPS Blackwell.

- du Prel, J.-B., Röhrig, B., Hommel, G., & Blettner, M. (2010). Choosing statistical tests. *Deutsches Ärzteblatt International*, *107*(19), 343–348. <https://doi.org/10.3238/arztebl.2010.0343>
- Erceg-Hurn, D. M., & Mirosevich, V. M. (2008). Modern robust statistical methods: An easy way to maximize the accuracy and power of your research. *American Psychologist*, *63*(7), 591–601. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.63.7.591>
- Esene, I. N., El-Shehaby, A. M., & Baesa, S. S. (2016). Essentials of research methods in neurosurgery and allied sciences for research, appraisal and application of scientific information to patient care (Part I). *Neurosciences*, *21*(2), 97–107. <https://doi.org/10.17712/nsj.2016.2.20150552>
- Evans, J. (2007). *Your psychology project: The essential guide*. SAGE Publications.
- Fagerland, M. W. (2012). T-tests, non-parametric tests, and large studies—a paradox of statistical practice? *BMC Medical Research Methodology*, *12*, Article 78. <https://doi.org/10.1186/1471-2288-12-78>
- Fan, W., & Hancock, G. R. (2012). Robust means modeling: An alternative for hypothesis testing of independent means under variance heterogeneity and nonnormality. *Journal of Educational and Behavioral Statistics*, *37*(1), 137–156. <https://doi.org/10.3102/1076998610396897>
- Festinger, L. (1957). *A theory of cognitive dissonance*. Stanford, CA: Stanford University Press.
- Field, A. (2013). *Discovering statistics using IBM SPSS Statistics: And sex and drugs and rock 'n' roll* (4th ed.). SAGE Publications.
- Fisher, R. A. (1925). Applications of “Student’s”, distribution. *Metron*, *5*, 90–104. <https://digital.library.adelaide.edu.au/dspace/bitstream/2440/15187/1/43.pdf>
- Fong, Y., & Huang, Y. (2019). Modified Wilcoxon–Mann–Whitney test and power against strong null. *The American Statistician*, *73*(1), 43–49. <https://doi.org/10.1080/00031305.2017.1328375>
- Frick, R. W. (1999). Defending the statistical status quo. *Theory & Psychology*, *9*(2), 183–189. <https://doi.org/10.1177/095935439992002>
- Fritz, C. O., Morris, P. E., & Richler, J. J. (2012). Effect size estimates: Current use, calculations, and interpretation. *Journal of Experimental Psychology: General*, *141*(1), 2–18. <https://doi.org/10.1037/a0024338>
- Gastwirth, J. L., Gel, Y. R., & Miao, W. (2009). The impact of Levene’s test of equality of variances on statistical theory and practice. *Statistical Science*, *24*(3), 343–360. <https://doi.org/10.1214/09-STS301>

- Ghasemi, A., & Zahediasl, S. (2012). Normality tests for statistical analysis: A guide for non-statisticians. *International Journal of Endocrinology & Metabolism*, *10*(2), 486–489. <https://doi.org/10.5812/ijem.3505>
- Grimes, D. A., & Schulz, K. F. (2002). An overview of clinical research: The lay of the land. *Lancet*, *359*(9300), 57–61. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(02\)07283-5](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(02)07283-5)
- Group for the Advancement of Psychiatry. (1957). *Methods of forceful indoctrination: Observations and interviews*. GAP Publications Office.
- Gruss, E. C. (1970). *Apostles of denial: An examination and exposé of the history, doctrines and claims of the Jehovah's Witnesses*. Presbyterian and Reformed Publishing.
- Hancock, G. R. (1997). Structural equation modeling methods of hypothesis testing of latent variable means. *Measurement and Evaluation in Counseling and Development*, *30*(2), 91–105. <https://doi.org/10.1080/07481756.1997.12068926>
- Hassan, S. (2017, July). Brainwashing young people into violent extremist cults. *Freedom from Fear*, *13*, 18–22. <https://doi.org/10.18356/d37f4d01-en>
- Hepburn, L., & Eysenck, M. W. (1989). Personality, average mood and mood variability. *Personality and Individual Differences*, *10*(9), 975–983. [https://doi.org/10.1016/0191-8869\(89\)90062-7](https://doi.org/10.1016/0191-8869(89)90062-7)
- Hogg, M. A., & Abrams, D. (1998). *Social identifications: A social psychology of intergroup relations and group processes*. Routledge.
- Hotelling, H. (1933a). Analysis of a complex of statistical variables into principal components. *Journal of Educational Psychology*, *24*(6), 417–441. <https://doi.org/10.1037/h0071325>
- Hotelling, H. (1933b). Analysis of a complex of statistical variables into principal components. *Journal of Educational Psychology*, *24*(7), 498–520. <https://doi.org/10.1037/h0070888>
- Humpl, L. (2002). The Jehovah's Witnesses: Psychological aspects of membership and leaving the group. *Československá Psychologie: Časopis Pro Psychologickou Teorii a Praxi*, *46*(4), 323–339. <http://cspych.psu.cas.cz/archiv.html>
- Janis, I. L. (1971, November). Groupthink. *Psychology Today*, *5*, 43–46, 74–76.
- Janis, I. L. (1972). *Victims of groupthink: A psychological study of foreign-policy decisions and fiascoes*. Houghton Mifflin Company.
- Kaiser, H. F. (1958). The varimax criterion for analytic rotation in factor analysis. *Psychometrika*, *23*(3), 187–200. <https://doi.org/10.1007/BF02289233>
- Kaiser, H. F. (1959). Computer program for varimax rotation in factor analysis. *Educational and Psychological Measurement*, *19*(3), 413–420. <https://doi.org/10.1177/001316445901900314>

- Kanji, G. K. (2006). *100 statistical tests* (3rd ed.). SAGE Publications.
- Kelley, K., & Preacher, K. J. (2012). On effect size. *Psychological Methods, 17*(2), 137–152. <https://doi.org/10.1037/a0028086>
- Kimchi, J., Polivka, B., & Stevenson, J. S. (1990). Re: ‘Multiple Triangulation: Applications in a Program Of Research’. *Nursing Research, 39*(4), 217. https://journals.lww.com/nursingresearchonline/Citation/1990/07000/Re___Multiple_Triangulation__Applications_in_a.6.aspx
- Kimchi, J., Polivka, B., & Stevenson, J. S. (1991). Triangulation: Operational definitions. *Nursing Research, 40*(6), 364–366. https://journals.lww.com/nursingresearchonline/Citation/1991/11000/Triangulation__Operational_Definitions.9.aspx
- Kitchen, C. M. R. (2009). Nonparametric vs parametric tests of location in biomedical research. *American Journal of Ophthalmology, 147*(4), 571–572. <https://doi.org/10.1016/j.ajo.2008.06.031>
- Kliger, R. (1994). Somatization: Social control and illness production in a religious cult. *Culture, Medicine and Psychiatry, 18*(2), 215–245. <https://doi.org/10.1007/bf01379450>
- Kline, R. B. (2013). *Beyond statistical testing: Statistics reform in the behavioral sciences* (2nd ed.). American Psychological Association.
- Lalich, J. A. (2004). *Bounded choice: True believers and charismatic cults*. University of California Press.
- Langone, M. D. (1992). Psychological abuse. *Cultic Studies Journal, 9*(2), 206–218. <https://www.icsahome.com/articles/psychological-abuse-langone-csj-9-2-1992>
- Lenhard, W., & Lenhard, A. (2016). *Calculation of effect sizes*. https://www.psychometrica.de/effect_size.html. <https://doi.org/10.13140/RG.2.2.17823.92329>
- Levene, H. (1960). Robust tests for equality of variances. In I. Olkin, S. G. Ghurye, W. Hoeffding, W. G. Madow, & H. B. Mann (Eds.), *Contributions to probability and statistics: Essays in honor of Harold Hotelling* (pp. 278–292). Stanford University Press.
- Levin, J. R. (1993). Statistical significance testing from three perspectives. *The Journal of Experimental Education, 61*(4), 378–382. <https://doi.org/10.1080/00220973.1993.10806597>
- Lilienfeld, S. O., Lynn, S. J., Namy, L. L., & Woolf, N. J. (2011). *Psychology: From inquiry to understanding* (2nd ed.). Pearson Education.
- Loftus, E. F. (1997, September). *Creating false memories*. *Scientific American, 277*(3), 70–75. <https://doi.org/10.1038/scientificamerican0997-70>

- Loftus, E. F., & Pickrell, J. E. (1995, December). The formation of false memories. *Psychiatric Annals*, 25(12), 720–725. <https://doi.org/10.3928/0048-5713-19951201-07>
- Manikandan, S. (2011a). Measures of central tendency: The mean. *Journal of Pharmacology and Pharmacotherapeutics*, 2(2), 140–142. <https://doi.org/10.4103/0976-500X.81920>
- Manikandan, S. (2011b). Measures of central tendency: Median and mode. *Journal of Pharmacology and Pharmacotherapeutics*, 2(3), 214–215. <https://doi.org/10.4103/0976-500X.83300>
- Mann, H. B., & Whitney, D. R. (1947). On a test of whether one of two random variables is stochastically larger than the other. *The Annals of Mathematical Statistics*, 18(1), 50–60. <https://doi.org/10.1214/aoms/1177730491>
- Matthews, C., & Snow, K. C. (2017, Summer). The dangers of spiritual abuse: Clinical implications and best practices. *Interaction*, 17(4), 8–9. <http://www.aservic.org/wp-content/uploads/2017/08/Interaction-Summer-2017.pdf>
- McCluskey, A., & Lalkhen, A. G. (2007). Statistics II: Central tendency and spread of data. *Continuing Education in Anaesthesia, Critical Care & Pain*, 7(4), 127–130. <https://doi.org/10.1093/bjaceaccp/mkm020>
- Milne, J. (1998). Questionnaires: Some advantages and disadvantages. In J. Harvey (Ed.), *Evaluation cookbook* (p. 52). Learning Technology Dissemination Initiative.
- Müller, P., & Schäfer, S. (2017). Latent mean (comparison). In J. Matthes (General Ed.), C. S. Davis, & R. F. Potter (Associate Eds.), *The international encyclopedia of communication research methods*. <https://www.kom.ifp.uni-mainz.de/files/2018/06/M%C3%BCller-Sch%C3%A4fer-2017.pdf>
- Muramoto, O. (1998). Bioethics of the refusal of blood by Jehovah's Witnesses: Part 1. Should bioethical deliberation consider dissidents' views? *Journal of Medical Ethics*, 24(4), 223–230. <https://jme.bmj.com/content/medethics/24/4/223.full.pdf>
- Nachar, N. (2008). The Mann–Whitney *U*: A test for assessing whether two independent samples come from the same distribution. *Tutorials in Quantitative Methods for Psychology*, 4(1), 13–20. <https://doi.org/10.20982/tqmp.04.1.p013>
- Natrella, M. G. (1960). The relation between confidence intervals and tests of significance: A teaching aid. *The American Statistician*, 14(1), 20–22, 38. <https://doi.org/10.2307/2682129>
- Newport, K. G. C. (2006). *The Branch Davidians of Waco: The history and beliefs of an apocalyptic sect*. Oxford University Press.

- Pearson, K. (1896). Mathematical contributions to the theory of evolution. III. Regression, heredity, and panmixia. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 187, 253–318. <https://doi.org/10.1098/rsta.1896.0007>
- Pearson, K. (1900). Mathematical contributions to the theory of evolution. VII. On the correlation of characters not quantitatively measurable. *Philosophical Transactions of the Royal Society A*, 195, 1–47. <https://doi.org/10.1098/rsta.1900.0022>
- Pearson, K. (1920). Notes on the history of correlation. *Biometrika*, 13(1), 25–45. <https://doi.org/10.1093/biomet/13.1.25>
- Pratkanis, A. R., & Aronson, E. (2001). *Age of propaganda: The everyday use and abuse of persuasion* (Rev. ed.). W. H. Freeman/Holt.
- Prieto, A. A. (1994). *As seitas e os cristãos*. Edições São Paulo.
- Purcell, B. C. (1998a). Spiritual terrorism. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine®*, 15(3), 167–173. <https://doi.org/10.1177/104990919801500312>
- Purcell, B. C. (1998b). Spiritual abuse. *American Journal of Hospice and Palliative Medicine®*, 15(4), 227–231. <https://doi.org/10.1177/104990919801500409>
- Razali, N. M., & Wah, Y. B. (2011). Power comparisons of Shapiro–Wilk, Kolmogorov–Smirnov, Lilliefors and Anderson–Darling tests. *Journal of Statistical Modeling and Analytics*, 2(1), 21–33. http://www.de.ufpb.br/~ulisses/disciplinas/normality_tests_comparison.pdf
- Rifkind, L. J., & Harper, L. F. (1994). The Branch Davidians and the politics of power and intimidation. *Journal of American Culture*, 17(4), 65–72. <https://doi.org/10.1111/j.1542-734x.1994.t01-2-00065.x>
- Robinson, D. H., & Wainer, H. (2002). On the past and future of null hypothesis significance testing. *Journal of Wildlife Management*, 66(2), 263–271. <https://doi.org/10.2307/3803158>
- Saldaña, O., Antelo, E., Almendros, C., & Rodríguez-Carballeira, Á. (2019). Development and validation of a measure of emotional distress in survivors of group psychological abuse. *The Spanish Journal of Psychology*, 22, Article e33. <https://doi.org/10.1017/sjp.2019.32>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C. (2018). The Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Psychometric properties of the Spanish version. *Behavioral Psychology/Psicología Conductual*, 26(3), 421–436. https://www.behavioralpsycho.com/wp-content/uploads/2018/12/02._Saldana_26-3oa.pdf
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Escartín, J. (2017). Development and validation of the Psychological Abuse Experienced in Groups Scale. *The European*

- Journal of Psychology Applied to Legal Context*, 9(2), 57–64. <https://doi.org/10.1016/j.ejpal.2017.01.002>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Guilera, G. (2018). Group psychological abuse and psychopathological symptoms: The mediating role of psychological stress. *Journal of Interpersonal Violence*, 1–22. <https://doi.org/10.1177/0886260518815710>
- Saldaña, O., Rodríguez-Carballeira, Á., Almendros, C., & Nishida, K. (2018). Psychological Abuse Experienced in Groups Scale: Psychometric properties of the Japanese version. *Japanese Psychological Research*, 60(1), 13–24. <https://doi.org/10.1111/jpr.12166>
- Sauvayre, R. (2011). Le changement de croyances extrêmes: Du cadre cognitif aux conflits de valeurs. *Revue européenne des sciences sociales*, 49(1), 61–82. <https://doi.org/10.4000/ress.830>
- Snell, W. J. (1956). *Thirty years a Watchtower slave: The confessions of a converted Jehovah's Witness*. Baker Book House.
- Shapiro, S. S., & Wilk, M. B. (1965). An analysis of variance test for normality (complete samples). *Biometrika*, 52(3–4), 591–611. <https://doi.org/10.1093/biomet/52.3-4.591>
- Singer, M. T. (1994). Thought reform exists: Organized, programmatic influence. *The Cult Observer*, 11(6), 3–4. <http://cultrecover.com/thought-reform>
- Singer, M. T., & Lalich, J. (1995). *Cults in our midst: The hidden menace in our everyday lives*. Jossey-Bass.
- Sörbom, D. (1974). A general method for studying differences in factor means and factor structure between groups. *British Journal of Mathematical and Statistical Psychology*, 27(2), 229–239. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8317.1974.tb00543.x>
- Spearman, C. (1904). The proof and measurement of association between two things. *The American Journal of Psychology*, 15(1), 72–101. <https://doi.org/10.2307/1412159>
- Speelman, C. P., & McGann, M. (2013). How mean is the mean? *Frontiers in Psychology*, 4, Article 451. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2013.00451>
- Steinmetz, H. (2011). Estimation and comparison of latent means across cultures. In E. Davidov, P. Schmidt, & J. Billiet (Eds.), *Cross-cultural analysis: Methods and applications* (pp. 85–116). Routledge.
- Student. (1908). The probable error of a mean. *Biometrika*, 6(1), 1–25. <https://doi.org/10.2307/2331554>
- Sullivan, G. M. (2012). FAQs about effect size. *Journal of Graduate Medical Education*, 4(3), 283–284. <https://doi.org/10.4300/JGME-D-12-00162.1>

- Taylor, K. (2004). *Brainwashing: The science of thought control*. Oxford University Press.
- Taylor, K. (2017). *Brainwashing: The science of thought control* (2nd ed.). Oxford University Press.
- Thurmond, V. A. (2001). The point of triangulation. *Journal of Nursing Scholarship*, 33(3), 253–258. <https://doi.org/10.1111/j.1547-5069.2001.00253.x>
- Tops, O. S., Antelo, E., Rodríguez-Carballeira, Á., & Rodríguez, C. A. (2018). Taxonomy of psychological and social disturbances in survivors of group psychological abuse. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 27(9), 1003–1021. <https://doi.org/10.1080/10926771.2017.1405315>
- Triola, M. F. (2018). *Estadística* (12th ed.). Pearson Educación de México.
- Uanhero, J. O. (2017). *Effect size calculators*. <https://effect-size-calculator.herokuapp.com>
- Ungerleider, J. T., & Wellisch, D. K. (1979). Coercive persuasion (brainwashing), religious cults, and deprogramming. *The American Journal of Psychiatry*, 136(3), 279–282. <https://doi.org/10.1176/ajp.136.3.279>
- Vaz Serra, A. (1994). *IACLIDE – Inventário de Avaliação Clínica da Depressão*. Edição Psiquiatria Clínica.
- Vernette, J. (2002). *Seitas: Que dizer? Que fazer?* Temas e Debates.
- Weishaupt, K. J., & Stensland, M. D. (1997). Wifely subjection: Mental health issues in Jehovah's Witness women. *Cultic Studies Journal*, 14(1), 106–144. <https://www.icsahome.com/articles/wifely-subjection--mental-health-issues-in-jw-women-csj-14-1>
- Wexler, M. N. (1995). Expanding the groupthink explanation to the study of contemporary cults. *Cultic Studies Journal*, 12(1), 49–71. <https://www.icsahome.com/articles/expanding-the-groupthink-explanation-csj-12-1>
- Winocur, N., Whitney, J., Sorenson, C., Vaughn, P., & Foy, D. (1997). The Individual Cult Experience Index: The assessment of cult involvement and its relationship to postcult distress. *Cultic Studies Journal*, 14(2), 290–306. <https://www.icsahome.com/articles/the-individual-cult-experience-index--csj-14-2>
- Wrosch, A. P. (1992). Undue influence, involuntary servitude and brainwashing: A more consistent, interests-based approach. *Loyola of Los Angeles Law Review*, 25(2), 499–554. <https://digitalcommons.lmu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1701&context=llr>
- Yap, B. W., & Sim, C. H. (2011). Comparisons of various types of normality tests. *Journal of Statistical Computation and Simulation*, 81(12), 2141–2155. <https://doi.org/10.1080/00949655.2010.520163>

- Yuan, K.-H., & Bentler, P. M. (2006). Mean comparison: Manifest variable versus latent variable. *Psychometrika*, *71*(1), 139–159. <https://doi.org/10.1007/s11336-004-1181-x>
- Zablocki, B. (2001). Towards a demystified and disinterested scientific theory of brainwashing. In B. Zablocki & T. Robbins (Eds.), *Misunderstanding cults: Searching for objectivity in a controversial field* (pp. 159–214). University of Toronto Press.
- Zedek, S. (Ed.). (2014). *APA dictionary of statistics and research methods*. American Psychological Association. <https://doi.org/10.1037/14336-000>
- Zimmerman, D. W. (1998). Invalidation of parametric and nonparametric statistical tests by concurrent violation of two assumptions. *The Journal of Experimental Education*, *67*(1), 55–68. <https://doi.org/10.1080/00220979809598344>
- Zimmerman, D. W. (2000). Statistical significance levels of nonparametric tests biased by heterogeneous variances of treatment groups. *The Journal of General Psychology*, *127*(4), 354–364. <https://doi.org/10.1080/00221300009598589>

Considerações finais

Nesta tese de doutoramento em Psicologia, foram realizados quatro estudos: uma revisão sistemática e três estudos empíricos.

A revisão sistemática teve como objetivo determinar a prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-membros de seitas e cultos. Foram incluídos estudos reportados em língua inglesa e espanhola, de acordo com os seguintes critérios: (1) tipo de estudo: todos os estudos quantitativos publicados em revistas científicas; (2) participantes: pessoas que tinham sido ou ainda eram membros de seitas ou cultos, de todas as faixas etárias; (3) medidas de resultado: os estudos tiveram de incluir: a) uma ou mais medidas objetivas e estandardizadas de abuso psicológico em grupo; b) apresentar resultados da prevalência (pontual) da percepção de abuso psicológico em grupos religiosos do tipo seita ou culto. Foram encontrados apenas dois estudos, um realizado em Espanha e outro nos Estados Unidos da América, que reportaram uma elevada prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo ($M = 88.0\%$).

O primeiro estudo empírico teve como objetivos: a) identificar os motivos que levaram indivíduos de Portugal e do Brasil a desfilarem-se das Testemunhas de Jeová; b) descobrir quais foram as consequências da desfiliação religiosa na vida dessas pessoas; c) explorar associações entre esses motivos e consequências da desfiliação religiosa; d) explorar associações entre a sensação de pertencer às Testemunhas de Jeová quando era membro e os motivos para a desfiliação; e e) avaliar o nível de depressão dos participantes e estudar a possibilidade da depressão ser uma consequência da desfiliação das Testemunhas de Jeová. A amostra foi constituída por 236 (129 mulheres e 107 homens, $M_{idade} = 38.96$ anos, faixa etária: 16–66 anos) ex-Testemunhas de Jeová, que participaram voluntariamente, sendo na maioria brasileiros (62.7%) e portugueses (30.5%). Os principais motivos para a desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: perda da fé na doutrina (26.8%), discordância ou desilusão com a liderança (14.9%) e discordância com alguns regulamentos e obrigações (11.0%). É de realçar que foram relatados alguns casos que poderão ser de abuso sexual de crianças (menores de 14 anos) ou de menores (entre 14 e 18 anos) dependentes, ou atos sexuais com adolescentes (menores entre 14 e 16 anos), o que constitui um crime em Portugal (ver Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro, 2007). As três principais consequências da desfiliação das Testemunhas de Jeová foram: ostracismo (30.9%), problemas de saúde (26.3%) e sentimentos negativos (13.4%).

O segundo estudo empírico teve como finalidade traduzir para português e encontrar evidência de validade baseada na estrutura interna e evidência convergente das pontuações da Group Psychological Abuse Scale (GPA) e da Psychological Abuse Experienced in Groups

Scale (PAEGS). Não foi encontrada evidência de que a percepção de abuso psicológico em grupo seja um construto multidimensional e invariante entre grupos, nem que os dois instrumentos avaliem o mesmo construto.

O terceiro estudo empírico teve como propósitos: a) calcular a prevalência da percepção de abuso psicológico em grupo em ex-Testemunhas de Jeová em Portugal e no Brasil; b) explorar diferenças relativamente ao nível de percepção de abuso psicológico em grupo entre homens e mulheres, e entre portugueses e brasileiros; c) analisar uma possível relação entre o nível de percepção de abuso psicológico em grupo e a intensidade de pertencer a esse mesmo grupo; e d) explorar uma possível relação entre o nível de percepção de abuso psicológico em grupo e o nível de depressão. A amostra foi a mesma do primeiro estudo empírico. Verificámos que a grande maioria dos participantes percecionou as Testemunhas de Jeová como um grupo religioso abusivo (97.5% – GPA; 89.4% – PAEGS). As médias das pontuações obtidas na GPA e na PAEGS foram significativamente mais elevadas nos brasileiros do que nos portugueses. No entanto, o tamanho do efeito foi pequeno e médio, respetivamente.

Apesar da elevada prevalência de percepção de abuso psicológico em grupo detetada neste estudo, o abuso não foi um dos principais motivos encontrados para a desfiliação das Testemunhas de Jeová. Conforme refere Antón (2020), num cenário de persuasão coerciva, a vítima aceita de bom grado, inconscientemente, as técnicas aplicadas pelo perpetrador e facilita o processo, sem saber do risco que corre. É por isso que a persuasão coercitiva é um tipo distinto de violência que atinge progressivamente o âmago do livre arbítrio, a ponto de exterminá-lo nos casos mais extremos, por meio de técnicas bem conhecidas em Psicologia e Psiquiatria, tais como, controlo cognitivo, volitivo, ambiental, emocional e de informações. Portanto, os participantes podem não ter tomado consciência de que foram vítimas de abuso psicológico em grupo. Isso foi apenas revelado pelo cálculo da pontuação total obtida nas escalas GPA e PAEGS. Segundo a Lei n.º 16/2001 de 22 de junho (2001), Artigo 9.º, “1 — Ninguém pode: a) Ser obrigado a professar uma crença religiosa, a praticar ou a assistir a actos de culto, a receber assistência religiosa ou propaganda em matéria religiosa; b) Ser coagido a fazer parte, a permanecer ou a sair de associação religiosa, igreja ou comunidade religiosa, sem prejuízo das respectivas normas sobre a filiação e a exclusão de membros” (pp. 3666–3667). No entanto, nada é referido sobre a possibilidade dessa coação ser dissimulada, com recurso às técnicas de abuso psicológico anteriormente referidas. É algo que os governos e os partidos políticos deverão ter em consideração ao elaborarem ou reverem as leis de liberdade religiosa.

Esta tese não teve como objetivo explicar o processo de desfiliação de um grupo. Alguns autores (e.g., Harris et al., 2018; Sauvayre, 2011) tentaram fazê-lo, recorrendo a extensas

entrevistas, procurando identificar os processos sociais e mentais ou cognitivos envolvidos nessa desfiliação. Todavia, a evidência científica sugere que pode haver pouco ou nenhum acesso introspectivo direto aos processos cognitivos de ordem superior. Os sujeitos às vezes: a) não sabem da existência de um estímulo que influenciou significativamente uma resposta, b) não sabem da existência da resposta, e c) não sabem que o estímulo afetou a resposta (Nisbett & Wilson, 1977). Seja qual for o acesso introspectivo aos processos cognitivos, não é suficiente para produzir relatos geralmente precisos sobre tais processos, nem mesmo produzir relatos que diferem muito daqueles de observadores externos mal informados. Os relatos sobre processos cognitivos podem ser baseados menos em introspeção (i.e., acesso direto aos estados internos) do que em teorias causais a priori sobre os efeitos de estímulos específicos em respostas específicas, teorias essas que muitas vezes estavam erradas (Nisbett & Bellows, 1977; Wetzel et al., 1981; Wilson et al., 1981; Wilson et al., 1982). Estes resultados indicam que os estudos que se baseiam em relatos introspectivos das pessoas sobre as causas do seu comportamento podem ter pouco valor como guia para a verdadeira influência causal (Wilson & Nisbett, 1978). Uma das razões que pode explicar isso é que muitos processos cognitivos são inconscientes (ver Bargh, 2007; Greenwald, 1992; Jacoby et al., 1992; Kihlstrom, 1987, 1999; Weinberger & Stoycheva, 2020).

Bibliografia

- Antón, C. B. (2020). Coercive persuasion as a specific type of violence in criminal law. *International Journal of Coercion, Abuse, and Manipulation*, 1(1), 60–72. <https://drive.google.com/file/d/1Nus5MYstLPydo0z8WZXmAYbsFf-BpliM/view>
- Bargh, J. A. (Ed.). (2007). *Social psychology and the unconscious: The automaticity of higher mental processes*. Psychology Press.
- Epskamp, S., Rhemtulla, M., & Borsboom, D. (2017). Generalized network psychometrics: Combining network and latent variable models. *Psychometrika*, 82(4), 904–927. <https://doi.org/10.1007/s11336-017-9557-x>
- Greenwald, A. G. (1992). New Look 3: Unconscious cognition reclaimed. *American Psychologist*, 47(6), 766–779. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.6.766>
- Harris, K. J., Gringart, E., & Drake, D. (2018). Leaving ideological groups behind: A model of disengagement. *Behavioral Sciences of Terrorism and Political Aggression*, 10(2), 91–109. <https://doi.org/10.1080/19434472.2017.1299782>

- Jacoby, L. L., Lindsay, D. S., & Toth, J. P. (1992). Unconscious influences revealed: Attention, awareness, and control. *American Psychologist*, *47*(6), 802–809. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.47.6.802>
- Kihlstrom, J. F. (1987, September 18). The cognitive unconscious. *Science*, *237*(4821), 1445–1452. <https://doi.org/10.1126/science.3629249>
- Kihlstrom, J. F. (1999). Conscious versus unconscious cognition. In R. J. Sternberg (Ed.), *The nature of cognition* (pp. 73–203). MIT Press.
- Lei n.º 16/2001 de 22 de junho (2001). *Diário da República – I Série-A*, *143*, 3666–3675. <https://dre.pt/application/file/a/362670>
- Lei n.º 59/2007 de 4 de setembro (2007). *Diário da República*, *1.ª série*, *170*, 6181–6258. <https://dre.pt/application/file/a/640047>
- Nisbett, R. E., & Bellows, N. (1977). Verbal reports about causal influences on social judgments: Private access versus public theories. *Journal of Personality and Social Psychology*, *35*(9), 613–624. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.35.9.613>
- Nisbett, R. E., & Wilson, T. D. (1977). Telling more than we can know: Verbal reports on mental processes. *Psychological Review*, *84*(3), 231–259. <https://doi.org/10.1037/0033-295X.84.3.231>
- Sauvayre, R. (2011). Le changement de croyances extrêmes: Du cadre cognitif aux conflits de valeurs. *Revue européenne des sciences sociales*, *49*(1), 61–82. <https://doi.org/10.4000/ress.830>
- Weinberger, J., & Stoycheva, V. (2020). *The unconscious: Theory, research, and clinical implications*. The Guilford Press.
- Wetzel, C. G., Wilson, T. D., & Kort, J. (1981). The halo effect revisited: Forewarned is not forearmed. *Journal of Experimental Social Psychology*, *17*(4), 427–439. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(81\)90049-4](https://doi.org/10.1016/0022-1031(81)90049-4)
- Wilson, T. D., Hull, J. G., & Johnson, J. (1981). Awareness and self-perception: Verbal reports on internal states. *Journal of Personality and Social Psychology*, *40*(1), 53–71. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.40.1.53>
- Wilson, T. D., Laser, P. S., & Stone, J. I. (1982). Judging the predictors of one's own mood: Accuracy and the use of shared theories. *Journal of Experimental Social Psychology*, *18*(6), 537–556. [https://doi.org/10.1016/0022-1031\(82\)90072-5](https://doi.org/10.1016/0022-1031(82)90072-5)
- Wilson, T. D., & Nisbett, R. E. (1978). The accuracy of verbal reports about the effects of stimuli on evaluations and behavior. *Social Psychology*, *41*(2), 118–131. <https://doi.org/10.2307/3033572>

ANEXOS

Autorização para o uso dos instrumentos

Autorização para o uso da Group Psychological Abuse Scale

International Cultic Studies Association <mail@icsamail.com>

quinta
10/05/2018
21:15

Dear Dr. Ramos,

The original GPA is essentially obsolete.

Drs. Carmen Almendros (Autonomous University of Madrid) and Alvaro Rodriguez (U. of Barcelona) and their colleagues have developed the GPA considerably since its creation in the early 1990s. They are also developing a broader measure of psychological abuse applicable to more than cults.

I'm ccing them so that you can consult with them.

Are you aware of our researchers collection?

<http://www.icsahome.com/elibrary/studyguides/research>

Regards,

Michael Langone, Ph.D.

Executive Director

Editor-in-Chief, *ICSA Today*

Autorização para o uso da Psychological Abuse Experienced in Groups Scale

Carmen Almendros <carmen.almendros@uam.es>

sexta
11/05/2018
03:29

Dear Dr. Alexandre Ramos,

In line with Michael's response, we recommend you the use of the more recent measure PAEGS. In fact, if you are going to perform psychometric analyses, we recommend the use of both PAEGS and GPA to examine convergent validity. I am attaching a file with explanations on the GPA. There you'll see the recommendation on using the PAEGS. I am also attaching two of the articles on such instrument. Should you be interested in the Spanish versions of any of both instruments, just let us know. I am adding in cc Omar Saldaña, professor from the same team lead by Álvaro Rodríguez-Carballeira, for further information on the PAEGS.

We wish you the best on your research. Please, keep us posted on your advances.

Cordially,

Carmen

Carmen Almendros, Ph.D., Associate Professor

Dpto. Psicología Biológica y de la Salud

Facultad de Psicología

C/ Ivan P. Pavlov, 6

Univ. Autónoma de Madrid.

Cantoblanco

28049 Madrid (SPAIN)

Tel. +34-91-4973270

Fax. +34-91 4975215

E-mail: carmen.almendros@uam.es

Autorização para o uso do Inventário de Avaliação Clínica da Depressão

Adriano Vaz-Serra <adriano.vazserra@gmail.com>

quarta
02/01/2019
15:23

Sr. Dr. Alexandre Ramos,

Desde já fica autorizado a utilizar o Inventário de Avaliação Clínica da Depressão criado por mim.

Com os melhores cumprimentos,

Adriano Vaz Serra

Group Psychological Abuse Scale – versão portuguesa

(Chambers et al., 1994)

INSTRUÇÕES

Este inventário foi concebido para avaliar determinados aspetos de grupos religiosos, psicoterapêuticos, políticos, comerciais e outros. Por favor classifique, o melhor que conseguir, o grau no qual as afirmações seguintes caracterizam as Testemunhas de Jeová. Classifique cada um dos itens de acordo com a sua vivência e observações (em retrospectiva) de como o grupo realmente funcionava. No caso de o seu grupo ter diferentes níveis de pertença (nos quais as características dominantes do grupo diferem), use as classificações relativamente ao nível com o qual está mais familiarizado(a). Selecione a resposta mais adequada usando a seguinte escala:

- 1 = não é de todo característico
- 2 = não característico
- 3 = não sei dizer / não tenho a certeza
- 4 = característico
- 5 = muito característico

1. [I] O grupo não diz aos seus membros como devem conduzir a sua vida sexual.
2. As mulheres são instruídas a usar o corpo com o intuito de recrutar ou manipular.
3. O grupo defende ou sugere que se pode violar a lei se isso servir os interesses do grupo.
4. É esperado que os membros adiem ou abdicem dos seus objetivos pessoais, vocacionais ou educativos para trabalharem em prol do grupo.
5. [I] O grupo encoraja os membros doentes a procurarem assistência médica.
6. A obtenção de poder político é um importante objetivo do grupo.
7. Os membros acreditam que abandonar o grupo teria como consequência a morte ou a condenação eterna dos próprios ou das respetivas famílias.
8. O grupo desencoraja os seus membros a manifestar emoções negativas.
9. Os membros sentem que pertencem a uma elite especial.

10. O grupo ensina que as pessoas que criticam o grupo estão sob o poder do mal, de forças satânicas.
11. O grupo usa persuasão coercitiva e controlo da mente.
12. A violência contra pessoas exteriores ao grupo (por exemplo: mundanos, satânicos, etc.) é aprovada.
13. É esperado que os membros do grupo vivam em conjunto.
14. Os membros devem seguir as diretrizes do grupo no que diz respeito ao namoro e a relacionamentos íntimos.
15. As pessoas permanecem no grupo porque são enganadas e manipuladas.
16. O grupo ensina exercícios especiais (por exemplo: meditação, cânticos, falar em línguas) para libertar a consciência de dúvidas ou pensamentos negativos.
17. Os cuidados médicos são desencorajados ainda que possa existir um problema de saúde.
18. É esperado que os membros sirvam o(s) líder(es) do grupo.
19. A angariação de dinheiro é um dos objetivos fundamentais do grupo.
20. O grupo não hesita em ameaçar críticos externos.
21. [I] É esperado que os membros tomem decisões sem consultar o(s) líder(es) do grupo.
22. [I] Os membros são tão capazes de exercer o pensamento crítico independente como eram antes de entrar para o grupo.
23. O grupo acredita ou sugere que o(s) seu(s) líder(es) é(são) divino(s).
24. O controlo da mente é usado sem o consentimento consciente dos membros.

25. [I] Os membros sentem pouca pressão psicológica da parte do(s) líder(es).

26. [I] O(s) líder(es) do grupo raramente critica(m) os membros.

27. O recrutamento de membros é um dos objetivos fundamentais do grupo.

28. É esperado que os membros consultem o(s) líder(es) em relação à maior parte das decisões, incluindo as que dizem respeito: ao trabalho, à educação dos filhos, ao facto de se dever ou não visitar parentes (externos ao grupo), etc.

Nota: os itens são invertidos [I] na cotação, calculando a diferença absoluta entre a classificação e o número 6. Não inclua a designação [I] quando aplicar o teste.

Psychological Abuse Experienced in Groups Scale – versão portuguesa

(Saldaña et al., 2017)

INSTRUÇÕES

De seguida, vai ler uma série de afirmações acerca de práticas que é possível que tenha vivenciado nas Testemunhas de Jeová. O que queremos saber é se passou por aquilo que é descrito em cada uma das afirmações, independentemente de o grupo o ter feito ou não de forma intencional. Por favor, indique o grau em que sentiu cada umas das práticas, selecionando uma opção da escala seguinte:

- 0 = de modo algum
- 1 = ligeiramente
- 2 = bastante
- 3 = muito
- 4 = continuamente

1. Eles fizeram-me rejeitar a minha vida anterior a ter-me tornado membro do grupo.
2. Eles fizeram-me sentir que iria encontrar-me em perigo substancial se saísse do grupo.
3. Antes de dar início a um relacionamento íntimo eu tinha de obter a aprovação do grupo.
4. Era esperado que eu confessasse quaisquer ações ou sentimentos que pudessem não estar de acordo com a filosofia do grupo.
5. Eles incutiram em mim a ideia de que tudo o que acontecia fora do grupo era repreensível.
6. Comportar-me em consonância com a ideologia do grupo devia ser mais importante para mim do que eu próprio(a).
7. Se eu questionasse algum aspeto da filosofia do grupo, era sempre desacreditado(a).
8. Fui compelido(a) a ir viver com outros membros do grupo.
9. Eles tentaram afastar-me da minha família.

10. Eles fizeram com que eu me sentisse culpado(a) em relação a coisas pequenas e sem importância.
11. Eles fizeram-me abdicar das minhas atividades de tempos livres.
12. Eu tinha de recorrer a um jargão específico do grupo, que alterava o significado habitual das palavras.
13. Atingi frequentemente o ponto de exaustão em virtude da quantidade de atividades de grupo em que me encontrava envolvido(a).
14. A autoridade do(s) líder(es) do grupo foi-me apresentada como sendo inquestionável.
15. O grupo tentava controlar a maneira como eu ocupava o meu tempo.
16. Eles ensinaram-me a enganar outras pessoas a respeito de aspetos específicos do grupo.
17. Eles levaram-me a abdicar de aspetos da minha identidade e maneira de ser de modo a adaptar-me às do grupo.
18. Eles encorajaram-me a abdicar dos estudos ou do meu trabalho.
19. Eles faziam-me ver a figura do(s) líder(es) como (uma) autoridade(s) inquestionável(eis) a quem se devia obediência.
20. O grupo queria que eu estivesse disposto(a) a fazer grandes sacrifícios.
21. Eles ocultaram-me informação relevante acerca de quem eram e do que na realidade faziam.
22. Eles fizeram-me ver o(s) líder(es) do grupo como alguém dotado de características muito especiais e claramente superiores.
23. A mesma autoridade que me punia podia retirar a punição e perdoar-me a seu belo prazer.

24. Eles mentiram-me a respeito da verdadeira natureza do grupo.
25. Quando consideravam que eu tinha desobedecido a alguma recomendação do grupo, eles tratavam-me com desprezo.
26. Eles fizeram-me abdicar dos(as) amigos(as) que eu tinha antes de me juntar ao grupo.
27. Eles tentaram fazer com que eu passasse o máximo de tempo possível com o grupo.
28. Eles mantinham o meu comportamento sob vigilância permanente.
29. Eles tentavam fazer-me explicar-lhes todos os aspetos da minha situação económica.
30. Eles levaram-me a acreditar que tudo o que acontecia no interior do grupo era bom e tudo o que acontecia fora do grupo era mau.
31. Eles fizeram-me recear ser desacreditado(a) ou humilhado(a), de alguma maneira, se eu não fizesse aquilo que era esperado de mim.

Inventário de Avaliação Clínica da Depressão

(Vaz Serra, 1994)

INSTRUÇÕES

Cada um dos sintomas que a seguir é apresentado não se refere à sua maneira de ser habitual mas sim ao estado *em que se sente pelo menos desde há duas semanas para cá*. Não há respostas certas ou erradas. Há apenas a *sua* resposta. Responda de forma rápida, honesta e espontânea. Se lhe parecer que duas respostas diferentes já foram experimentadas por si, assinale com uma cruz (x) no quadrado respetivo aquela que se aproxima mais do seu estado atual.

- | | | |
|-----------|---|--------------------------|
| 1. | - O interesse pelo meu trabalho é o mesmo de sempre | <input type="checkbox"/> |
| | - Ultimamente ando a sentir um interesse menor pelo meu trabalho | <input type="checkbox"/> |
| | - Presentemente sinto, com bastante frequência, desinteresse pelo que tenho de fazer | <input type="checkbox"/> |
| | - Atualmente ando a sentir, muitíssimas vezes, um grande desinteresse pelo meu trabalho | <input type="checkbox"/> |
| | - Perdi por completo todo o interesse que tinha pelo meu trabalho | <input type="checkbox"/> |
| 2. | - No meu dia a dia não preciso de recorrer à ajuda das outras pessoas mais do que o costume | <input type="checkbox"/> |
| | - Presentemente recorro mais ao auxílio dos outros do que costumava fazer | <input type="checkbox"/> |
| | - No momento atual recorro bastante mais ao auxílio dos outros do que costumava fazer | <input type="checkbox"/> |
| | - Agora recorro muitíssimo mais ao auxílio dos outros do que costumava fazer | <input type="checkbox"/> |
| | - Atualmente sinto-me completamente incapaz de fazer seja o que for sem a ajuda dos outros | <input type="checkbox"/> |
| 3. | - Ando-me a sentir tão sossegado como de costume | <input type="checkbox"/> |
| | - Ando-me a sentir interiormente mais desassossegado do que o habitual | <input type="checkbox"/> |
| | - Sinto-me interiormente bastante mais desassossegado do que o costume | <input type="checkbox"/> |
| | - Sinto-me interiormente muitíssimo mais desassossegado do que o habitual | <input type="checkbox"/> |
| | - Sinto-me interiormente num estado permanente de agitação | <input type="checkbox"/> |
| 4. | - Presentemente, no contacto com os outros (familiares, amigos ou conhecidos) sou capaz de falar sobre os temas habituais das conversas comuns | <input type="checkbox"/> |
| | - No momento atual tenho tendência, no contacto com os outros, a falar mais do que o habitual daquilo que sinto ou me preocupa, embora consiga conversar também sobre outros assuntos | <input type="checkbox"/> |
| | - Reconheço que agora passo bastante tempo a falar aos outros daquilo que me anda a preocupar e estou a sentir, embora possa também abordar outros assuntos | <input type="checkbox"/> |
| | - No momento presente, no contacto com os outros, falo muitíssimo mais do que o costume daquilo que me preocupa e ando a sentir, evitando abordar assuntos diferentes | <input type="checkbox"/> |
| | - Atualmente, no contacto com os outros, só sei falar daquilo que me preocupa e tenho sentido, mostrando-me incapaz de conversar de quaisquer outros assuntos | <input type="checkbox"/> |

5. - A minha consciência não me acusa de nada em particular que tenha feito
 - Ando-me a sentir um fardo para a minha família, amigos e colegas
 - Sinto atualmente que há faltas no meu passado que não devia ter cometido
 - Penso, muitas vezes, que cometi certas faltas graves no meu passado
 - Passo o tempo a pensar que o estado em que me sinto é consequência das faltas graves que cometi na minha vida
6. - A minha capacidade de fixação é a mesma que sempre tive
 - Às vezes custa-me fixar aquilo que preciso
 - Sinto, bastantes vezes, que ando a fixar pior aquilo que preciso
 - Sinto, muitíssimas vezes, que me esquecem facilmente as coisas
 - Sinto-me incapaz de fixar seja o que for
7. - Não me sinto mais infeliz do que o costume
 - Tenho períodos em que me sinto mais infeliz do que habitualmente
 - Ando-me a sentir bastante mais infeliz do que o costume, embora tenha ocasiões em que me sinta tão feliz como dantes
 - Só em raros momentos é que me consigo sentir feliz
 - Atualmente não tenho um único momento em que me sinta feliz
8. - No momento presente não tenho qualquer dificuldade em começar a dormir
 - Quando me deito passo cerca de meia hora sem conseguir adormecer
 - Atualmente, quando me deito, demoro cerca de 1 - 2 horas antes de conseguir adormecer
 - Quando me deito, nalgumas noites não consigo dormir nada
 - Se não tomar nada para adormecer as minhas noites são de insónia completa
9. - O valor que dou às coisas que faço e a mim próprio não é maior nem é menor do que o costume
 - Atualmente penso por vezes que, como individuo, tenho pouco mérito naquilo que faço
 - Ultimamente apanho-me a pensar, bastantes vezes, que não valho nada
 - Penso, com muita frequência, que não tenho qualquer valor como pessoa
 - No momento atual sinto constantemente que não valho nada como pessoa
10. - A minha confiança em relação ao futuro é a mesma de sempre
 - Ao contrário de antigamente, sinto-me por vezes inseguro em relação ao futuro
 - No momento atual sinto, bastantes vezes, falta de confiança no futuro
 - Sinto agora, muitíssimas vezes, falta de confiança no futuro
 - Presentemente perdi por completo a esperança que tinha no futuro
11. - Depois de conseguir adormecer não tenho tendência a acordar durante a noite
 - Atualmente acordo 1 hora antes do habitual e depois não consigo voltar a dormir
 - Presentemente ando a acordar ao fim de 4 - 5 horas de sono e depois não consigo voltar a dormir
 - Após ter adormecido, acordo ao fim de 1 ou 2 horas e não sou capaz de voltar a dormir
 - Se não tomar nada para dormir, a minha noite é de completa insónia

Caraterísticas demográficas dos participantes

Tabela 1

Caraterísticas demográficas dos participantes

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Sexo	236				
Mulher		129	54.7		
Homem		107	45.3		
Idade (anos)	233			38.96	10.91
Nacionalidade	236				
Brasileira		148	62.7		
Portuguesa		72	30.5		
Angolana		6	2.5		
Mexicana		2	0.8		
Moçambicana		1	0.4		
Americana		1	0.4		
Dominicana		1	0.4		
Inglesa		1	0.4		
Italiana		1	0.4		
Chilena		1	0.4		
Não respondeu		2	0.8		
Estado civil	236				
Casados(as)		119	50.4		
Solteiros(as)		49	20.8		
Divorciados(as)		30	12.7		
Vivem em união de facto		29	12.3		
Separados(as) judicialmente		3	1.3		
Separados(as) de facto		2	0.8		
Viúvos(as)		2	0.8		
Não respondeu		2	0.8		
Habilitações literárias	236				
Não concluiu o ensino básico/fundamental		6	2.4		
Ensino básico/fundamental		18	7.5		
Ensino secundário/médio		124	52.5		
Ensino superior		80	33.7		
Não respondeu		8	3.4		
Afiliação religiosa antes de ser TJ	236				
Nenhuma		156	66.1		
Católica Romana		59	25.0		
Evangélica/Protestante		9	3.8		
Espírita		1	0.4		
Umbanda		1	0.4		
Assembleia de Deus Africana		1	0.4		
Igreja Maná		1	0.4		
Igreja Metodista		1	0.4		
Igreja Congregação Cristã		1	0.4		
Igreja Episcopal Anglicana		1	0.4		
Várias		1	0.4		
Não respondeu		4	1.7		

Tabela 1 (continuação)

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Como tomou contacto com as TJ	236				
Através dos pais/nasci em família TJ		96	40.7		
Através de visita ao domicílio		39	16.5		
Através da mãe		33	14.0		
Através de parentes próximos		12	5.1		
Através de amigos(as)		7	3.0		
Através de pregação na rua		6	2.5		
Através de um(a) tio(a)		5	2.1		
Através de vizinhos(as)		5	2.1		
Através de um(a) irmão(ã)		3	1.3		
Através do pai		2	0.8		
Através de uma avó		2	0.8		
Através da madrasta		2	0.8		
Através de um(a) colega de trabalho		2	0.8		
Através da família do(a) cunhado(a)		1	0.4		
A mãe pediu estudo bíblico para a família		1	0.4		
Através de família de conhecidos dos pais		1	0.4		
Através de um(a) colega de escola		1	0.4		
Através da família e amigos(as)		1	0.4		
Através de revistas das TJ colocadas no correio		1	0.4		
Através de um(a) primo(a)		1	0.4		
Informalmente		1	0.4		
Por obrigação		1	0.4		
Através dos avós		1	0.4		
Fiz um curso bíblico com uma pessoa		1	0.4		
Através de um(a) colega da mãe		1	0.4		
Num orfanato		1	0.4		
Através do cônjuge		1	0.4		
Através de uma TJ		1	0.4		
Através de uma brochura das TJ		1	0.4		
Não respondeu		6	2.5		
Idade que tinha quando foi batizado(a) nas TJ (anos)	220			17.85	6.48
Cargo que tinha nas TJ	236				
Publicadores(as)		110	46.6		
Servo ministerial		29	12.3		
Nenhum		20	8.5		
Pioneiro(a) regular		19	8.1		
Ancião		17	7.2		
Pioneiro(a) auxiliar		12	5.1		
Pioneiro(a)		7	3.0		
Estudante		3	1.3		
Auxiliava na pregação de porta em porta		2	0.8		
Superintendente substituto		1	0.4		
Publicador(a) não-batizado(a)		1	0.4		
Quase todos		1	0.4		
Empregada doméstica		1	0.4		
Preparava as saídas de campo		1	0.4		
Não respondeu		12	5.1		
Quanto tempo permaneceu nas TJ (anos)	234			20.41	10.40

Tabela 1 (continuação)

Caraterística	<i>n</i>	<i>f</i>	%	<i>M</i>	<i>SD</i>
Há quanto tempo se desfilou das TJ (anos)	232			7.68	8.26
Religião que tem presentemente	33				
Católica Romana		6	18.2		
Evangélica		5	15.2		
Espírita		4	12.1		
Cristã		2	6.1		
Igreja Adventista do Sétimo Dia		2	6.1		
Igreja Presbiteriana		2	6.1		
Umbanda		2	6.1		
Espiritualista		1	3.0		
Igreja do Evangelho Quadrangular		1	3.0		
Igreja do Nazareno		1	3.0		
Mórmom		1	3.0		
Congregação Cristã no Brasil		1	3.0		
Amor ao próximo		1	3.0		
Candomblé		1	3.0		
Ocultismo		1	3.0		
Testemunhas de Jeová		1	3.0		
Não respondeu		1	3.0		

Nota. TJ = Testemunha de Jeová; *f* = frequência absoluta; % = percentagem; *M* = média; *SD* = desvio padrão.

Caraterização das Testemunhas de Jeová

Introdução

O Adventismo é um movimento na tradição protestante que tem as suas raízes nos ensinamentos de William Miller (1782-1849), um pregador batista americano que começou a proclamar o iminente retorno (“Segundo Advento” ou “Parúsia”) de Jesus Cristo em 1831. As expectativas de Miller foram baseadas numa série de cálculos do fim dos tempos, de datas e períodos de tempo mencionados na Bíblia. O retorno de Cristo era esperado em 1843 e, posteriormente, em 1844 (Chryssides, 2008). Estima-se que pelo menos 50 000, e talvez até 200 000 pessoas, eventualmente adotaram as visões de Miller (Jonson, 2004). Quando a profecia de William Miller de que Cristo retornaria em 1843 não foi cumprida e as previsões sucessivas também falharam, o movimento milenarista entrou em crise. Nas décadas seguintes, o movimento dividiu-se em numerosas facções com diferentes interpretações deste falhanço profético (Melton & Bromley, 2004). O mundo não acabou, mas os segundos adventistas continuaram a florescer (Harrison, 1978). Mais de 100 igrejas diferentes foram formadas e cada uma desenvolveu a sua própria variação do tema original de Miller, incluindo dois grandes movimentos internacionais: os Adventistas do Sétimo Dia¹ e as Testemunhas de Jeová. Hoje, milhões de membros da igreja evangélica conservadora nos Estados Unidos são dispensacionalistas² e os livros de profecias continuam extremamente populares nas livrarias evangélicas (Melton & Bromley, 2004).

Além de professarem o milenarismo como base doutrinária, estes movimentos religiosos utilizam o anúncio do fim do atual mundo e do início de uma nova ordem para manipular os seus adeptos. Estamos assim perante movimentos religiosos de tipo apocalítico, que anunciam a iminência da catástrofe final, com a qual o mundo atual, totalmente perverso, será substituído por outro, absolutamente bom (Galindo, 1994). Os adeptos dessas religiões consideram-se os eleitos, uma elite, ao contrário dos outros, que rejeitam como filhos da perdição. As Testemunhas de Jeová, por exemplo, têm denominado tradicionalmente como “Egito”, a sociedade em geral, controlada segundo eles por Satanás (ou Diabo), e por “egípcios” todos os que não pertencem à seita (Prieto, 1994; Rodríguez, 1989). Portanto, os seus líderes dizem que têm o direito de despojar a sociedade da mesma maneira que os israelitas, “o verdadeiro povo de Deus” (assim como as Testemunhas de Jeová se consideram hoje), despojaram os egípcios durante a noite do êxodo. A fórmula usada para tirar dinheiro aos que não são membros é muito curiosa: vendem-lhes os milhões de cópias da literatura que imprimem (Rodríguez, 1989).

Origem e líderes das Testemunhas de Jeová

A religião das Testemunhas de Jeová é um movimento que se intitula cristão, fundado nos Estados Unidos da América na década de 1870 (Milligan & Bellamy, 2004), mais concretamente no Estado da Pensilvânia (Bodnaruk et al., 2004; Chryssides, 2008; Chu, 2004; Lin et al., 2012).³ Em 1931, o grupo alterou a designação de “Estudantes da Bíblia” (Hébert, 1960; Rajtar, 2011; Stevenson, 1968; Wah, 2001; Wilges, 2001) para “Testemunhas de Jeová” com base no livro do profeta Isaías na Bíblia (Benson, 1989; Nieto, 1992), no qual Deus declara ao seu povo: “Vós sois as Minhas testemunhas...” (*Bíblia Sagrada*, 1995, Is. 43:10).⁴ As Testemunhas de Jeová acreditam que vai haver uma grande batalha cósmica entre Deus (cujo nome é Jeová) e Satanás (ou Diabo), e Jesus Cristo retornará à Terra para marcar este evento (Wright, 2009). Além disso, acreditam que estão a viver “os últimos dias” e aguardam o iminente estabelecimento do “Reino de Deus” na Terra (Lin et al., 2012). Afirmam ser a única religião verdadeira, e que todas as outras estão erradas e são obra de Satanás. Não são evangélicos como muitos pensam e o único grupo religioso que tem alguma semelhança com eles são os adventistas (Cabral, 1980). As Testemunhas de Jeová consideram-se, portanto, como os arautos enviados por Deus para advertir o mundo sobre o julgamento vindouro e a necessidade de procurar refúgio no seu “reino teocrático” (Hoff, 1993). De acordo com as suas profecias, três eventos deverão ocorrer, a saber: (1) a aniquilação da Igreja Católica Romana e das outras igrejas opostas à obra das Testemunhas de Jeová; (2) a destruição dos poderes políticos; e (3) o começo do milénio na Terra (Hoff, 1993). Esta religião é classificada por T. W. Smith (1990) como uma seita. No entanto, as Testemunhas de Jeová são hoje uma comunidade religiosa mundial (Pietkiewicz, 2014), com cerca de seis a dez milhões de membros em todo o mundo (Bodnaruk et al., 2004; Lin et al., 2012; Milligan & Bellamy, 2004; Mooney, 2005).

As Testemunhas de Jeová são admoestadas a viver e confiar totalmente na sua Sociedade (Watchtower, que significa em português Torre de Vigia), sob cuja cuidadosa orientação aprendem as regras e princípios de comportamento aceitável e são guiadas para entender a Bíblia (Poewe, 1978). É muito difícil, senão impossível, imaginar a existência do culto religioso das Testemunhas de Jeová completamente separado da estrutura editorial da Torre de Vigia (Consejo Episcopal Latinoamericano [CELAM], 2006). As Testemunhas de Jeová são caracterizadas por um conhecimento extraordinário das suas doutrinas e uma persistência incomum em promulgá-las. Parece que cada uma é um ministro treinado e um proselitista incansável da sua fé (Hoff, 1993). Os adeptos têm o dever de estudar a literatura

que é regularmente disseminada entre eles e discutida nas tardes de domingo, quando se reúnem como congregação no seu Salão do Reino (Poewe, 1978).⁵

A seita desenvolveu-se como um grupo fundamentalista⁶ que acreditava ter uma nova revelação, espalhando a sua palavra através de discursos nas esquinas das ruas e visitas aos domicílios (Benson, 1989; MacArthur, 1992). O testemunho de porta em porta preenche um dos requisitos mais importantes para a sua salvação (Bickel & Jantz, 2005). As Testemunhas de Jeová dão o testemunho geralmente uma vez por semana. Depois, comprometem-se a mais tempo: 30, 60, 90 horas obrigatórias por mês (Nieto, 1992), mas podem chegar às 100 ou 150 (Stevenson, 1968), devido ao medo de serem rebaixadas à “classe de maus servos” (Cabral, 1980). Costumam andar aos pares e preferem as casas dos evangélicos, onde se apresentam comumente como “membros de uma sociedade de estudo da Bíblia”, para iniciar o proselitismo (Cabral, 1980). O seu ministério de porta em porta é conduzido como se de uma operação militar se tratasse, prestando atenção a todos os detalhes (Stevenson, 1968). Costumam apresentar-se fazendo um grande aparato de sabedoria, citando palavras gregas e hebraicas, mesmo não as conhecendo (da Silva, 1991). Este evangelismo zeloso fez com que as Testemunhas de Jeová se tornassem uma das religiões que mais crescem (Bickel & Jantz, 2005).⁷ As revistas *A Sentinela* (inglês: *The Watchtower*) e *Desperta!* (inglês: *Awake!*) são publicadas regularmente há muitas décadas e são distribuídas quando as Testemunhas de Jeová fazem as suas famosas visitas aos domicílios na sua atividade pública de pregação (Wah, 2001).

O fundador deste movimento religioso foi o americano Charles Taze Russell (1852-1916). Russell nasceu em Allegheny, Pensilvânia, a 16 de fevereiro de 1852. Foi um dos três filhos de Joseph e Eliza Birney Russell. O seu pai geria uma loja de roupas e teve algum sucesso nesse negócio. A sua mãe faleceu quando ele tinha apenas nove anos (Gruss, 1970). Russell foi criado como um presbiteriano, mas tornou-se um congregacionista na sua juventude. Tendo se desencantado com o cristianismo organizado, em 1869 ele ouviu uma palestra de Jonas Wendell, um adventista, e foi inspirado a iniciar o seu próprio grupo de simpatizantes para estudar a Bíblia em 1870 (Chryssides, 2008; Hoff, 1993).⁸ Ele ouviu dos adventistas o ensinamento tranquilizador de que não havia castigo eterno (inferno) e ficou entusiasmado com a profecia da segunda vinda de Cristo. Assim, dedicou muito do seu tempo a estudar os livros de Daniel e Apocalipse (Revelação) e formulou o seu próprio sistema profético, que ele chamou de “O Plano Divino das Eras” (Hoff, 1993). O seu grupo de seguidores pediu que ele se tornasse o seu “pastor” em 1876, por isso ele é frequentemente chamado de “Pastor Russell”, apesar do facto de que os Estudantes da Bíblia e as Testemunhas de Jeová sempre permaneceram em movimentos leigos (Chryssides, 2008). Em 1879, Russell casou com Maria Francisca Ackley

(Nieto, 1992), e nesse mesmo ano copublicou uma revista chamada *The Herald of the Morning* com o seu fundador, N. H. Barbour, para difundir as suas ideias.⁹ Em 1884, ele assumiu o controlo desta publicação, cujo nome foi alterado (Wright, 2009) para *Zion's Watch Tower and Herald of Christ's Presence*, precursora da atual *The Watchtower* (português: *A Sentinela*; Benson, 1989). Também em 1884 foi legalmente constituída na Pensilvânia a *Zion's Watch Tower Tract Society* (Chu, 2004). Em 1886, a organização contava com cerca 300 trabalhadores, a maior parte em tempo parcial. Russell pediu a todos os que tinham sido alcançados pela mensagem da Verdade a dedicar todo o tempo que pudessem a espalhar as boas novas aos outros, pregando e distribuindo literatura. Muita gente nos Estados Unidos da América e no exterior, reagiu avidamente ao chamado, refletindo a profundidade das suas convicções e o entusiasmo do seu líder (Redecker, 2006). Em 1888, cerca de 50 pessoas estavam envolvidas em tempo integral com a propagação da mensagem deste movimento religioso. As habilidades de comunicador ajudaram Russell a despertar o interesse de muitas pessoas. Além dos sermões que foram publicados, ele escreveu uma série de sete volumes, intitulados “Estudos sobre as Escrituras”, que se tornou o fundamento doutrinário para os seus seguidores, pois afirmava que seria melhor ler os seus escritos do que a própria Bíblia (Bickel & Jantz, 2005). A sua desvalorização da revelação bíblica em favor de uma revelação “mais autorizada” mostra que as Testemunhas de Jeová se desviaram da herança comum dos cristãos, tornando-se genuinamente uma nova religião pós-cristã (CELAM, 2006).

Russell apresentava-se como “o servo fiel e prudente” (ver *Bíblia Sagrada*, 1995, Mt. 24:45–47), cuja interpretação da Bíblia é a única credível: está-se longe da livre interpretação do texto sagrado segundo a tradição da Reforma (Vernette, 2002). Russell acreditava que ambas as doutrinas do catolicismo romano e do protestantismo estavam erradas (Hoff, 1993). Russell negou não apenas o conceito de condenação eterna e fogo do inferno para os pecadores; ele negou a Trindade, a divindade de Cristo e o Espírito Santo.¹⁰ Desta forma, Russell foi visto como um herege pela maioria das igrejas da época (Wright, 2009). Um dos seus primeiros trabalhos foi um livreto intitulado *Food for Thinking Christians*, publicado em 1881. Neste documento ele resumiu as principais visões doutrinárias dos Estudantes da Bíblia e expôs o que considerava crenças erróneas das igrejas ortodoxas. Ele também incluiu uma abrangente “Tabela das Eras” com uma explicação completa, ilustrando o Plano de Deus para o desenvolvimento da igreja, abençoando o mundo e destruindo os incorrigíveis na “segunda morte”. Mais de um milhão de cópias deste documento foram distribuídas gratuitamente nos Estados Unidos da América e no Reino Unido (Redecker, 2006).

Em 1908, o grupo mudou a sua sede para Brooklyn, em Nova Iorque. Russell realizou amplos passeios de pregação e discursou para auditórios lotados. Russell dirigiu críticas severas às igrejas católica e protestantes, que classificou como tradições religiosas antibíblicas. Os seus ouvintes foram encorajados a deixar a “Grande Babilónia”, então identificada como o papado romano,¹¹ e a reunir-se em grupos de estudo para procurar e compartilhar a verdade por meio de discussões bíblicas (Chu, 2004).

Russell foi homem de maus procedimentos (Cabral, 1980). Ele tornar-se-ia conhecido por vários escândalos chocantes, tendo sido acusado de ser louco por dinheiro, por poder e por sexo (Harrison, 1978). Várias vezes compareceu nos tribunais, inclusive por ações movidas pela sua esposa, quando a situação se tornou intolerável. Ela não podendo mais suportar os maus tratos, o regime de tirania em casa e os casos imorais de Russell com a sua empregada Rose Ball, abandonou-o em 1897 e dele divorciou-se em 1913. Russell viu-se muitas vezes em apuros na justiça devido a escândalos financeiros (Cabral, 1980). Ele obteve grandes quantias de dinheiro, às vezes empregando truques desprezíveis. Por exemplo, anunciou que tinha um “trigo milagroso”, que renderia cinco ou seis vezes mais do que o trigo comum quando plantado, vendendo-o 60 vezes mais caro. De maneira similar, ele anunciou a venda de “grãos milenares” e uma “maravilhosa semente de algodão”. Noutras ocasiões anunciou que tinha remédios para a apendicite, a febre tifoide e o cancro. Ele também convenceu muitas pessoas, especialmente mulheres prestes a morrer, a entregar os seus bens para a propagação da mensagem do “reino”. Russell teve pouca preparação académica, não terminando o ensino básico; no entanto, fingiu ser um teólogo treinado. As suas doutrinas e erudição foram expostas pelos escritos do Reverendo J. J. Ross, um pastor batista. Russell levou-o a tribunal por difamação. Durante o julgamento, Russell cometeu perjúrio, afirmando sob juramento que conhecia o alfabeto grego, mas não conseguiu ler textos bíblicos em grego quando lhe foram mostrados em tribunal (Hoff, 1993).

Ao contrário do que a maioria das Testemunhas de Jeová acredita, Charles Russell não foi o primeiro presidente da Watch Tower Bible and Tract Society (Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados), tal como hoje é conhecida (Madaleno, 2020). O primeiro presidente foi William Henry Conley (1840-1897) em 1881 (Chryssides, 2008; Madaleno, 2020), sendo Russell apenas tesoureiro e secretário. Contudo, apenas em 1884 a sociedade foi legalmente constituída, com Russell como presidente. Em 1896, o nome da instituição foi oficialmente mudado para Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania [WTBTSP], 1993).

Durante a última parte do século XIX e no início do século XX, o campo de ação da seita assumiu um aspeto internacional, quando foram abertas filiais para distribuição de folhetos e livros em várias cidades da Europa, Ásia e África. Contudo, o crescimento do movimento teve os seus reveses. Em 1909, alguns dos seguidores de Russell separaram-se do grupo com o argumento de que ele passara a considerar as suas próprias declarações como tendo autoridade igual ou maior que a própria Bíblia. Essa deserção de um pequeno número de pessoas, no entanto, não se compara ao número muito maior de pessoas que deixou o movimento quando a mulher de Russell pediu o divórcio em 1913 (Metzger, 1953).

Em 1916, após a morte de Russell, Joseph Franklin Rutherford (1869-1942) tornou-se o presidente da Watch Tower Bible and Tract Society. Rutherford e vários outros membros foram enviados para a prisão durante a Primeira Guerra Mundial, por causa da sua oposição a ela. Devido a isso, o movimento sofreu um revés grave, mas voltou mais forte do que nunca quando Rutherford “retornou do cativeiro” (Pescor, 1949). Rutherford transformou o que era uma confederação de congregações autónomas numa organização centralmente governada. Ele foi responsável pelos elementos mais distintivos e radicais que agora são tipicamente associados à organização, incluindo a sua pregação de casa em casa e o estabelecimento de uma forma de governo teocrático. A sua postura antiguerra durante a Primeira Guerra Mundial colocou-o em conflito com o governo e o clero, fazendo com que ele introduzisse o anticlericalismo distintivo da organização e a afastasse do cristianismo tradicional. Por exemplo, enquanto Rutherford estava no cargo, a celebração do Natal e aniversários foi abolida (Chryssides, 2008).

Após a morte de Rutherford em 1942, Nathan Homer Knorr (1905-1977) foi escolhido como presidente da Watch Tower Bible and Tract Society. Ele, junto com outros membros, passou a constituir o Corpo Governante¹² (Pescor, 1949). Knorr nasceu em Bethlehem, Pensilvânia, e com a idade de 16 anos juntou-se à Congregação Allentown dos Estudantes da Bíblia. A sua participação na Convenção de Cedar Point, em 1922, convenceu-o a renunciar à sua condição de membro da Igreja Reformada. Ele foi batizado no ano seguinte e tornou-se um membro do Betel¹³ do Brooklyn. Knorr foi nomeado por Rutherford como um coparceiro na publicação de *The Golden Age* (português: *A Idade de Ouro*) em 1928.¹⁴ Em 1934 ele foi eleito diretor da Peoples Pulpit Association, que se transformaria na Watchtower Bible and Tract Society of New York, e tornou-se vice-presidente da associação no ano seguinte. Em 1940, ele tornou-se diretor e vice-presidente da Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, e foi presidente de ambas as sociedades em 1942. Knorr trabalhou muito para expandir a organização e foi particularmente ativo no estrangeiro (Chryssides, 2008). Foi sob a liderança

de Knorr que a Sociedade Torre de Vigia se tornou verdadeiramente internacional, expandindo-se para além do mundo Anglófono e da Europa Ocidental para abrir filiais em África, Sudeste Asiático, subcontinente indiano e Pacífico (Knox, 2011). Quando ele assumiu o cargo, as Testemunhas de Jeová estavam presentes em 54 países; em 1961, esse número aumentou para 186. Knorr acreditava fortemente na importância de treinar as testemunhas para o seu trabalho (Chryssides, 2008). Knorr insistiu que as Testemunhas de Jeová fossem bem versadas não apenas na Bíblia, mas em como conversar com um público céptico (e ocasionalmente hostil) sobre escrituras e crenças (Knox, 2011). Assim, ele estabeleceu a Watch Tower Bible School of Gilead em Lansing, New York e, posteriormente, as Theocratic Ministry Schools em todas as congregações. Sob a sua presidência, o trabalho de publicação continuou com livros didáticos sobre a Bíblia, testemunho e história da organização. Knorr estabeleceu o princípio de que os autores da Watch Tower deveriam escrever anonimamente para garantir que Deus, em vez de humanos, receba o crédito apropriado (Chryssides, 2008).

O quarto presidente da Watch Tower Bible and Tract Society foi Frederick William Franz (1893-1992). Criado numa família católica romana em Cincinnati, Ohio, Franz converteu-se ao presbiterianismo e começou a treinar para o ministério presbiteriano na Universidade de Cincinnati. Em 1913, ele descobriu um livreto intitulado “Where Are the Dead?”, de John Edgar, um membro dos Estudantes Internacionais da Bíblia em Glasgow, na Escócia. Isso persuadiu-o a ler os “Estudos das Escrituras” de Charles T. Russell e a ser batizado na Congregação de Cincinnati dos Estudantes da Bíblia no final daquele ano. Imediatamente após a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914, Franz tornou-se um pioneiro, pregando de porta em porta. Em 1920, a convite de Joseph F. Rutherford, ele juntou-se à família Betel do Brooklyn. Em 1926, juntou-se ao Departamento Editorial. Franz tornou-se vice-presidente da Watch Tower Society e dos seus corpos associados em 1945, e foi nomeado presidente em 1977. Enquanto estava no cargo, Franz viajou muito em nome da sociedade e discursou em muitas convenções internacionais (Chryssides, 2008).

O quinto presidente da Watch Tower Bible and Tract Society foi Milton George Henschel (1920-2003). Henschel nasceu numa família de estudantes da Bíblia e mudou-se para Brooklyn em 1934, quando o seu pai, Herman George Henschel, foi convidado para ajudar nos projetos de construção do Betel. Ele envolveu-se em trabalho administrativo em 1939, tornando-se secretário de Nathan H. Knorr, que era então superintendente na gráfica do Brooklyn. Quando Knorr se tornou presidente em 1942, Henschel foi nomeado seu assistente. Henschel fez muitas viagens em nome da sociedade, visitando mais de 150 países, às vezes com risco de segurança pessoal. Ele foi nomeado para o Corpo Governante em 1976, e em 1992,

sucedeu a Frederick William Franz como presidente. Durante o seu mandato, a sociedade sofreu mudanças importantes, nomeadamente a separação do Corpo Governante da Junta de Diretores da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados da Pensilvânia em 2000. Na Reunião Geral Anual da Sociedade em 7 de outubro de 2000, Henschel renunciou à sua presidência e, juntamente com os outros seis membros do Corpo Governante que constituíram os diretores, mas continuou a servir no Corpo Governante até à sua morte (Chryssides, 2008).

O atual presidente da Watch Tower Bible and Tract Society é Don Alden Adams. Nascida no Estado de Illinois, a mãe de Adams, Mary Adams, tornou-se Testemunha de Jeová em 1938; o seu pai, William Karl Adams, foi batizado em 1952. Don Adams começou a ser pioneiro em 1943 e, em 1945, assumiu o ministério em tempo integral no Betel de Brooklyn, ganhando a isenção do serviço militar. Adams trabalhou com a Escola de Ministério de Gileade e também viajou extensivamente como superintendente de zona. Adams chegou ao poder como resultado de uma reorganização estrutural significativa da sociedade em 2000, que envolveu a separação formal do Corpo Governante e do Conselho de Diretores da sociedade. Adams não é considerado um membro da classe ungida, por isso ele é o primeiro presidente a não pertencer ao Corpo Governante (Chryssides, 2008).

As presidências de Frederick William Franz (1977-1992), Milton George Henschel (1992-2000) e Don Alden Adams (2000-presente) foram caracterizadas pelo crescimento contínuo da participação no memorial anual da morte de Cristo, o evento mais importante no calendário e na única ocasião comemorada pelas Testemunhas de Jeová, e no número de membros praticantes. A presença mundial da organização também se expandiu significativamente (Knox, 2011).

Como se organizam as Testemunhas de Jeová em cada país

A congregação cristã foi formada no dia do Pentecostes de 33 d.C. A congregação do primeiro século da Era Cristã era organizada e dirigida de modo teocrático, isto é, sob o governo (*krátos*) de Deus (*theós*). A congregação cristã hoje segue o mesmo padrão de organização e de funcionamento estabelecido no primeiro século. À medida que se formavam mais congregações, os apóstolos e os anciãos em Jerusalém continuavam a servir como superintendentes principais da congregação cristã do primeiro século, que se expandia internacionalmente. Eles serviam como Corpo Governante (Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania & Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados [WTBTSP & ATVBT, 2017]). O Corpo Governante das Testemunhas de Jeová envia todos os anos

representantes a várias regiões do mundo para deliberar com os representantes locais dessas regiões. Nesses escritórios regionais existe a Comissão de Filial, com três a sete membros, para supervisionar o trabalho na área sob sua jurisdição. O país ou área de cada filial é dividido em distritos, e os distritos, por seu turno, são divididos em circuitos. O superintendente de distrito faz visitas rotativas aos circuitos pelos quais é responsável. Há duas assembleias anuais para cada circuito. Cada circuito tem cerca de 20 congregações. O superintendente de circuito visita cada congregação pelas quais é responsável usualmente duas vezes durante o ano, além de auxiliar as Testemunhas de Jeová na organização e na preparação do trabalho de pregação no território designado para cada congregação. Cada congregação local é formada por até 200 Testemunhas de Jeová e tem anciãos responsáveis por supervisionar várias tarefas. Cada um – quer sirva na matriz mundial, nas filiais, ou nas congregações – faz o trabalho de campo de contactar pessoalmente outras pessoas para divulgar o reino de Deus (Bickel & Jantz, 2005).¹⁵ Coletivamente, elas formam uma congregação mundial unida, estabelecida em torno dos unguídos com espírito, que formam o seu núcleo (WTBTSP & ATVB, 2017).

As Testemunhas de Jeová em Portugal

Há todo um percurso histórico nacional favorável a uma afirmação progressiva do catolicismo romano, que ao longo dos séculos se foi estabelecendo como referencial religioso e cultural sem concorrência. Desta forma, as minorias religiosas, principalmente protestantes e evangélicas, vão emergir apenas em meados do século XIX e proliferar no século XX (Vilaça, 1999). A presença das Testemunhas de Jeová em Portugal recua a março de 1925, ocasião em que um canadiano de nome George Young se deslocou a Portugal e Espanha, para preparar a visita do presidente da organização religiosa, Joseph Franklin Rutherford, que chegou a Lisboa, proveniente de Madrid, a 13 de maio de 1925 (Pinto, 2012). Pese o facto de estarem em Portugal desde meados dos anos vinte do século passado, as Testemunhas de Jeová foram fortemente perseguidas pelo salazarismo (Moniz, 2017; Vilaça, 2005, 2013, 2016), tendo sido obrigadas a participar na Guerra Colonial (Vilaça, 1997), mas a sua postura profundamente proselitista leva a crer que se tenham expandido especialmente num contexto de liberdade religiosa (Vilaça, 2013).

As Testemunhas de Jeová em Portugal distribuem-se preponderantemente pelo grupo dos «operários, artífices e trabalhadores similares», pelo «pessoal dos serviços e vendedores» e pelos «trabalhadores não qualificados». Mas sublinhe-se que, logo a seguir aos pertencentes

a outras religiões, eles são o universo que conta com o maior número relativo de «técnicos e profissionais de nível intermédio» (Teixeira, 2013).

As Testemunhas de Jeová obedecem ao mesmo padrão geográfico dos outros grupos minoritários, isto é, uma maior concentração em Lisboa e Vale do Tejo – a área mais urbanizada e mais cosmopolita do país –, todavia em menor proporção do que os outros grupos religiosos. As Testemunhas de Jeová são classificadas como uma seita adventista ou revolucionária, cujo lema é mudar o mundo. Isto é, partem do princípio de que o mundo é mau, a sociedade não tem remédio e o ser humano por si só é incapaz de mudar. Esta visão pessimista e escatológica do mundo é também típica da cosmovisão camponesa. Assim, não é estranhar que as Testemunhas de Jeová sejam a minoria com maior presença nas zonas rurais (Vilaça, 2013).

Cargos nas Testemunhas de Jeová

Como já mencionámos anteriormente, nas Testemunhas de Jeová não há clero. Todos os seus batizados são ministros. Todos devem pregar a sua doutrina (Nieto, 1992). No entanto, existem diferentes cargos. Os principais são os seguintes:

1. Pioneiro: é um evangelizador a tempo inteiro que deve trabalhar no mínimo 90 horas por mês (Holden, 2002). A comissão de serviço da congregação aprova as petições para o serviço de pioneiro auxiliar e regular, e os pioneiros especiais são designados pelo Escritório (WTBTSP & ATVB, 2017);
2. Publicador: é um membro batizado que evangeliza para a Sociedade Torre de Vigia numa base voluntária (Holden, 2002). Muitos dos publicadores na congregação são pregadores em “part time” (meio expediente; Rogerson, 1969);
3. Servo ministerial: os servos ministeriais prestam vários serviços, tornando possível que os anciãos tenham mais tempo para cuidar das responsabilidades de ensino e de pastoreio. Por exemplo, um servo ministerial pode ser designado para cuidar das publicações que são obtidas para uso pessoal e para o ministério de campo. Outro talvez cuide das revistas. Ainda outros cuidam dos registos da congregação ou dos cartões de território. Alguns podem ser designados para cuidar dos microfones, operar o equipamento de som, ou servir como indicadores. As responsabilidades dos indicadores incluem dar boas-vindas aos visitantes, encontrar lugares para os que chegam atrasados às reuniões, contar a assistência, verificar se a temperatura e a

ventilação do salão estão adequadas, etc. A manutenção e a limpeza do Salão do Reino exigem muito trabalho, por isso muitas vezes é pedido aos servos ministeriais que ajudem a cuidar dessas responsabilidades. Se não houver servos ministeriais suficientes para cuidar de algumas dessas responsabilidades, o corpo de anciãos pode providenciar que outros irmãos batizados façam isso (WTBTSP & ATVB, 2017);

4. Ancião: é um membro do sexo masculino com uma posição de liderança (Holden, 2002). Os anciãos têm várias responsabilidades na congregação. Eles podem servir como: coordenador do corpo de anciãos, secretário, superintendente do serviço, dirigente do estudo da revista *A Sentinela* ou superintendente da Reunião Vida e Ministério. A maioria dos anciãos, senão todos, servem como superintendentes de grupo;

5. Membro do corpo de anciãos: o corpo de anciãos de cada congregação reúne-se periodicamente para considerar assuntos relacionados com o progresso espiritual da congregação. Todos os anos, são realizadas duas dessas reuniões por ocasião das visitas regulares do superintendente de circuito. Uma reunião adicional é programada cerca de três meses após cada visita do superintendente de circuito;

6. Coordenador do corpo de anciãos: é o indivíduo que preside às reuniões do corpo. Também cuida da programação de discursos públicos, com a ajuda de outro ancião ou de um servo ministerial bem qualificado, se necessário;

7. Secretário: é a pessoa que cuida dos registros da congregação e mantém os anciãos a par de informações importantes que tenham sido recebidas;

8. Superintendente do serviço: é o indivíduo que supervisiona a programação para o serviço de campo e outros assuntos relacionados. Isso inclui a programação para o testemunho em grupo. Ele realiza visitas regulares a todos os grupos de serviço de campo uma vez por mês, durante um fim de semana. Em congregações menores, onde há poucos grupos, talvez ele visite cada grupo apenas duas vezes por ano. Durante a sua visita, ele dirige as reuniões para o serviço de campo, trabalha com o grupo no ministério, faz revisitas e dirige estudos bíblicos com os publicadores;

9. Superintendente de grupo: as suas responsabilidades desta pessoa incluem: ter interesse ativo na espiritualidade de cada membro do grupo de serviço de campo; ajudar cada um no grupo a ter uma participação regular, zelosa e alegre no ministério; e ajudar e treinar servos ministeriais no grupo a fim de que se qualifiquem para receber responsabilidades na congregação. Por causa da natureza da designação, os superintendentes de grupo devem ser anciãos, se possível;

10. Membro da comissão de serviço da congregação: certos deveres são cuidados pela comissão de serviço da congregação, que é composta pelo coordenador do corpo de anciãos, pelo secretário e pelo superintendente do serviço. Os membros dessa comissão lidam com vários formulários, como pedidos de publicações, relatórios de serviço de campo e recomendações para a designação ou remoção de anciãos e servos ministeriais. Além disso, a comissão de serviço aprova o uso do Salão do Reino para casamentos e funerais, e é responsável pela designação de publicadores para os grupos de serviço de campo. Também aprova petições para pioneiros regulares e auxiliares e para outras modalidades de serviço. De vez em quando, pode ser solicitada à comissão de serviço realize outras tarefas;

11. Superintendente de circuito: cada um destes indivíduos é designado pelo Escritório para visitar as congregações que compõem um circuito, em geral duas vezes por ano. Periodicamente, eles também visitam pioneiros em territórios isolados;

12. Membro da comissão de filial: em todas as filiais das Testemunhas de Jeová no mundo, três ou mais irmãos formam uma comissão de filial, que cuida da obra de pregação no(s) país(es) sob sua supervisão. Providenciam a distribuição de publicações que visam fortalecer todos os que se associam com as congregações. A comissão supervisiona a pregação em todo o território da filial e certifica-se de que as congregações e os circuitos sejam formados de modo a cuidar bem das necessidades do campo. Além disso, presta atenção às atividades dos missionários e dos pioneiros especiais, regulares e auxiliares. Esta comissão também cuida da organização das assembleias e dos congressos;

13. Coordenador da comissão de filial: um dos membros da comissão de filial assume a função de coordenador;

14. Membro da comissão do país: em alguns países, designa-se uma comissão do país, que trabalha sob a supervisão de uma comissão de filial de outro país. Isso permite que se

supervisione mais de perto o trabalho onde a comissão do país serve. Essa comissão cuida dos assuntos do Lar de Betel e do Escritório, bem como da correspondência, dos relatórios e, de modo geral, das atividades no campo. O Corpo Governante faz todas as designações dos que servem em comissões de filial e comissões do país (WTBTSP & ATVBT, 2017);

15. Membro do Corpo Governante: é um membro do comité regulador da Sociedade Torre de Vigia (Holden, 2002). As Testemunhas de Jeová acreditam atualmente que o Corpo Governante é o “escravo fiel e prudente” e, portanto, designado por Jesus Cristo para as liderar (Bock, 2012). O Corpo Governante também é conhecido por “the Society” (português: “a Sociedade”; Rogerson, 1969) e é constituído por um pequeno grupo de cristãos ungidos que servem juntos na sede mundial, diretamente envolvidos na preparação de alimento espiritual, que é distribuído pelas congregações locais das Testemunhas de Jeová. Cristo usa o Corpo Governante para publicar informações sobre o cumprimento de profecias bíblicas e para dar orientações oportunas a respeito da aplicação de princípios bíblicos no dia a dia;

16. Representante da sede mundial: periodicamente, o Corpo Governante providencia que irmãos qualificados visitem cada uma das filiais em toda a Terra. O indivíduo que serve nessa função é chamado de representante da sede mundial. O objetivo principal da sua visita é encorajar a família de Betel e ajudar a comissão de filial a resolver problemas ou dúvidas que possam surgir relativamente à obra de pregação. Também pode reunir com superintendentes de circuito selecionados e com missionários em campo que trabalham na filial que ele está a visitar. Ele conversa com eles sobre os seus problemas e necessidades, dando-lhes o encorajamento que precisam para realizar a sua atividade mais importante: pregar o Reino e fazer discípulos. Se o tempo permitir, ele também pode visitar escritórios remotos de tradução. Quando visita uma filial, ele também participa na pregação, dentro do possível (WTBTSP & ATVBT, 2017);

17. Presidente da direção da Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados: o presidente é o que detém o mais alto cargo na organização (Lottes, 1972). O presidente não é, no entanto, totalmente responsável pelos editais doutrinários da Sociedade. O controlo vem de um corpo maior de Testemunhas, todas elas membros da “classe do restante”. Os “restantes” pertencem à classe privilegiada que viverá para sempre no céu (Rogerson, 1969), isto é, são os membros dos ungidos (os 144 000 “eleitos”) ainda vivos na Terra (Holden, 2002).¹⁶

Doutrina das Testemunhas de Jeová

Todas as religiões têm a sua doutrina (crença, dogma). Doutrina sobre a origem de tudo, sobre o sentido da vida, sobre o além, sobre a matéria, sobre a dor ou sofrimento, etc. (Wilges, 2001). Geralmente as seitas elaboram dois corpos doutrinários diferenciados, ainda que intimamente ligados: a Doutrina Revelada (DR) e a Doutrina do Mito Pessoal (DMP). A DR é a Verdade Absoluta, que não admite discussão, e é ditada, interpretada (e alterada, descaradamente, sempre que necessário; as Testemunhas de Jeová são o melhor exemplo disso) e administrada pelo líder/fundador, recetáculo da iluminação particular. A DMP consiste numa sobrevalorização de todas as facetas humanas do líder para adorná-lo com valores e habilidades da divindade. É uma consequência direta das perturbações de identificação do eu próprios de uma psicopatologia e/ou de uma mistificação deliberada por parte do próprio líder (Rodríguez, 1989).

As Testemunhas de Jeová intitulam-se cristãos no seu material impresso, sem realçar muitos dos desvios significantes da doutrina bíblica tradicional. Elas afirmam que a Bíblia é a única autoridade, mas não seguem as interpretações convencionais. Acreditam que apenas eles interpretam a Bíblia corretamente e usam a sua própria versão, designada por “Tradução do Novo Mundo” (Bickel & Jantz, 2005). Essa tradução foi completada e publicada em 1961 (Gruss, 1970). Segundo diversos autores (e.g., Cabral, 1980; Hoff, 1993; Metzger, 1953; Nieto, 1992; D. A. Reed, 1990; Vernet, 2002), trata-se na realidade de uma tradução adaptada às doutrinas que pregam, uma manipulação que distorce a verdadeira Palavra de Deus. Muita da sua literatura promocional é de natureza genérica e enfatiza a importância da orientação espiritual para o bem-estar pessoal, casamentos saudáveis, famílias bem constituídas, etc. Entretanto, um exame mais profundo das suas crenças revela diferenças nítidas e fundamentais da corrente principal do cristianismo (Bickel & Jantz, 2005). As Testemunhas de Jeová são, na maior parte, seguidores das interpretações de Charles T. Russell e Joseph F. Rutherford. Embora o fundador Russell e o seu sucessor, Rutherford, tenham morrido há muito tempo, as Testemunhas de Jeová hoje ainda esperam que a Organização Torre de Vigia e o seu Corpo Governante entendam a Bíblia. De facto, as Testemunhas de Jeová são ensinadas que não podem entender a Bíblia sem que a organização as explique (Martin, 1997).

Segundo da Costa (2008), as normas doutrinárias das Testemunhas de Jeová são as seguintes:

- 1- A alma espiritual não existe. O homem é alma, não tem alma espiritual. A alma é o sangue, a vida;
- 2- O Batismo não perdoa os pecados e nem se devem batizar as crianças;
- 3- Só 144 000 pessoas vão para o céu e os outros viverão no “paraíso terrestre”. Nem mesmo João Baptista faz parte dos 144 000 eleitos;
- 4- O uso da cruz é idolatria;¹⁷
- 5- Exibir a cruz de Jesus é vitupério (ultraje);
- 6- Os milagres cessaram depois dos Apóstolos;
- 7- Obras maravilhosas não provam favores divinos;
- 8- O Diabo é o governante deste mundo, controla o mundo como Deus;
- 9- O Demónio será lançado no abismo e depois destruído juntamente com os seus anjos e os iníquos;
- 10- Não é verdade que há boas coisas em todas as religiões;
- 11- O Espírito Santo não é pessoa divina, é a “força ativa de Deus”;
- 12- O Natal não era celebrado pelos primeiros cristãos;
- 13- Deus não habita em templos humanos;
- 14- A Igreja Católica não é edificada sobre Pedro;
- 15- Não se deve prestar culto a imagens, é vitupério;
- 16- O inferno não existe;
- 17- Os iníquos serão destruídos pelo fogo, para sempre;
- 18- O Diabo será preso, seguindo-se gloriosa paz;
- 19- Jeová é o nome de Deus;
- 20- Jesus é Filho de Deus, não é Deus;
- 21- Maria, Mãe de Jesus, não é Mãe de Deus;
- 22- Maria não permaneceu sempre virgem, teve outros filhos além de Jesus;
- 23- Os cristãos devem casar-se só com cristãos;
- 24- Os mortos, quanto ao espírito, não estão com Deus;
- 25- Dirigir orações a Maria e aos santos, não tem valor;
- 26- As transfusões de sangue são proibidas;
- 27- A Terra nunca será destruída;
- 28- Deus não é três pessoas, não é uma Trindade;
- 29- Jesus é inferior ao Pai, antes e depois da vinda à Terra;
- 30- Jesus é Miguel Arcanjo;¹⁸
- 31- O corpo de Jesus não ressuscitou;

- 32- Não devemos rezar pelos mortos, familiares ou não, pois não são dignos de veneração;
- 33- O Purgatório não existe;
- 34- A união das religiões (ecumenismo) não é da vontade de Deus;
- 35- Não deve ser aceite o sacramento da confissão;
- 36- Não se deve participar em referendos, nem em eleições, e não se deve prestar serviço militar, porque tudo isso faz parte do “mundo de Satanás”;
- 37- Os bebés ou criancinhas não vão para o céu;
- 38- A Igreja é a Babilónia a Grande, a religião falsa e todas as seitas da cristandade são filhas dela;
- 39- Os maus (os iníquos), como castigo, não ressuscitam;
- 40- A morte liberta as pessoas dos pecados;
- 41- O fim do mundo está próximo. Fim do mundo significa apenas o fim do “sistema iníquo de Satanás”;
- 42- Jesus está presente no mundo desde 1914, aguardando a ordem de Jeová para o golpe final, o “Armagedão”.¹⁹ As guerras, terremotos e tantas outras calamidades que têm acontecido desde 1914, são sinais de que os derradeiros castigos estão eminentes e hão de destruir completamente os Estados políticos e a “Cristandade”, ou seja, o “sistema iníquo de Satanás”;
- 43- Pelo facto de pertencerem à Organização, as Testemunhas de Jeová serão livres desse pavoroso castigo. E, então, receberão o encargo de limpar as ruínas causadas por essa destruição catastrófica, transformando a Terra num “paraíso terrestre”.

Em suma, as crenças das Testemunhas de Jeová distinguem-se de todos os ramos do cristianismo, fogem à ortodoxia cristã, aproximando-se mais dos heresiarcas da história do cristianismo, como Ário (256-336), e dos grupos religiosos isolados, como os movimentos dissidentes de William Miller, do que mesmo da patrística (filosofia cristã dos três primeiros séculos, elaborada pelos Pais da Igreja) e dos reformadores. A sua teologia distingue-se nos principais pontos cardeais da fé cristã, como a doutrina de Deus, da Trindade e da divindade de Jesus. A organização rejeita também a ressurreição corporal de Jesus e a pessoa do Espírito Santo. Afirma não existir o inferno como lugar de suplício eterno para os maus, nega a sobrevivência da alma após a morte e a salvação pela graça mediante a fé (Soares, 2009).

Assim, de acordo com das Neves (1998), a organização das Testemunhas de Jeová pode ser considerada uma seita escatológica, milenarista, utópica, voluntarista, elitista, protestatária, militante e radical. É escatológica porque espera o fim do mundo aquando da batalha do Armagedão, que ocorrerá em breve. É milenarista porque espera o restabelecimento do Reino

de Deus durante mil anos. No final deste milénio Satanás aparecerá na Terra e as pessoas terão uma segunda possibilidade de negar Deus. Os que o fizerem morrerão definitivamente. É utópica porque espera o paraíso restabelecido aqui na Terra. É elitista na medida em que considera ser a única organização religiosa querida por Deus e a única que transmite a verdade. Por isso, só os seus fiéis serão salvos no Armagedão. Como elitistas, dividem o mundo em duas partes: os profanos, de quem se devem afastar, porque vivem sob a influência de Satanás, e os próprios fiéis. É protestatária porque condena em termos violentos as sociedades atuais e, por isso, os seus membros recusam-se a saudar a bandeira nacional, a servir o exército, e até a votar em eleições ou sindicalizar-se. É radicalista porque rejeita, como princípio, qualquer compromisso com os sistemas sociais (jurídicos e políticos).²⁰ É militante na medida em procura ardentemente fazer discípulos.

Código de conduta das Testemunhas de Jeová

Muitas religiões opõem-se a certas atividades que consideram imorais. As Testemunhas de Jeová, no entanto, ganharam notoriedade pela sua recusa em participar de atividades das quais nenhuma outra religião se abstém ou condena (Bickel & Jantz, 2005). O relacionamento dos seus membros com a sociedade destoa do padrão social vigente em todas as camadas sociais (Soares, 2013). As Testemunhas de Jeová afirmam que a sua posição é ordenada pela Bíblia (Bickel & Jantz, 2005) e acreditam que esta é a palavra divinamente inspirada de Deus. Portanto, dedicam-se ao seu estudo e esforçam-se para aplicar os seus conselhos em todos os aspetos das suas vidas (Ridley, 1999).

Segundo a Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados (ATVBT, 2016), podemos tornar-nos amigos de Deus por obedecê-lo. Não devemos praticar o que desagrade a Deus. Podemos agradar a Jeová por odiar o que ele odeia e amar o que ele ama. Jeová odeia: assassinato, imoralidade sexual,²¹ ocultismo, idolatria, bebedeira, roubo ou furto, mentira, ganância,²² violência, linguagem imprópria, mau uso do sangue,²³ recusa de sustentar a família, participação em guerras²⁴ ou em controvérsias políticas deste mundo,²⁵ e uso de tabaco ou das chamadas drogas recreativas.

Fundamentados na sua interpretação da Bíblia, as Testemunhas de Jeová abstêm-se de:

1. Transfusão de sangue: Essa posição é fundamentada em versículos de Levítico e de Atos que falam do sangue de animais sacrificados. Qualquer Testemunha de Jeová que aceitar uma transfusão de sangue será desassociada (expulsa);

2. Celebrações do Natal: A verdadeira data do nascimento de Jesus é desconhecida, e a data de 25 de dezembro coincide com um feriado pagão;²⁶

3. Celebrações de aniversário: Festas de aniversário têm a tendência de dar importância excessiva ao indivíduo. Esse reconhecimento especial só pode existir em relação a Jeová. Também, há apenas duas celebrações de aniversário mencionadas na Bíblia, e ambas de pagãos (e ambas relacionadas com a execução de alguém);²⁷

4. Celebração de outras festas e festividades (como Páscoa, etc.): Jeová opõe-se ao comer excessivamente, o que normalmente caracteriza essas celebrações;

5. Manifestações patrióticas: As Testemunhas de Jeová não votam e não saúdam a bandeira. Eles são cidadãos do reino de Jeová e não reivindicam nem devem lealdade a nenhum outro reino ou nação;²⁸

6. Prestar serviço militar: As Testemunhas de Jeová fazem parte do exército de Jeová. Qualquer outra organização militar é um inimigo. Conseqüentemente, por uma razão de consciência, elas não participam em conflitos armados e, tampouco, de tarefas militares não combativas (Bickel & Jantz, 2005);

7. Participação em atividades desportivas: As Testemunhas de Jeová opõem-se à participação em jogos (Nieto, 1992). Na sua opinião, muitos desportos de contacto modernos têm potencial para a violência e devem por isso ser evitados (“Ancient sports and the importance of winning,” 2004). O desporto juvenil também está a tornar-se uma epidemia de violência. Muitos pais Testemunhas de Jeová descobriram que os seus filhos gostam de brincar com outros crentes num quintal ou num parque local. Desta forma, os pais têm mais controlo sobre as atividades em grupo dos seus filhos. Os passeios em família podem oferecer mais oportunidades para brincadeiras saudáveis do que a participação em desportos competitivos (“Children’s sports—The new epidemic of violence,” 2002);

8. Participação em atividades de clubes ou associações, espetáculos teatrais, saraus de dança, etc., por razões de moralidade;

9. Conviver com os profanos, “inimigos da verdade”, fora das horas de trabalho, de escola e de pregação ao domicílio (Centro ROGER IKOR [CRI], 1996): Para as Testemunhas de Jeová, todos os que não fazem parte desta religião, não importa quão boas suas qualidades pessoais, não importa quão elevados os seus padrões, não importa quão profunda a sua fé em Deus, em Cristo e na Bíblia, são “mundanos”. Tais pessoas “não estão na Verdade”, o que é o mesmo que dizer que estão todas “na mentira”. Assim, o contacto social só é aceitável se visa criar oportunidades de “dar testemunho” aos “mundanos”, mas por qualquer outro motivo é desencorajado (Franz, 2007);

10. Colaborar nas obras sociais e humanitárias (só Jeová pode agir);

11. Casar com não jeovistas (CRI, 1996);

12. Praticar artes marciais como Judo, Karate ou Kendo (Wilson, 1977).

As Testemunhas de Jeová não admitem a poligamia. O matrimónio é uma espécie de contrato. O divórcio entre testemunhas só é admitido se ocorrer adultério. Se houver problemas sérios no casamento, o casal pode separar-se, mas não podem casar novamente (Nieto, 1992). Não obstante, o divórcio é aceite desde que o cônjuge jeovista não tenha chegado a converter o outro e entre em conflito com ele (CRI, 1996). Há numerosos casais separados por “incompatibilidade religiosa”, porque as seitas exigem a conversão do cônjuge ou a rutura do casamento, para que o adepto se consagre às atividades da seita de corpo e alma (Prieto, 1994).

No que diz respeito ao controlo da natalidade, cada um segue a sua consciência (Nieto, 1992), sendo tolerada a contraceção (CRI, 1996).

Profecias das Testemunhas de Jeová

Desde a sua criação, o movimento das Testemunhas de Jeová tem profetizado a iminente desintegração da ordem social estabelecida e sua substituição por um reino milenar sob o regime teocrático (Zygmunt, 1970). Nenhum grande movimento sectário cristão tem sido tão insistente em profetizar o fim do mundo atual de maneira tão definida ou em datas específicas como as Testemunhas de Jeová, pelo menos desde os milenaristas e os segundos adventistas do século XIX, que foram os antepassados milenaristas diretos das Testemunhas de Jeová. Durante os

primeiros anos da sua história, as Testemunhas de Jeová sempre procuraram datas específicas como tendo significado escatológico definido (Penton, 2015).

Charles Russell, o fundador do que hoje denominamos por “Testemunhas de Jeová”, teve um profundo interesse na cronologia da Bíblia e nas profecias do final dos tempos (Chu, 2004). Russell foi o principal profeta milenarista, tendo tido influência em todo o mundo (Cole, 1955). Contudo, a história das Testemunhas de Jeová está repleta da marcação e remarcação de datas para o Armagedão, mas todas essas profecias se revelaram falsas (Côté & Richardson, 2001; Menezes, 2009; Penton, 2015; Schmalz, 1994; Zygmunt, 1970). As principais serão expostas a seguir.

O artigo “The year 1881” (1881) diz que a “grande galeria” da “Grande Pirâmide” do Egito mede 1 874 polegadas de comprimento na parte superior, 1 878 polegadas numa ranhura lateral a meio caminho entre a parte inferior e superior e 1 881 polegadas, na parte inferior. Agora observemos quão apropriadamente essas três datas distintas (1874, 1878, 1881) são marcadas pela pirâmide, no final da grande galeria. O entendimento do autor acerca destas datas é que o Noivo (Jesus) veio em 1874 e desde então os prontos (consagrados) têm estado numa condição de luz com referência à sua presença e preparação para o “casamento”, e que neste outono de 1881, a porta da oportunidade para aderir a este grupo (os eleitos) vai fechar. O que devemos esperar de outubro de 1881 em diante, dificilmente podemos dizer, mas esperamos que, como esses sete anos da colheita foram um tempo de favor para a igreja, os anos seguintes mostrarão uma falta de favor, e que, conseqüentemente, a igreja nominal rapidamente se desintegrará. Embora fiquemos felizes em saudar e ajudar os seus membros em todos os sentidos ao nosso alcance, cremos que eles não serão reconhecidos pelo Senhor como parte da Noiva.

Barbour e Russell (1877) escreveram que o “tempo da restituição de todas as coisas” começaria a partir de 6 de abril de 1875. Este reinado de Cristo seria no mínimo de 1 000 anos e possivelmente 360 000 anos. Segundo Russell (1891), o “Tempo do Fim” ou dia de preparação de Jeová, um período de 115 anos, teria começado em 1799 e terminaria em 1914. Russell (1876, 1891, 1904, 1912) profetizou que o fim do “Tempo dos Gentios” ocorreria em 1914, os governos mundiais seriam feitos em pedaços e o Reino Messiânico seria estabelecido. Mais tarde, Russell (1913) escreveu que após outubro de 1914 era esperada uma época de anarquia no mundo, mas um problema ainda maior iria afetar a Igreja por volta de 1910. Os quatro anos de 1910 até o final de 1914, seriam sem dúvida um tempo de “julgamento ardente” sobre a Igreja. No entanto, esta profecia revelou-se um fiasco. Então, a International Bible Students Association (1889/1915), corrigiu esta data para 1915. Como esta profecia também

não se cumpriu, Russell (1918),²⁹ voltou a corrigir essa data para 1918. O mundo assistiu nesse ano ao fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mas não à profecia de Russell.

Rutherford (1920), o sucessor de Russell, profetizou que no outono do ano de 1925 os profetas do Antigo Testamento Abraão, Isaac e Jacob, assim como outros fiéis antigos, iriam ressuscitar, seriam visíveis e tornar-se-iam os representantes da nova ordem de coisas na Terra. Uma vez estabelecido o Reino do Messias, Jesus e a sua igreja glorificada, a qual constitui o Messias, ministrariam as bênçãos ao povo, o qual por tanto tempo esperou e orou. E quando chegasse esse tempo, haveria paz e não guerras. Contudo, também nada do anunciado por Rutherford ocorreu.

Entretanto, o artigo “Jonah: Part 3” (1938) reconheceu que quando a data de 1925 não se materializou, foi movida para 1932. Mais uma vez, 1932 chegou e a “Cristandade” não foi destruída, tendo sido descoberto que a “Cristandade” seria poupada por mais algum tempo.

Em plena Segunda Guerra Mundial (1939-1945), alguém usando o pseudônimo an interested observer (1941), assim como Rutherford (1941), acreditavam que a batalha do Armagedão ocorreria certamente em breve. Todavia, a data precisa não foi indicada.

Mais tarde, a Watch Tower Bible and Tract Society (WTBTS, 1955) escreveu que à luz do cumprimento da profecia bíblica, está a ficar claro que a batalha do Armagedão está a aproximar-se do seu ponto de rutura. No entanto, a data concreta não foi indicada.

A Watchtower Bible and Tract Society (WTBTS, 1943) escreveu que desde a criação de Adão até ao final de 1943, passaram 5 971 anos. Portanto, deveriam encontrar-se perto do final de 6 000 anos da história humana (i.e., 1972), com condições para a ocorrência de eventos tremendos como aqueles dos dias de Noé (o dilúvio universal). Todavia, a Watch Tower Bible & Tract Society of Pennsylvania (WTBTSP, 1966) voltou a afirmar que o estabelecimento do Reino de Deus ocorreria 6 000 após a criação do homem, mas com base num estudo independente e considerado confiável da cronologia bíblica realizado no século XX, que concluía que o homem teria sido criado no ano 4026 a.C., anunciou que o milénio prometido nas escrituras, no qual após o Armagedão, Satanás e seus demónios seriam aprisionados num abismo e iniciado o dia do julgamento,³⁰ teria início no outono de 1975 e terminaria no outono de 2975.³¹ E a Watch Tower Bible & Tract Society of Pennsylvania (WTBTSP, 1971) escreveu que, brevemente, no nosso século XX, a “batalha no dia de Jeová” começará contra o moderno antítipo de Jerusalém, a cristandade, não sendo indicada uma data específica. Esta profecia foi reforçada pelo artigo “The last days of this wicked system of things” (1969), que recordou as palavras de Jesus Cristo no Evangelho segundo S. Mateus (24:34): “Esta geração de modo algum passará sem que todas estas coisas aconteçam”. Muitos estarão vivos para ver o fim deste

sistema iníquo. Isto significa que falta apenas pouco tempo antes de vir o fim. Então, é chegado o tempo de vós agirdes com urgência se não quiserem ser arrasados junto com este sistema iníquo.

Apesar das expectativas, 1975 veio e passou; não ocorreu o Armagedão nem o início do reino milenar de Cristo. Outro fiasco profético no currículo da seita que pretende ser a restauração do cristianismo primitivo. Contudo, atribui-se esse fracasso não ao presidente Nathan Homer Knorr, mas a Frederick William Franz, seu vice-presidente, reputado como “eminente erudito bíblico” da organização. Assim, coube a Franz a tarefa de explicar à revista norte-americana *Time*, de 11 de julho de 1977, o porquê do fracasso da pseudopropetia de 1975. Franz declarou que os cálculos estavam corretos, havendo apenas um único equívoco: 1975 não marcaria os 6 000 anos da criação da humanidade, mas apenas de Adão; a humanidade começou de facto na criação de Eva e não se sabe exatamente quando é que isso ocorreu (Menezes, 2009).

É interessante notar que muitos estudantes da Bíblia na época anterior a 1914 venderam as suas casas e largaram os seus empregos por volta dessa data. As Testemunhas de Jeová fizeram o mesmo quando os seus líderes previram novamente o fim do mundo (L. Chretien & Chretien, 1988). Com a aproximação do ano de 1975, um número considerável de homens Testemunhas de Jeová venderam os seus negócios, largaram os seus empregos, venderam as suas casas ou fazendas e mudaram-se com as suas esposas e filhos para outras áreas a fim de servir onde houvesse mais necessidade, confiando que tinham fundos suficientes para sustentá-los até ao final de 1975. Outros, inclusive algumas pessoas de idade, converteram em dinheiro apólices de seguro ou outros certificados de valor. Alguns adiaram intervenções cirúrgicas na esperança de que a entrada do milénio eliminasse a necessidade de fazê-las. Quando 1975 passou e os seus fundos se esgotaram ou a sua saúde piorou seriamente, tinham agora de tentar lidar com a dura realidade e reconstruir as suas vidas do melhor modo possível (Franz, 2004).

A passagem do tão divulgado ano de 1975 sem que chegasse o muito esperado jubileu milenar teve sem dúvida um efeito de certo modo humilhante na organização. Esta tornou-se também menos dogmática (Franz, 2004). A escatologia das Testemunhas de Jeová é, de facto, menos radical após esta última “deceção” de 1975 (Côté & Richardson, 2001). Contudo, as profecias não terminaram. Dois anos após este fiasco, o artigo “How can you find real security?” (1977) disse que as evidências mostram que já nos encontramos num período muito avançado dos “últimos dias” deste atual sistema perverso de coisas. Em breve, Deus executará o seu julgamento adverso contra ele, resultando num tempo de angústia sem paralelo para este mundo. Alguns anos mais tarde, a Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania (WTBTSP, 1988) escreveu que a turbulenta história da humanidade irá brevemente alcançar

um clímax catastrófico e Deus e Jesus Cristo executarão o julgamento sobre o sistema perverso de hoje, substituindo-o por um novo céu e uma nova Terra, onde até mesmo a morte não existirá mais. No ano seguinte, a mesma Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania (WTBTSP, 1989) escreveu que algumas pessoas podem dizer que coisas como guerras, fomes, pestes e terremotos ocorreram com frequência ao longo da história. Portanto, não seria difícil prever que ocorreriam novamente. Mas, a Bíblia não apenas previu essas coisas, mas indicou que elas ocorreriam à escala mundial. Além disso, a Bíblia diz que todas essas coisas aconteceriam com a geração que estava viva em 1914. As pessoas que ainda restam dessa geração são muito idosas. No entanto, algumas delas ainda estarão vivas para ver o fim deste sistema perverso. Assim, podemos ter certeza que em breve haverá um súbito fim de todas as iniquidades e pessoas no Armagedão. Como as pessoas que estavam vivas em 1914 foram falecendo, o artigo “Our watchfulness takes on greater urgency” (2003) disse que no tempo de Noé, o dilúvio ocorreu 120 anos após ter sido anunciado. Como os “últimos dias” deste sistema de coisas tiveram início em 1914, estamos certamente no “tempo do fim”. Ou seja, este artigo dá a entender que o Armagedão deverá ocorrer o mais tardar no ano 2034.

Alguns anos mais tarde, o artigo “Christ’s presence—What does it mean to you?” (2008) disse que alguns que são irmãos ungidos de Cristo ainda estarão vivos na Terra quando a predita grande tribulação começar. Dois anos mais tarde, o artigo “Holy Spirit’s role in the outworking of Jehovah’s purpose” (2010) disse que as vidas dos ungidos que estavam na Terra quando o sinal do regresso de Cristo começou a tornar-se evidente em 1914 se sobreporiam às vidas de outros ungidos que veriam o início da grande tribulação. Essa geração teve um começo e certamente terá um fim. O cumprimento das várias características do sinal indica claramente que a tribulação deve estar próxima.

Mais recentemente, a Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania (WTBTSP, 2018) escreveu que o período de 1914 a 1919 foi um período difícil de testes e refinamento para os Estudantes da Bíblia, como eram então conhecidas as Testemunhas de Jeová. Uma convenção histórica em 1919 forneceu provas poderosas que o povo de Deus foi finalmente libertado de Babilónia, a Grande, o que quer dizer que a Organização das Testemunhas de Jeová (“O escravo fiel e discreto”) foi designado para pastorear as ovelhas de Deus. O fim chegará quando os reis da Terra atacarem o povo de Jeová. Satanás será o génio maligno por trás do ataque. Há muito tempo influenciou as nações do mundo a se opor à adoração verdadeira. Segundo o artigo “Como o desafio vai ser totalmente superado” (2019), o tão aguardado Reino de Deus – um governo mundial criado por Deus – vai em breve trazer paz e união para toda a Terra. A Bíblia predisse determinados acontecimentos marcantes que mostrariam que a vinda

do Reino de Deus estaria próxima. Esses acontecimentos juntos formam um “sinal”, que inclui guerras internacionais, fome, doenças, muitos terremotos e o aumento do que é contra a lei. Outra profecia diz que nos últimos dias haverá tempos críticos, difíceis de suportar, pois os homens só amarão a si mesmos, amarão o dinheiro, serão desobedientes aos pais, ingratos, desleais, desnaturados, não estarão dispostos a acordos, serão caluniadores, sem autodomínio, ferozes, sem amor ao que é bom, estarão cheios de orgulho e amarão os prazeres em vez de a Deus. Essas profecias começaram a cumprir-se no ano de 1914. Além disso, Jesus disse que o sinal de que o fim está próximo incluiria que estas boas novas do Reino seriam pregadas em toda a terra habitada, em testemunho a todas as nações, e então viria o fim. Essas boas novas do Reino são o tema principal da mensagem que as Testemunhas de Jeová pregam. Este Reino de Jeová não vai usar nenhum dos políticos humanos, nem será representado por eles. Os líderes políticos do mundo não irão renunciar ao seu poder e vão desafiar o Reino de Deus. Desta forma, o Reino de Deus precisará destruir todos os governos humanos que ainda queiram governar. Esse conflito final é chamado Armagedão. No entanto, todos os que decidirem de própria vontade ser leais ao Reino de Deus vão sobreviver a este Armagedão e viver num novo mundo pacífico. Eles vão fazer parte do que a Bíblia chama de “uma grande multidão”, que provavelmente será um grupo formado por milhões de pessoas.

A saúde mental das Testemunhas de Jeová

É uma observação comum entre os profissionais de saúde mental, apoiados por todos os estudos publicados, que a prevalência de perturbação mental entre as Testemunhas de Jeová ultrapassa de longe a da população como um todo. Muitos fatores contribuem para isso: as Testemunhas de Jeová tendem a recrutar indivíduos com problemas emocionais; há uma grande pressão para a conformidade dentro da congregação; e há uma estrutura de crença que causa claramente turbulência emocional. Por outro lado, como as Testemunhas de Jeová são geralmente recrutadas das camadas da população com status socioeconómico mais baixo, elas tendem a ficar seriamente alienadas e, muitas vezes, os membros mais inteligentes e mais instruídos são compelidos a sair da organização. Tudo isso contribui para a elevada prevalência de perturbações mentais nesta população (Montague, 1977).

Durante as décadas de 1980 e 1990, no Reino Unido, se apresentássemos algum tipo de psicopatologia dentro de algum grupo religioso mais fundamentalista, seríamos encorajados a procurar aconselhamento dentro das comunidades religiosas autónomas (congregações), onde a opinião e o discernimento dos anciãos da igreja não seriam postos em causa. Se alguém

experimentasse um ataque de pânico ou uma dissociação, era comum passar por algum tipo de exorcismo, principalmente verbal, oferecido pela liderança masculina (Abbott, 2009). Assim, se uma Testemunha de Jeová desenvolver problemas emocionais, ela é ativamente encorajada a evitar aceitar “conselhos mundanos”, seja através de livros seculares ou de profissionais de saúde mental. A profissão de psiquiatra como um todo é severamente criticada, e as Testemunhas de Jeová são encorajadas a consultar apenas os anciãos da sua congregação, a maioria dos quais estão mal preparados para lidar com a maioria dos conflitos que ocorrem nos relacionamentos interpessoais e é deixada sem acompanhamento especializado, o que pode levar à manifestação de perturbações de ansiedade e psicóticas. Ao lidar com os membros, os anciãos tendem a fornecer mau aconselhamento e confiam na crítica punitiva ou ameaças para modificar o comportamento (e.g., “Se você não... não vai sobreviver ao Armagedão...”). Esta abordagem desencadeia normalmente um aumento do sentimento de culpa e/ou um alto nível de agressividade nas Testemunhas de Jeová. Este fator tem provavelmente influência no alto índice de crimes violentos encontrado entre as Testemunhas de Jeová (Montague, 1977).

Spencer (1975) estudou 50 Testemunhas de Jeová admitidas no Serviço de Saúde Mental do Oeste da Austrália e concluiu que os seguidores desta religião têm maior probabilidade de serem admitidos num hospital psiquiátrico do que a população em geral. Além disso, estes sujeitos têm três vezes mais probabilidade de serem diagnosticados como portadores de esquizofrenia e quase quatro vezes mais probabilidade no diagnóstico de esquizofrenia paranoide do que o resto da população em risco.

Humpl (2002) realizou um estudo com uma amostra de 101 indivíduos (48 mulheres, 53 homens), ex-membros das Testemunhas de Jeová na República Checa. Por meio do Questionário de Personalidade de Eysenck, o autor determinou que quase dois terços dos entrevistados tinham tendência para a introversão e apenas 35% eram emocionalmente instáveis. São pessoas fechadas e reservadas, desconfiadas e sem amar a excitação emocional. Preferem uma vida ordenada e são agressivas apenas excepcionalmente. Estes traços de personalidade correspondem muito bem à natureza do ambiente das Testemunhas de Jeová.

Conclusão

As Testemunhas de Jeová tiveram origem nos Estados Unidos da América na segunda metade do século XIX. O seu fundador, Charles Taze Russell, inspirando-se no movimento adventista, aguardava o iminente regresso de Jesus Cristo à Terra para estabelecer o reinado de 1 000 anos antes da batalha final contra Satanás. Este movimento religioso tornou-se conhecido

do grande público por causa das suas atividades de pregação de porta em porta e da recusa de transfusões de sangue, de participação na vida social e de serviço nas forças armadas. Apesar de não possuírem clero, podemos encontrar inúmeros cargos dentro da organização. Desde cedo as Testemunhas de Jeová (ou Estudantes da Bíblia até 1931) causaram polémica por rejeitar a divindade de Jesus, a Trindade Divina e o castigo eterno no inferno, assim como por se considerarem o canal exclusivo de comunicação com Jeová Deus. Para elas, todas as outras religiões são falsas, constituindo a “Grande Babilónia”, referido no livro do Apocalipse, o último texto da Bíblia. No entanto, o movimento das Testemunhas de Jeová não conseguiu mostrar evidências de constituir a adoração verdadeira, pois fixou várias datas para o retorno de Jesus ao longo de todo o século XX, mas todas essas profecias revelaram-se um fiasco. Alguns estudos já realizados evidenciam a existência de uma elevada prevalência de problemas de saúde mental nos seus membros. Não se sabe, contudo, se esses problemas são uma consequência da vida religiosa.

Notas

¹ Quando a profecia de Miller não se materializou, muitos dos seus seguidores ficaram desiludidos, e o fracasso profético tornou-se conhecido como o Grande Desapontamento. Os adventistas subsequentes recalcularam datas, ou concluíram que um evento espiritual invisível tinha ocorrido em 1844 – a purificação do santuário por Cristo – que seria seguida por um juízo investigativo, no qual Deus e Jesus Cristo determinariam os nomes daqueles que apareceriam no Livro da Vida e, portanto, seriam elegíveis para a glorificação no paraíso (Chryssides, 2008). Esta posição foi tomada por um grupo que mais tarde veio a ser conhecido como os Adventistas do Sétimo Dia. Eles declararam que Jesus, em vez de descer à Terra em 1844, entrou no lugar mais sagrado do santuário celestial como o grande sumo sacerdote da humanidade para apresentar o dia da expiação. Esse grupo, que se separou do resto dos “segundos adventistas” no final da década de 1840, causou a primeira divisão importante dentro do movimento original (Jonson, 2004).

² O dispensacionalismo cristão tem ainda hoje uma grande audiência nos Estados Unidos da América. A premissa teológica central do dispensacionalismo cristão é que o mundo está a chegar ao fim com o retorno de Jesus. Antes desse retorno, no entanto, virão sete anos de desastres e opressão ditatorial mundial após um evento conhecido como o “arrebamento” – um momento em que os verdadeiros cristãos são levados para o céu para escapar do apocalipse vindouro (R. Reed, 2012).

³ Se alguém perguntar a uma Testemunha de Jeová sobre como e quando o seu movimento começou, ela dirá que não é de origem humana, já que remonta a mais de quatro milénios antes de Cristo. Afirmaria que Abel foi a primeira Testemunha de Jeová; depois houve muitas mais: Enoque, Noé, Abraão, Moisés, os profetas e até o próprio Jesus Cristo (Hoff, 1993).

⁴ Os opositores dos Estudantes da Bíblia chamavam-lhes preferivelmente de russellistas e, posteriormente, rutherfordistas, ou pregadores da aurora do milénio, por causa da sua doutrina milenarista. Rutherford, chamava ao seu grupo de “cristãos”, os verdadeiros discípulos de Cristo (Hébert, 1960). O novo nome “Testemunhas de Jeová” enfatizava a tarefa que o grupo imaginava ter e ajudava-os a livrar-se do apelido de “russellistas”, algo que eles queriam perder (Hoff, 1993). Atualmente as Testemunhas de Jeová também são designadas pelos críticos ao grupo como “jeovistas” (da Silva, 1991; Vernetta 2002).

⁵ O Salão do Reino é o local de encontro para congregações individuais, o nome foi sugerido pela primeira vez por Joseph F. Rutherford em 1935. O primeiro deles foi construído em Honolulu, Havaí, durante esse ano. O Salão do Reino é o centro de adoração e serve como um símbolo do reino vindouro de Jeová. É simples no *design*. O auditório principal é composto por bancos para entre 100 e 300 pessoas e uma plataforma elevada: Não há altar e não há imagens, exceto, às vezes, uma gravura de Jesus. Outras características de um Salão do Reino geralmente incluem uma biblioteca, balcões onde se pode obter literatura e casas de banho e vestiários. Pode haver salas menores para fins de treino. As congregações geralmente constroem os seus próprios Salões do Reino, aproveitando as habilidades dos seus membros e a ajuda de congregações próximas. A construção desenvolve-se o mais rápido possível para não prejudicar o trabalho de pregação e publicação da congregação. Duas ou mais congregações podem partilhar um Salão do Reino, organizando as suas reuniões de modo a não coincidirem (Chryssides, 2008).

⁶ As Testemunhas de Jeová creem que toda a Bíblia foi escrita sob inspiração de Deus e é benéfica em todos os aspetos da vida. Dependendo do contexto, eles acreditam que alguns textos bíblicos devem ser entendidos literalmente e outros simbolicamente, e nesse sentido eles não são fundamentalistas (Bodnaruk et al., 2004).

⁷ Porém, o estilo de evangelismo agressivo e não convencional das Testemunhas de Jeová resultou em muitos confrontos nas comunidades dos Estados Unidos da América. A animosidade em relação às Testemunhas de Jeová resultou, em grande parte, dos métodos militantes que empregaram na promulgação das suas crenças. Uma menção a elas traz à mente a imagem de equipas persistentes, às vezes irritantes, de pregadores de porta em porta, cujas

agressivas campanhas de proselitismo fizeram deles um símbolo dos incômodos irritantes da vida cotidiana (C. Smith, 2003).

⁸ Segundo Bickel e Jantz (2005) e também Wright (2009), esse grupo foi formado apenas em 1872.

⁹ Só nos anos 1879 e 1880, cerca de 30 congregações foram fundadas nos estados da Pensilvânia, Nova Jersey, Nova Iorque, Massachusetts, Delaware, Ohio e Michigan. O próprio pastor Russell visitou essas congregações regularmente e passou pelo menos um dia em estudo bíblico intensivo com cada grupo, dando palestras e respondendo a perguntas de interesse (Redeker, 2006).

¹⁰ As Testemunhas de Jeová têm o conceito de Espírito Santo, mas não o consideram Deus. Ao contrário, o Espírito Santo é uma força ativa (como a eletricidade; Bickel & Jantz, 2005).

¹¹ Segundo a ATVB (2016), a Bíblia mostra que todas as muitas formas de religião falsa são parte da “Babilônia, a Grande” referida no livro do Apocalipse (ver *Bíblia Sagrada*, 1995, Ap. 17:5). Esse nome faz-nos lembrar a antiga cidade da Babilônia, onde a religião falsa começou depois do Dilúvio dos dias de Noé. Os babilônios adoravam trindades ou tríades de deuses e acreditavam que os humanos têm uma alma imortal que sobrevive à morte do corpo e pode sofrer num lugar de tormento (inferno). Visto que a antiga adoração babilônica se espalhou por toda a Terra, a atual Babilônia, a Grande, pode ser apropriadamente identificada como o império mundial da religião falsa.

¹² Em contraste com as muitas igrejas cristãs, que embora afiliadas a uma denominação, tem uma grande autonomia, as Testemunhas de Jeová são uma religião organizada de forma rígida. Embora se reúnam num local denominado “Salão do Reino”, há diretrizes rígidas em relação à estrutura e à doutrina que são ditadas pelo “Corpo Governante” (Bickel & Jantz, 2005).

¹³ Betel significa “Casa de Deus”, e esse nome com certeza é apropriado para esses centros de atividade teocrática. Os irmãos e as irmãs que servem em Betel realizam um trabalho vital relacionado com a produção, tradução e distribuição de publicações bíblicas. Muitos betelitas que são tradutores moram e trabalham em regiões do território da filial onde se fala o idioma para o qual eles traduzem. Isso permite que eles ouçam o idioma falado no dia a dia. Eles podem também comprovar pessoalmente se as pessoas entendem a linguagem usada nas publicações que eles traduzem (WTBTSP & ATVB, 2017).

¹⁴ A primeira edição de *The Golden Age*, um precursor da revista *Awake!* (português: *Desperta!*), foi publicada em 1919 (Chryssides, 2008).

¹⁵ Programas de rádio foram usados extensivamente nas décadas de 1920 e 1930. Sob o auspício do novo nome Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados, em 1933, 403 estações de rádio difundiam as suas doutrinas. Posteriormente, essas transmissões foram interrompidas, pois as Testemunhas de Jeová estavam equipadas com fonógrafos portáteis e gravações de palestras bíblicas para usar nas suas visitas de porta em porta (Bickel & Jantz, 2005). No entanto, como muitas pessoas não lhes abriam a porta, as Testemunhas de Jeová recorrem hoje a outras estratégias para a divulgação da sua mensagem. Para além do uso da Internet, elas colocam expositores com revistas em locais públicos bastante frequentados, como por exemplo estações de comboio, centros de saúde ou jardins.

¹⁶ Quando os membros do restante terminam o seu curso terrestre na morte, são mudados num abrir e fechar de olhos em espíritos incorrutíveis, poderosos e gloriosos, revestidos de imortalidade, e as coisas que fizeram irão junto com eles para os novos céus. Por conseguinte, a sua vida e atividade prosseguirão para sempre, muito além da idade de qualquer árvore sobre a Terra (Watchtower Bible and Tract Society of New York & International Bible Students Association [WTBTSNW & IBSA], 1957).

¹⁷ Muitos frequentadores de igrejas usam uma cruz ou têm em casa um crucifixo, e em muitos edifícios de igrejas podemos encontrar cruzes (Watchtower Bible and Tract Society of New York & International Bible Students Association [WTBTSNW & IBSA], 1968). A cruz é amada e respeitada por milhões de pessoas, mas as Testemunhas de Jeová não usam a cruz na adoração. Uma razão importante para isso é que Jesus Cristo não morreu numa cruz. A palavra grega *stau-rós*, geralmente traduzida por “cruz”, significa basicamente “poste” ou “estaca”. Não há evidência de que aqueles que se diziam cristãos usassem a cruz na adoração nos primeiros 300 anos após a morte de Cristo. No século IV, porém, o imperador romano Constantino I (272-337) converteu-se ao cristianismo apóstata e promoveu a cruz como seu símbolo. Qualquer que tenha sido a motivação de Constantino, a cruz nada tinha a ver com Jesus Cristo. Na realidade, a cruz é de origem pagã (ATVBT, 2016).

¹⁸ As Testemunhas de Jeová afirmam que antes de vir à Terra, Jesus foi o arcanjo Miguel, o chefe de todos os anjos (Nieto, 1992).

¹⁹ O Armagedão é a iminente batalha entre Cristo e Satanás. No Armagedão o mundo será destruído e será inaugurado o Novo Reino de Jeová (Holden, 2002).

²⁰ As Testemunhas de Jeová recebem instruções para se manterem afastadas de todos os empreendimentos seculares e de outras religiões, porque essas instituições são a “Babilónia” satânica do livro do Apocalipse (Revelação; Daschke, 2006).

²¹ Masturbação, sexo antes do casamento e homossexualidade são severamente perseguidos como ações pecaminosas. Formas alternativas de relacionamento, tais como uniões de facto ou casais do mesmo sexo, violam normas compartilhadas e levam à desassociação (Pietkiewicz, 2014). Apesar disso, membros da seita têm sido acusados de abuso sexual de crianças (Anderson, 2007).

²² A ganância pode manifestar-se no amor ao dinheiro, no desejo de poder ou de lucros, até mesmo na ânsia por comida, bebida, sexo ou outras coisas (Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania & Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados [WTBTSP & ATVBT], 2015).

²³ Abster-se de sangue quer dizer não o introduzir de modo algum no corpo. Ou seja, o mandamento de se abster de sangue significa que não devemos permitir que ninguém injete sangue nas nossas veias (ATVBT, 2016).

²⁴ As Testemunhas de Jeová não devem participar em cerimónias patrióticas ou servir nas forças armadas (Wah, 2001).

²⁵ De acordo com a Watch Tower Bible and Tract Society of New York e a International Bible Students Association (WTBTSNY & IBSA, 1989), a Bíblia revela que forças sobre-humanas estão a manipular os assuntos humanos. O mundo inteiro jaz no poder do iníquo. Não é verdade que, quando há eleições livres, de modo geral em relativamente poucos anos, se vota para tirar do cargo os que estão em autoridade? Por quê? A maioria não está satisfeita com o desempenho deles. Mesmo que os governantes corruptos sejam tirados do cargo e as leis injustas sejam revogadas, o novo governo será constituído de humanos imperfeitos e ainda fará parte do sistema político que a Bíblia diz claramente estar sob o controlo de Satanás.

²⁶ Os cristãos receberam a ordem de realizar a celebração da morte de Cristo. Essa celebração é também chamada de “Ceia do Senhor”. Contudo, a forma de adoração de alguns pode estar contaminada com a religião falsa no que diz respeito a certos feriados ou dias santificados. Veja-se o Natal, por exemplo. Supostamente comemora o nascimento de Jesus Cristo, e quase todas as religiões que se dizem cristãs o comemoram. No entanto, não existe evidência de que os discípulos de Jesus do primeiro século comemorassem essa data (ATVBT, 2016).

²⁷ O aniversário natalício é o dia correspondente ao do nascimento da pessoa ou aniversário desse dia. Em alguns lugares, o aniversário do nascimento da pessoa, especialmente de uma criança, é celebrado com uma festa e presentes. Não é uma prática bíblica. Tudo o que está na Bíblia tem uma razão de estar ali. As Testemunhas de Jeová notam que a Palavra de

Deus relata desfavoravelmente as celebrações de aniversários natalícios, de modo que as evitam (WTBTSNY & IBSA, 1989).

²⁸ Em 1933, Adolf Hitler proibiu o movimento das Testemunhas de Jeová na Alemanha nazi; as Testemunhas desafiaram abertamente a proibição e recusaram-se a fazer a saudação nazi. Em 1945, aproximadamente 10 000 membros da seita estavam confinados em campos de concentração. Na convenção nacional americana de 1935 das Testemunhas de Jeová, o chefe da seita, Joseph F. Rutherford, lançou um ataque ardente sobre a perseguição nazi à seita. Ele advertiu que, colocando os seus agentes em posições de autoridade mundana, o diabo engana as pessoas quanto à fonte da salvação (C. Smith, 2003). As Testemunhas de Jeová foram levadas repetidamente a tribunal por ofensas como recusar-se a saudar a bandeira americana, algo que consideravam um ídolo em competição com a sua devoção indivisa a Jeová ou Deus (Miller, 2006).

²⁹ Recorde-se que Russell faleceu em 1916. Esta obra foi, portanto, publicada post-mortem.

³⁰ “O Dia do Julgamento não será um rápido evento de apenas 24 horas de duração. Durará mil anos” (ATVBT, 2016, p. 214).

³¹ Estranhamente, muitas Testemunhas de Jeová, particularmente aquelas que têm cargos de responsabilidade, parecem sofrer de algum tipo de amnésia coletiva que as faz agir como se o ano de 1975 nunca tivesse tido qualquer importância particular para elas (Penton, 2015). A história das Testemunhas de Jeová demonstra que a estrutura organizacional e a ideologia constituem variáveis cruciais para qualquer análise da reação ao fracasso profético. É o próprio poder da Sociedade Torre de Vigia como movimento milenar que permite não apenas a racionalização da desconfirmação, mas a negação retrospectiva da própria profecia (Schmalz, 1994).

Bibliografia

- Abbott, R. M. (2009). Religious fundamentalism and mental illness: A group analytic exploration. *Group Analysis*, 42(1), 47–61. <https://doi.org/10.1177/0533316408100932>
- an interested observer. (1941, September 15). Theocratic assembly at St. Louis. *The Watchtower*, 62(18), 283–288.
- Ancient sports and the importance of winning. (2004, May 1). *The Watchtower*, 125(9), 27–31.
- Anderson, B. J. (2007). *Secrets of pedophilia in an American religion: Jehovah's Witnesses in crisis*. Watchtower Documents.

- Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. (2016). *O que a Bíblia realmente ensina*.
- Barbour, N. H., & Russell, C. T. (1877). *Three worlds, and the harvest of this world*.
- Benson, K. T. (1989). The Jehovah's Witness patient: Considerations for the anesthesiologist. *Anesthesia & Analgesia*, 69(5), 647–656. https://journals.lww.com/anesthesia-analgesia/Citation/1989/11000/The_Jehovah_s_Witness_Patient__Considerations_for.17.aspx
- Bíblia Sagrada* (18th ed.). (1995). Difusora Bíblica.
- Bickel, B., & Jantz, S. (2005). *Guia de seitas e religiões: Uma visão panorâmica*. Casa Publicadora das Assembléias de Deus.
- Bock, G. L. (2012). Jehovah's Witnesses and autonomy: Honouring the refusal of blood transfusions. *Journal of Medical Ethics*, 38(11), 652–656. <https://doi.org/10.1136/medethics-2012-100802>
- Bodnaruk, Z. M., Wong, C. J., & Thomas, M. J. (2004). Meeting the clinical challenge of care for Jehovah's Witnesses. *Transfusion Medicine Reviews*, 18(2), 105–116. <https://doi.org/10.1016/j.tmr.2003.12.004>
- Cabral, J. (1980). *Religiões, seitas e heresias à luz da Bíblia*. Universal Produções – Indústria e Comércio.
- Centro ROGER IKOR. (1996). *Seitas religiosas: Um guia sobre as falsas religiões para as conhecer e defender-se delas*. Editorial Inquérito.
- Children's sports—The new epidemic of violence. (2002, December 8). *Awake!*, 83(23), 13–15.
- Chretien, L., & Chretien, M. (1988). *Witnesses of Jehovah: A shocking expose of what Jehovah's Witnesses really believe*. Harvest House Publishers.
- Christ's presence—What does it mean to you? (2008, February 15). *The Watchtower*, 129(4), 21–25.
- Chryssides, G. D. (2008). *Historical dictionary of Jehovah's Witnesses*. The Scarecrow Press.
- Chu, J. (2004). God's things and Caesar's: Jehovah's Witnesses and political neutrality. *Journal of Genocide Research*, 6(3), 319–342. <https://doi.org/10.1080/1462352042000265837>
- Clarke, P. B. (2006). *Encyclopedia of new religious movements*. Routledge.
- Cole, M. (1955). *Jehovah's Witnesses: The new world society*. Vantage Press.
- Como o desafio vai ser totalmente superado: O Reino de Deus vai trazer “abundância de paz.” (2019, março/abril). *Desperta!*, 100(1), 12–15.
- Consejo Episcopal Latinoamericano. (2006). *Sectas y nuevos movimientos religiosos: Elementos para ampliar nuestra interpretación y pastoral*.

- Côté, P., & Richardson, J. T. (2001). Disciplined litigation, vigilant litigation, and deformation: Dramatic organization change in Jehovah's Witnesses. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 40(1), 11–25. <https://doi.org/10.1111/0021-8294.00034>
- da Costa, A. (2008). *Resposta às Testemunhas de Jeová baseada na Bíblia* (9th ed.).
- Daschke, D. (2006). Millennial destiny: A history of millennialism in America. In E. V. Gallagher & W. M. Ashcraft (Eds.), *Introduction to new and alternative religions in America* (Vols. 1–5, pp. 266–292). Greenwood Press.
- da Silva, E. S. (1991). *Testemunhas de Jeová: Comentário exegético e explicativo*. ETEQS – Escola de Educação Teológica “Pr. Elyseu Queiroz de Souza”.
- das Neves, J. C. (1998). *As novas seitas cristãs e a Bíblia*. Universidade Católica Editora.
- Franz, R. (2004). *Crisis of conscience* (4th ed.). Commentary Press.
- Franz, R. (2007). *In search of Christian freedom* (2nd ed.). Commentary Press.
- Galindo, F. (1994). *O fenômeno das seitas fundamentalistas*. Editora Vozes.
- Gruss, E. C. (1970). *Apostles of denial: An examination and exposé of the history, doctrines and claims of the Jehovah's Witnesses*. Presbyterian and Reformed Publishing.
- Harrison, B. G. (1978). *Visions of glory: A history and a memory of Jehovah's Witnesses*. Simon and Schuster.
- Hébert, G. (1960). *Les Témoins de Jéhovah: Essai critique d'histoire et de doctrine*. Les Éditions Bellarmin.
- Hoff, P. (1993). *Otros evangelios*. Editorial Vida.
- Holden, A. (2002). *Jehovah's Witnesses: Portrait of a contemporary religious movement*. Routledge.
- Holy Spirit's role in the outworking of Jehovah's purpose. (2010, April 15). *The Watchtower*, 131(8), 7–11.
- How can you find real security? (1977, April 1). *The Watchtower*, 98(7), 197–201.
- Humpl, L. (2002). The Jehovah's Witnesses: Psychological aspects of membership and leaving the group. *Československá Psychologie: Časopis Pro Psychologickou Teorii a Praxi*, 46(4), 323–339. <http://cspych.psu.cas.cz/archiv.html>
- International Bible Students Association. (1889/1915). *Studies in the scriptures, Second Series: The time is at hand*.
- Jonah: Part 3. (1938, February 15). *The Watchtower and Herald of Christ's Presence*, 59(4), 51–61.
- Jonson, C. O. (2004). *The gentile times reconsidered* (4th ed.). Commentary Press.

- Knox, Z. (2011). Writing Witness history: The historiography of the Jehovah's Witnesses and the Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania. *Journal of Religious History*, 35(2), 157–180. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9809.2010.01030.x>
- Lin, E. S., Kaye, A. D., & Baluch, A. R. (2012). Preanesthetic assessment of the Jehovah's Witness patient. *The Ochsner Journal*, 12(1), 61–69. <http://www.ochsnerjournal.org/content/ochjnl/12/1/61.full.pdf>
- Lottes, K. V. (1972). *Jehovah's Witnesses: A contemporary sectarian community* [Master's thesis, McMaster University]. McMaster University Digital Archive. <https://macsphere.mcmaster.ca/bitstream/11375/12222/1/fulltext.pdf>
- MacArthur, J., Jr. (1992). *O caos carismático*. Editora Fiel.
- Madaleno, A. (2020). *Apóstata!—Porque abandonei as Testemunhas de Jeová*. Arena.
- Martin, W. (1997). *The kingdom of the cults* (Rev. ed.). Bethany House Publishers.
- Melton, J. G., & Bromley, D. G. (2004). Challenging misconceptions about the new religions—Violence connection. In D. G. Bromley & J. G. Melton (Eds.), *Cults, religion, and violence* (pp. 42–56). Cambridge University Press.
- Menezes, A. (2009). *Testemunhas de Jeová: Exposição e refutação de suas doutrinas* (2nd ed.). Editora Vida.
- Metzger, B. M. (1953). The Jehovah's Witnesses and Jesus Christ: A biblical and theological appraisal. *Theology Today*, 10(1), 65–85. <https://doi.org/10.1177/004057365301000110>
- Miller, T. (2006). New religious movements in American history. In E. V. Gallagher & W. M. Ashcraft (Eds.), *Introduction to new and alternative religions in America* (Vols. 1–5, pp. 1–22). Greenwood Press.
- Milligan, L. J., & Bellamy, M. C. (2004). Anaesthesia and critical care of Jehovah's Witnesses. *Continuing Education in Anaesthesia, Critical Care & Pain*, 4(2), 35–39. <https://doi.org/10.1093/bjaceaccp/mkh012>
- Moniz, J. B. (2017). Acomodação positiva das religiões ou modelo de igreja estabelecida? Um olhar sobre o secularismo português em período democrático. *Revista Portuguesa de Ciência Política*, 7, 41–59. https://research.unl.pt/ws/portalfiles/portal/4291271/JBM_AcomodacaoPositiva_2017.pdf
- Montague, H. (1977). The pessimistic sect's influence on the mental health of its members: The case of Jehovah's Witnesses. *Social Compass*, 24(1), 135–147. <https://doi.org/10.1177/003776867702400109>
- Mooney, A. (2005). *The rhetoric of religious 'cults': Terms of use and abuse*. Palgrave Macmillan.

- Nieto, F. S. (1992). *Sectas y otras doctrinas en la actualidad* (2nd ed.). Consejo Episcopal Latinoamericano.
- Our watchfulness takes on greater urgency. (2003, December 15). *The Watchtower*, 124(24), 14–19.
- Penton, M. J. (2015). *Apocalypse delayed: The story of Jehovah's Witnesses* (3rd ed.). University of Toronto Press.
- Pescor, M. J. (1949). A study of selective service law violators. *The American Journal of Psychiatry*, 105(9), 641–652. <https://doi.org/10.1176/ajp.105.9.641>
- Pietkiewicz, I. J. (2014). Salutary, pathogenic, and pathoplastic aspects of the Jehovah's Witness culture. *Journal of Family Studies*, 20(2), 148–165. <https://doi.org/10.1080/13229400.2014.11082003>
- Pinto, P. (2012). A implantação das Testemunhas de Jeová em Portugal e no Ultramar português (1925-1974). *Lusitania Sacra*, 25, 127–179. https://run.unl.pt/bitstream/10362/19497/1/2012_LS_S2_25_TJ.pdf
- Poewe, K. O. (1978). Religion, matriliney, and change: Jehovah's Witnesses and Seventh-Day Adventists in Luapula, Zambia. *American Ethnologist*, 5(2), 303–321. <https://doi.org/10.1525/ae.1978.5.2.02a00070>
- Prieto, A. A. (1994). *As seitas e os cristãos*. Edições São Paulo.
- Rajtar, M. (2011). Gender in the discursive practices of the Jehovah's Witnesses in the former East Germany. *Social Compass*, 58(2), 260–270. <https://doi.org/10.1177/0037768611402617>
- Redeker, C. F. (2006). *Pastor C. T. Russell: Messenger of millennial hope, distinguished founder of the Bible Students and his enduring legacy*.
- Reed, D. A. (1990). *As Testemunhas de Jeová refutadas versículo por versículo* (2nd ed.). JUERP – Junta de Educação Religiosa e Publicações da Convenção Batista Brasileira.
- Reed, R. (2012). Of prophets and propaganda: An exploration of Christian dispensationalism using the work of Martin Riesebrodt. *Journal for the Scientific Study of Religion*, 51(3), 468–481. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5906.2012.01664.x>
- Ridley, D. T. (1999). Jehovah's Witnesses' refusal of blood: Obedience to scripture and religious conscience. *Journal of Medical Ethics*, 25(6), 469–472. <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC479295/pdf/jmedeth00007-0035.pdf>
- Rodríguez, P. (1989). *El poder de las sectas*. Ediciones B.
- Rogerson, A. (1969). *Millions now living will never die: A study of Jehovah's Witnesses*. Constable.

- Russell, C. T. (1876, October). Gentile Times: When do they end? *Bible Examiner*, 21(1), 27–28.
- Russell, C. T. (1891). *Studies in the scriptures, Third Series: Thy kingdom come*. Watch Tower Bible & Tract Society.
- Russell, C. T. (1904). *Studies in the scriptures, Sixth Series: The new creation*. Watch Tower Bible & Tract Society.
- Russell, C. T. (1912). *Studies in the scriptures, Fourth Series: The battle of Armageddon*. Watch Tower Bible & Tract Society.
- Russell, C. T. (1913). *Studies in the scriptures, First Series: The divine plan of the ages*. Watch Tower Bible & Tract Society.
- Russell, C. T. (1918). *Studies in the scriptures, Seventh Series: The finished mystery*. International Bible Students Association.
- Rutherford, J. F. (1920). *Millions now living will never die*. International Bible Students Association.
- Rutherford, J. F. (1941). *Children: Their training and their hope*. Watchtower Bible and Tract Society & International Bible Students Association.
- Schmalz, M. N. (1994). When Festinger fails: Prophecy and the Watch Tower. *Religion*, 24(4), 293–308. <https://doi.org/10.1006/reli.1994.1025>
- Smith, C. (2003). The persecution of West Virginia Jehovah's Witnesses and the expansion of legal protection for religious liberty. In D. H. Davis & B. Hankins (Eds.), *New religious movements and religious liberty in America* (2nd ed., pp. 155–181). Baylor University Press.
- Smith, T. W. (1990). Classifying Protestant denominations. *Review of Religious Research*, 31(3), 225–245. <https://doi.org/10.2307/3511614>
- Soares, E. (2009). *Respostas bíblicas às Testemunhas de Jeová*. Editora Candeia.
- Soares, E. (2013). *Provas documentais: Análise de profecias e mudanças doutrinárias em coletânea de fac-símiles da literatura da Torre de Vigia*. Editora Bereia.
- Spencer, J. (1975). The mental health of Jehovah's Witnesses. *The British Journal of Psychiatry*, 126(6), 556–559. <https://doi.org/10.1192/bjp.126.6.556>
- Stevenson, W. C. (1968). *The inside story of Jehovah's Witnesses*. Hart Publishing Company.
- Teixeira, A. (2013). A eclesiosfera católica: Pertença diferenciada. *Didaskalia*, 43(1–2), 115–205. <https://revistas.ucp.pt/index.php/didaskalia/article/view/2397>
- The last days of this wicked system of things. (1969, February 15). *The Watchtower*, 90(4), 101–104.

- The year 1881. (1881, May). *Zion's Watch Tower and Herald of Christ's Presence*, 2(11), 223–225.
- Vernette, J. (2002). *Seitas: Que dizer? Que fazer?* Temas e Debates.
- Vilaça, H. (1997). Notas de pesquisa para o estudo dos grupos religiosos minoritários em Portugal. *Sociologia*, 7, 31–51. <http://ojs.letras.up.pt/index.php/Sociologia/article/view/2580/2365>
- Vilaça, H. (1999). Alguns traços acerca da realidade numérica das minorias religiosas em Portugal. *Lusotopie*, 6, 277–289. https://www.persee.fr/docAsPDF/luso_1257-0273_1999_num_6_1_1269.pdf
- Vilaça, H. (2005). A religião e a Bíblia num quadro de liberdade religiosa. *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, 4(7–8), 109–117. <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cienciareligioes/article/view/4142>
- Vilaça, H. (2013). Novas paisagens religiosas em Portugal: Do centro às margens. *Didaskalia*, 43(1–2), 81–114. <https://revistas.ucp.pt/index.php/didaskalia/article/view/2396>
- Vilaça, H. (2016). Territorialidades religiosas em Portugal. *Mediações – Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 197–217. <https://doi.org/10.5433/2176-6665.2016v21n2p197>
- Wah, C. R. (2001). An introduction to research and analysis of Jehovah's Witnesses: A view from the Watchtower. *Review of Religious Research*, 43(2), 161–174. <https://doi.org/10.2307/3512060>
- Watch Tower Bible and Tract Society. (1955). *You may survive Armageddon into God's new world*. Watchtower Bible and Tract Society & International Bible Students Association.
- Watchtower Bible and Tract Society. (1943). *The truth shall make you free*. Watchtower Bible and Tract Society & International Bible Students Association.
- Watchtower Bible and Tract Society of New York, & International Bible Students Association. (1957). *Novos céus e uma nova Terra*.
- Watchtower Bible and Tract Society of New York, & International Bible Students Association. (1968). *A verdade que conduz à vida eterna*. Sociedade Torre de Vigia de Bíblias e Tratados.
- Watch Tower Bible and Tract Society of New York, & International Bible Students Association. (1989). *Reasoning from the scriptures*.
- Watch Tower Bible & Tract Society of Pennsylvania. (1966). *Life everlasting in freedom of the sons of God*. Watchtower Bible and Tract Society of New York & International Bible Students Association.

- Watch Tower Bible & Tract Society of Pennsylvania. (1971). *“The nations shall know that I am Jehovah” – How?* Watchtower Bible and Tract Society of New York & International Bible Students Association.
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania. (1988). *Revelation—Its grand climax at hand!* Watchtower Bible and Tract Society of New York.
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania. (1989). *You can live forever in paradise on earth.* Watchtower Bible and Tract Society of New York & International Bible Students Association.
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania. (1993). *Jehovah’s Witnesses: Proclaimers of God’s kingdom.* Watchtower Bible and Tract Society of New York & International Bible Students Association.
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania. (2018). *Pure worship of Jehovah—Restored at last!* Watchtower Bible and Tract Society of New York.
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, & Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. (2015). *Viva tendo em mente o dia de Jeová.* Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados.
- Watch Tower Bible and Tract Society of Pennsylvania, & Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados. (2017). *Organizados para fazer a vontade de Jeová.* Associação Torre de Vigia de Bíblias e Tratados.
- Wilges, I. (2001). *Cultura religiosa: As religiões no mundo* (12th ed.). Editora Vozes.
- Wilson, B. (1977). Aspects of kinship and the rise of Jehovah’s Witnesses in Japan. *Social Compass*, 14(1), 97–120. <https://doi.org/10.1177/003776867702400107>
- Wright, R. O. (2009). *Chronology of religious life in America.* McFarland & Company.
- Zygmunt, J. F. (1970). Prophetic failure and chiliastic identity: The case of Jehovah’s Witnesses. *American Journal of Sociology*, 75(6), 926–948. <https://doi.org/10.1086/224846>